

**A influência do *open access* nas comunidades
acadêmicas da área de Biblioteconomia no nordeste do
Brasil**

PROGRAMA DOUTORAL
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PLATAFORMAS DIGITAIS
Universidade do Porto – UP/Universidade de Aveiro – UA



Setembro/2011

Porto - Portugal



A influência do *open access* nas comunidades acadêmicas da área de Biblioteconomia no nordeste do Brasil

Virgínia Bárbara de Aguiar Alves

Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para cumprimento dos requisitos do Programa Doutoral Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Fernanda Antunes Ribeiro, Professora Associada do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Co-orientação da Professora Doutora Maria Manuel Borges, Professora Auxiliar do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro/2011

Porto – Portugal

Alves, Virgínia Bárbara de Aguiar Alves

A influência do *open access* nas comunidades académica da área de Biblioteconomia no nordeste do Brasil/Virgínia Bárbara de Aguiar Alves; Orientadoras, Fernanda Antunes Ribeiro; Maria Manuel Borges - Porto. 2011.

283 p. il.

Tese (Doutoramento) Universidade do Porto - UP, Faculdade de Letras/Universidade de Aveiro - UA, Departamento de Comunicação e Artes. Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais.

1.Open access (Acesso livre) – Movimento do Acesso Livre no Brasil. 2. Região Nordeste do Brasil – Comunidades Acadêmicas da área de Biblioteconomia. I. Ribeiro, Fernanda Antunes II. Borges, Maria Manuel. III. Título.

Dedico este trabalho à Iemanjá
Jovelina Rodrigues Alves, minha avó
pelos ensinamentos e as orientações
recebidas.

Odô ìyá

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Alagoas (UFAL), cujo vínculo empregatício possibilitou a realização desse doutoramento.

Às minhas orientadoras Prof.^a Dr.^a Fernanda Ribeiro e Prof.^a Dr.^a Maria Manuel Borges pelas diretrizes realizadas que foram aprimorando a minha pesquisa ao longo desse percurso e a atenção a mim dispensada durante a realização dessa pesquisa.

A todos os professores do Programa Doutoral de Informação e Comunicação em Plataformas Digitais e, de uma forma especial, à Prof.^a Dr.^a Maria Conceição Oliveira Lopes.

Ao Prof. Dr. Hélio Kuramoto pela prontidão no responder ao questionário (entrevista) parte inerente desta pesquisa e cuja a distância não se tornou empecilho para fornecer informações.

Aos chefes de Departamento e coordenadores dos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil pelas informações fornecidas, sem as quais seria inviável a realização desta pesquisa

Aos Centros Acadêmicos da Universidade Federal do Ceará (UFC) do Campos Cariri e do Campos Fortaleza pela organização das informações fornecidas tão necessárias para concretização desta pesquisa.

A todos os professores e alunos dos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil que participaram desta pesquisa.

As Bibliotecas da Universidade de Aveiro (UA) e a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP/UP), espaço de refúgio e de conexão com o mundo.

Aos meus pais, aos meus irmãos e aos meus sobrinhos, especialmente à Maria Alice de Aguiar Alves e Maria Lorena Alves Cruz pelo apoio e incentivo em todos os momentos durante a realização desse doutorado.

O sonho é próprio de todos nós.
Não existe nenhuma realidade sem
que antes se tenha sonhado com ela.

Teotónio Vilela*

*Senador alagoano que defendeu a anistia e as eleições diretas no Brasil

RESUMO

O objectivo desta tese de doutoramento é verificar a influência do *Open Access* (OA), nas comunidades académicas da área de biblioteconomia das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil. Tem como objetivo geral identificar e discutir a influência do movimento OA. Os objetivos específicos deste estudo são estabelecer um paralelo entre as duas estratégias básicas, definidas em Budapeste, sendo a primeira estratégia o auto-arquivamento, designado por via verde (*Green Road*) e a segunda estratégia os periódicos eletrônicos de acesso aberto, que constituem a via dourada (*Golden Road*); verificar a importância da utilização das vias verde e dourada para disseminação da informação como uma alternativa aos mecanismos tradicionais de comunicação científica no meio académico; relacionar a diferença entre legitimação e legitimidade das publicações eletrônicas de acesso aberto com o uso da via verde e da via dourada; discutir a importância da *Open Archives Initiative* (OAI) na implementação do movimento do OA. A hipótese que sustenta a investigação pretende verificar se o movimento OA, que utiliza as vias verde e dourada, como estratégias de ação na disseminação da informação, proporciona um novo modelo, mais vantajoso para a comunicação científica nas comunidades académicas, localizadas na Região Nordeste do Brasil. A metodologia adotada consiste na combinação da abordagem qualitativa e quantitativa; os instrumentos de recolha de dados utilizados foram questionários e entrevista. A entrevista foi aplicada ao tecnólogo sênior do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT) com a finalidade de obter informações sobre o movimento OA no Brasil. Os questionários aplicados aos professores e alunos dos cursos de Biblioteconomia com a finalidade de verificar os efeitos e as consequências do movimento OA sobre essas comunidades visavam responder a seguinte questão: Que efeitos/consequências a “via verde” e a “via dourada” de disseminação da informação trazem para a comunicação científica nas comunidades académicas da área de biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil? Os resultados dos inquéritos apontam vários indicadores positivos da influência do movimento OA sobre essas comunidades académicas entre os quais podemos citar: a existência de repositórios institucionais em Universidades Federais Nordestinas, um alto percentual de utilização de repositórios institucionais, o elevado percentual de utilização e produção de publicações bibliográficas em OA, o conhecimento e a concordância com o movimento OA demonstram o impacto desse movimento nas comunidades académicas da Região Nordeste do Brasil.

PALAVRAS- CHAVE

Acesso livre, Acesso livre - influência, Acesso livre - Região Nordeste do Brasil.

Open Access, Open Access – influence, Open Access - Northeastern Region of Brazil

ABSTRACT

The purpose of the present doctoral dissertation is to verify the influence of the *Open Access* (OA) on the academic communities of the biblioteconomy in the Federal Universities in the Northeastern Region of Brazil. Its global goal is to identify and discuss the influence of the OA movement. The specific purposes of this study are to establish a parallel between the two basic strategies, set in Budapest, the first one being the self-archiving, known as Green Road, and the second one being the electronic newspapers with OA, which constitute the Golden Road; to verify the importance of the use of Green Road and Golden Road on the spreading of information as an alternative to the traditional mechanisms of scientific communication in the academic environment; to relate the difference between legitimating and legitimate of the electronic publications with OA with the use of Green Road and Golden Road; to discuss the importance of the Open Archives Initiative (OAI) on the implementation of the OA movement. The chance that withstands the research aims to verify if the OA movement, which uses the Green Road and the Golden Road as strategies of action in the spreading of information, provides a new model, more advantageous for the scientific communication in the academic communities in the Northeastern Region of Brazil. The adopted methodology consists of the combination of the qualitative and quantitative approaches; surveys and interviews were used as data collection instruments. The interview was applied to the senior technologist of the Brazilian Institute of Information on Science and Technology (IBICT) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) aiming to obtain information on the OA movement in Brazil. The surveys applied to teachers and students of the Biblioteconomy courses, aiming to verify the effects and consequences of the OA movement on those communities, were intended to answer the following question: Which effects/consequences do the "Green Road" and the "Golden Road" of the information spread bring to the scientific community in the academic communities of biblioteconomy in the Northeastern Region of Brazil? The survey outcomes point to several positive indicators of the OA movement influence on those academic communities among which we can include: the existence of institutional repositories in Northeastern Federal Universities, the high percentage of use of institutional repositories, the high percentage of use and production of bibliographic publications with OA, the knowledge and concordance with OA movement show the impact of this movement on the academic communities in the Northeastern Region of Brazil.

KEY-WORDS:

Open Access, Open Access – influence, Open Access – Northeastern Region of Brazil

RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat vise à vérifier l'influence de l'« Open Access » (OA) au sein des communautés académiques du secteur de la bibliothéconomie des Universités Fédérales du Nord-est du Brésil. Elle a pour objectif général d'identifier et de discuter l'influence de ce mouvement OA. Les objectifs spécifiques de cette étude sont d'établir un parallélisme entre les deux stratégies de base, définies à Budapest, la première stratégie étant l'auto-archivage, désignée comme étant la voie verte (« Green Road ») et la deuxième stratégie étant la voie dorée (« Golden Road »), constituée par les journaux électroniques d'accès ouvert ; vérifier l'importance de l'utilisation des voies verte et dorée pour ce qui est de la divulgation de l'information en tant qu'alternative des mécanismes traditionnels de communication scientifique en milieu académique ; lier la différence entre la légitimation et la légitimité des publications électroniques d'accès ouvert grâce à l'utilisation de la voie verte et de la voie dorée ; discuter l'importance de l'« Open Archives Initiative » (OAI) pour la mise en place du mouvement de OA. L'hypothèse sur laquelle se fonde cette recherche prétend vérifier si le mouvement OA, qui utilise les voies verte et dorée comme stratégies d'action de divulgation de l'information, proportionne un nouveau modèle plus avantageux pour la communication scientifique au sein des communautés académiques, situées au Nord-est du Brésil. La méthodologie adoptée consiste à la combinaison d'abordage qualitatif et quantitatif et les instruments utilisés pour recueillir les données ont été des questionnaires et des interviews. L'interview du technologue sénior de l'Institut Brésilien d'Information en Sciences et Technologie (IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) a eu pour objectif d'obtenir des informations au sujet du mouvement OA au Brésil. Les questionnaires présentés aux professeurs et aux élèves des cursus de bibliothéconomie, ayant pour objectif de vérifier les effets et les conséquences du mouvement OA sur ces communautés, visaient répondre à la question suivante : Quels effets/conséquences la « voie verte » et la « voie dorée » de divulgation de l'information apportent-elles à la communication scientifique au sein des communautés académiques du secteur de la bibliothéconomie du Nord-est du Brésil ? Les résultats des enquêtes montrent plusieurs indices positifs de l'influence du mouvement OA sur ces communautés académiques parmi lesquels nous pouvons citer : l'existence de répertoires institutionnels au sein des Universités Fédérales du Nord-est, un pourcentage élevé d'utilisation de répertoires institutionnels, le pourcentage élevé d'utilisation et de production de publications bibliographiques en OA, la connaissance et l'accord avec

le mouvement OA montrent l'impact de ce mouvement sur les communautés académiques du Nord-est du Brésil.

MOTS-CLÉS :

Accès Libre, Accès Libre – influence, Accès Libre– Nord-est du Brésil

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	XXI
ÍNDICE DE FIGURAS	XXV
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XXVII
ÍNDICE DE TABELAS	XXIX
ÍNDICE DE SÍMBOLOS.....	XXXI
INTRODUÇÃO.....	1
1 O MOVIMENTO DO OPEN ACCESS: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO	7
1.1 A CRISE DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS.....	7
1.2 O INÍCIO DO MOVIMENTO: A <i>SUBVERSIVE PROPOSAL FOR ELECTRONIC PUBLISHING</i>	18
1.2.1 As iniciativas em favor do movimento <i>open access</i>	19
1.2.1.1 A criação da <i>Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition</i> (SPARC)	20
1.2.1.2 Declaração de Santo Domingo	21
1.2.1.3 Conferência Mundial sobre a Ciência para o Século XXI	24
1.2.1.3.1 Declaração sobre a ciência e o uso do conhecimento científico	24
1.2.1.3.2 Agenda para a Ciência: uma base de ação.....	26
1.2.1.4 A Convenção de Santa Fé - A iniciativa <i>Open Archives</i>	28
1.2.1.5 O Lançamento do Pubmed Central.....	35
1.3 <i>BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE</i> (BOAI) – 2001	37
1.4 <i>BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE</i> (BOAI) – 2002	39
1.4.1 O Movimento do Acesso Livre	40
1.4.1.1 Auto-arquivamento (via verde)	58
1.4.1.2 Periódicos científicos de acesso aberto (via dourada)	61
1.5 A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E O PLANO DE AÇÃO DA CIMEIRA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	65
1.6 <i>BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING</i>	68
1.7 <i>BERLIN DECLARATION OA TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCE AND HUMANITIES</i>	70
2. O BRASIL E O MOVIMENTO DO OPEN ACCESS.....	73
2.1 O INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT) E O <i>OPEN ACCESS</i>	77
2.1.1 Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (2005).....	79
2.1.2 Ações implementadas pelo IBICT para instituir o Acesso Livre no Brasil	81
2.2 DECLARAÇÃO DE SALVADOR.....	90
2.3 A CARTA DE SÃO PAULO.....	91
2.4 DECLARAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	92
2.5 A INICIATIVA ALEPLUS – OA NOS PAÍSES LUSÓFONOS.....	92
2.5.1. O compromisso do Minho (2006)	93
2.5.2 Diretrizes para implementação do acesso livre à informação científica nos países lusófonos	94
2.5.3 Projeto de cooperação luso-brasileira no domínio do acesso livre – Memorando de entendimento	97

2.6 CARTA ABERTA ELABORADA DURANTE A 58ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC) (2006)	99
2.7 PROJETO DE LEI Nº 1120, DE 2007	100
2.8 INTERNET GOVERNANCE FORUM - 2007	101
2.9 SEMINÁRIO ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO - PROTOCOLO DO RIO DE JANEIRO	103
2.10 A CARTA DO RIO DE JANEIRO	105
2.11 CARTA DE APOIO AO ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICO, ARTÍSTICO E DIDÁTICO DA USP	105
2.12 AS AÇÕES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB), EM PROL DO ACESSO LIVRE	106
2.13 CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (BIREME)	109
2.14 PORTAL SCIELO - <i>SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE</i>	112
2.15 PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES	115
3. PANORAMA SOBRE O OPEN ACCESS NAS COMUNIDADES ACADÊMICAS DA ÁREA DE BIBLIOTECONOMIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL..	123
3.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS	123
3.1.1 Construção do modelo de análise	124
3.1.2 Operacionalização	126
3.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PROFESSORES - DESCRIÇÃO GENÉRICA DA AMOSTRA	130
3.2.1 Dados pessoais e institucionais	130
3.2.2. <i>Open Access</i> (OA)	139
3.2.3 Produção bibliográfica e o OA	142
3.2.4. Produção técnica e o OA	148
3.2.5 O movimento OA e as opiniões dos professores dos cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil com relação ao gênero, a idade, formação acadêmica, instituição onde leciona, categoria que ocupa e instituição onde trabalha e possui repósitorio	153
3.3 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS ALUNOS – DESCRIÇÃO GENÉRICA DA AMOSTRA	163
3.3.1 Dados pessoais e institucionais	163
3.3.2 <i>Open Access</i> (OA)	169
3.3.3 Produção bibliográfica e o OA	172
3.3.4 Produção técnica e OA	177
3.3.5 O movimento OA e as opiniões dos estudantes dos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil com relação ao gênero, a idade, instituição onde estuda, a instituição onde estuda e possui repositório e a promoção do auto-arquivamento	183
3.4 INQUÉRITO POR ENTREVISTA	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	203
ANEXOS	219
Anexo A: Questionários aplicados aos professores e alunos	221
Anexo B: Respostas dos professores (questão de n.1 e 12, da parte I; a questão n.2 e n. 4 da parte II do questionário aplicado).	241

Anexo C: Respostas dos alunos (questão de n. 12, da parte I, a questão n.2 e n. 4 da parte II do questionário aplicado).	245
Anexo D: Inquérito por entrevista.....	249

LISTA DE SIGLAS

AACR2 – Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition
ABECIP - Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia
ALA – American Library Association
ALEMPLUS - Acesso Livre em Países Lusófonos
ALi – Literatura em Acesso Livre
ALP – Action for Development Through Libraries Programme
ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia
APDSI – Associação para Promoção da Sociedade da Informação
ARL – Association of Research Libraries
BBB – BOAI, Bethesda, Berlin
BIREME – Biblioteca Regional de Medicina (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde)
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BOAI – Budapest Open Access Initiative
BVS – Biblioteca Virtual de Saúde
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBD - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CC – Creative Commons
CBBU - Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEMED – Centro de Multimídia e de Ensino a Distância
CENRID - Centro Nacional de Referencia em Inclusão Digital
CMC – Comunicação Mediada por Computador
CMSI – Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información/CMSI – Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação
CLIR – Council on Library and Information Resources
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COMUT – Comutação Bibliográfica
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
C&T - Ciência e Tecnologia
CTC - Comitê Técnico Consultivo
DICE - Diálogo Científico

DLF – Digital Library Federation
 ETDs – Eletronic Theses and Dissertations
 FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo
 FCCN - Fundação para a Computação Científica Nacional
 FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
 FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
 FTP – File Transfer Protocol
 GHl – Global Health Library
 IAP – InterAcademy Panel
 IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
 ICI – Instituto de Ciência da Informação
 IBICT – Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
 ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços
 ICSU – International Council for Science
 IES - Instituição de Ensino Superior
 IFAP - Information for All Programmes
 IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions
 IGF - Internet Governance Fórum
 INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
 ISI – Institute for Scientific Information
 ISSN - International Standard Serial Number
 LAC – Latina América e Caribe
 LANL – Los Alamos National Laboratory
 LBER – Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche
 LILACS – Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
 NIC – Núcleo de Informação e Coordenação
 MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
 MEDLINE – Medical Literature Analysis and Retrieval System Online
 MIT - Massachusetts Institute of Tecnology
 MTD-Br - Metadados de Teses e Dissertações Brasileiras
 NDlTD - Networked Digital Library of Theses and Dissertations
 MEC- Ministério da Educação
 NCBI – National Centre for Biotechnology Information
 NIH – National Institute of Health
 NLM – National Libray of Medicine

OA – Open Access
OAI – Open Archives Initiative
OAI-PMH – Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting
OAI-ORE – Open Archives Initiative Object Reuse and Exchange
OASIS.br – Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre
OCDE – Organisation de Coopération et de Développement Économiques
OJS – Open Journal Systems
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAC – Online Public Access Catalog
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
OSI – Open Society Institute
PAAP – Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCAL – Projeto de Publicações Periódicas de Acesso Livre
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PKP – Public Knowledge Project
PloS – Public Library of Science
PLS – Projeto de Lei do Senado
PORTCOM – Rede de Informação em Ciências da Comunicação dos Países de Língua Portuguesa
PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RAL – Revista em Acesso Livre
RBBD – Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
REF – Total de consultas Referenciadas
RICCA – Rede Brasileira de Repositórios Institucionais Científicos de Acesso Aberto
ROAR – Registry of Open Access Repositories
ROARMAP – Registry of Open Repositories Mandatory Archiving Policies
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SESU – Secretaria de Educação Superior
SNBU – Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SPARC – Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences
TC – Total de downloads de textos completos
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
TEDE - Sistema de Publicações Eletrônicas de Teses e Dissertações
UE - União Europeia
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UM - Universidade do Minho
UNB - Universidade de Brasília
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URL – Unifor Ressouce Locator
USP - Universidade de São Paulo
WEB – World Wide Web

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Acesso restrito: impacto da pesquisa limitado.....	13
Figura 2 - Esquema funcional do modelo <i>open archive</i>	33
Figura 3 - Provedores de serviço (<i>Service provide</i>)	34
Figura 4 - Acesso do impacto da pesquisa maximizados por meio de auto- arquivamento	60
Figura 5 - Significados dos tipos de permissão das licenças <i>creative commons</i>	62
Figura 6 - Combinações para definição de licence <i>creative commons</i>	63
Figura 7: Fluxo editorial do software SEER	88
Figura 8: Dimensões principais do formato BVS	111
Figura 9: Componentes do modelo (SciELO)	113
Figura 10: Mapa da Região Nordeste do Brasil	127

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de pesquisa financiada pelo NIH.....	36
Gráfico 2: OA mandate policy Growth 2008 to 2002.....	56
Gráfico 3: Evolução do Portal de Periódicos CAPES	119
Gráfico 4 - Uso do Portal de Periódicos CAPES entre 2001 e 2008.....	121

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Relação temporal dos principais acontecimentos em acesso livre no Brasil	76
Tabela 2: Metas e objetivos definidos no compromisso do Minho e algumas ações implantadas e os órgãos ou instituições responsáveis	96
Tabela 3: Evolução histórica do Portal de Periódicos CAPES	119
Tabela 4: Modelo de análise	125
Tabela 5: Número de alunos e questionários recebidos	129
Tabela 6: Número de professores e questionários recebidos	130
Tabela 7: Professores: Género	131
Tabela 8: Professor: Idade	131
Tabela 9: Professor: Formação acadêmica	132
Tabela 10: Professor: Categoria que ocupa na carreira de docente	133
Tabela 11: Professor: Instituição onde trabalha	133
Tabela 12: Professor: Nível do (s) curso (s) onde leciona	134
Tabela 13: Professor: Área da Ciência da Informação em que atuam	134
Tabela 14: Professor: Subdivisões da Biblioteconomia em que atuam	135
Tabela 15: Professor: A universidade onde trabalha possui repositório	136
Tabela 16: Professor: Utilização de repositório institucional	136
Tabela 17: Professor: Utilização de periódico eletrônico em OA	137
Tabela 18: Professor: Periódicos em OA	138
Tabela 19: Professor: Promoção do auto-arquivamento	138
Tabela 20: Professor: Conhecimento do OA	139
Tabela 21: Professor: Canal de informação	140
Tabela 22: Professores: Opinião sobre o OA	141
Tabela 23: Professor: Concorda com o OA	142
Tabela 24: Professor: Utilização de produção bibliográfica em OA	142
Tabela 25: Professor: Tipos de produção bibliográfica que utiliza em OA	143
Tabela 26: Professor: produção bibliográfica em OA	144
Tabela 27: Professor: Número de produção bibliográfica em OA	144
Tabela 28: Professor: Número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional	145
Tabela 29: Professor: Número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional onde leciona	146
Tabela 30: Professor: Produção bibliográfica em periódicos eletrônicos em OA	147
Tabela 31: Professor: número de artigo que publicou em periódicos eletrônicos em OA	147
Tabela 32: Professor: Citação de produção bibliográfica em OA	148
Tabela 33: Professor: Utilização de produção técnica em OA	148
Tabela 34: Professor: Tipos de produção técnica que utiliza em OA	149
Tabela 35: Professor: Produção técnica em OA	149
Tabela 36: Professor: número de produção técnica que publicou em OA	150
Tabela 37: Professor: Produção técnica que publicou em repositório institucional	150
Tabela 38: Professor: Número de Produção técnica que publicou em repositório institucional da instituição onde leciona	151
Tabela 39: Professor: Produção técnica em periódicos eletrônicos em OA	152
Tabela 40: Professor: Produção técnica publicada em periódicos eletrônicos em OA	152
Tabela 41: Professor: Número de citações de produção técnica em OA	153
Tabela 42: Professor: Género: opiniões sobre o OA	154
Tabela 43: Professor: Idade: opiniões sobre o OA	155

Tabela 44: Professor: Formação acadêmica: opiniões sobre o OA.....	157
Tabela 45: Professor: Instituição onde leciona: Opiniões sobre o OA	158
Tabela 46: Professor: Categoria que ocupa: opiniões sobre o OA	161
Tabela 47: Professor: Instituição onde trabalha possui repositório: opiniões sobre o OA	162
Tabela 48: Aluno: gênero.....	164
Tabela 49: Aluno: idade.....	164
Tabela 50: aluno: curso que frequenta.....	165
Tabela 51: Aluno: instituição onde estuda	165
Tabela 52: Aluno: semestre que cursa	166
Tabela 53: Aluno: universidade onde estuda possui repositório.....	166
Tabela 54: Aluno: utilização de repositórios institucionais.....	167
Tabela 55: Aluno: utilização de periódicos em OA	167
Tabela 56: Aluno: periódicos em OA.....	168
Tabela 57: Aluno: promoção do auto-arquivamento	169
Tabela 58: Aluno: conhecimento do OA	169
Tabela 59: Aluno: canal de informação	170
Tabela 60: Aluno: opinião sobre o OA.....	171
Tabela 61: Aluno: concorda com o OA.....	172
Tabela 62: Aluno: utilização de produção bibliográfica em OA.....	172
Tabela 63: Aluno: tipos de produção bibliográfica que utiliza em OA.....	173
Tabela 64: Aluno: produção bibliográfica em OA.....	173
Tabela 65: Aluno: número de produção bibliográfica em OA.....	174
Tabela 66: Aluno: número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional.....	175
Tabela 67: Aluno: número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional onde estuda.....	176
Tabela 68: Aluno: produção bibliográfica em periódicos eletrônicos em OA.....	176
Tabela 69: Aluno: número de artigos que publicou em periódicos eletrônicos em OA	177
Tabela 70: Aluno: citação de produção bibliográfica em OA	177
Tabela 71: Aluno: utilização de produção técnica em OA.....	178
Tabela 72: Aluno: tipos de produção técnica que utiliza em OA.....	178
Tabela 73: Aluno: produção técnica em OA.....	179
Tabela 74: Aluno: número de produção técnica publicada em OA	179
Tabela 75: Aluno: produção técnica que publicou em repositório institucional	180
Tabela 76: Aluno: produção técnica que publicou em repositório institucional da instituição onde estuda.....	181
Tabela 77: Aluno: produção técnica em periódicos eletrônicos.....	182
Tabela 78: Aluno: produção técnica publicada em periódicos eletrônicos em OA	182
Tabela 79: Aluno: número de citações de produção técnica em OA	182
Tabela 80: Aluno: gênero: opiniões sobre o OA.....	183
Tabela 81: Aluno: idade: opiniões sobre o OA	185
Tabela 82: Aluno: instituição onde estuda: opiniões sobre o OA	186
Tabela 83: Aluno: instituição onde estuda possui repositório: opiniões sobre o OA.....	188
Tabela 84: Aluno: promoção do auto-arquivamento: Opiniões sobre o OA	190

ÍNDICE DE SÍMBOLOS

Símbolo 1: <i>Open Archives</i>	29
Símbolo 2: Acesso Livre.....	41

INTRODUÇÃO

O ideal da “biblioteca completa” perpassou as civilizações desde a criação da Biblioteca de Alexandria, passando pela elaboração do livro integral, composto por todos os livros passados e por vir denominado de Mallarmé¹, pela criação do Mundaneum² e pelo projeto Xanadu³, que atualmente se concretizaram através das informações eletrônicas armazenadas em computadores, interligadas em redes mundiais de comunicação.

A procura da informação e a sua disseminação atravessou gerações e, entre o final do século XX e o início do século XXI, surgiu o movimento do *Open Access* (OA), um modelo alternativo para a comunicação científica, que vem contribuindo para a consolidação desse sonho. O modelo estabeleceu padrões para a interoperabilidade entre bibliotecas digitais e repositórios temáticos e institucionais, desencadeando uma verdadeira rede de eventos, com o objectivo de apoiar o movimento para o acesso aberto ao conhecimento científico.

Exemplos do impacto do modelo implementado são:

- a Declaração Sobre a Ciência no Século XXI (1999) e a *Budapest Open Access Initiative* (2002);
- a reunião promovida pelo Open Society Institute (OSI), a qual estabeleceu duas estratégias - a via verde (auto-arquivamento em repositórios institucionais e temáticos dos artigos publicados em revistas, que não são de acesso livre, mas que podem ser acedidas com a autorização da revista) e a via dourada (publicação em revistas de acesso livre);
- a *Bethesda Statement on Open Access Publishing* (2003), visando estabelecer princípios para obter apoio formal das agências de financiamento e de todos os atores do fluxo da comunicação científica para a publicação de resultados de pesquisa científica;

¹Stéphane Mallarmé - Poeta francês que sonhava escrever uma grande obra (no sentido quase alquímico da palavra) - um livro em vários volumes, que totalizasse o mistério órfico da terra. Seria, na sua concretização, um livro com a estrutura de uma obra arquitetônica, ligada numa espécie de sintonia com o universo.

²Mundaneum – Criado em 1910, por iniciativa de dois advogados belgas Poul Otlet e Henri La Fontaine, teve como objetivo reunir todos os conhecimentos do mundo e classificá-los de acordo com o sistema que desenvolveu, chamado Classificação Decimal Universal. Precursor da Internet, Otlet sonhava que um dia, de alguma forma, todas as informações que coletou poderiam ser acessadas pelas pessoas no conforto da sua casa.

³ Xanadu – é um processador de textos capaz de lidar com versões múltiplas, e mostrar as diferenças entre essas versões. Embora o processador não tenha completado a sua efectiva implementação, o modelo do sistema provou ser suficiente para interessar outros. Foi o primeiro projeto para o desenvolvimento daquilo que posteriormente viria a ser conhecido como hipertexto.

- a *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in Sciences & Humanities* (2003) que recomenda o uso consistente da Internet para divulgação e publicação das pesquisas científicas, encorajando os pesquisadores a publicarem os seus trabalhos em revistas de acesso livre, além de endossar as declarações anteriores;
- a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) *on Open Access for Scholarly Literature* (2003) - que afirma que abrir o acesso à literatura científica e a resultados de pesquisa é fundamental para compreensão do mundo e para identificação de solução aos desafios globais e, em particular a redução da desigualdade de informação;
- a Declaração de Salvador para Acesso Aberto (2005) – conclama a todos os parceiros da comunidade científica internacional para, conjuntamente, assegurar que a informação científica seja de livre acesso e disponível para todos.
- O Manifesto Brasileiro Sobre Acesso Livre – Brasil (2005) – chama a comunidade científica brasileira à apoiar o movimento mundial em favor do acesso livre à informação científica;

O movimento do acesso livre vem procurando tornar possível a comunicação científica entre milhares de pesquisadores espalhados pelo mundo, quebrando assim as barreiras geográficas e facilitando a disseminação da literatura científica, constituindo-se como meio essencial para a construção do conhecimento, que compreende a produção, a comunicação (disseminação do conhecimento) e a aplicação do conhecimento gerado na criação de novos conceitos.

O acesso à informação tem-se apresentado como um grande desafio, principalmente quando se trata da informação científica. Com a crise dos periódicos e com o alto custo na manutenção das assinaturas das revistas científicas, o acesso fica bastante limitado. Face a este fato, atualmente, são discutidos novos meios e novos procedimentos de cooperação entre sistemas de informação, viabilizados a partir do surgimento do *Open Archives*, com a finalidade de disponibilizar textos completos diretamente na Internet (teses, artigos de periódicos, trabalhos em congressos, literatura cinzenta), para que se tornem visíveis e acessíveis nacional e internacionalmente.

A pesquisa, que apresentamos, insere-se na área da Ciência da Informação e a temática compreende questões relativas à comunicação científica e de uma forma específica ao Movimento do Acesso Livre. O estudo pretende, concomitantemente, identificar e discutir a influência do movimento OA nas comunidades acadêmicas da área de Biblioteconomia nas Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil. Nesse sentido, a metodologia empregue na construção desta investigação envolve: a

recolha de dados, nomeadamente, através de entrevistas⁴ e questionários⁵, com pessoas que têm experiências e práticas com as questões relativas à produção, à disseminação e ao uso da informação científica, fazendo, neste contexto, a análise de exemplos que estimulem a compreensão do tema.

Sendo esta uma pesquisa exploratória, tenderá a assumir a forma de pesquisa bibliográfica que será desenvolvida com base no material já elaborado e constituído, principalmente, de livros e artigos científicos.

Enquanto investigação descritiva - que consiste em estudar, compreender e explicar a situação do objeto de investigação, inclui recolha de dados para testar a Hipótese e responder às questões que lhe digam respeito.

A pesquisa que apresentamos tem como objetivo geral identificar e discutir a influência do movimento OA, nas comunidades académicas da área de Biblioteconomia das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, nomeadamente nas Universidades Federais da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e do Maranhão, com ênfase sobre as questões relativas à "via verde" e à "via dourada". As duas vias enquanto estratégias básicas do Movimento do OA foram estabelecidas com a finalidade de acelerar a disseminação do conhecimento científico.

Como objetivos específicos, a presente investigação pretende:

- estabelecer um paralelo entre as duas estratégias básicas, definidas em Budapeste, sendo a primeira estratégia para o auto-arquivamento, que constitui a via verde (*Green Road*) - e a segunda estratégia para os periódicos eletrónicos de acesso aberto, que constituem a via dourada (*Golden Road*);
- verificar a importância da utilização das vias verde e dourada para a disseminação da informação, como uma alternativa aos mecanismos tradicionais de comunicação científica no meio académico;
- relacionar a diferença entre legitimação e legitimidade das publicações eletrónicas de acesso aberto, com o uso da via verde e da via dourada;
- discutir a importância da *Open Archives Initiative* (OAI) na implementação do movimento do OA.

Como questão de investigação apresentamos: quais os efeitos/consequências que a via verde e a via dourada de disseminação da informação trazem para a comunicação científica? Para responder esta questão, a referida pesquisa apresentou, na elaboração do seu projeto inicial o estado da arte sobre o tema

⁴ Entrevista com o tecnólogo sênior do IBICT – Dr. Hélio Kuramoto

⁵ Questionários aplicados aos professores e aos alunos dos cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil.

abordado; a metodologia adotada para a realização da investigação (modelo de análise e métodos para sua operacionalização); o cronograma operacional (fases, tarefas, calendário, recursos técnicos e humanos necessários); os resultados que se desejam alcançar; o plano de publicação; e, o plano de contingência e referências. Tendo como hipótese a afirmação abaixo descrita: o Movimento do OA, que utiliza as vias verde e dourada, como estratégias de ação na disseminação da informação, proporciona um novo modelo, mais vantajoso, para comunicação científica nas comunidades acadêmicas, localizadas na Região Nordeste do Brasil.

A tese apresenta a seguinte estrutura:

- Introdução

Contendo a contextualização do problema abordado, o objetivo geral e objetivos específicos, a questão de investigação a ser respondida, a hipótese e as questões metodológicas.

- Capítulo I

Denominado “O Movimento do *Open Access*: história e evolução”, apresentado como antecedente histórico a crise dos periódicos científicos e o marco histórico do movimento.

- Capítulo II

Intitulado “O Brasil e o Movimento do *Open Access*”, descreve as ações desenvolvidas no Brasil em prol do Acesso Livre, desde o lançamento do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso à informação científica em 2005.

- Capítulo III

Apresenta o fenómeno *Open Access* nos Cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, com a análise descritiva dos resultados recolhidos através dos questionários e entrevista, trata também das questões metodológicas, utilizadas para a realização da pesquisa

- Considerações finais

Com base na análise dos resultados, apresentamos os efeitos e as conseqüências do uso do OA para facilitar o acesso e a disseminação da informação científica, os benefícios, as vantagens e discutiremos se de fato o movimento contribuiu para aumentar a visibilidade e para agilizar o acesso à disseminação da informação científica nas comunidades acadêmicas dos Cursos de Biblioteconomias da Região Nordeste do Brasil

Além de descrever o estado da arte sobre o OA e a sua origem: história, evolução e as diversas convenções que ocorrem em seu favor pelo mundo, esta investigação visa apresentar também um panorama sobre o OA no Brasil,

descrevendo as principais ações desenvolvidas em favor do movimento pelo IBICT e outras instituições científicas brasileiras.

1 O MOVIMENTO DO *OPEN ACCESS*: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

1.1 A CRISE DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

As profundas transformações que a mídia eletrônica trouxe para o final do século XX ainda estão em curso neste século sem que cientistas e estudiosos interessados no assunto tenham definido o estado atual das coisas. O mundo contemporâneo parece romper antigas culturas, crenças e o *modus operandi* do século passado cujas implicações interferem diretamente no cotidiano dos indivíduos (WEITZEL, 2005, p.1).

Durante a cúpula mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada no ano de 2005, em Tunis, o Secretário-geral das Nações Unidas, Koffi Annan, iniciou a palestra de abertura proferindo as seguintes palavras:

O que significa para nós o conceito "Por uma Sociedade da Informação"? Nós entendemos que é uma sociedade na qual a capacidade humana seja expandida, edificada, alimentada e libertada, dando às pessoas o acesso às ferramentas e tecnologias que elas necessitam com a educação e treinamento para usá-las de modo eficiente. O obstáculo, aqui, é mais político que financeiro. Os custos da conectividade, dos computadores e dos telefones móveis podem ser diminuídos. Estes recursos - estas pontes para uma vida melhor - podem se tornar universalmente disponíveis e acessíveis. Nós devemos chamar pela nossa vontade para fazê-lo (ANNAN, 2005).

Ainda de acordo com Annan (2005) a Sociedade da Informação⁶ depende também das redes de computadores. A Internet, por sua vez, funciona na consequência de um imenso e original esforço colaborativo. Assim, para que estes benefícios se espalhem por todo o mundo, devemos incentivar esse mesmo espírito de colaboração entre governos, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais. E devemos aqui salientar que é, naturalmente, a liberdade que garante a própria vida da Sociedade da Informação. É a liberdade que permite aos cidadãos, onde quer que estejam, beneficiarem do conhecimento; aos jornalistas permite fazerem o seu essencial trabalho; e, aos próprios cidadãos, permite manterem a sua governança responsável. Sem a fundamental abertura, sem o

⁶De acordo com a Associação para Promoção da Sociedade da Informação (APDSI) (2005, p. 86 apud Blattman e Blomfá, 2006, p.42), a Sociedade da Informação é a etapa no desenvolvimento da civilização moderna que é caracterizada pelo papel social crescente da informação, por um crescimento da partilha dos produtos e serviços de informação no Produto Interno Bruto(PIB), e pela formação de um espaço global de informação.

Nota: Os objetivos principais no desenvolvimento da Sociedade da Informação são promover a aprendizagem, o conhecimento, o envolvimento, a ligação em rede, a cooperação e a igualdade dos cidadãos.

direito de buscar, aceitar e transmitir informações e idéias, por quaisquer meios e apesar das fronteiras, “a revolução da informação será bloqueada e a Sociedade da Informação que nós esperamos construir será natimorta” (ANNAN, 2005).

O tempo tem passado para além das longas discussões sobre a divisão digital. Até aqui, nós aprendemos a conhecer os problemas, agora, nós devemos nos lançar sobre eles, para tratar das especificidades e da implementação, visando ajustar as formas para promover e expandir as oportunidades digitais (ANNAN, 2005).

O Manifesto da IFLA expõe em seus princípios, afirmando que:

[a] informação contribui para que as comunidades e os indivíduos atinjam a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento. As barreiras para a circulação da informação devem ser removidas, especialmente aquelas que favorecem a desigualdade, a pobreza e o desespero (IFLA, 2002).

Em Dezembro de 2003, representantes das diversas partes do mundo, reunidos em Genebra, em virtude da primeira fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, manifestaram o desejo e declararam o compromisso comum de edificar uma Sociedade da Informação. Centrada na pessoa integrada e orientada para o desenvolvimento, a Sociedade da Informação deve possibilitar que todos possam criar, consultar, utilizar e compartilhar a informação e o conhecimento, de forma que as pessoas, as comunidades e os povos possam usar plenamente todas suas potencialidades para a promoção do seu desenvolvimento sustentável, para melhorar a sua qualidade de vida, sobre as bases e os propósitos da Carta das Nações Unidas (1945) e respeitando plenamente e defendendo a Declaração dos Direitos Humanos. No final, as entidades reafirmaram a adesão aos princípios da liberdade de imprensa e liberdade da informação:

Como la independencia, el pluralismo y la diversidad de los medios de comunicacion, que son esenciales para la Sociedad de la Informacion. También es importante la libertad de buscar, recibir, difundir y utilizar la informacion para la creacion, recopilacion y divulgacion del conocimiento. Abogamos por que los medios de comunicacion utilicen y traten la informacion de manera responsable, de acuerdo con los principios éticos y profesionales más rigurosos. Los medios de comunicacion tradicionales, en todas sus forma, tienen un importante papel que desempeñar en la Sociedad de la Informacion, y las TIC deben servir de apoyo a este respecto. Debe fomentarse la diversidad de regímenes de propiedad de los medios de comunicacion, de acuerdo con la legislacion nacional y habida cuenta de los convenios internacionales pertinentes. Reafirmamos la necesidad de reducir los desequilibrios internacionales que afectan a los medios de comunicacion, en particular en lo que respecta a la infraestructura, los recursos técnicos y el desarrollo de capacidades humanas (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, 2003).

De acordo com Carvalho e Kaniski (2000 apud BINOTTO, 2007) a história da ciência vem se modificando, configurando períodos de normalidade e períodos de revolução, com a invenção da escrita e da imprensa: a escrita possibilitou a preservação dos registros do conhecimento, o que proporcionou a difusão cultural, e a imprensa tornou possível o acesso a esse mesmo conhecimento em uma área obsoleta e separada de outros debates, onde manifestam tendências de democratização e universalização da cultura geral e científica.

A introdução de novas tecnologias de informação, com suas possibilidades de interatividade, hipertextualidade (liberdade na criação de textos provendo interconexões entre informações vinculadas) e hipermediação, provocou uma mudança rápida do ambiente e no aumento de publicações eletrônicas. O atual desenvolvimento de tecnologias de informação e da Rede Internet gerou mudanças nos conceitos de canais formais e informais de comunicação e introduziu inovações no que diz respeito à interação no processo de construção do conhecimento científico (MORENO; ARELLANO, 2005).

Com a Internet, e muito particularmente a *World Wide Web*, houve uma mudança de paradigma do modelo tradicional de comunicação, facilitando a troca de informação entre pesquisadores. A rede passa a ser um instrumento de comunicação de fácil acesso que possibilita a rapidez e a visibilidade no intercâmbio de informações (SENA, 2006, p.72). A rapidez alcançada na disseminação de informações gerou um contraste entre a produção e a distribuição de revistas científicas impressas com a agilidade das publicações eletrônicas.

O surgimento da Internet a partir dos anos [1990] vem mudando de maneira radical o papel das bibliotecas no ciclo intermediação e acesso ao documento. As possibilidades abertas pela Internet com seus mecanismos de publicação direta na rede tornam o acesso a um documento digital uma mera questão de conhecer sua URL. No entanto, esta facilidade de acesso tem como contrapartida a grande dificuldade de encontrar informação relevante, as atividades de information discovery. Encontrar a informação relevante é fundamental para que a mesma possa ser utilizada. O uso dos mecanismos de busca gerais é uma solução parcial para o problema (MARCONDES; SAYÃO, 2002, p.2).

Segundo Crespo e Correia (2006), o aparecimento da Internet e sua rápida expansão provocaram modificações consideráveis na maneira de ordenar a sociedade, uma vez que a Internet reduz os obstáculos dos espaços geográfico e temporal. A facilidade em estabelecer contatos com pessoas, através da rede de computadores, na vastidão mundial, conduz à criação de uma cibercultura e à criação de um novo modelo sociocultural, que emerge da relação semiótica entre a

sociedade, a cultura e as tecnologias de base microeletrônica, desenvolvidas na década de 70 (LEMOS 2003 apud CRESPO; CORREIA 2006).

E, de acordo com Logan (2006 apud LOPES [2008]), "a internet possibilita a mediatização da comunicação de um-para-um; um-para-muitos-e-vários; muitos-e-vários-para-um; muitos-e-vários-para-muitos-e-vários". Proporciona, além disso, o desenvolvimento de estratégias de comunicação diferenciada.

A Internet, enquanto inovação tecnológica, teve uma explosão nos anos 90, com a evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e com o aperfeiçoamento da Comunicação Mediada por Computador (CMC). A informação passou a ter um lugar de destaque no atual contexto social e este fator ocasionou uma reconfiguração na maneira de existir da sociedade, se imiscuindo no cotidiano dos cidadãos. "Portanto, na chamada era da informação, do conhecimento ou da sociedade em rede (CASTELLS, 1999), a própria informação é analisada como objeto mais valioso" (CRESPO; CORREIA, 2006); e, vem alterando a dimensão comunicativa. Neste contexto, a circulação de informações atingiu velocidades e quantidades até então inconcebíveis.

Partindo-se da premissa de que a convergência das mídias promovem uma cultura popular participativa proporcionando aos cidadãos dispositivos tecnológicos que permitem arquivar, anotar, apropriar e disseminar conteúdos e transformá-los em novas informações (AZEVEDO; OLIVEIRA, [2008]).

Suaíden (2006) afirma que a ciência da informação, expressada conceitualmente no início da década de 60, em torno, das tecnologias e "recuperação da informação", propicia a introdução, nos meios acadêmicos, da discussão mundial e das pesquisas sobre informação científica e tecnológica, atraindo para si a obrigação para capacitar recursos humanos fundamentais para a concretização do processo. Das bibliotecas tradicionais aos centros de documentação e informação, sistemas e redes de informação e, atualmente, portais, bibliotecas digitais e virtuais, arquivos abertos, Catálogos *On-line* de Acesso Público (OPACs) começaram a ser organizados e implantados por grupos multidisciplinares, em regime de serviço interdisciplinar, no qual o profissional de ciência da informação encarrega-se da parte fundamental: a sistematização (organização) da informação.

O advento dos recursos de tecnologia de informação e comunicação mudou também o processo de escrita, registro e acesso das teses e dissertações, e os processadores de texto permitiram que passassem a ser preparados por seus próprios autores, em arquivos digitais. Assim, as bibliotecas digitais foram os sistemas implantados para abrigá-los, tal como as bibliotecas tradicionais sempre fizeram com as teses e dissertações em papel. As redes de computadores e a

Internet tornaram-se as vias de acesso aos mesmos (SUAIDEN, 2006).

Num período “anterior ao surgimento da Rede, toda a publicação científica era produzida em papel a um custo alto. Ainda hoje, devido a fatores econômicos ou por problemas de distribuição os pesquisadores enfrentam sérias dificuldades de acessar grande parcela da literatura científica” (CAFÉ E LAGE, 2002).

As editoras comerciais criam barreiras para a obtenção de informação e para a sua divulgação. Os altos custos das publicações científicas, em formato impresso e também em formato eletrônico, são obstáculos para vários pesquisadores, bibliotecas e instituições de ensino e pesquisa - mesmo as instituições que possuem grandes recursos não têm como acessar todas as publicações científicas.

Tradicionalmente, o principal veículo de divulgação dos resultados de pesquisas em ciência e tecnologia é o periódico científico. O artigo científico se torna o elemento indicador primeiro da produção científica, integrando o sistema de reconhecimento científico (Cronin e Overfelt, 1995), concedendo visibilidade, contribuindo para a promoção da carreira acadêmica e científica e facilitando a obtenção de financiamentos junto a órgãos de fomento a pesquisa (Meadows, 1999 e Ziman, 1979 apud FERREIRA; MUNIZ, [2005]).

A crise no sector dos periódicos de acordo com Moraes (2006, p.25) foi marcada por factores, como: a) a fusão das editoras comerciais; b) o aumento dos preços das revistas, que em pouco tempo abalou a continuidade das assinaturas e, por isso, muitas bibliotecas excluíram vários títulos; c) as vendas de assinaturas por pacotes onde os custos diminuía e neles eram incluídas revistas que não interessavam às bibliotecas, sendo que também passavam a ter títulos que antes não podiam pagar; d) consórcios de bibliotecas para auxiliar a negociação com as grandes editoras, as bibliotecas se agregaram em consórcio para comprar material científico e disponibilizá-lo ao usuário através de intercâmbio ou pela – Comutação Bibliográfica (COMUT)⁷. Toda essa situação foi agravada pela inexistência de concorrência, o que monopolizou o mercado deixando as instituições sem opção, porque a “ciência não existe sem comunicação” (MORAES, 2006, p.25) e o público consumidor é certo. No Brasil foi criado um dos mais importantes consórcios – O Portal de Periódicos CAPES⁸ da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) , através de uma iniciativa federal.

⁷ Comutação Bibliográfica – COMUT

Permite a aquisição de cópias de documentos técnicos-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais.
(<http://www.ibict.br/secao.php?cat=COMUT>).

⁸ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES)

Propõe-se a melhoria da pós-graduação brasileira, através de avaliação, divulgação, formação de recursos e promoção da cooperação científica internacional.

De acordo com Soares (2004, p. 13) o aumento dos custos das revistas acima do índice geral de preços não é recente, e os bibliotecários foram os primeiros a enfrentar esse problema, juntamente com os administradores universitários. Os pesquisadores só tiveram conhecimento do problema quando foi solicitado para suprimirem algumas assinaturas. O aumento dos custos intensificou-se nas últimas décadas e estes inviabilizaram os orçamentos das universidades e institutos de pesquisas, abalando o funcionamento das universidades americanas, especialmente as que tinham menos recursos. Ainda de acordo com o autor supracitado (2004, p.15), o resultado foi desastroso mesmo para grandes universidades com reconhecido valor e inclusive algumas bibliotecas decidiram cancelar mais de 500 assinaturas de revistas.

Para Cordeiro (2007), o livre acesso tem sido ocasionado essencialmente pelo aumento do volume da literatura científica e pelas incoerências do modelo econômico dos canais de publicação comercial, pelo aumento dos preços da edição impressa e dos custos das revistas, aliados a uma cada vez mais restringida competição resultante da crescente concentração, pela freqüente compra e fusões entre companhias nesta área de negócios. O preço converteu-se, assim, no maior obstáculo no acesso à literatura impressa ou digital, publicada pelos canais tradicionais, abalando a capacidade de aquisição das bibliotecas e do público em geral.

Na forma tradicional de publicação, os custos de editoração são passados para os usuários, quando estes acessam aos documentos, através de pagamentos de assinaturas. Confrontando-se com a probabilidade de colocar a produção científica via internet, importantes editoras impõem taxas para a consulta *online* de periódicos científicos. Estes procedimentos vêm causando grandes prejuízos aos autores que vêem os seus lucros reduzidos com o mercado editorial, sendo que a finalidade do sistema é difundir o trabalho científico. É neste sentido que Harnad comenta que:

Unlike the authors of books and magazines articles, who write for royalty or fees, the authors of refereed journal articles write only for 'research impact'. To be cited and built on in the research of others, their findings have to be accessible to their potential users. Em outras palavras, raramente os pesquisadores visam o lucro econômico quando publicam suas pesquisas em publicações científicas. Os objetivos estão muito mais voltados a divulgar seus trabalhos para obter reconhecimento profissional, influência e prestígio junto à sua comunidade, e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento da ciência, disseminando o conhecimento. (HARNAD, 2001, apud CAFÉ; LAGE, 2002).

De acordo com Sena (2006, p.72), torna-se evidente a discrepância entre a morosidade do processo da comunicação científica tradicional e a rapidez com que algumas áreas do conhecimento se desenvolvem e promovem a divulgando os seus trabalhos. Neste contexto, surge a questão da transferência dos direitos autorais para os editores, o que nem sempre atende aos interesses dos autores. Além disso, a importância do processo de revisão feita pelos autores e o tempo despendido limita o processo de disseminação de novas idéias facilitando a promoção de grupos restritos de editores e autores. Segundo Jacobs (2006, p.1), as preocupações relativas ao tenso sistema de comunicação acadêmica levaram à proliferação de um movimento para a mudança.

Se houve um tempo em que editores científicos tiveram um papel incontornável na divulgação do conhecimento, constitui hoje, pela total arbitrariedade de custos dos títulos que oferecem, os principais obstáculos a essa mesma difusão que resulta da incapacidade de suportes pelas instituições e respectivas bibliotecas (BORGES, 2006, p.72).

A figura 1, a seguir apresentada, ilustra o tempo despendido pelo pesquisador para publicar os resultados da sua pesquisa, de acordo com o modelo tradicional de publicação científica.

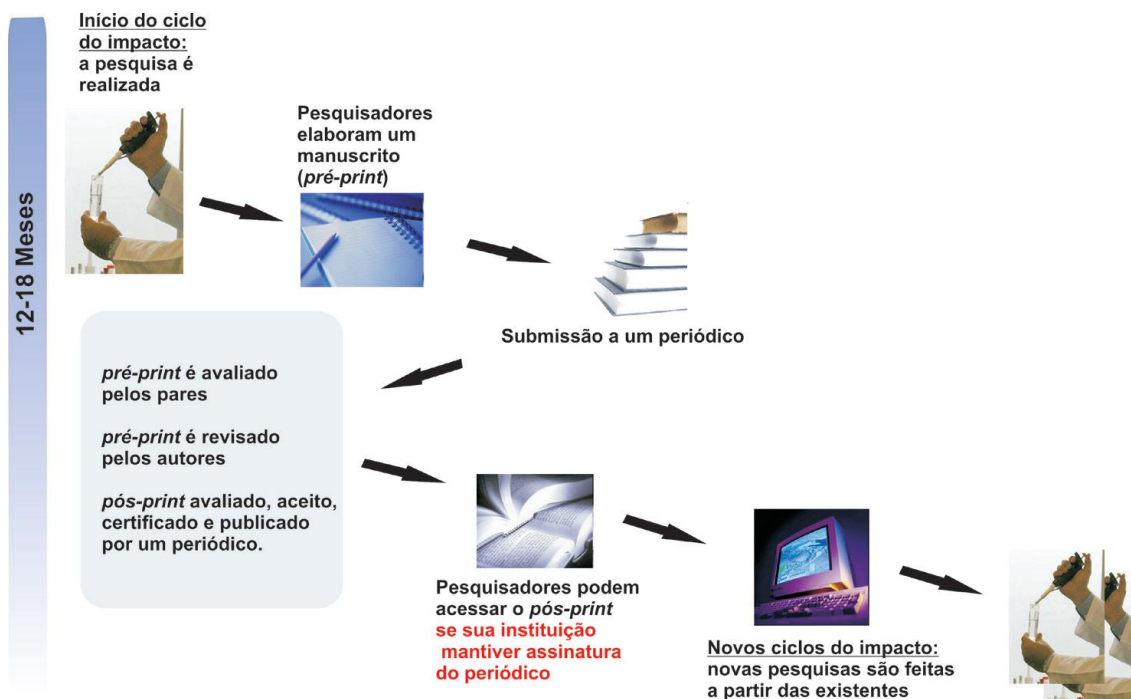


Figura 1 - Acesso restrito: impacto da pesquisa limitado
Fonte: Brody e Haenad (2004 apud LEITE 2009)

De fato, em média, o tempo gasto no processo editorial de um artigo de um periódico é de doze meses (VALÉRIO, 1994, p. 98 apud FERREIRA, MODESTO, WEITZEL, 2004, p. 196), a preços relativamente altos que reativam o debate de dois aspectos importantes: a disparidade entre os preços das assinaturas de publicações periódicas instituídos pelos editores e os recursos financeiros cada vez mais escassos das bibliotecas universitárias, e a transferência dos direitos dos autores de artigos para as editoras de periódicos científicos. Essas situações geram prejuízo tanto à ciência como aos cientistas.

De acordo com (CORREIA 2001 apud FERREIRA, MODESTO, WEITZEL, 2004 p. 196), o controle de qualidade das publicações, realizado através da revisão feita pelos pares, vem sendo criticado pela comunidade científica, apesar de ser importante para o desenvolvimento da ciência. Entre as principais críticas salienta-se: 1) A insatisfação em relação à falta de agilidade e velocidade no processo; 2) O excesso de rigidez no processo, que funciona mais como “repressor” ou mesmo “supressor” do aparecimento de novas idéias que de seu fomento; 3) O favorecimento de publicação de artigos de autores inseridos em instituições prestigiadas em detrimento dos demais autores, que podem criar atrasos indesejáveis na publicação de resultados de investigação originais.

E ainda de acordo com autores como Ferreira, Modesto e Weitzel (2004 p. 196), a ausência de transparência dos métodos de apreciação e a avaliação deve-se ao facto de estas serem sempre realizadas por um pequeno grupo da comunidade, levando-os a afirmar que essas duas ocorrências são bastantes críticas em todo o processo de revisão.

Café e Lage (2002) apontam, ainda, para uma outra questão que vem sendo bastante discutida, como um obstáculo para a disseminação da produção científica e que está relacionada com avaliação feita pelos pares. Citando as palavras de Godlee, os autores supracitados, sublinham que “(...) a revisão feita por um comitê de uma revista científica passou de uma função prática de seleção para um papel de garantia inquestionável da qualidade do artigo, sem contemplar a transparência necessária para este processo” Godlee (2002 apud de CAFÉ; LAGE, 2002). Entre os vários aspectos desfavoráveis da habitual revisão entre os pares a autora salienta: a lentidão do sistema, o tempo empregado pelos pesquisadores para desempenhar essa atividade, a variedade de critérios para a seleção e os excessos de controle. Algumas produções científicas de qualidade têm por vezes a sua difusão limitada em virtude das apreciações realizadas pelos comitês científicos. As produções não avaliadas têm, encontrado, nestas circunstâncias, o espaço na rede para serem disseminadas e estão sendo citadas em importantes pesquisas científicas. É, por

isso, necessário existir algum tipo de avaliação, mas não deve ser a ponto de atrapalhar a difusão científica:

A função essencial das revistas científicas — a divulgação de resultados de investigação, para promover o avanço da ciência — foi obscurecida pelos objectivos comerciais de lucro e rentabilidade. Os investigadores entregam gratuitamente os resultados do seu trabalho, suportado com as verbas das instituições onde trabalham, ou com bolsas e financiamentos externos, a editores que depois os vendem de novo às bibliotecas dessas instituições, muitas vezes a preços injustificáveis. Em muitos casos, os investigadores entregam gratuitamente os seus artigos a revistas que a sua instituição não tem disponibilidade financeira para assinar. Ao mesmo tempo, os grandes grupos editoriais de informação de ciência e tecnologia apresentam taxas de lucro superiores aos 30%, muito acima das registradas em outros tipos de publicações. O resultado de tudo isto foi um brutal aumento dos preços das revistas científicas (cerca de 152% apenas entre 1986 e 1998, o que por sua vez se traduziu numa diminuição do número de revistas assinadas pelas bibliotecas das universidades e outras instituições científicas (cerca de 7% no mesmo período de tempo. As limitações ao acesso daqui decorrentes traduziram-se numa perda de eficiência do sistema de comunicação da ciência, e em limitações ao impacto e reconhecimento dos resultados alcançados pelos investigadores e as instituições onde trabalham. No final da década de 90 do século XX, no meio académico e entre os profissionais de informação, cresceu a consciência do agudizar da designada “crise dos periódicos”, e das graves consequências que as limitações ao acesso à literatura produziam ao próprio sistema científico. Ao mesmo tempo, a generalização da utilização da Internet e da Web foi acompanhada por uma maior compreensão das suas potencialidades e aplicações na publicação científica. A conjugação destes dois fenómenos resultou no aparecimento de diversas iniciativas e estão na base do actual movimento de Acesso Livre (RODRIGUES, 2006).

Segundo Bailey (2006), para aprofundar o conhecimento, os investigadores necessitam acessar à literatura científica relevante. Cada vez mais, essa literatura é interdisciplinar, global, dispendiosa, digital e é escondida por trás de barreiras técnicas para cumprir as restrições de licenciamento. E até mesmo os pesquisadores em importantes universidades em todo o mundo têm dificuldade em acessar à literatura especializada.

O movimento do acesso livre acredita ter a resposta para esta questão crítica: e os líderes desse movimento não estão tão interessados em reformar o sistema de comunicação investigacional já existente mas sim em transformá-lo para que possa funcionar com eficácia num ambiente tecnológico em rápida mudança.

Mesmo com o surgimento dos periódicos científico eletrônicos na década de 1990, a hegemonia de editores científicos – que na realidade conduz, com o aval da própria comunidade científica, o cerne do sistema de publicações científicas – começa a ser alvo das transformações apenas recentemente. A própria comunidade científica passa a questionar a lógica do sistema de publicação científica tradicional, em que editores científicos comerciais retêm os

direitos autorais patrimoniais atribuem preços excessivos e impõem barreiras de permissão sobre publicações de resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos, limitando a visibilidade e a circulação do conhecimento científico. Dessa maneira é possível afirmar que o sistema de comunicação tradicional limita, mas do que expande, a disponibilidade e legibilidade da maior parte da pesquisa científica (LEITE, 2009).

As pesquisas científicas, na sua grande maioria, são financiadas pelo Estado, ou seja, são realizadas através do recurso a fundos públicos. Desta forma, os resultados dessas pesquisas deveriam ser de livre acesso. Mas, não é esta a situação que ocorre no sistema de comunicação científica tradicional, pois o pesquisador ou qualquer outro cidadão, para ter acesso ao que foi financiado com o apoio do Estado, precisará pagar pela assinatura de uma publicação científica. O Estado, por sua vez, para promover o acesso àquilo que produz, é obrigado a arcar com os custos de manutenção das coleções e das revistas, em que são publicados os resultados da sua própria produção científica.

Adiantamentos tecnológicos à parte, não devemos nos esquecer de que a alma da internet, por assim dizer, se encontra em seu conteúdo, não em seus aspectos físicos, mas nas informações que, passadas com rapidez e segurança, aceleram a geração de conhecimento e contribuem para a evolução intelectual da humanidade. Sendo a área científica de crucial importância para o crescimento econômico, social e político, “a informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país” (KURAMOTO, 2006, p. 91). Essa informação é veiculada para a sociedade através de revistas científicas com revisão dos pares, principalmente, e isso se dá, geralmente, a partir dos editores, ou *publishers*. Os pesquisadores ganham prestígio se associados a certos editores e estes lucram (geralmente, de forma excessiva). Muitas dessas pesquisas são financiadas com recursos públicos, pelo Estado, mas praticamente não há retorno para a sociedade, uma vez que o acesso aos periódicos científicos se dá apenas pelas universidades e centros de pesquisa capazes de custear suas assinaturas. Foram os bibliotecários os primeiros a detectar o problema, seguidos pelos gestores e, mais tarde, pelos pesquisadores que passaram a não mais ter acesso a determinadas revistas devido ao seu alto custo, com aumentos de mais de mil por cento entre 1989 e 2001 (KURAMOTO, 2006, p. 92). A crise instalada no campo dos periódicos científicos e suas consequências na pesquisa e no desenvolvimento vêm sendo estudadas por muitos autores da Ciência da Informação no Brasil e no exterior, principalmente sob o ângulo do *Open Access*, o Movimento de Acesso Livre, ou Aberto, à Informação. Esse movimento vem se fortalecendo a cada ano no mundo científico e na sociedade, em geral, e pressupõe a adoção de uma filosofia aberta que inclui o acesso à informação por todos e para todos, na busca de transformações que efetivamente contribuam para a melhoria da coletividade. Por filosofia aberta, Costa (2006, p. 40) ressalta: “o movimento em direção ao uso de ferramentas, estratégias e metodologias que denotam um novo modelo de representar um igualmente novo processo de comunicação científica, ao mesmo tempo em que serve de base para interpretá-lo (GAUZ, 2008).

A comunicação científica confronta-se com várias barreiras para acessar à informação científica, considerando o modelo tradicional. "Neste modelo, os artigos ou trabalhos científicos são publicados em revistas especializadas, e a forma de acesso a esses trabalhos dá-se mediante assinatura das publicações pelas bibliotecas ou pelo pesquisador" (BINOTTO, 2007). O aparecimento e desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, em especial a Internet, têm alterado o processo de comunicação, estabelecendo uma nova categoria na comunicação científica: a comunicação eletrônica. Este tipo de comunicação tem causado uma revolução nas ciências, proporcionando maior rapidez no desenvolvimento das pesquisas e maior troca de informações, pondo em contato pesquisadores de diferentes partes do mundo (MACHADO, 2005 apud BINOTTO, 2007).

O papel de um periódico científico deve ser: em primeiro lugar, trazer ao público em geral os grandes resultados do trabalho Científico e a descoberta Científica; e estimular as reivindicações da Ciência para um reconhecimento geral na Educação e vida cotidiana. Em segundo lugar, auxiliar os próprios cientistas, oferecendo cedo informação de todos os avanços feitos em quaisquer ramos do conhecimento natural pelo mundo, e proporcionando a eles uma oportunidade de discutir as diversas questões científicas que surgem de tempos em tempos. (NATURE, 1869 apud ORTELLADO, 2008, p. 187).

Para Wilinsks (2006) é tempo de fazer uma mudança radical na forma como a informação está sendo disponibilizada, particularmente a informação científica, que resulta de investigação pública e é financiada por instituições de fomento ou órgãos governamentais. O autor supracitado, alerta ainda para o facto de que cada vez mais a informação torna-se menos acessível devido às práticas de publicação retrogradadas, contudo, a longo prazo, esta forma de disseminação ou publicação poderá alterar-se.

Segundo Stevan Harnad, um dos líderes do movimento global de acesso livre à literatura científica, estima-se que haja no mundo 25 mil títulos de revistas com revisão pelos pares, as quais publicam cerca de um milhão de artigos por ano. Contudo, as facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, aliadas ao movimento mundial em prol do acesso livre à literatura científica, fazem surgir um cenário otimista. Um cenário onde as barreiras que dificultam o acesso à literatura científica começam a ser derrubadas por intermédio de ações estratégicas propostas por esse movimento mundial (KURAMOTO, 2008).

1.2 O INÍCIO DO MOVIMENTO: A *SUBVERSIVE PROPOSAL FOR ELECTRONIC PUBLISHING*

De acordo com Borges (2006, p. 81) o movimento do acesso livre começou em 1994, quando Stevan Harnad dá início a sua proposta “subversiva” numa lista de discussão disponível na internet dedicada ao tema das revistas eletrônicas (OKERSON, O’ DONNEL 1995 apud BORGES, 2006). Na resposta a esta proposta esteve presente Paul Ginsparg, o criador do arquivo de Los Alamos, atualmente conhecido Arxiv, um arquivo de *preprints* na área da física e da alta energia, cujo sucesso permitiu todo novo horizonte na partilha da Informação Científica.

Segundo Rodrigues (2006), naquela conjuntura a proposta “subversiva” para publicações eletrônicas apresentada por Harnad parecia utópica e inconcebível.

"If every esoteric [read: refereed-journal-article] author in the world this very day established a globally accessible local ftp archive for every piece of esoteric [read: author give-away] writing from this day forward... [and hence] "If all scholars' preprints were universally available to all scholars by anonymous ftp (and gopher, and World-Wide Web, and the search/retrieval wonders of the future), NO scholar would ever consent to WITHDRAW any preprint of his from the public eye after the refereed version was accepted for paper "PUBLICATION." Instead, everyone would, quite naturally, substitute the refereed, published reprint for the unrefereed preprint" (HARNAD, 1995 apud RODRIGUES, 2006).

Na discussão eletrônica acerca da proposta “subversiva”, cujo título era ***Scholarly Journals at the Crossroads: A Subversive Proposal for Electronic Publishing An Internet Discussion about Scientific and Scholarly Journals and Their Future*** (ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES, 1995. grifo nosso), participaram vários cientistas, bibliotecários e editores. Todavia, inicia-se com uma resposta rápida a Harnad⁹ com a oferta de um administrador de sistemas para albergar um sistema de publicação científica eletrônica. Para um leitor, a discussão sobre publicação eletrônica enfatiza a idéia de que os problemas abordados durante essa discussão não são técnicos, mas sim sociais.

A discussão sobre *electronic publishing* aborda o tema da responsabilidade das descobertas científicas e acadêmicas, questionando se estas são da responsabilidade individual dos pesquisadores ou se deveria existir uma responsabilização institucional e a sua centralização – ou ambas? Quando Joshua

⁹Stevan Harnad foi o criador e editor (1978-2003) of Behavioral and Brain Sciences, um jornal publicado pela Cambridge University Press, Pscoloqy, uma revista eletrônica patrocinada pela American Psychological Association, e CogPrints, um arquivo de pré-impressão eletrônica nas ciências cognitivas hospedado Universidade de Southampton. Ele também foi o fundador e moderador da American Scientist Open Access Forum (desde 1998) e é um promotor ativo de livre acesso.

Ledberg (ganhador do prêmio Nobel de Fisiologia/Medicina-1958) sugere que deveriam existir arquivos institucionais, em detrimento de arquivos disciplinares, os bibliotecários propõem que deveria existir algum controle econômico sobre os produtos das universidades. Evidencia-se, ainda durante a discussão sobre *electronic publishing*, a questão dos preços e questiona-se a edição eletrônica seria mais barata do que a edição impressa e isso foi considerado uma questão relevante. Ginsparg¹⁰ e Harnad os mais importantes líderes desse movimento do OA, apontam as primeiras respostas sobre a edição de *e-journals* e sobre investimento nas infra-estruturas à comunidade de bibliotecários. E Lorrin Garson¹¹ da Sociedade Química Americana comenta detalhadamente sobre o curso do planejamento e investimento que a sociedade já implantou adaptando as edições não impressas. Andrew Odlyko dos Laboratórios AT & T Bell apoiante dessa iniciativa para *electronic publishing* junta-se à discussão como mais um importante, depois de Harnad e Ginsparg, apresentando uma exposição sobre a adaptação e a transição dos periódicos científicos eletrônicos. Richard Entlich um dos bibliotecários, em Cornell, com conhecimentos no campo da implementação de periódicos *on-line*, partilha a sua experiência e chama atenção para a complexidade da área de edição/publicação. Harnad trata sobre as objeções às edições eletrônicas que ele mesmo vê como infundadas. A questão dos custos volta a imperar, como uma das influências indiscutíveis do sistema de periódico atual, assim como as temáticas do atraso e da redundância introduzida por uma prática de revisão feita pelos pares. Bernard Naylor levantou questões sobre o prestígio, a pressão para publicar e o conservadorismo dos autores e editores e, ainda, o prognóstico para a aceitação das edições eletrônicas. Tratou-se também sobre a crise dos periódicos tradicionais e sobre a frequência das citações.

1.2.1 As iniciativas em favor do movimento *open access*

Rodrigues (2006), após a publicação da “Proposta Subversiva”, assim denominada pelo seu próprio autor Stevan Harnad sublinha que várias iniciativas foram ocorrendo em favor do movimento do acesso livre em todo o mundo, nomeadamente: a criação da *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition* (SPARC); a Declaração de Santo Domingo; a Conferência Mundial Sobre A Ciência

¹⁰ Ginsparg é professor de Física e Computação e Ciência da Informação na Cornell University desde de 2001. O arquivo de *preprints* foi desenvolvido enquanto ele era membro da equipe do Los Alamos National Laboratory, 1990–2001.

¹¹ <http://www.infonortics.com/chemical/ch02/abstracts-bios/garson-bio.html>

Para o Século XX; a Declaração sobre a Ciência e o Uso do Conhecimento Científico; a Agenda para a Ciência; a Convenção de Santa Fé – a Iniciativa de Arquivos Aberto; o Lançamento da Pubmed Central.

1.2.1.1 A criação da *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition* (SPARC)

Em 1998 foi lançada a SPARC pela Association of Research Libraries (ARL), o lançamento do Fórum da *American Scientist*, também chamado *September 1998* e o início de algumas “Declarações de Independência” relevantes que assinalaram a asserção do movimento do acesso livre.

Segundo Borges (2006, p.82), o aumento dos custos das assinaturas de revistas científicas tem resultado na suspensão das mesmas, acrescentando que, em consequência disso, a Association of Research Libraries (ARL) editou o *Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition*, com a finalidade de instituir novos títulos para concorrerem com os das editoras.

A SPARC¹² é uma aliança internacional de bibliotecas acadêmicas de pesquisa, que se encontra trabalhando para corrigir desequilíbrios no sistema de publicação científica, é uma coalizão de bibliotecas, iniciada pela Association of Research Librarians ARL. Desta forma, a SPARC tornou-se um catalisador para a mudança. O enfoque programático é estimular o surgimento de novos modelos de comunicação científica, ampliar a divulgação da pesquisa acadêmica e reduzir as pressões financeiras sobre as bibliotecas. A SPARC, em colaboração com as partes interessadas – autores, editores e bibliotecas – baseia-se nas oportunidades sem precedentes criadas pelo ambiente da rede digital para impulsionar a realização de estudos. A SPARC para além de estimular a mudança no sistema de comunicação científica pretende:

- educar os interessados sobre os problemas da comunicação científica e as possibilidades de mudança;
- apoiar as mudanças políticas que o potencial tecnológico possibilita para a disseminação da comunicação científica;

¹²A informação disponibilizada no *corpus* do texto pode ser confirmada em: <http://www.arl.org/sparc/about/index.shtml>.

- ajudar ao reconhecimento de que a divulgação é uma componente essencial e indissociável do processo de pesquisa.

A missão da SPARC é ser:

um catalisador para a ação. Sua agenda pragmática concentra-se em colaborar com outras partes interessadas, para estimular o surgimento de novas formas de comunicação científica, práticas e políticas que aproveitem o ambiente de rede digital para apoiar a investigação, expandir a divulgação dos resultados de pesquisas e reduzir as pressões financeiras sobre as bibliotecas (SPARC, 2010).

Atualmente, a SPARC conta com adesão de cerca de oitocentas instituições na América do Norte, no Japão, na China e na Austrália. Em 2001, trabalhou com a Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche (LBER) e outras instituições europeias para estabelecer a SPARC Europeia.

A SPARC estimula a criação de melhores, mais rápidos e mais econômicos sistemas para a distribuição de novos conhecimentos e beneficia pesquisadores, *publischer partners*, bibliotecas e a sociedade em geral.

Soares (2004, p. 23) afirma que a filiação à SPARC custa uma fração mínima com relação ao que se paga a um dos provedores. A sua finalidade é a de diminuir o preço da comunicação científica. "Existe um SPARC-Europa e pode ser politicamente viável e economicamente vantajosa a criação de instituição semelhante para a América Latina e/ou o Terceiro Mundo" (Soares: 204, p.23). Um dos programas é o SPARC *Alternative*, que se descreve como: "*This program supports lower-cost, directly competitive journals as an alternative for academic disciplines formerly dependent on high-priced journals.*" (Soares: 2004, p. 23).

1.2.1.2 Declaração de Santo Domingo

A região composta pela América Latina e o Caribe tem enfrentado a pressão da necessidade de avançar em direção a um desenvolvimento social e econômico sustentável. Nesse processo, a ciência, a tecnologia e a inovação devem contribuir para: elevar a qualidade de vida da população; elevar os níveis educacional e cultural da população; propiciar um cuidado genuíno do meio-ambiente e dos recursos naturais; criar mais oportunidades de emprego e melhor qualificação dos recursos humanos; aumentar a competitividade da economia e diminuir os desequilíbrios regionais. Para isso, requer-se um novo compromisso de colaboração entre o setor público, as empresas produtoras de bens e serviços, os diversos agentes sociais e a cooperação científica e tecnológica internacional. Esses esforços podem ser facilitados aumentando-se os recursos destinados a atividades científicas e tecnológicas, e elevando-se a

demanda de conhecimentos científicos e tecnológicos gerados na região, por parte das atividades econômicas predominantes. O conhecimento científico e tecnológico tem produzido aplicações de grande benefício para a humanidade. No entanto, esses benefícios não estão equitativamente distribuídos, aumentando a distância entre os países industrializados e os países em via de desenvolvimento. Além disso, a aplicação dos avanços científicos e tecnológicos, em alguns casos, tem sido a causa do deterioramento do meio-ambiente e uma fonte de desequilíbrio e de exclusão social (DECLARAÇÃO DE SÃO DOMINGOS, 1999).

Publicada em Março de 1999, a Declaração de Santo Domingo¹³, de acordo com Souza, Miranda e Batista (2005), foi o documento que:

resultou da 1ª REUNIÃO REGIONAL DE CONSULTA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE com relação a CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A CIÊNCIA PARA O SÉCULO XXI: UMA VISÃO NOVA E UMA BASE DE AÇÃO, ocorrida em março de 1999, em Santo Domingo. Um dos tópicos apontados na declaração foi “ciência para todos”, enfatizando que para ter uma sociedade do conhecimento é necessário aumentar a capacidade tecnológica, fazendo uma combinação de formas tradicionais e modernas que estimulem a criação científica e que viabilizem o desenvolvimento humano sustentável (SOUZA; MIRANDA; BATISTA, 2005).

A Declaração de Santo Domingo trata da ciência para todos no *item* dois, ponto três e assinala que ter uma sociedade do conhecimento:

Implica aumentar a capacidade tecnológica, combinando formas tradicionais e modernas que estimulem a criação científica e que viabilizem o desenvolvimento humano sustentável. A democratização da ciência permeia três grandes metas: (i) a ampliação do conjunto de seres humanos que se beneficiam diretamente dos avanços da pesquisa científica e tecnológica, que deve privilegiar os problemas da população afetada pela pobreza; (ii) uma maior abertura no acesso à ciência, entendida como um componente central da cultura; (iii) o controle social da ciência e da tecnologia, e da sua orientação, a partir o exercício de opções morais e políticas coletivas e explícitas. Isso enfatiza a importância da educação e da popularização da ciência e da tecnologia para o conjunto da sociedade (DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO, 1999).

A Declaração de Santo Domingo, no item dois, ponto quatro também manifesta uma preocupação com a lacuna científica existente entre os países pós-industriais e os países em desenvolvimento, e a fragilidade científica e tecnológica dos países em desenvolvimento, que “possui um caráter dependente e marginal, que, se consolidado, dificultará grandemente a superação da desigualdade social e o deterioramento ambiental que neles prevalece” (Declaração de Santo Domingo, 1999). A crescente lacuna científica e tecnológica entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento se revelam como uma das expressões contemporâneas

¹³ <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000112.pdf>

para a permanência do subdesenvolvimento. A desigualdade de conhecimento científico e tecnológico explica as diferenças do poder, possibilitando que alguns países utilizem os seus bens comuns para dividir com os outros as perdas e os danos. A lacuna científica, isto é, de conhecimento, sempre crescente entre os países que compõem os dois polos opostos, demanda que todo empenho científico mundial tenha início e continue nos países desenvolvidos. Esta é uma questão que deve ser analisada e retificada o mais rápido possível.

A Declaração de Santo Domingo assinala, igualmente, as preocupações com a educação e com a formação científica e tecnológica no *item* quatro, ponto sete conforme transcrito abaixo:

O novo compromisso mundial para com a ciência deve incluir, como uma das suas grandes aspirações, a diminuição da brecha que tende a separar cada vez mais os países desenvolvidos do restante do mundo, no que tange à capacidade de gerar e utilizar conhecimentos científicos e tecnológicos. O renovado impulso à pesquisa nos países periféricos deve vincular-se estreitamente com as contribuições que cientistas e tecnólogos devem fazer para alcançar a grande meta de generalizar o ensino avançado, de alta qualidade e contínuo ao longo da vida.

A renovação do ensino da ciência e da tecnologia, por vias formais ou informais, deve ter como objetivo, também, a promoção da compreensão pública da ciência e da tecnologia como parte da cultura. A formação inicial e permanente dos docentes de ciência e de tecnologia terá de vincular-se crescentemente aos ambientes de produção de conhecimento nas suas respectivas disciplinas, pois a sua tarefa essencial consiste em ensinar uma ciência dinâmica (viva, em constante transformação e culturalmente relevante).

É necessário desenvolver a educação científica e tecnológica dos cidadãos e promover e motivar o desenvolvimento das vocações científicas e tecnológicas (DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO, 1999).

O item quatro, ponto oito da Declaração de Santo Domingo demonstra sua preocupação com a popularização da ciência e da tecnologia.

A popularização da ciência e da tecnologia deve, simultaneamente, ser potencializada e vinculada à afirmação das capacidades próprias dos países da América Latina e do Caribe. As atividades de popularização da ciência e da tecnologia devem ter constituir um componente central da cultura, da consciência social e da inteligência coletiva. Devem também contribuir para a recuperação e a valorização dos conhecimentos nativos. O objetivo central de construir-se uma cultura científica transdisciplinar - em ciências exatas, naturais, humanas e sociais -, que a população em geral possa chegar a sentir como própria, requer a priorização da pesquisa socialmente útil e culturalmente relevante. Nesse sentido, é necessário fomentar a introdução, o entendimento e a apreciação da ciência e da tecnologia bem cedo na nossa vida cotidiana, começando na educação primária (DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO, 1999).

1.2.1.3 Conferência Mundial sobre a Ciência para o Século XXI

Os participantes na “Conferência Mundial sobre Ciência para o Século XXI: um Novo Compromisso”, reunidos em Budapeste, Hungria, de 26 de junho a 1 de julho de 1999, sob o patrocínio da – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e do Conselho Internacional para a Ciência (ICSU) redigiram duas declarações: a Declaração sobre a Ciência e o uso do conhecimento científico; e a Agenda para a Ciência: uma base de ação.

A Declaração de Budapeste demonstrou uma sensibilidade considerável quanto à dimensão ética da ciência e da tecnologia, ao relatar que a ciência deve ser entendida como um bem comum da humanidade e suas aplicações devem servir a propósitos humanitários (CIÊNCIA PARA O SÉCULO XXI, 1999, p. 8).

1.2.1.3.1 Declaração sobre a ciência e o uso do conhecimento científico

A Declaração sobre a Ciência e o uso do conhecimento científico enfatiza que ter acesso contínuo à educação, desde a infância, é um direito humano e que a educação científica é essencial ao desenvolvimento humano.

Em síntese, a declaração defende que um novo compromisso (contrato) social para com a ciência deve se fundamentar:

- na erradicação da pobreza;
- na harmonia com a natureza;
- e, no desenvolvimento sustentável.

E de acordo com a “Declaração sobre a ciência e uso do conhecimento” científico é indispensável aperfeiçoar os conhecimentos e as análises e cooperar para harmonização da complexa inter-relação entre a ciência, tecnologia e sociedade. As democracias devem valorizar o aperfeiçoamento das Ciências e das Tecnologias (C&T) e as comunidades científicas devem:

- contribuir, especialmente no que tange aos problemas de sua área específica, para a apresentação de alternativas que capacitem os cidadãos a receberem informação e a expressarem as suas opiniões;
- levar em conta a opinião da sociedade civil e estabelecer com ela um diálogo franco;

- combater a entronização de tecnocracias apoiadas por conhecimentos (falsos ou verdadeiros) de (C&T).

A junção do empenho dos diversos atores sociais deve proporcionar a elaboração, em todos os países, de uma agenda de prioridades sobre os mais importantes temas de pesquisa.

"A sociedade do conhecimento" implica a realização do pleno potencial de capacidade tecnológica, aliando metodologias tradicionais e modernas que estimulem a criação científica e conduzam a um desenvolvimento humano sustentável (CIÊNCIA PARA O SÉCULO XXI, 1999).

O governo deve, enquanto entidade superior e responsável, incentivar ações organizadas e relacionadas com o crescimento científico-tecnológico, visando a geração, difusão e a utilização do conhecimento em (C&T).

De acordo com a Declaração sobre a ciência e uso do conhecimento científico (1999. p.26), todas as culturas são capazes de contribuir com conhecimento científico de valor universal. As ciências devem se colocar a serviço da humanidade como um todo, e contribuir para que todos tenham uma compreensão mais profunda da natureza e da sociedade, uma melhor qualidade de vida e um meio ambiente sustentável e sadio para as gerações presentes e futuras.

A declaração sobre a Ciência e o uso do conhecimento no seu preâmbulo conclama a que:

As nações e os cientistas de todo o mundo são conclamados a reconhecer a urgência do uso responsável do conhecimento, proveniente de todos os campos da ciência, de modo a atender as necessidades e aspirações humanas sem fazer mal-uso desse conhecimento (DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA...1999. p.25).

Considerando a posição ocupada, nos dias de hoje, pelas ciências naturais e o rumo por elas tomada, contrapondo o seu impacto social e o que a sociedade espera dela, "no século XXI, a ciência tem que se transformar em um bem comum que beneficie a todos os povos em base solidária, que a ciência é um recurso poderoso para a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, e que seu papel promete vir a se tornar ainda maior no futuro, à medida que for entendida a crescente complexidade da relação entre a sociedade e seu meio ambiente" (DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA...1999. p.28).

Os signatários da Declaração sobre a ciência e o uso do conhecimento reclamam a:

- Ciência para o conhecimento e o conhecimento para o progresso:

A função inerente da empreitada científica é efetuar uma investigação ampla e minuciosa sobre a natureza e a sociedade que conduza a novos conhecimentos. Esses novos conhecimentos oferecem enriquecimento educacional, cultural e intelectual, que levam a avanços tecnológicos e benefícios econômicos. A promoção de pesquisas de base e pesquisas direcionadas à solução de problemas é de importância essencial para que se venha a atingir desenvolvimento e progresso endógenos (DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA...1999. p.32).

- Ciência pela paz:

Os governos e a sociedade em geral devem ter consciência da necessidade de utilizar as ciências naturais e sociais e a tecnologia para enfrentar as causas fundamentais e os impactos dos conflitos. Devem ser ampliados os investimentos nas pesquisas científicas que tratam dessas questões (DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA...1999. p.32).

- Ciência para o desenvolvimento:

Hoje, mais do que nunca, a ciência e suas aplicações são indispensáveis para o desenvolvimento. Todos os níveis do governo e do setor privado devem dar maior apoio à construção de uma capacidade científica e tecnológica adequada e uniformemente distribuída, através de educação apropriada e programas de pesquisa, como base indispensável para um desenvolvimento saudável em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA...1999. p.33).

- Ciência na sociedade e ciência para a sociedade:

A prática da pesquisa científica e o uso do conhecimento advindo dessa pesquisa devem sempre ter como objetivo o bem-estar da humanidade, aí incluída a redução da pobreza, o respeito à dignidade e aos direitos dos seres humanos e ao meio ambiente global, levando em consideração nossa responsabilidade para com as gerações presentes e futuras (DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA...1999. p.38).

Os participantes da Conferência Mundial sobre a Ciência para o século XXI assumiram um novo compromisso, se comprometendo a empregar esforços no sentido de promover o diálogo entre as comunidades científicas e a sociedade, remover toda e qualquer discriminação relativa à educação para a ciência e aos benefícios da ciência, agir de forma ética e cooperativa, no âmbito de suas responsabilidades específicas para fortalecer a cultura científica e a assegurar sua aplicação pacífica em todo o mundo.

1.2.1.3.2 Agenda para a Ciência: uma base de ação

As diretrizes operacionais apresentadas na Agenda para a Ciência oferecem uma estrutura para tratar dos problemas, desafios e oportunidades com que se depara a pesquisa científica para promoção das parcerias já existentes, como das que serão criadas nacionalmente ou internacionalmente.

E no item 1.1 da Agenda para a Ciência, que trata da pesquisa de base ressalta que:

Cada país deve ter como objetivo possuir instituições científicas de alta qualidade, capazes de fornecer instalações de pesquisa e de formação profissional em áreas de interesse específico. Nos casos em que os países não tiverem condições para criar tais instituições, o apoio necessário deve ser oferecido pela comunidade internacional, por meio de parcerias e de cooperação (AGENDA PARA CIÊNCIA, 2003. p.45).

No item 1.3 que aborda questões relativas aos Setores Públicos e Privados destaca:

Por meio de mecanismos participativos que incluam todos os setores e agentes interessados, os governos devem identificar as necessidades do país e conferir prioridade ao apoio às pesquisas públicas necessárias para alcançar progressos em diversos campos, assegurando, para esse fim, um financiamento estável. Os Parlamentos devem adotar medidas correspondentes, bem como níveis de dotações orçamentárias (AGENDA PARA CIÊNCIA, 2003. p. 47).

Os cientistas, as instituições de pesquisa e as sociedades científicas e acadêmicas, bem como outras organizações governamentais afetas à questão, devem se comprometer com a intensificação da cooperação internacional, aí incluído o intercâmbio de conhecimentos gerais e especializados. As iniciativas visando a facilitar o acesso dos cientistas e das instituições dos países em desenvolvimento às fontes de informação científica devem receber especial incentivo e apoio. Devem ser implementadas ações que tenham como objetivo incorporar cientistas mulheres e cientistas pertencentes a outros grupos em situação de desvantagem, tanto do Norte quanto do Sul, nas redes científicas. Nesse contexto, devem ser envidados esforços no sentido de assegurar o acesso aos resultados das pesquisas de financiamento público (AGENDA PARA A CIÊNCIA, 2003. p.48).

No item 2.3 ressalta as questões sobre a Ciência e a tecnologia:

As autoridades nacionais e o setor privado devem apoiar parcerias universidade-indústria, abrangendo também institutos de pesquisa e empresas médias, pequenas e micro, com o fim de promover inovações, acelerar os retornos da ciência e gerar benefícios para todos os participantes (AGENDA PARA CIÊNCIA, 2003.p.54).

No item 2.4 salienta questões relativas a educação científica:

Os governos devem dar a mais alta prioridade à melhoria da educação científica em todos os níveis, dedicando particular atenção à

eliminação dos efeitos do preconceito de gênero e do preconceito contra os grupos em situação de desvantagem, conscientizando o público sobre a ciência e apoiando sua popularização. Devem ser tomadas medidas visando a promover o desenvolvimento profissional de professores e educadores, capacitando-os a enfrentar as mudanças, e esforços especiais devem ser envidados no sentido de tratar da falta de professores e educadores devidamente treinados na área das ciências, principalmente nos países em desenvolvimento (AGENDA PARA CIÊNCIA, 2003. p. 56).

Na Conferência Mundial para a Ciência no Século XXI, os intervenientes consideram a agenda como uma base de ação e, desta forma, incentivaram todos os demais parceiros a adotá-la. Assim sendo, os governos, o sistema das Nações Unidas e todas as partes interessadas devem fazer uso da Agenda ou de suas partes específicas, no planejamento e na implementação de medidas e atividades concretas, que digam respeito à ciência e às suas aplicações.

1.2.1.4 A Convenção de Santa Fé - A iniciativa *Open Archives*

Sem se limitarem apenas às instituições de ensino superior, mas de um modo amplo, Paul Ginsparg, Rick Luce e Herbert Van de Sompel, em 1999, realizaram uma reunião com especialistas para preparar um documento com as recomendações da Convenção de Santa Fé, com o objetivo de estimular a discussão sobre as normas a serem estabelecidas, para o desenvolvimento de um serviço internacional de auto-arquivamento, por parte dos pesquisadores.

Foi realizada em outubro de 1999 a convenção de Santa Fé, quando se discutiu um modelo de inteoperabilidade para integrar as iniciativas de repositórios de *e-prints*. Nessa convenção foi estabelecido o modelo OAI – *Open Archives Initiatives*. Esta convenção é uma combinação de princípios organizacionais especificações técnicas para facilitar um mínimo, mas um potencial e alto nível funcional de interoperabilidade entre os repositórios de *e-prints* acadêmicos. Esse modelo foi a base tecnológica para o empreendimento das ações de acesso livre em todo o mundo. Portanto, eu considero que o estabelecimento do modelo OAI deu início e viabilizou todas as ações do Acesso Livre no mundo (KURAMOTO, 2008).

Assim foi criada a *Open Archives Initiative* (OAI), que se iniciou a partir do protocolo *Open Archives Initiatives Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH)¹⁴,

¹⁴O protocolo OAI-PMH é um mecanismo para transferência de dados entre repositórios digitais. É uma interface que um servidor de rede pode empregar para que os metadados de objetos residentes no servidor estejam disponíveis para aplicações externas que desejem coletar esses dados. Essa interface tem duas propriedades: interoperabilidade e extensibilidade (Clube OAI BRASIL, 2007).

com a finalidade de mostrar uma base estável para a interoperabilidade de “arquivos” abertos.



Símbolo 1: Open Archives

Fonte: <http://kuramoto.blog.br/2010/09/15/oa-oai-o-que-sao>

O modelo *Open Archives* apareceu na década de 1990, a partir das experiências do Laboratório Nacional de Los Alamos, nos Estados Unidos, que desenvolveu e constituiu um repertório digital ArXiv, na área de Ciência da Computação de Física e Matemática. O repertório ArXiv foi elaborado experimentalmente diante dos impedimentos encontrados no Sistema de Comunicação Científica, uma vez que os preços das assinaturas dos periódicos científicos aumentaram de forma desequilibrada. Atentemos nas palavras de Kuramoto (2006, p.4):

A partir desse evento, foi criada a *Open Archives Initiative* (OAI). A meta principal dessa iniciativa é contribuir de forma concentrada para a transformação da comunicação científica. A linha de ação proposta para essa transformação é a definição de aspectos técnicos e de suporte organizacional de uma estrutura de publicação científica aberta, na qual ambas camada comercial e livre, possam se estabelecer.

Para Batista, Costa, Kuramoto e Rodrigues (2007, p. 9), a Convenção de Santa Fé determinou as especificações técnicas e os princípios administrativos para se criar um alto nível de interoperabilidade funcional entre repositórios. Sendo essenciais: o mecanismo de submissão; o sistema de armazenamento a longo prazo; uma política de gestão para a submissão e preservação de documentos; e, uma interface aberta, que permita a terceiros coletar os metadados dos respectivos arquivos componentes indispensáveis para um arquivo de *e-prints*.

Objetivando atender aos critérios de interoperabilidade¹⁵ surge OAI em uma reunião realizada em outubro de 1999, em Santa Fé, *New Mexico* por Paul Ginsparg,

¹⁵Interoperabilidade - é o termo (mais geral) que envolve diversos aspectos da iniciativa dos arquivos abertos (Open Archives) relacionados com o aparato tecnológico que possibilita a sua interconexão com outras redes, a definição de sua arquitetura e usabilidade, os mecanismos necessários para o estabelecimento da comunicação científica integrando citantes e citados, bem como o fornecimento de

Rick Luce e Herbert Van de Sompel, sob os patrocínios do *Council on Library and Information Resources* (CLIR), da Digital Library Federation (DLF), da SPARC, ARL e do Los Alamos National Laboratory (LANL) (VAN DE SOMPEL & LAGOZE, 2000 apud FERREIRA; MODESTO E WEITZEL, 2004, p. 198).

A OAI, segundo Ferreira, Modesto e Weitzel (2004, p. 197), foi criada com a finalidade de desenvolver e promover normas de interoperabilidade para facilitar a disseminação eficaz de conteúdos na Internet. Surgiu, deste modo, com o empenho de aperfeiçoar o acesso a repositórios de publicações eletrônicas/*eprints*, mas ficou evidente que havia a demanda por um protocolo comum que facilitasse o intercâmbio de múltiplos formatos bibliográficos entre máquinas (ambientes computacionais ou sistemas) diversas. Por isso, existem hoje também várias bibliotecas digitais criadas com a mesma filosofia OAI.

Segundo Kuramoto (2010), OAI é a sigla do *Open Archives Initiative*, que é um conjunto de padrões utilizados para o estabelecimento de interoperabilidade entre dois sistemas de informações. Trata de um projeto ou organização que tem por objetivo desenvolver padrões, normas ou mecanismos para promover a interoperabilidade entre dois sistemas de informação e o (OAI) desenvolveu e estabeleceu a OAI-PMH. E, nos últimos dois anos, esta iniciativa vem desenvolvendo o *Open Archives Initiative Object Reuse and Exchange* (OAI-ORE), um conjunto de padrões para a agregação de recursos da WEB.

A OAI foi responsável pela formação das bases indispensáveis para implementar um moderno modelo de acesso à publicação científica a partir da Integração de soluções tecnológicas e também pela procura de mecanismos para assegurar sua legitimação (VAN DE SOMPEL; LAGOZE, 2000 apud WEITZEL, 2006 p. 60).

Para Weitzel (2006, p. 60), a OAI produziu a infra-estrutura indispensável para apoiar publicações científicas *online*, repositórios temáticos e institucionais e provedores de serviços que proporcionam a integração completa de buscas e textos integrais, tais como as fontes primárias, secundárias e terciárias, respectivamente.

Para Sompel e Lagoze (2000 apud SENA, 2006), os arquivos abertos e automatizados de *e-prints* são elementos que proporcionam uma mudança de

serviços de alerta e de recuperação da informação através dos recursos padrão de pesquisa por autor, título, assunto, palavras-chave etc. Conforme foi detalhado anteriormente (FERREIRA, MODESTO, WEITZEL 2004, p. 202); Interoperabilidade - relaciona-se, também com "os formatos de metadados, a arquitetura de sistema [...], abertura à criação de serviços de bibliotecas digitais para terceiros, integração com o mecanismo estabelecido de comunicação científica/acadêmica, sua usabilidade em contextos transdisciplinares (*cross-disciplinary context*), sua habilidade em contribuir para um sistema métrico de uso e citação" (LAGOZE ; SOMPEL, 2000 apud SENA, 2000, p. 7).

paradigma na comunicação científica e surgem como um modelo mais eficaz para a disseminação dos resultados de pesquisa. Dessa maneira os autores supracitados afirmam que:

É inquestionável o papel central que desempenham hoje as tecnologias de informática, computação e comunicação nas práticas de informação [...]. Quando se fala em informação para ciência e tecnologia, este papel é mais acentuado ainda. Isto porque a ciência institucionalizada está assentada em mecanismos de comunicação rápida dos resultados de pesquisa, que por sua vez estão hoje baseados fortemente nas tecnologias de informação. No ciclo de comunicação científica, as bibliotecas têm um papel fundamental. A elas cabem, neste ciclo, os papéis de coleta, registro, estocagem e disseminação de informações. A evolução das tecnologias de informação, no entanto, vem alterando substancialmente este papel e junto com isto o próprio conceito de biblioteca (MARCONE; SAYÃO, 2002, p.1).

Antigamente, aquilo que estava disponível nas prateleiras das bibliotecas está agora acessível apenas através de um clique, resultando no fácil acesso e na exposição às fontes de informação *online*, sem limites: “a literatura de acesso livre é digital, *online*, isenta de encargos e de licenças restritivas” (ELBECK; MANDERNACH, 2008).

Segundo Sena (2006, p.72), nos Estados Unidos e em alguns países europeus, existe um número crescente de coleções de *e-prints* (*preprints* e *reprints*); assim, o grande volume de trabalhos científicos que está sendo direcionado para arquivos públicos já se tornou um modelo alternativo de comunicação para algumas áreas da pesquisa. Os pesquisadores transformaram-se nos seus próprios editores; a publicação de seus artigos/trabalhos é da inteira responsabilidade do autor-pesquisador, o que por sua vez já é realizado de uma forma automatizada (correio eletrônico, transferência de arquivos via *File Transfer Protocol* (FTP) ou formulários disponíveis na *web*).

Na convenção de Santa Fé, ficou a conotação de que o Acesso Livre seria uma nova modalidade de comunicação científica, onde os pesquisadores depositariam em repositórios os seus artigos, os quais poderiam receber contribuições na forma de comentários aos artigos depositados, e os seus autores teriam, portanto, a oportunidade de aperfeiçoar os seus trabalhos por meio da submissão de uma segunda versão ao mesmo repositório, com as alterações sugeridas pelos comentários. Essa nova modalidade de comunicação científica foi muito criticada pelo fato de esses trabalhos não serem, previamente, revisados pelos pares. Além disso, alguns especialistas chegaram a afirmar que a revisão pelos pares não seria necessária. No entanto, posteriormente, Stevan Harnad voltou à trás e reafirmou a necessidade da existência da revisão por pares, um dos fundamentos da comunicação científica tradicional (KURAMOTO, 2008).

De acordo com Kuramoto (2006, p.7), com o estabelecimento do modelo *Open Archives* e o desenvolvimento de diversas ferramentas de *software*, que visam a construção de repositórios digitais e publicações periódicas eletrônicas, este modelo veio ganhando consistência. Diversas declarações em seu favor foram e estão sendo publicadas, intensificando-se, assim, a implantação de publicações periódicas eletrônicas e os repositórios institucionais e temáticos de acesso livre.

Mas não basta ter a informação, é necessário que possa ser recuperada e por tanto pesquisado com facilidade e transparência. O objetivo do *open archives initiative* (OAI) é promover o desenvolvimento de soluções de arquivo dos autores (também designados por *eprint sytems*), através de desenvolvimento de mecanismos técnicos e estruturas organizacionais que suportem a sua interoperabilidade (VAN DE SOPEL, LAGOZE, 2000 *apud* BORGES, 2006, p.82).

Para o IBICT:

A OAI modificou as relações de direito do uso da informação e a significação do acesso livre, ou seja, disponibilizar integralmente na Internet textos de caráter acadêmico e científico, possibilitando além de acesso: pesquisar, copiar, descarregar, distribuir, imprimir e citar (IBICT, 2006 *apud* ROSA, 2007).

Os arquivos abertos (*open archives*), para Crespo e Correia (2006), são recursos *online* de consulta pública, nos quais o autor deposita o seu trabalho, assegurando desta forma o reconhecimento e a visibilidade da sua pesquisa, sem os obstáculos criados pelas formas convencionais.

A OAI constitui, portanto, um marco na área do tratamento e disseminação da informação em geral e na área da comunicação científica em especial. Essa iniciativa proporcionou a construção, implantação e manutenção de diversos repositórios de acesso livre, assim como o surgimento de diversas ferramentas de *software* para a construção e manutenção de repositórios, como o *E-Prints*, o *Open Journal Systems* (OJS), o DSPACE, entre outros (MANIFESTO BRASILEIRO, 2005).

De acordo com Sabadini, Sampaio e Koller (2009, p. 78), em "Publicar em Psicologia" define como um dos princípios tecnológicos do acesso aberto a OAI, que tem como principais preocupações a interoperabilidade ou compatibilidade entre sistemas ou arquivos e a sua preservação em longo prazo. Neste movimento as autoras, anteriormente citadas, identificam três elementos: (1) os provedores de dados que disponibilizam informações estruturadas de acordo com os metadados padronizados e reconhecidos internacionalmente, como por exemplo o *Dublin*

Core¹⁶);(2) os provedores de serviços que recolhem informações de diversos provedores de dados para construir serviços de busca mais perfeitos e completos;(3) o OAI-PMH um linguagem baseada em http e xml, criada para extração normalizada e seu intercambio entre diversos provedores.

Segundo Batista, Costa, Kuramoto e Rodrigues (2007, p. 10) A convenção de Santa Fé definiu que esse *modelo Open archives* possui dois importantes atores, os provedores de dados (*data providers*) e os provedores de serviços (*service providers*) Os provedores de dados são os gestores de arquivos *e-prints*, Os provedores de serviços são as instituições ou serviços de terceiros que implementam os serviços com valor agregado a partir dos dados coletados junto aos arquivos *e-prints*, ou repositórios digitais como pode ser visto na figura 2.

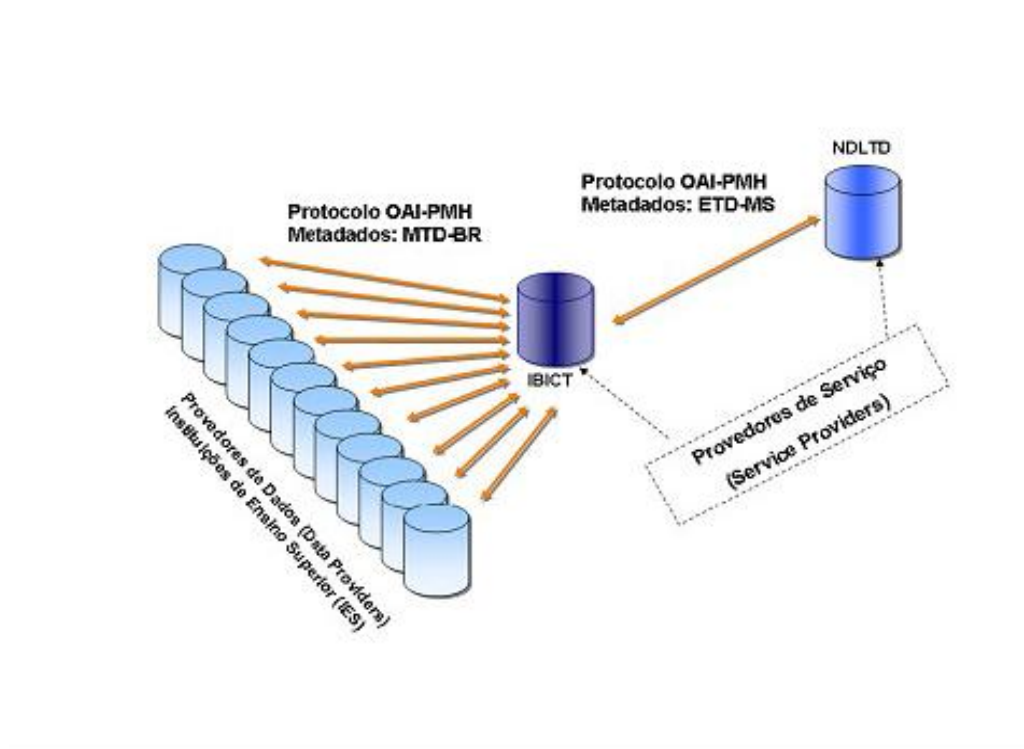


Figura 2 - Esquema funcional do modelo *open archive*
 Fonte: (Batista et. Alli, 2007 apud Alves, 2009, p. 67)

Um ambiente OAI deve utilizar sistemas respeitando a filosofia do *software* livre. Por isso, toda e qualquer ferramenta criada para o ambiente de OAI precisa ser de simples implementação. E de acordo com Ferreira, Modesto e Weitzel (2004, p. 199) as ferramentas mais usadas para este fim são: (1) protocolo http, que é assumido como estrutura de suporte para facilitar interoperabilidade de baixa complexidade de acesso às coleções eletrônicas; (2) linguagens de programação para desenvolver rotinas ou implementar performance (como Perl, Java, PHP etc);

¹⁶ (<http://dublincore.org>)

(3) sistemas operacionais que não sejam softwares proprietários (preferencialmente UNIX compatível, caso do Linux).

A OAI promoveu a definição do OAI-PMH “que é um protocolo de transferência que gerencia a migração de qualquer metadado de um computador (provedor de dados ou repositório) para outro computador (provedor de serviço ou *harvester*)”, ainda de acordo com Ferreira, Modesto e Weitzel (2004, p. 199).

Aplicação utilizando o Modelo *Open Archives* como podemos ver na figura 3.

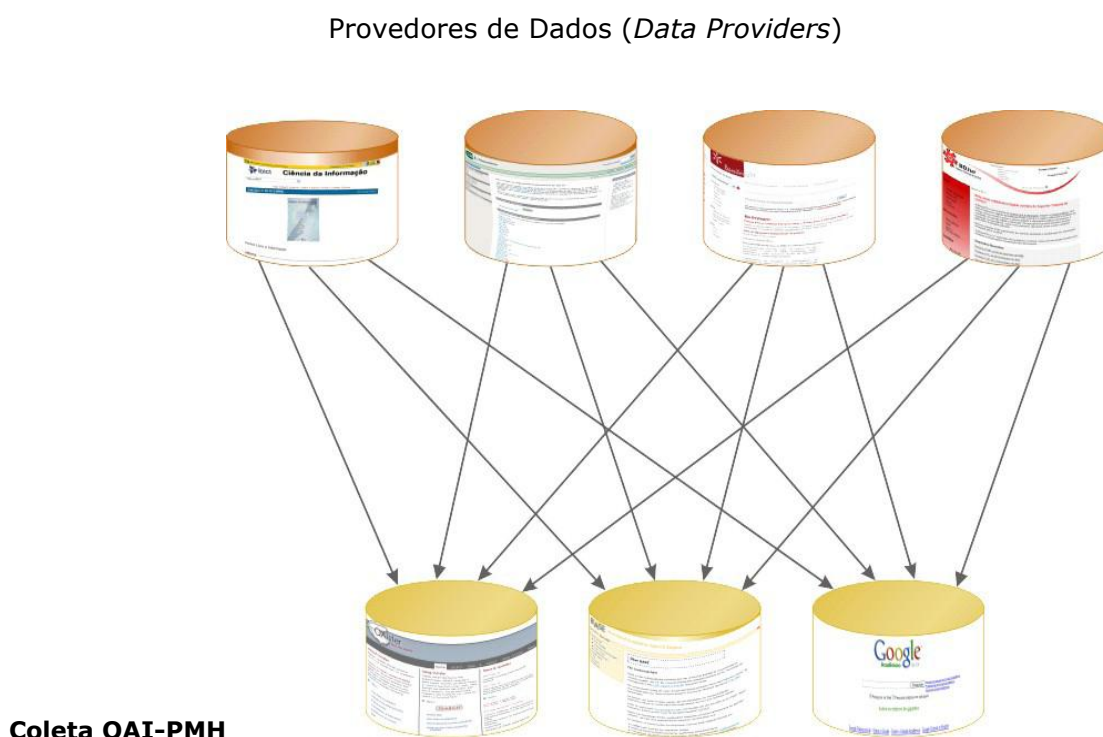


Figura 3 - Provedores de serviço (*Service provide*)
Fonte: Batista, Costa, Kuramoto, Rodrigues 2007, p. 13

OAI-PMH – opera sobre o protocolo http. Os provedores de serviço enviam solicitações de metadados aos provedores de dados. Estes respondem com metadados estruturados em registros XML, obedecendo a um padrão de metadados. O protocolo OAI-PMH provê um modelo de interoperabilidade baseado no processo de coleta automática de metadados (*metadata harvesting*). (SANTOS, MIRAGLIA, 2009,p. 83)

Segundo Ferreira, Modesto, Weitzel (2004 p. 198) a Convenção de Santa Fé fundamenta-se num conjunto de acordos simples que estabelecem princípios organizacionais e de especificações técnicas, mas que possibilitam um elevado grau de interoperabilidade entre os vários arquivos de *eprints*, além de formar uma nova filosofia para a publicação científica, qual seja o auto-arquivamento de trabalhos e a revisão dos trabalhos (*peer review*) pela própria comunidade científica de pesquisadores, “favorecendo um modelo mais equitativo e eficiente para a

disseminação dos resultados de pesquisa e abrindo o círculo restrito de editores e autores inerentes ao sistema de publicações periódicas” (DAVIS *et al.*, 2002 apud de FERREIRA, MODESTO, WEITZEL, 2004, p. 198).

1.2.1.5 O Lançamento do Pubmed Central

No ano de 2000 ocorreu o lançamento do PubMed Central, que, segundo atesta Rodrigues (2006), disponibiliza gratuitamente artigos em texto integral, em complemento da base de dados bibliográficos PubMed, e se destaca pelo início da publicação de artigos e revistas de acesso livre, através Biomed Central.

O PubMed Central¹⁷ é um repositório de acesso livre de periódicos de literatura especializada na área da biomedicina e ciências da vida dos Estados Unidos, desenvolvido e administrado pelo *National Institute of Health* (NIH) através do *National Centre for Biotechnology Information* (NCBI) da *National Library of Medicine* (NLM). Com a criação do PubMed Central a NLM assumiu a liderança na preservação e manutenção do acesso a literatura eletrônica, assim como tem feito, desde há algumas décadas, com a literatura impressa biomédica. Como demonstra o gráfico 1, após decorridos dois anos desde o estabelecimento do mandato, é de 41% para os pesquisadores externos e de 50% para os pesquisadores internos da NIH. Os números estão definitivamente.

O percentual de pesquisa financiada pelo NIH que se encontra em acesso livre como podemos ver no gráfico 1.

¹⁷ O site da PubMed Central pode ser consultado em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/about/intro.html>.

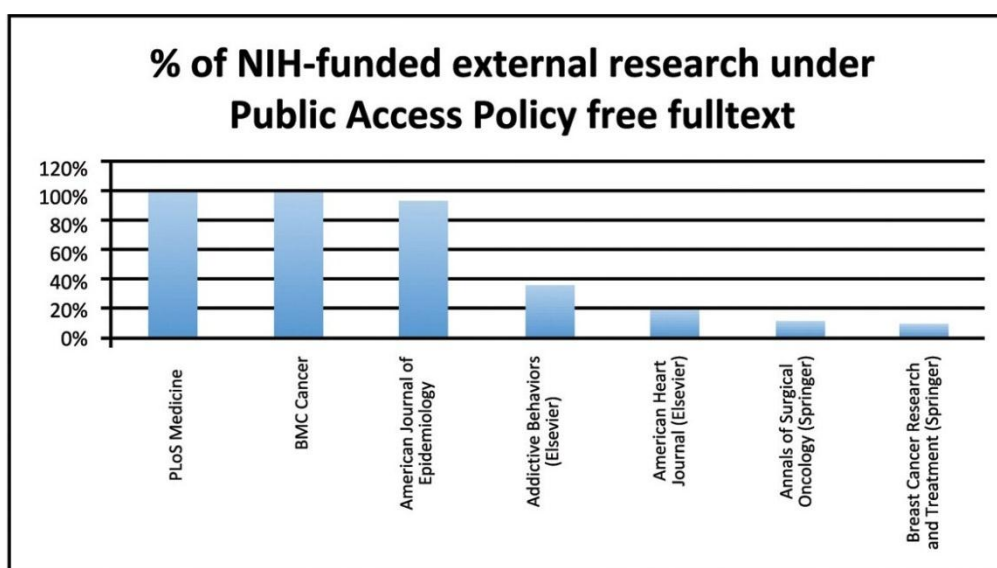


Gráfico 1 - Percentual de pesquisa financiada pelo NIH

FONTE: <http://kuramoto.blog.br/page/5/>

O NIH, Estados Unidos – maior agência governamental de fomento da pesquisa na área de saúde dos Estados Unidos, O NIH elaborou e operacionalizou, desde 2005, uma política de acesso aberto. Esta, por sua vez, a partir de abril de 2008, passou a ser obrigatória no sentido de requer o depósito compulsório, em seu repositório institucional, o PubMed Central, de todo resultado de pesquisa financiada pela agência, publicado em periódico científico. O modelo foi reproduzido no Reino Unido e em alguns outros países, para a área das Ciências da Saúde (COSTA, 2008).

O PubMed Central seguiu os mesmos passos de outros serviços, sendo bem sucedido e útil no NCBI, e foi desenvolvido para a comunidade científica mundial. O PubMed Central engloba a MEDLINE¹⁸ e transformou-se numa referência para os investigadores e médicos, na recuperação de artigos relevantes na área da biomédica e, em muitos casos, numa ligação direta para o site do editor do texto integral, o que tem vindo a ajudar os biólogos moleculares no avanço e evolução da área.

A participação de editores no PubMed Central é voluntária, embora tenha que cumprir certas normas editoriais. Os editores são incentivados a depositar no PubMed Central toda a sua produção e não apenas trabalhos de investigação ou de outro material selecionado, contribuindo para que o repositório se torne uma extensa coleção de periódicos. Em consonância com este objetivo, a NLM tem digitalizado e disponibilizado coleções anteriores impressas de muitos dos periódicos que estão no PubMed central.

¹⁸Medline é uma sigla em inglês para Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*) é a base de dados bibliográficos da Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos . (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Medline>).

Embora o acesso livre seja imediato a todo conteúdo das publicações depositadas no PubMed Central, um periódico pode atrasar a liberação do seu texto integral por um determinado período de tempo. Aos periódicos depositados no PubMed Central é assegurada uma cópia do seu conteúdo sem qualquer custo. O PubMed Central, consequencialmente, não reivindica direitos autorais sobre qualquer material depositado em seu arquivo; o *copyright*¹⁹ permanece com o editor do periódico ou com os autores individuais, conforme o caso.

A importância do PubMed Central, para além de seu papel como repositório, salienta-se no que pode ser feito quando os dados de diversas fontes são armazenados num único repositório.

1.3 BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI) – 2001

O *Budapest Open Access Initiative*, também é conhecido como BOAI. A sigla em língua inglesa surgiu numa reunião promovida pelo Open Society Institute²⁰ (OSI), em dezembro de 2001, com a presença de vários acadêmicos, bibliotecários e outras personalidades ligadas ao sistema de comunicação científica, com o objetivo de acelerar o progresso de esforço internacional com a finalidade de tornar os artigos científicos de todas as áreas acadêmicas disponíveis na internet.

A *iniciativa* “é ao mesmo tempo uma declaração de princípios, uma declaração de estratégia, uma declaração de compromissos” (BOAI, 2001), sendo um dos mais importantes documentos e iniciativas do Movimento de Acesso Livre, que estabeleceu o significado e âmbito do Acesso Livre. O documento foi assinado pelos participantes, em Budapeste, durante a reunião, anteriormente mencionada, e posteriormente por um número crescente de indivíduos e organizações de todo o mundo, que representam os investigadores, os laboratórios, as bibliotecas, as fundações, as revistas, as editoras e as sociedades de especialistas.

Durante a reunião BOAI, realizadas em 2001, foi estabelecido um conceito para Acesso Livre. A definição de Acesso Livre, segundo Bailey (2006), continua bastante influente e atual:

¹⁹ <http://www2.uol.com.br/direitoautor/index.htm>

²⁰ O OSI trabalha para construir democracias, cujos governos são responsáveis perante os seus cidadãos. Para cumprir a sua missão, o OSI procura moldar as políticas públicas, para que garantam uma maior equidade nos sistemas político, jurídico e económico e salvaguardem os direitos fundamentais. O OSI implementa, assim, várias iniciativas para promover a justiça, a educação, a saúde pública e a mídia independente. Ao mesmo tempo, o OSI constrói alianças através de fronteiras e continentes em questões como a corrupção e a liberdade de informação priorizando também a proteção e a melhoria da vida das pessoas em comunidades marginalizadas.

A literatura que devia estar livremente disponível *online* é a que os pesquisadores dão ao mundo sem receberem dinheiro em troca. À primeira vista, esta categoria inclui os artigos de periódicos revistos pelos pares, mas também inclui as pré-impressões não revistas pelos pares que podem colocar *online* para serem comentados ou para alertar os pesquisadores para importantes resultados de determinadas pesquisas (BOAI, 2001 apud BAILEY, 2006).

Ao falar em “acesso livre”, considerando diversa literatura, referimo-nos à livre disponibilização de informação científica ao público em geral, via Internet, permitindo que todos os usuários leiam, descarreguem, copiem, distribuam, imprimam, pesquisem, isto é, que anexem dados, passem dados para o *software* ou utilizem os dados para qualquer outro objetivo legal sem quaisquer barreiras financeiras, legais ou técnicas. O conceito tratado nesta secção deveria dar aos autores o controle da integridade do seu trabalho e o direito de serem devidamente reconhecidos e citados.

O conceito de acesso aberto tem sido recentemente discutido com o fim de esclarecer o significado do termo. Tomando como base as declarações de Berlim [...], Bethesda [...] e Budapeste [...], o termo acesso aberto à literatura científica foi consensualmente definido como acesso à “literatura que é digital, *online*, livre de custos, e livre de restrições desnecessárias de copyright e licenças de uso”. Acesso aberto, nesse sentido, deve remover tanto barreiras de preço quanto de permissão (de uso) (Costa (2008).

Para Café e Lage (2002), as ações voltadas para o auto-arquivamento surgiram, sendo uma das mais representativas a BOAI, realizada em Dezembro de 2001, no decorrer do encontro promovido pelo OSI, onde tomaram parte diversos representantes de instituições que apoiam o OA da *literatura científica*.

A BOAI entende o OA como uma literatura:

free availability on the public internet, permitting any users to read, download, copy, distribute, print, search, or link to the full texts of these articles, crawl them to indexing, pass them as data to software, or use them for any other purpose, without financial, legal, or technical barriers other than those inseparable from gaining access to the internet itself (CAFÉ; LAGE, 2002).

A iniciativa salienta que em todo o processo o autor deve ter o controle do conteúdo do seu trabalho e deve ser respeitado o seu direito em ser citado e em ser referenciado. A implementação da BOAI teve como finalidade estimular o empenho de muitos países para disponibilizar, sem fins lucrativos, artigos produzidos por cientistas. Aqui, foram discutidos ainda outros tópicos, como: a integração dos diversos esforços de acesso livre na literatura existente no mundo; as estratégias de apoio a comunidades de pesquisadores, as suas pesquisas e as instituições envolvidas; e, a utilização eficaz dos recursos da OSI e de outras agências de

fomento para atingir, da melhor maneira possível, a finalidade do acesso livre a literatura científica. Como destaca Grimware (2002 apud CAFÉ; LAGE, 2002), para alcançar o que pretende a concepção do OA será necessário romper com os interesses impostos pelos altos custos das assinaturas de revistas científicas.

1.4 BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI) – 2002

A BOAI 2002 resultou da reunião promovida pelo OSI, em dezembro de 2001.

Nessa reunião, concluíram que “uma velha tradição e uma nova tecnologia convergiram para tornar possível o aparecimento de um bem público sem precedentes. A velha tradição é a boa-vontade de investigadores e cientistas publicarem os resultados da sua investigação em revistas científicas, sem qualquer remuneração, apenas em prol da investigação e difusão do conhecimento. A nova tecnologia é a Internet. O benefício público que as duas possibilitam é a distribuição, electrónica, a uma escala mundial, da literatura científica com revisão pelos pares [...], de forma gratuita e sem restrições de acesso a investigadores, docentes, alunos e outros indivíduos interessados. A eliminação de barreiras de acesso à literatura científica ajudará a acelerar a investigação, a enriquecer a educação [...]” [...]. Mais recentemente, na Primavera de 2004, uma das principais empresas do mercado da informação de ciência e tecnologia, a Thomson Corporation, detentora das bases de dados ISI, concluía que se estava a operar uma mudança significativa na paisagem da publicação científica, com o Acesso Livre a dominar a discussão a todos os níveis [...]. Em menos de 10 anos, a “utopia subversiva” do Acesso Livre, entrou no domínio da realidade. Mas de que verdadeiramente falamos quando nos referimos ao Acesso Livre? O tipo de documentos a que primariamente se refere o Acesso Livre é a versão final (após *peer-review*) de artigos de revistas (*postprints*), mas também versões não revistas (*preprints*) que os investigadores queiram divulgar para alertar sobre novos resultados, estabelecer a primazia, etc. (RODRIGUES, 2006).

Em consonância com os parâmetros defendidos por Costa (2006, p.41), a BOAI, em 2002, definiu duas estratégias básicas, apoiadas no uso do Protocolo OAI-PMH.

A primeira estratégia é a de auto-arquivamento:

Definida por Harnad et al. (2001), como a Via Verde (Green Road), compreende o arquivamento, por parte dos autores, de artigos científicos já publicados ou aceites para publicação em um periódico referendado. Para isso, obtêm permissão (sinal verde) dos editores que aceitaram seus artigos para publicação, para os depositarem em um servidor de arquivos abertos (repositório) com acesso igualmente aberto (COSTA, 2006).

Os servidores de arquivos abertos podem ser: sites pessoais, arquivos de unidades institucionais e repositórios institucionais (SWAN, 2006, p.20).

A segunda estratégia trata da via dourada (*golden road*).

Os periódicos eletrônicos de acesso aberto, constituem a Via Dourada (Golden Road) nos dizeres de Harnad et al. (2001). Compreendem os periódicos científicos [...] eletrônicos cujo acesso aberto a seus conteúdos é garantido pelos próprios editores (COSTA, 2006).

Os periódicos electrónicos que se caracterizam por serem digitais gratuitos e que geralmente utilizam mecanismos de controlo de qualidade, comparativamente aos periódicos tradicionais (SWAN, 2006.p.23). Desta forma, a publicação em ambiente de acesso aberto está assegurada no próprio periódico.

Para tanto, a BOAI adota duas estratégias principais. A primeira delas diz respeito ao autoarquivamento, onde o autor deposita seus textos completos em arquivos eletrônicos abertos. Estes arquivos devem seguir as normas do protocolo da *Open Archive Initiative* para que possa ser efetuado a coleta automática de dados, facilitando o acesso ao conteúdo. A segunda estratégia refere-se ao financiamento de revistas de pesquisa que não cobrem pela assinatura ou acesso. A finalidade da iniciativa de Budapeste não é boicotar os editores científicos, mas tornar acessíveis os produtos produzidos pelas comunidades científicas, ou seja quebrar barreiras. Em recente participação na lista de discussão da *American Scientist Fórum* (<http://amsci-forum.amsci.org/archives/september98-forum.html>), Bosc (2002) esclarece alguns pontos de atuação da BOAI. Segundo a autora [...]

- 1) auto-arquivamento preconizado pelo BOAI não é sinônimo de depósito de artigos não controlados pelos pares;
- 2) os artigos submetidos nos arquivos institucionais podem ser de duas naturezas: pré-publicações que serão controladas pelos pares e post-publicações que já foram certificadas, ou seja publicadas em revistas;
- 3) os artigos publicados nas revistas são artigos que foram fornecidos pelos pesquisadores e para os quais não esperam remuneração;
- 4) cada pesquisador escolhe a política de arquivo (pré-publicação ou post-publicação) que lhe convenha, em função dos riscos que estima correr devido ao depósito antes da publicação ou das vantagens por difundir os resultados rapidamente [...];
- 5) BOAI não quer dizer destruição do sistema de edição existente. A BOAI apela aos editores por uma nova forma de cooperação: ela demanda um acesso gratuito em linha dos artigos que foram fornecidos pelos pesquisadores [...] Como podemos observar, as ações do BOAI estão em comum acordo com os conceitos descritos para o auto-arquivamento (Café; Lage, 2002).

1.4.1 O Movimento do Acesso Livre

Na origem do movimento de Acesso Livre estão os problemas, limitações e contradições do sistema de comunicação da ciência, em particular os relacionados com as revistas científicas. De facto, nas

últimas décadas do século XX o crescimento acentuado da literatura científica, nos mais diversos ramos do saber, foi acompanhado pela “comercialização”, e pela perda de controlo por parte do mundo académico, do sistema de comunicação da ciência (RODRIGUES, 2006).

De acordo com Rodrigues (2006), o Acesso Livre não é direccionado para os livros com os quais os autores pretendam conseguir rendimentos ou receitas; ou mesmo textos não académicos, como notícias ou ficção. O Acesso Livre pode, então, ser utilizado para os trabalhos em que os autores não esperam recompensas financeiras, como exemplo: comunicações, conferências e congressos, teses e dissertações, relatórios técnicos, *working papers*, relatórios governamentais, etc.

O Acesso Livre significa a disponibilização livre na Internet de literatura de carácter académico ou científico, permitindo a qualquer utilizador ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses documentos. Ao contrário de outros autores, os investigadores e académicos publicam os resultados do seu trabalho não para obterem rendimentos (direitos de autor, etc.), mas para obterem outro tipo de recompensa. Os investigadores são recompensados (progressão na carreira, financiamento dos seus projectos, prémios científicos, etc.) pela sua produtividade científica, que é avaliada não apenas pela sua dimensão (quantidade), mas sobretudo pelo seu impacto (qualidade), usualmente associado ao número de citações (RODRIGUES, 2006).

Existe uma multiplicidade de definições do que vem a ser Acesso Livre, mas o “Acesso Livre diz respeito à acessibilidade ampla e irrestrita a conteúdos disponíveis em formato digital, no sentido em que remove barreiras de preço e de permissão, tornando a literatura científica disponível com o mínimo de restrições de uso” (SUBER 2003 apud BATISTA, COSTA, KURAMOTO E RODRIGUES 2007, p.5).



Símbolo 2: Acesso Livre²¹

Fonte: <http://kuramoto.blog.br/2010/09/15/oa-oai-o-que-sao>

²¹ Logotipo que simboliza o 'livre acesso' criado pela *Public Library of Science* (PloS).

Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Open_access_\(publishing\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Open_access_(publishing)).

Swan (2006, p.1) descreve o movimento do acesso livre como resultado de uma longa história de comunicação acadêmica, que sempre esteve ligada às mudanças tecnológicas e econômicas. Artigos científicos e monografias têm estado implicados nas recentes mudanças, mas são talvez os desenvolvimentos recentes na disseminação de artigos científicos, que mais têm exercitado as mentes dos investigadores, livreiros e editores.

Para Kuhlen (2007) o OA:

no es sólo una tarea política y un motivo para que la industria editorial revise sus tradicionales modelos de publicación, sino también un reto para los propios científicos. Muchos de ellos están lejos de entender el libre acceso OA como algo normal y corriente.

Para Crespo e Correia (2006), um assunto em discussão na atualidade e que tem mobilizado diferentes campos da sociedade é a aplicação do movimento do acesso livre OA no acesso à informação científica. De acordo com Muller (2006 apud CRESPO, 2006) o tópico anteriormente mencionado é, na actualidade, o acontecimento mais expressivo para a comunicação científica e está obtendo cada vez mais espaço e modificando o sistema em vigor de comunicação de pesquisas e novas idéias produzidas.

O Movimento do Acesso Livre iniciou-se a partir da reação de alguns pesquisadores, em oposição ao modelo econômico existente de domínio sobre as publicações científicas, especialmente o periódico. Acompanha uma tendência de oposição a um padrão que limita a comunicação da informação, a qual nos últimos anos se manifesta sob diversas iniciativas e envolve também o uso de *software* livre, de *download* de arquivos de música, de e-books (livros eletrônicos), entre outros.

O Acesso Livre, como já exaustivamente citado na literatura, é simultaneamente o resultado: (1) de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas (e seus preços cada vez mais altos preços de assinatura); e da (2) crescente conscientização do aumento de impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras ao acesso. O mote do movimento mundial em favor do Acesso Livre a resultados de pesquisa, portanto, é a disseminação ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos (BAPTISTA; COSTA; KURAMOTO E RODRIGUES, 2007: p. 2).

Para Cordeiro (2007) a busca de alternativas é muito anterior ao fenômeno da popularização tanto no caso do *software* livre como no caso do livre acesso. Apareceram em reação ao progressivo número de empecilhos não só econômicos, mas também legais e técnicos que restringiam a capacidade da comunicação direta (*peer-to-peer*) e da natureza não controlada da internet, entendida como domínio público de conhecimento e de idéias. Nesta situação o *software* livre e o livre acesso

é visto “como um renascimento de valores comunitários” (CORDEIRO,2007), isto é, um sistema social para administrar recursos partilhados e ao mesmo tempo formar comunidades de valores e objetos que constituem as “insurgências” (CORDEIRO,2007) ou que constituem revoluções, relativa aos antecedentes da doutrina tradicional do mercado livre.

As publicações de acesso livre expressam-se como uma alternativa ao modelo habitual, que institui diversos obstáculos para o acesso à literatura científica, como os altos preços das publicações, que acaba inviabilizando a assinatura de muitos periódicos e a necessidade de transferência dos direitos autorais para a editora. Com a prevalência de obstáculos, o autor não pode difundir o seu trabalho. O novo modelo de publicação diferencia-se por permitir o acesso sem restrições, sem a inconveniência de utilização de senhas, licenças ou mesmo sem o pagamento de assinaturas para acessar os *sites* ou os exemplares.

O OA não é mais do que a vontade expressa de um autor oferecer – o que já acontece com os meios tradicionais de publicação – os resultados validados da sua pesquisa a um conjunto ilimitado de pessoas (pares ou público em geral) para maximizar o seu uso e impacto e é este, na verdade, o objetivo. Mas não é apenas o autor quem beneficia do impacto de citação também a unidade de investigação e a universidade onde está inserido são co-beneficiários do sistema (BORGES, 2006, p.75).

Para Willinsky (2005), o princípio de acesso aberto é bastante simples, reduzindo o seu significado ao facto de se ser capaz de encontrar pesquisas *online*, sem custo adicional.

A vasta maioria de periódicos agora concede a seus autores a permissão para depositar os seus próprios trabalhos em repositórios institucionais de acesso aberto, também conhecidos como arquivos de *e-prints*, administrados e organizados por suas universidades ou outros grupos, que tornam o trabalho do autor imediatamente disponível sem custo.

Cordeiro (2007) defende que os movimentos de *software* livre e de acesso livre significam, em primeira linha, a procura de opções aos modelos tradicionais de negócios quer da edição científica de produção académica, quer da indústria de *Software* e o aspecto económico manifesta-se assim como ativador essencial de uma nova forma de enfrentar o valor e a cadeia de distribuição destes recursos.

Estudos realizados em diversas áreas do conhecimento apontam para a tendência de aumento de citação de artigos que estão disponíveis em acesso livre.

A afirmação definitiva do movimento do Acesso Livre e a sua entrada na agenda política e social, para além das fronteiras do mundo científico e académico. Uma das razões para este facto foi o

lançamento da primeira revista da (muito mediática) *Public Library of Science*, a *PLoS Biology* [...]. Mas assumem ainda maior relevância os diversos documentos, iniciativas e tomadas de posição de sociedades científicas e organizações governamentais sobre a problemática do acesso à informação científica e técnica. De entre estas vale a pena destacar a Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades [...], subscrita por representantes, de várias instituições científicas europeias, entre as quais a Sociedade, *Max-Planck* e o *Centre National de la Recherche Scientifique*, bem como Declaração de Princípios e Plano de Acção da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação [...], promovida pela ONU. Já no presente ano, representantes ministeriais de 34 países de OCDE (incluindo Portugal) aprovaram uma *Declaration on Access to Research Data From Public Funding* [...], reconhecendo que o acesso livre maximizará o valor derivado dos investimentos públicos nos esforços de recolha de dados, e que o risco de restrições indevidas ao acesso e uso de dados de investigação científica pode diminuir a qualidade e a eficiência da investigação e inovação científica (RODRIGUES, 2006).

Para Mueller (2006, p.1), o movimento para o acesso livre ao conhecimento científico pode ser considerado o evento mais significativo da nossa época, no que se refere à comunicação científica, e, neste sentido, se torna um grande desafio para a comunidade académica. Quanto mais sucesso obtiver o movimento, maior será o impacto sob as mudanças provocadas no sistema tradicional. Segundo Foster (2008), o acesso livre tornou-se num assunto importante para determinados pesquisadores e numa oportunidade de exploração para universidades, no que concerne à troca de impressões acerca de novidades e mudanças na comunicação académica, capacidade de pesquisa e modelos para edição.

A literatura académica e, mais particularmente o artigo da revista científica constitui, pois um modo muito particular de discussão junto aos pares de resultados científicos considerados fundamentais. O objetivo que subjaz à sua publicação é de constituir um espaço de discussão, e de divulgação de resultados essenciais ao avanço da ciência. (WALKER, 1998 *apud* BORGES, 2006, p.20).

Mueller (2006, *apud* GAUZ, 2008) também, trata sobre a legitimidade indispensável e ainda inexistente, em relação às publicações de acesso livre. As velhas técnicas e as ideias das comunidades científicas acrescentadas à ambição das editoras como meios legitimados pela ciência, para difundir a produção científica, protelam o avanço do movimento, e sobre a legitimação que segundo Mueller, (2006,p.30) significa tornar legal, correta e apropriada e portanto legítimas as novas formas de publicações científicas.

A edificação do saber está diretamente ligada à difusão e à transferência de informação, com o intuito de solidificar novas ideias e, assim, efectuar todas as etapas do conhecimento científico, que compreendem a produção, a comunicação e a aplicação do conhecimento criado, e, neste contexto, a publicação científica encerra

uma função indispensável na divulgação dos resultados de pesquisa, auxiliando a discussão entre pesquisadores. Garvey (1979 apud VIEIRA, 2006, p.49) entende a comunicação científica enquanto:

A troca de informações entre cientistas, inclui todas as atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação, desde a hora em que o cientista teve a idéia da pesquisa até o momento em que os resultados de seu trabalho são aceitos como parte integrante do conhecimento científico.

E autores tradicionais compreendem a comunicação científica como um processo Composto de "[...] elementos (encontros científicos, relatórios técnicos, pré-publicações, artigos de periódicos, livros etc.), os quais cientistas usam para processar (originar, desenvolver, transmitir, transformar etc.) a informação" (GARVEY; GOTTFREDSON, 1976, p. 165, apud WEITZEL, 2006, p. 54).

O processo de comunicação científica inclui técnicas da comunicação em que o cientista emprega parte significativa do seu tempo a "atividades de comunicação, tais como leituras, redação e contatos; e também processos de comunicação, constituídos por um processo formal (escrito) e um processo informal (oral)" (LE COADIC, 1996, p. 33 apud WEITZEL, 2006, p.54). E, por isso, é a "partir da sequência do processo informal ao formal que a atividade científica é construída, comunicada e incorporada por outros cientistas, integrando o conhecimento privado ao conhecimento público" (ZIMAN, 1979, p.54 apud Weitzel, 2006, p.54).

Para aprofundar o conhecimento, os pesquisadores necessitam acessar a literatura científica relevante. Cada vez mais a literatura é interdisciplinar, global, cara, digital e protegida por restrições e licenças (SWAN, 2006, p.13)

A Literatura em Acesso Livre (ALi) significa que é digital, que o acesso é em linha, que o acesso é gratuito e livre da maior parte das restrições relativas a direitos autorais e licenciamento. Isso é possível graças à Internet e ao consentimento do autor ou detentor dos direitos autorais.

A ALi é inteiramente compatível com a avaliação pelos pares (*peer review*), e a maior parte das iniciativas de ALi, para a literatura acadêmica e científica, destaca a sua importância. Os autores de artigos de revistas científicas doam o seu trabalho, assim como a maioria dos editores dessas revistas e os avaliadores que participam da avaliação.

A literatura em ALi não é livre de custos, mesmo se ela é menos cara que a literatura publicada convencionalmente. A questão não é se a literatura acadêmica ou científica pode ser feita sem custos, mas se há outras formas melhores de pagamento que não sobrecarreguem os leitores e criam barreiras de acesso. Os modelos de negócio para pagamento dependem de como o ALi é implantado (SUBER, 2008).

Crespo e Correia (2006) ressaltam que a literatura de acesso livre poderá ser compatível com os vários modelos das convencionais, a título de exemplo,

podemos citar: a revisão feita pelos pares, a preservação, a protecção aos direitos autorais e a indexação. Podemos, neste contexto, considerar que o paradigma do acesso livre à informação ocasionará a optimização dos preços de registo e de acesso à informação, para além de elevar o fluxo da informação científica e de acelerar o crescimento científico e tecnológico.

O acesso aberto neste contexto significa a disponibilização livre publica na internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, download, cópia, distribuição, impressão, busca ou criação de links para os textos completos dos artigos, bem como captura-los para indexação ou utiliza-los para qualquer outro proposito legal. O pressuposto de apoio ao acesso aberto requer que não haja barreiras financeiras, legais ou técnicas além daquelas próprias do acesso a internet. A única restrição a reprodução e distribuição e a única função do copyright neste contexto devem ser o controle dos autores sobre a integridade de sua obra e o direito de serem adequadamente reconhecidos e citados (LEITE, 2009).

O acesso aberto (*open access*) é um termo utilizado para definir plataformas de acesso às fontes científicas de conhecimento que podem ser monografias, teses, manuais de prática clínica e todo o tipo de publicações em formato eletrónico.

O acesso é feito através da Internet, permitindo a busca, a leitura, a recuperação de originais, a cópias, a impressão, a distribuição, a existência de atalhos e de *links* para o texto completo, mediante um sistema de acesso livre, direto, permanente e gratuito.

O OA é compatível com a revisão feita pelos pares, impressão, preservação e, ainda, por outras características associadas à literatura académica convencional. A diferença principal está naquela em que o leitor, que na maioria das ocasiões concorda com o produtor do conhecimento científico, não é forçado a pagar pelo acesso à informação, diminuindo consequentemente as barreiras para a investigação, ao contrário das limitações existentes no acesso e na difusão de seus resultados impostos pelos sistemas convencionais dos grupos editoriais. Outra das diferenças importantes entre o sistema tradicional de publicação, usado pelas grandes editoras, é as circunstâncias que cada um deles impõe aos autores quando se fala sobre "a propriedade intelectual". Na maioria das ocasiões, os autores são forçados a ceder os direitos dos trabalhos que submetem para publicação. Ao contrário, o OA aconselha o autor a gerir a sua propriedade intelectual de modo a evitar obstáculos ao seu acesso. Existe, neste contexto, um compromisso com a qualidade e com a garantia da acessibilidade à informação científica, para preservar o conhecimento, com a eliminação da natureza obrigatória de ceder o copyright de artigos publicados, e finalmente, com todos os princípios éticos relacionados com a

investigação e com a publicação de informação científica (SANZ-VALERO; D'AGOSTINO; CASTIEL, 2007).

OA, de acordo com Kuramoto (2010), refere-se ao movimento de acesso livre ou aberto ao conhecimento científico, que vem definindo estratégias para proporcionar maior acesso e visibilidade à produção científica de uma sociedade, seja uma instituição, uma área do conhecimento, ou mesmo de um país. Essas estratégias utilizam um modelo de interoperabilidade que é definido pelo OAI, basicamente o OAI-PMH.

O movimento do OA é retratado por Kuhlen (2007) da seguinte forma:

es equiparable a un cambio de paradigma, al establecer que el aprovechamiento de los conocimientos procedentes del ámbito de educación y ciencia es libre (también en el sentido de "gratuito") para todo el mundo: no es el usuario o la usuaria del conocimiento el que cubre los gastos de la cadena de publicación y distribución, sino los productores/sus instituciones o los proveedores/intermediarios.

Os pesquisadores publicam os seus trabalhos para serem lidos e utilizados em aplicações práticas, que beneficiem consequencialmente suas atividades. Assim, o acesso aberto provou ser um poderoso agente exponencial para aumento da citação e taxas de utilização (VAN REENNEN, 2006).

Bailey (2006) apresenta algumas características essenciais dos documentos em OA:

- Os trabalhos de acesso livre estão livremente disponíveis;
- Os documentos estão *online*, logo são documentos digitais disponíveis na Internet;
- São trabalhos científicos (romances, revistas populares, livros de auto-ajuda e afins estão excluídos);
- Os autores destes trabalhos não recebem lucros ou rendimentos;
- Como a maior parte dos autores de artigos de periódicos revistos pelos pares não recebem rendimentos pela elaboração desses artigos e tais trabalhos são científicos, estes artigos são identificados como o primeiro tipo de material de acesso livre;
- Existe um extraordinário número de utilizações permitidas para estes materiais de acesso livre. Além dos requisitos de atribuição adequada do autor e da garantia da integridade do trabalho, os usuários podem copiar e distribuir os trabalhos de acesso livre sem qualquer constrangimento;
- Existem duas estratégias-chave para o acesso livre: auto-arquivo e periódicos de acesso livre.

Suber (2006 apud BAILEY, 2006) caracteriza assim o cerne do conceito do acesso livre: o acesso livre elimina as “barreiras de preço” (por exemplo, as taxas de subscrição) e as “barreiras de permissão” (tais como, os direitos de autor e as restrição de licença) à “literatura realmente livre” (ou seja, os trabalhos de investigação criados sem fins lucrativos pelos autores), tornando-se disponíveis balizados por “restrições de utilização mínimas” (por exemplo, a atribuição de autor).

No caso das barreiras de preço, Harnad sugere que não existe continuum, pois se trata simplesmente de acesso livre *online*, o qual requer, no entanto, explicitar detalhes como:

1. O acesso livre (*free*) é para o documento digital completo (não apenas para partes ou metadados);
2. Não há graus de acesso livre (*free*): acesso a preços mais baixos não é acesso “quaselivre”;
3. O acesso livre é imediato, não postergado ou embargado;
4. O acesso livre é permanente e contínuo;
5. O acesso é livre para qualquer usuário em toda a *web*, não apenas para certos *sites*, domínios ou regiões;
6. O acesso livre é a um *click* e não com “limites manipuláveis” (*gerrymandered*), como os livros no Google, ou os PDF’s bloqueados para cópia (COSTA, 2008).

Swan e Guédon (2006, p.2) chamam a atenção para o fato de que os pesquisadores publicam os seus trabalhos para que sejam lidos e utilizados por outros e serem reconhecidos. O reconhecimento é normalmente formalizado em forma de citação: nas suas variadas formas, as citações desempenham um papel importante na avaliação da pesquisa, sendo este processo bastante importante para carreira dos investigadores. Para Frandsen (2008), as fontes de informações, baseadas no acesso livre, proporcionam novas oportunidades de análise de citações, normalmente no auto-arquivo que os autores fazem dos seus próprios trabalhos, o que torna o seu trabalho mais visível. Portanto, é uma vantagem óbvia para os autores tornarem os seus trabalhos disponíveis em acesso livre, tendo em vista uma maior visibilidade.

Estudos de autores de áreas distintas demonstram que o fator de impacto não pode mais ser ignorado (BRODY; HARNAD, 2004; LAWRENCE, 2001; ANTELMAN, 2004, citados por COSTA, 2006), apesar de estudos recentes na área médica terem questionado a dinâmica da análise do fator de impacto (ROSSNER; VAN EPPS; HILL, 2007). Na última década, começamos a observar iniciativas em vários países com relação à criação de repositórios institucionais, embora desde 1987 haja movimentos na direção do acesso livre, principalmente com as teses e dissertações eletrônicas (FOX; YANG; KIM, 2006, p. 87). Já se pode mesmo reconhecer, segundo esses autores, os benefícios trazidos pelas ETDs (*electronic theses and dissertations*) aos que aderiram ao acesso livre, uma vez que suas pesquisas se tornaram mais visíveis, lidas e citadas, projetando as instituições acadêmicas relacionadas e auxiliando na criação de bibliotecas digitais, pois são os próprios autores que submetem

diretamente os trabalhos resultantes de suas investigações e constroem esses repositórios (GAUZ, 2008).

O movimento de acesso aberto tenta suprimir as barreiras econômicas e dar as permissões relativas ao acesso à informação. Todos os atores envolvidos no sistema de comunicação científica, de acordo com Tarragó (2007), recebem benefícios:

- Investigadores/autores: o acesso aberto proporciona uma audiência muito maior do que os modelos baseados nos esquemas de assinaturas, os mais prestigiados ou mais populares. Em algumas áreas, vários estudos apontam para o aumento da visibilidade e do impacto dos trabalhos, medidos pelas citações recebidas:

- Lectores: El *movimiento de acceso abierto* ofrece acceso sin barreras a la literatura que ellos necesitan para su investigación, que no dependerá del presupuesto de las bibliotecas para asumir suscripciones y licencias.

Por otra parte, también los software que contribuyen al procesamiento y análisis de la información podrán realizar búsquedas a texto completo, minería de datos, indexación automática, resumen, traducción, enlaces, alertas y otros servicios, que hoy están constreñidos por las mismas barreras de acceso que las que tienen los seres humanos (TARRAGÓ, 2007).

- Professores e estudantes: o acesso aberto elimina a necessidade das permissões para reproduzir e distribuir os conteúdos que contribuem para as atividades relacionadas aos processos de aprendizagem;

- Bibliotecas: o movimento do acesso aberto resolve a “crise dos periódicos” e, em última instância, permite que as bibliotecas cumpram sua missão para atender às necessidades de seus usuários;

- Universidades: O movimento do acesso aberto aumenta a visibilidade da produção científica de seus professores e pesquisadores, reduz as suas despesas com assinaturas de revistas e permite que cumpram sua missão para compartilhar o conhecimento;

- Revistas e editoras: O acesso aberto permite que os artigos publicados sejam mais visíveis, mais consultados e, consequentemente, mais úteis. A visibilidade sendo maior, atrai mais contribuições e, por conseguinte, leitores e citações. Esta dinâmica funciona tanto para as revistas de acesso aberto, como para as revistas assinadas, que oferecem alguns conteúdos em acesso aberto; neste caso, obtém não somente os benefícios da assinatura, mas também os benefícios do acesso aberto. Situação similar acontece com aquelas revistas que permitem auto-arquivo dos trabalhos publicados;

- Agências de fomento: o acesso aberto aumenta o retorno do investimento efectuado na investigação, ao tornar mais disponível, mais recuperável e mais útil, os resultados das investigações financiadas; além, de fornecer o acesso público à investigação financiada com os fundos públicos, evitando a duplicação de esforços de investigação;

- Governos: tal como as agências de fomento de investigação, obtêm os benefícios mencionados previamente; além de aumentarem a contabilidade pública para a ciência. Ao mesmo tempo, o acesso aberto promove a democracia, ao compartilhar a informação governamental mais rápida e extensamente possível. Para os países em desenvolvimento, constitui uma via para melhorar a acessibilidade e a difusão da ciência de modo que sua economia e sociedade avancem;

- Cidadãos: o movimento permite acessar à informação revista pelos pares, que não está geralmente disponível em bibliotecas públicas e que frequentemente é paga por meio de seus impostos. O movimento tem, ainda, como benefício indireto ajudar investigadores, doutores, tecnologistas e outros; e, simultaneamente, usar a investigação para seu próprio benefício. O aumento da visibilidade do trabalho científico é um dos benefícios mais importantes que se reconhece no movimento de acesso aberto.

Como proposito de disseminar e concretizar a filosofia norteadora do movimento de acesso aberto à informação científica, Stevan Harnad, um dos principais pesquisadores e impulsionadores do movimento, criou duas estratégias de ação: a implantação da via dourada e a implantação da via verde. Harnad chamou estas estratégias de “via” uma vez que a adoção desses caminhos conduz ao acesso aberto a informação científica (LEITE, 2009. p.7).

A publicação de documentos científicos, tem sido um indicador importante da sua produção, sendo parte integrante do sistema de reconhecimento (CRONIN & OVERFELT, 1995 apud FERREIRA, MODESTO, WEITZEL, 2004, p. 195), permitindo visibilidade, cooperando para a promoção da carreira acadêmica e científica, e auxiliando a obtenção de financiamentos junto a órgãos de fomento a pesquisa (MEADOWS, 1999; ZIMAN, 1979 apud FERREIRA, MODESTO, WEITZEL, 2004, p. 195).

O Clube OAI Brasil, vinculando a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no seu *site* aponta algumas vantagens do modelo de acesso livre comparativamente à forma tradicional:

1. Redução de custos – os modelos de publicação de acesso aberto são consideravelmente mais baratos do que os convencionais.
2. Maior acessibilidade ao *commons* científico - qualquer pessoa (seja um acadêmico ou um leigo) que tenha um computador conectado a

Internet pode acessar os artigos científicos abertos a qualquer hora, em qualquer lugar. O site Seer é um dos exemplos mais bem sucedidos nessa direção (SIMON, 2002).

3. Maior visibilidade dos artigos – de acordo com LAWRENCE (2001) e HARNAD (2004), os artigos científicos nesse modelo tem maior número de citações do que os publicados no modelo fechado.

4. Maior integração da informação no *commons* científico – com o auxílio de ferramentas computacionais avançadas, os dados bibliográficos e texto completo podem ser digeridos e relacionados de modo a melhorar enormemente a associação de conceitos correlatos, bem como a navegação.

5. Maior velocidade na dinâmica das descobertas científicas – se largamente aplicado, esse modelo tem a capacidade de melhorar significativamente a comunicação acadêmica e, conseqüentemente, as descobertas da Ciência aconteceriam mais rapidamente.

6. Interoperabilidade via protocolo OAI – através de uma interface produzida pela equipe da Open Archives Initiative (OAI), é possível coletar automaticamente dados de artigos científicos armazenados em bibliotecas distribuídas na rede (CLUBE OAI BRASIL, 2007).

Recentemente, não tem sido possível que bibliotecas universitárias ou os institutos de investigação assinem novos periódicos ou comprem todos os livros necessários para atender às necessidades de informação de seus usuários. A situação tem-se agravado com o aumento cada vez maior dos preços dos periódicos, que ultrapassam o nível de inflação. (SWAN, 2006, p.13).

O sistema de comunicação científica/acadêmica é um processo de comunicação interativo entre os pares usando, para o efeito, os canais formais e informais de comunicação. Dos primeiros, os exemplos mais típicos são as monografias e os artigos, em quanto dos segundos, os mais comuns são as comunicações em encontros nacionais e internacionais. As alterações no modo de produzir a ciência têm conduzido a um crescendo processo de comunicação pelo recurso a canais de informação eminentemente interativo constituindo verdadeiras redes que são agora o cerne do processo (BORGES, 2006, p.66).

Björk (2005 apud MUELLER, 2006, p. 32) classifica os canais mais importantes existentes actualmente para o acesso aberto em quatro tipos, listados e descritos em seguida: periódicos científicos eletrônicos, com avaliação prévia pelos pares; servidores de *e-prints*, para áreas específicas - repositórios para assuntos específicos; repositórios institucionais de universidades específicas; e, auto-arquivamento em páginas pessoais dos autores.

Para Bailey (2006), as formas mais comuns em que os *e-prints* são disponibilizados na Internet são: sites pessoais dos autores; arquivos disciplinares; arquivos de unidades institucionais; e, repositórios institucionais.

As estratégias de auto-arquivo não são mutuamente exclusivas. Um autor pode auto-arquivar o mesmo *e-print* em cada uma das quatro formas referidas anteriormente. Com exceção do site pessoal, esta forma de auto-arquivo é

considerado um “depósito” de *e-prints*. Embora útil, a classificação das estratégias de auto-arquivo não se espera que seja definitiva. Devido às cada vez mais poderosas capacidades de arquivo, aos sistemas de repositório e à fecunda imaginação dos usuários, as estratégias de auto-arquivo estão constantemente evoluindo. Os artigos de acesso livre podem, ao menos potencialmente atingir um maior impacto de citação em relação aos artigos que não estão em acesso livre. Portanto, o impacto de um artigo investigação consiste no grau em que as descobertas são lidas, usadas, aplicadas e citadas por pesquisadores. O impacto da investigação é medido pelo progresso e pela produtividade da mesma. Assim, as carreiras dos pesquisadores (salários, promoções, financiamentos, prestígio e prêmios) dependem desse impacto (HARNAD, 2008).

Outro meio de utilizar o acesso livre, de acordo com Crespo e Correia (2006), são os repositórios de texto integral. No começo, eles eram organizados por assunto específicos e mais tarde foram reunidos e organizados como repositórios institucionais, para serem usados por universidades e instituições de pesquisa e tendo como finalidade armazenar, divulgar, incentivar a difusão de trabalhos científicos elaborados nas instituições (CAFÉ, 2003 apud CRESPO; CORREIA, 2006). Destacando a questão da visibilidade, assegurada pelos meios eletrônicos, segundo as palavras de Lawence (2001 apud CRESPO; CORREIA, 2006), o verificado número de citações para os artigos em formato *online* é maior do que o número registado em formato impresso. Os factos permitem deduzir que a agilidade do acesso livre poderá, neste contexto peculiar, contribuir para o aumento das citações, assegurando que o acesso livre aos periódicos científicos poderá consequencialmente influenciar a sua maior visibilidade.

Na opinião de Gauz (2008), muitos países têm assumido o movimento do acesso livre, como por exemplo: Portugal, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Finlândia, Suécia, África do Sul, Índia e Brasil. Para Kuchma (2008), as declarações de acesso livre, nos países em desenvolvimento, encorajam a cooperação regional, como a *Declaração para o Acesso Livre de Salvador* ²²(*Salvador Declaration on Open Access*) – uma perspectiva do mundo em desenvolvimento (*Developing World Perspective*), redigida em 2005, na Bahia, Brasil; e, uma política Nacional do Acesso Livre em Países em Desenvolvimento (*National Open Access Policy for Developing Countries*), redigida em 2006 na Índia no Workshop em Edição Eletrônica e Acesso Livre (*Workshop on Electronic Publishing and Open Acces*). Um dos exemplos mais bem-sucedidos de cooperação regional é o consórcio Scientific

²² <http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>

Electronic Library Online (SciELO)²³, que acabou de celebrar 10 anos. Em 2007, a título de exemplo, a rede *SciELO* operava com dez coleções certificadas de periódicos *online*; as coleções certificadas provinham de oito países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Portugal, Espanha e Venezuela.

Uma das grandes preocupações para a ciência da informação é o acesso à informação, especialmente no que concerne à informação científica. Na atualidade, tem sido difícil para as bibliotecas e para as instituições científicas manterem as assinaturas de periódicos, especificamente periódicos científicos, face aos seus elevados custos e, desta forma, o acesso a estes conteúdos fica cada vez mais restrito.

A crescente importância das novas tecnologias da informação e da comunicação, a evolução dos mídias digitais, a procura de produtos interativos por parte dos usuários, o aparecimento e expansão da banda larga e a comunicação em rede proporcionaram grandes inovações, modificando as possibilidades de comunicação entre cientistas e, sobretudo, tendo impacto na difusão dos resultados das pesquisas. As novas tendências evolutivas dos mídias facilitam a utilização de dispositivos tecnológicos que permitem arquivar, anotar e disseminar conteúdos, originando novas informações. Foi, neste contexto, que surgiu a iniciativa de arquivos abertos OAI, que estabelecessem a interligação entre bibliotecas digitais, repositórios e o acesso aberto.

As possibilidades oferecidas pelos novos mídias²⁴, suportados pela internet, promovem e desenvolvem a comunicação, facilitando o intercâmbio de informações entre profissionais, o acesso e disseminação da informação científica, contrariando desta forma os modelos tradicionais, os quais estabelecem barreiras à comunicação científica e são dominados pela lentidão do sistema de controle, de acesso e de disseminação da informação científica.

Nos últimos anos, o acesso aberto a publicações científicas tem ganhado significativas adesões de organizações locais e internacionais. Os recentes apoios das Nações Unidas, através da Cúpula da Sociedade da Informação, da Federação Internacional da Associação de Bibliotecas (IFLA), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e das academias de ciências do mundo inteiro através do InterAcademy Panel (IAP), devem ser decisivos para que a comunidade acadêmica comece a se posicionar sobre a questão. A campanha de convencimento e estímulo à publicação digital tem sido feita pelo movimento OA, que reúne uma rede internacional de acadêmicos, bibliotecários, *publishers*, organizações científicas e universidades. Por "acesso aberto" à literatura, deve-se entender a *disposição livre e pública* na Internet,

²³ <http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=1>

²⁴ Mídia – do inglês media (massa) meios de comunicação (de massa) (FERREIRA, 1999).

de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, download, cópia, impressão, distribuição, busca ou o link com o conteúdo completo de artigos, bem como a indexação ou o uso para qualquer outro propósito legal. No entendimento das organizações que apóiam o acesso aberto, não deve haver barreiras financeiras, legais e técnicas outras que não aquelas necessárias para a conexão da Internet. O único constrangimento para a reprodução, distribuição deve ser o controle do autor sobre a integridade de seu trabalho e o direito de sua propriedade intelectual e devida citação. (MACHADO, 2005 apud BINOTTO, 2007).

A comunicação da ciência ou a comunicação científica *online* tornou-se uma atividade indispensável para o mundo acadêmico. “O acesso aberto garante novas perspectivas aos pesquisadores, ao permitir e facilitar a divulgação científica, o acesso à informação produzida em escala mundial, acelerando assim o impacto dos estudos” (CRESPO; CORREIA 2006). A utilização de tecnologias de informação se transformam quando apropriadas pelos usuários. Como exemplo, podemos citar novamente o Projeto Scielo, que foi elaborado para dar maior visibilidade aos conhecimentos produzidos nos países periféricos ou à margem dos grandes centros, o qual na atualidade se tornou pioneiro na utilização de mecanismos de acesso aberto à informação científica, de acordo com os autores Crespo e Correia (2006).

A comunicação, é imprescindível para o desenvolvimento da ciência e das atividades dos cientistas, em geral, incentivando o intercâmbio de informações entre membros de uma determinada comunidade. “A comunicação é partilha; é, expressão de relação e de alteridade é o embasamento da cultura, porque constitui uma visão comum”, segundo defende Costa (2008, p. 15).

Mueller (2000 apud FERREIRA, MODESTO, WEITZEL, 2004, p. 195), reforça que a ampliação das diversas formas de produção, armazenamento, acesso e disseminação de informação, bem como das formas de comunicação disponíveis – cada vez mais eficazes, velozes e abrangentes, capazes de superar barreiras geográficas, hierárquicas e financeiras – influenciam diretamente a comunicação científica que atualmente está em processo de profunda transformação.

Autores como Sabadini; Sampaio; Koller (2009, p. 82), defendem que os periódicos científicos são os maiores motivadores do movimento de acesso aberto ou livre à informação, pois são eles que a maior parte da produção científica. O apoio dos periódicos científicos ao movimento gerado em prol do acesso livre à informação científica pode ser verificada através das políticas por eles praticadas com relação à publicação de seus conteúdos em acesso livre. As políticas podem variar nos níveis de permissão para o arquivamento, que vão desde a disponibilização imediata, após a aprovação dos artigos, até aos mais variados períodos de embargos. Além disso, podem incluir também limitações sobre quais as versões dos artigos que poderão ser

depositadas em repositórios institucionais ou temáticos. E como parte do projeto SHERPA²⁵, consórcio que agrega bibliotecas universitárias britânicas para geração e manutenção de repositórios, foi criado um serviço chamado RoMEO²⁶ com informações sobre as políticas de auto-arquivamento e direitos autorais de um amplo número de periódicos científicos classificados com as seguintes cores: 1) verde: revistas que permitem o arquivamento do *preprint* e *postprint*; 2) azul: revistas que permitem o arquivamento apenas do *postprint*; 3) amarelo: revistas que permitem o arquivamento o *preprint*; 4) branca: revista que não apoia o arquivamento.

Seguindo a visão de Sabadini; Sampaio; Koller (2009, p. 82), podemos comprovar que ainda que um periódico exerça uma política clara e favorável ao arquivamento, mesmo com restrições de versões e embargo de tempo, isto significa um avanço dentro do Movimento do Acesso Aberto ou acesso livre, nada pode superar as vantagens trazidas por iniciativas individuais ou coletivas de periódicos, publicadas totalmente em acesso aberto ou acesso livre. O acesso aberto ou livre a informação não pode depender unicamente de um compromisso ético, social e moral da comunidade científica com a sociedade, mas deve ser protegido por leis que assegurem ao cidadão o seu direito ao acesso à informação, principalmente aquela que resulta de pesquisas custeadas com o dinheiro público.

Kuramoto (2009) defende que o aumento das iniciativas de acesso livre prossegue se firmando.

Enquanto o crescimento das iniciativas de acesso livre continua se consolidando em todos os aspectos, a história do ano de 2009 e, especialmente, do seu último trimestre nos leva a um salto exponencial no número de políticas mandato de acesso livre, em especial as políticas institucionais e departamentais.

No ano passado, os mandatos institucionais (como registrado no (ROARMAP)²⁷ mais que triplicou, de 25 a 79. Quase a metade desse crescimento veio na semana passada, a partir de apenas um país – a Finlândia, com o anúncio recente de políticas mandatos de acesso aberto em todas as 26 universidades de Ciências Aplicadas da Finlândia, como relatado por Peter Súber sobre OA News (BLOG DO KURAMOTO, 2009).

As palavras de Kuramoto (2009), relativas ao crescimento de iniciativas de Acesso Livre, podem ser confirmadas pela informação fornecida pelo gráfico 2:

²⁵ <http://www.sherpa.ac.uk/index.html>

²⁶ <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/search.php?flDnum=&la=en>

²⁷ Reistry of Open Access Repositories Mandarory Archiving Policies (ROARMAP)
<http://roarmap.eprints.org/>

No gráfico 2, podemos verificar o crescimento de iniciativas de Acesso Livre no mundo, através das colunas mostradas em vermelho podemos confirmar o crescimento das iniciativas de acesso livre.

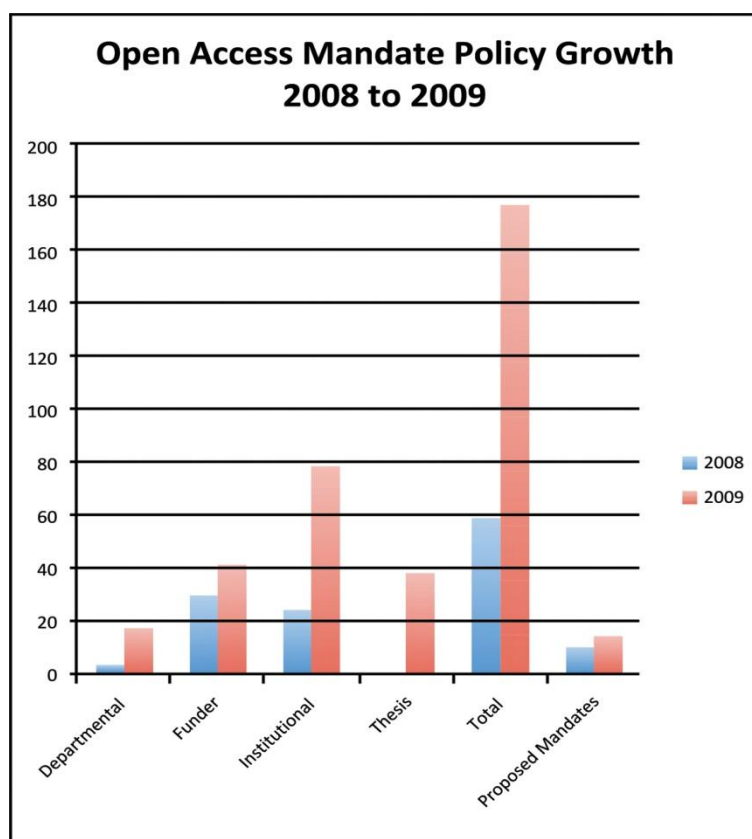


Gráfico 2: OA mandate policy Growth 2008 to 2009
Fonte: <http://kuramoto.blog.br/page/7/>

Para Arunachalam (2008 apud COSTA, 2008) a falta de conhecimento claro sobre o acesso aberto à literatura científica, vem provocando reações diversas tais como medo e rejeição da mudança. Nos países como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, a Inglaterra, a Alemanha, entre outros, onde se tem debatido amplamente e se tem assumido providências eficazes, para utilização do acesso livre, por parte de pesquisadores e instituições científicas acadêmicas, como universidades e institutos de pesquisa. Tal como ocorre em mais de cem universidades, que tem implantado seus repositórios institucionais, para arquivar a sua produção intelectual e de seus pesquisadores, as editoras comerciais internacionais estão tratando para que elas próprias efetuem o arquivamento dos artigos aceites para publicação, em periódicos, nos repositórios institucionais dos seus autores. Estudos recentes vêm demonstrando que 95% das editoras comerciais consentem o acesso aberto aos seus conteúdos, o que, segundo Costa (2008), contribui para que as mudanças sejam positivas.

A cronologia do movimento de acesso livre ao conhecimento científico, de acordo com as palavras de Cordeiro (2007), evidencia o rápido aumento, não só da diversidade de iniciativas nesta área, desde 2002, mas dos apoios institucionais e governamentais, que as mesmas tem recebido em uma variedade de países, expressos entre outros perspectiva na subscrição de declarações, de orientações de medidas, de políticas que determinam objetivos e princípios.

Na perspectiva de Batista, Costa, Kuramoto e Rodrigues (2007, p.2), o Acesso Livre, como já vem sendo bastante citado na literatura, é concomitantemente o resultado: de uma negação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas e de seus preços cada vez mais altos; e, simultaneamente, da conscientização gradativa do aumento de impacto causado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras ao acesso. O propósito do movimento mundial em favor do Acesso Livre a resultados de pesquisa é a disseminação ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas custeadas com recursos públicos.

Para Harnad (2010 apud Kuramoto 2010), quando coteja as citações a artigos em OA e a artigos que não se encontra em OA, comprova um aumento que varia entre 25 a 250%. O autor nota que diferentes fatores cooperam para essa supremacia dos artigos em OA sobre os artigos que não estão em OA, dos quais podemos destacar: 1) a tendência seletiva por melhores autores melhores artigos serem auto-depositados; 2) vantagem competitiva do OA sobre o não OA; 3) uma permanente vantagem agregada, de as iniciativas OA fornecerem um acesso antecipado, visto que, um determinado artigo depositado num Repositório Institucional poderá ser acessado antes de o mesmo ser distribuído pela revista que o publicou; 4) o acesso precoce ou antecipado acarreta também em uso precoce e consequentemente em citações antecipadas. O acesso precoce causa também um maior número de *downloads* e de citações. Portanto, essa constante vantagem do OA em termos de citações comprovam que os artigos que não estão em OA não maximizaram o impacto de suas pesquisas.

Os impactos das publicações com acesso livre provocam, de acordo com Blattmann e Bomfá (2006, p.44), modificações quanto à gestão de conteúdos digitais, quanto ao acesso, a recuperação e o uso da informação.

1.4.1.1 Auto-arquivamento (via verde)

No âmbito do tema do auto-arquivamento, começamos por mencionar a primeira estratégia recomendada na BOAI, realizada no ano de 2002, para agilizar o acesso aberto a literatura científica:

Self-Archiving: First, scholars need the tools and assistance to deposit their refereed journal articles in open electronic archives, a practice commonly called, self-archiving. When these archives conform to standards created by the Open Archives Initiative, then search engines and other tools can treat the separate archives as one. Users then need not know which archives exist or where they are located in order to find and make use of their contents (*Budapest OA Initiative*, 2002).

De acordo com Kuramoto (2010), a *Green road* (via verde) recomenda que as universidades e os centros de pesquisa construam repositórios institucionais de acesso livre e que os pesquisadores destas instituições depositem uma cópia dos seus trabalhos publicados também em revistas científicas.

Para autores como Ferreira, Modesto e Weitzel (2004, p. 201), o auto-arquivamento está fundamentado no envio voluntário do autor de seu texto, dados, metadados, imagem, som ou qualquer outra informação registrada num repositório de *Eprints*. E, por isso, compete ao autor a obrigação de se cadastrar no repositório informando dados essenciais relacionados com sua identificação profissional e localização. Este simples comportamento possibilita ao cientista a visibilidade tão procurada no campo científico uma vez que o seu nome estará vinculado à instituição de origem, à sua produção científica e, concomitantemente, estará disponível para os grupos de pesquisa da sua área de interesse.

Segundo Café e Lage (2002) e como se encontra definido no site²⁸ relativo aos *e-prints*, da responsabilidade da Universidade de Southampton, sediada no Reino Unido, auto-arquivar significa:

Depositar um documento digital em um *site* público da web, preferencialmente em repositório do tipo *Eprint* compilado para o protocolo OAI. Ao submeter um documento em um ambiente desta natureza, o autor informa o conteúdo de um conjunto de metadados definido pela OAI a um sistema do tipo *Eprint* e envia o documento ao repositório ou indica a url onde se encontra o texto referente aos metadados. O protocolo OAI é importante para viabilizar a coleta automática dos metadados (CAFÉ;LAGE, 2002)

Neste sentido, Stevan Harnad (2005 apud BATISTA, COSTA, KURAMOTO E RODRIGUES (2007, p. 5) tem salientado que a “via verde” é a estratégia que pode

²⁸ (<http://www.eprints.org/self-faq>).

levar de forma mais rápida à realização do objetivo (utópico para alguns) de ter 100% da literatura científica em acesso livre.

Neste contexto, quando os autores tornam os seus artigos livremente disponíveis em formato digital na Internet, de acordo com o pensamento de Bailey (2006), eles “auto-arquivam”. Estes artigos podem ser “*pre-prints*” ou “*pós-prints*”.

Os *pre-prints*²⁹ são versões dos artigos que ainda não passaram pela revisão dos pares ou revisão editorial. A troca de *pré-prints* entre os autores, especialmente autores científicos, tem uma longa história e, antes do surgimento da Web, esta troca foi feita pelo serviço de correio postal, faxes, *e-mails*, servidores FTP, servidores Gopher e outros meios.

Os *pós-prints* são as versões finais dos artigos publicados, podem ser a versão do artigo do editor ou uma pré-impressão atualizada, que o autor cria para mostrar algumas mudanças sugeridas na revisão feita pelos pares e durante os processos editoriais.

Os autores podem disponibilizar *pós-prints* digitais se: os editores preservarem os direitos de autor e garantirem alguns direitos não exclusivos aos editores ou transferirem todos os direitos aos editores; mas, as políticas editoriais apenas permitem aos autores a distribuição de *pós-prints* sob termos e condições específicas. Tanto os *pre-pints* como os *pós-prints* digitais são chamados de “*e-prints*”. Embora o movimento do acesso livre se centre na literatura revista pelos pares, o termo *e-prints* é também bastante utilizado para referir versões digitais de artigos que serão ou foram publicados em publicações de pesquisa científica, mas não em revistas ou periódicos com avaliações realizadas pelos pares. Não obstante, outros tipos de materiais digitais científicos, como as apresentações de conferências (apresentações em *PowerPoint*) podem ser “auto-arquivadas” pelos seus autores.

O auto-arquivamento é a premissa deste modelo, que pressupõe o uso de um protocolo OAI, o depósito do documento digital, a informação pelo próprio autor dos metadados referentes à descrição do seu texto, e que posteriormente serão coletados de modo automático. (Café; Lage, 2002). Neste modelo de publicação caberá aos demais cientistas a função de controle de qualidade exercida pelos pareceristas de uma revista, no entanto, ressalta-se que os modelos de auto-arquivamento podem ser voltados para pré ou pós-publicações, neste segundo tipo elas já foram publicadas e passaram pelo crivo científico tradicional (CRESPO; CORREIA, 2006).

Procedendo conforme o que foi descrito anteriormente, o pesquisador assegura a visibilidade e a consulta da sua produção científica, ampliando a

²⁹ *Preprints* – nome atribuído à versão original de um artigo ainda não publicado originalmente (FERREIRA, MODESTO, WEITZEL, 2004, p. 197).

probabilidade de ser citado e reconhecido e assim contribuir para a diminuição dos obstáculos determinados pelos sistemas tradicionais de publicação – o auto-arquivamento não limita a ação de dispor um documento, exclusivamente pelo autor, possibilitando a submissão por outras pessoas, desde que possua a respectiva autorização do autor.

De acordo com as palavras de Kuhlen (2007):

la *green road*, los textos que han sido admitidos para su publicación o que ya han sido publicados, y en principio también todos los demás textos que un autor quiera publicar, son introducidos en *open archives*, también llamados depósitos institucionales, de libre acceso (incluyendo el material de referencia como, por ejemplo, datos estadísticos).

Na figura 4 podemos verificar o Acesso e impacto da pesquisa maximizados por meio de auto-arquivamento.

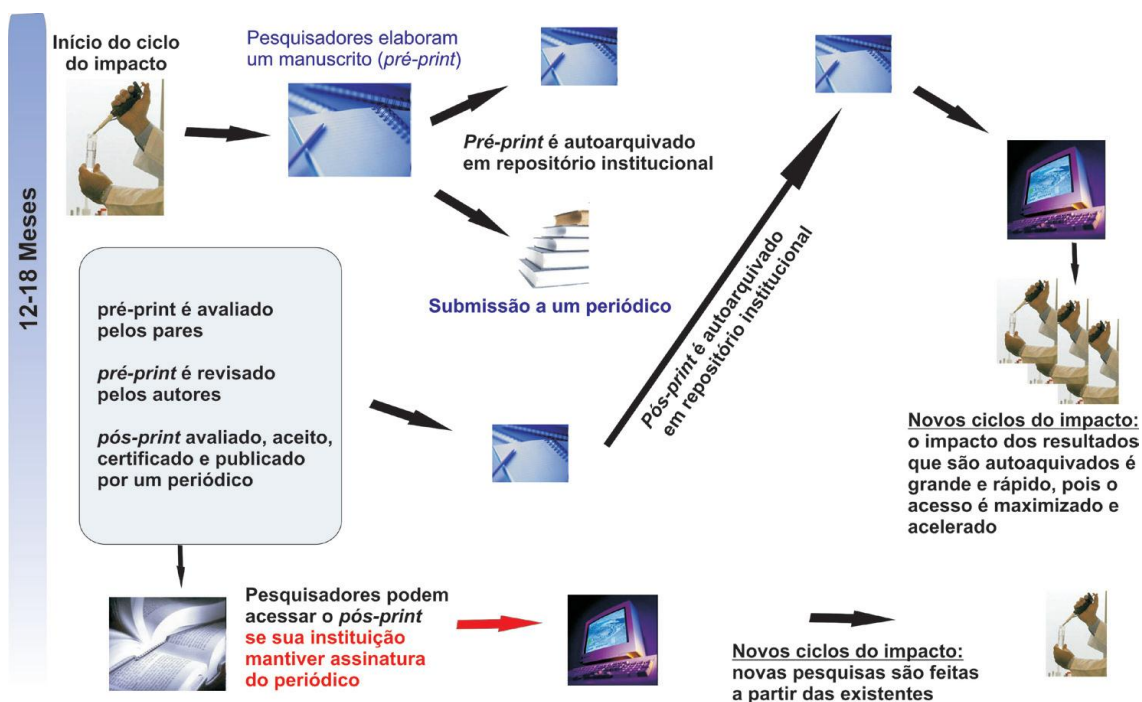


Figura 4 - Acesso do impacto da pesquisa maximizados por meio de auto-arquivamento
Fonte: Brody e Harnad (2004 apud LEITE 2009)

A via verde, para Batista, Costa, Kuramoto e Rodrigues (2007, p. 5), consiste no auto-arquivamento, pelos autores ou seus representantes, dos artigos publicados nas revistas científicas em repositórios, disciplinares ou institucionais.

1.4.1.2 Periódicos científicos de acesso aberto (via dourada)

Os periódicos de acesso aberto são a segunda estratégia de acesso livre estabelecida pela BOAI, em 2002. Stevan Harnad refere-se aos periódicos de acesso livre ou acesso aberto como a *golden road* “via dourada” para agilizar a disseminação da literatura científica.

Open-access Journals: Second, scholars need the means to launch a new generation of journals committed to OA, and to help existing journals that elect to make the transition to OA. Because journal articles should be disseminated as widely as possible, these new journals will no longer invoke copyright to restrict access to and use of the material they publish. Instead they will use copyright and other tools to ensure permanent OA to all the articles they publish. Because price is a barrier to access, these new journals will not charge subscription or access fees, and will turn to other methods for covering their expenses. There are many alternative sources of funds for this purpose, including the foundations and governments that fund research, the universities and laboratories that employ researchers, endowments set up by discipline or institution, friends of the cause of OA, profits from the sale of add-ons to the basic texts, funds freed up by the demise or cancellation of journals charging traditional subscription or access fees, or even contributions from the researchers themselves. There is no need to favor one of these solutions over the others for all disciplines or nations, and no need to stop looking for other, creative alternatives (BUDAPEST OA INITIATIVE, 2002)

A *Golden road*, na visão de Kuramoto (2010), recomenda que as revistas científicas se transformem ou pratiquem um modelo de negócio de tal forma a terem acesso livre.

Para Kuhlen (2007):

la vía *gold road*, llamada así según una propuesta de Stevan Harnad [...], es decir, de publicaciones en revistas específicas de OA, cuyo prestigio depende de los editores o consejos editoriales, y de los responsables de revisar los artículos, así como de los procedimientos de revisión,⁴ igual que en las revistas tradicionales.

Bailey (2006) afirma que os periódicos de acesso aberto apresentam as seguintes características:

- São científicos;
- Utilizam mecanismos de controle de qualidade, semelhantes como aos dos periódicos convencionais;
- São digitais;
- Estão livremente disponíveis;
- Permitem que os autores preservem os seus direitos;

- Podem usar uma *Creative Commons* ou outras licenças semelhantes

Ainda de acordo com as palavras de Bailey (2006), existe alguma controvérsia sobre os periódicos de acesso livre em relação à revisão feita pelos pares, como mecanismo de controle de qualidade. A maior parte dos periódicos de acesso livre efetuam a revisão pelos pares, mas existem também alguns periódicos de alta qualidade que não o fazem, embora cumpram todos os outros critérios e tenham um grande impacto nos campos de estudo em que se inserem. Outra questão de controvérsia discute se os periódicos de acesso livre devem usar *Creative Commons*³⁰ ou uma licença semelhante. Harnad (2008 apud Costa 2008) defende que as barreiras à permissão e as licenças *Creative Commons* estabelecem uma espécie de *continuum*, com base em seis tipos de licença, as quais, por sua vez, constituem uma combinação entre quatro tipos de permissão, conforme demonstram as figuras 5 e 6. A figura 5 ilustra o significado dos tipos de permissão, das *licence Creative Commons*.

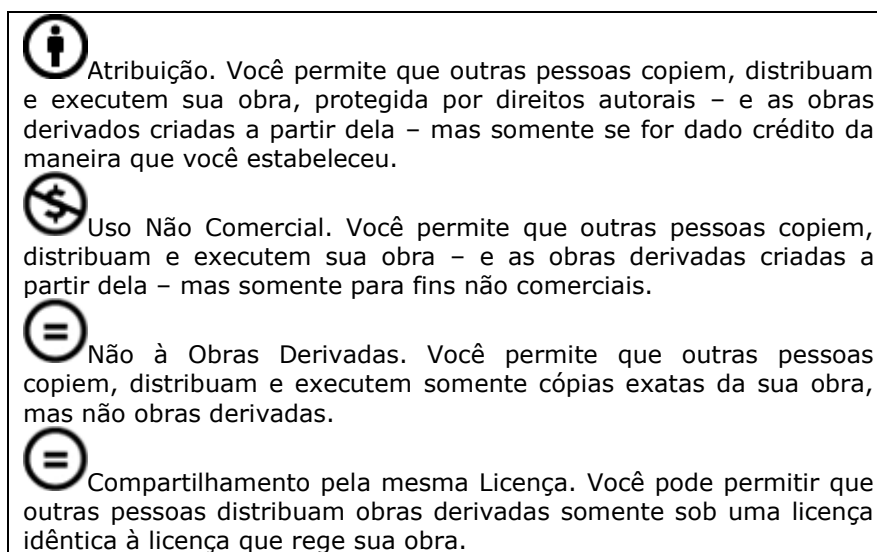


Figura 5 - Significados dos tipos de permissão das licenças *creative commons*

Fonte: http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=3

³⁰ A *Creative Commons* é uma organização não governamental, sem fins lucrativos. A organização localizada em São Francisco, Califórnia, nos Estados Unidos, pretende expandir a quantidade de obras criativas disponíveis, através das licenças, que permitem a cópia e o compartilhamento com menos restrições do que o tradicional, que assenta no princípio em que todos direitos estão reservados. Para esse fim, a organização criou diversas licenças, conhecidas como licenças *creative commons*, que podem ser consultadas em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Creative_Commons.

A figura 6 descreve as combinações para definição de *licence Creative Commons*.

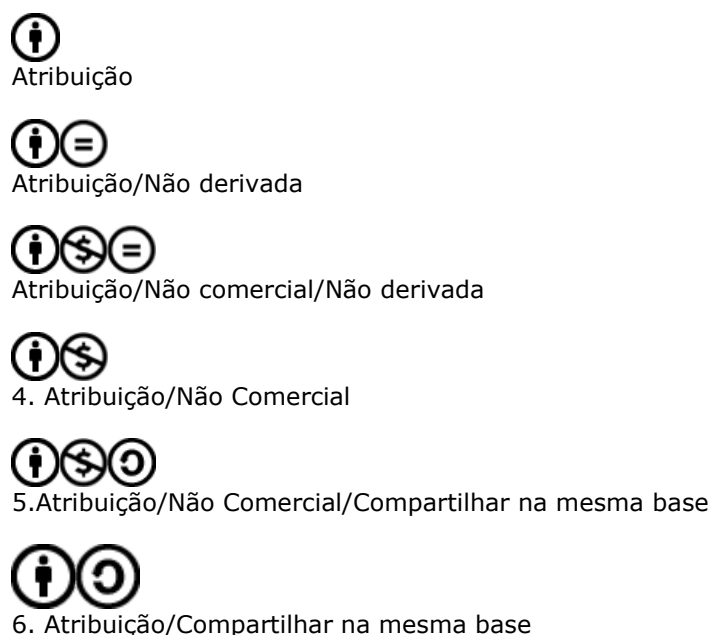


Figura 6 - Combinações para definição de *licence creative commons*
Fonte: COSTA, 2008: p. 220

Segundo Sabadini, Sampaio e Koller (2009, p. 83), a *creative commons* foi criada em 2001 por James Boyle, especialista em direito na internet; Michael Carol, Lawrence Lessing e Hal Abelson, professores do Instituto de Tecnologia de Massachussetts; Eric Saltzan e Eric Eldred, editores da *Web* de Domínio Público, financiados pela Faculdade de Direito da Universidade de Stanford e pela Sociedade de Domínio Público – movimento que exprime “a mudança na regulamentação do direito autoral que contradiz a tradição construída nos séculos XIX e XX”, em que o conceito de copirraite (todos os direitos reservados para “alguns direitos reservados” (SABADINI; SILVIA; KOLLER, 2009: p. 83). Ainda de acordo com as autoras supracitadas, a *creative commons* cria e disponibiliza uma série de licenças para que o autor possa escolher a forma ideal para publicar o seu trabalho.

De acordo com Borges (2008):

As licenças CC, desenhadas por Lawrence Lessig, permitem aos autores especificar o tipo de uso que pode ser feito dos seus trabalhos qualquer que seja o media da sua expressão (texto, áudio, vídeo, software, dados). Uma característica que subjaz a todas as licenças é a do entendimento de que a criatividade humana não deve ser cerceada por utilização limitada dos trabalhos dos autores. A utilização de uma obra não a desgasta, como acontece com a propriedade convencional, antes a amplia e faz ecoar para todo um conjunto de utilizadores.

As licença *Creative Commons* reflete uma questão fundamental e mais profunda sobre o acesso livre, isto é, se o acesso livre é apenas o acesso grátis, acrescentando um conjunto de direitos de utilização específicos, que vai significativamente para além dos direitos de autor normais.

Cordeiro (2007) defende que as instituições como *Creative Commons* e a Free Software Foundation representam organizações sociais cuja reflexão sobre o *copyright* discorda das idéias convencionais sobre o trabalho e a compensação, ao submeterem esquemas de licenciamento, os quais garantem o livre acesso aos recursos e que, ao mesmo tempo, salvaguardam os direitos dos autores que vêm reconhecida a autoria e protegida a integridade das suas obras, quer se trate de software ou de outras criações.

As revistas de acesso livre (RAL) fazem avaliações (*peer review*) e tornam os conteúdos aprovados disponíveis livremente para o mundo. O custo desse processo consiste em avaliar, preparar o manuscrito, como também aquisição do espaço do servidor.

As RAL pagam as suas faturas de forma muito parecida com o modelo adotado pelas redes de televisão e cadeias de rádio: aqueles que têm interesse em disseminar o seu conteúdo pagam os custos de produção inicial para que o acesso possa ser gratuito para todos. Às vezes isso significa que as revistas devem contar com subsídios de hospedagem por parte de sociedades profissionais ou universidades. Isso pode significar também que as revistas cobrem uma taxa para publicar os artigos aceitos, taxa esta a ser paga pelo autor ou pelo patrocinador do autor (empregador, ou da agência de fomento).

As RAL que cobram honorários para a publicação de artigos normalmente costumam renunciar a esta cobrança, em caso de dificuldades económicas.

As RAL que recebem subsídios institucionais tendem a não cobrar pela publicação.

As RAL podem fixar subsídios ou taxas menores se elas têm receitas provenientes de outras publicações, publicidade, preços agregados ou serviços auxiliares. Algumas instituições e consórcios fornecem descontos. Alguns editores que adotam a filosofia de ALi renunciam ao pagamento da taxa a todos os pesquisadores afiliados a instituições que adquiriram uma assinatura anual. Há muito espaço para a criatividade com o objetivo de encontrar formas de pagamentos ou ressarcimentos de custos de uma RAL avaliada pelos pares. Estamos longe de ter esgotado a nossa habilidade e imaginação (SUBER, 2008).

A “via dourada” consiste na divulgação de literatura científica por meio de revistas de acesso livre, que não reduzem o acesso e a utilização do material que publicam e não cobram assinatura nem taxas de acesso, e empregam outros métodos como taxas de publicação, publicidade entre outras para custear as suas despesas (Batista, Costa, Kuramoto e Rodrigues, 2007, p. 5).

1.5 A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E O PLANO DE AÇÃO DA CIMEIRA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.

De acordo com Franco (2005), na primeira fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), organizada pelas Nações Unidas, que decorreu em Genebra de 10 a 12 de Dezembro de 2003, foram aprovados dois documentos fundamentais: a Declaração de Princípios e o Plano de Ação.

A Declaração de Princípios intitulada "Construir a Sociedade da Informação: Um Desafio Global no Novo Millennium" é um documento orientador e está dividido em três partes: "A) A Nossa Visão Comum da Sociedade da Informação"; "B) Uma Sociedade de Informação para todos: princípios-chave"; e, "C) Rumo a uma Sociedade de Informação para todos baseada no conhecimento partilhado". A visão comum está bem definida e resumida logo no primeiro parágrafo da Declaração de Princípios:

Declaramos o nosso desejo e compromisso comuns para construir uma Sociedade da Informação, centrada na pessoa, inclusiva e orientada para o desenvolvimento, onde todos possam criar, aceder, utilizar e partilhar informação e conhecimento, possibilitando aos indivíduos, comunidades e povos, atingir todo o seu potencial na promoção do seu desenvolvimento sustentável e melhorar a sua qualidade de vida, assente nos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, respeitando completamente e apoiando a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, 2003).

É de notar ainda, nesta visão comum, a afirmação da co-responsabilidade entre os diversos atores: "Reconhecemos que construir uma Sociedade da Informação inclusiva requer novas formas de solidariedade, parcerias e cooperação entre governos e outras partes interessadas, como por exemplo, o sector privado, a sociedade civil e organizações internacionais" (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, 2003). A inclusão do sector privado é significativa enquanto parte igual na configuração daquilo que se designa Sociedade da Informação. Trata-se, claramente, de um reconhecimento do papel das empresas no desenvolvimento das tecnologias e dos conceitos onde assenta este novo paradigma. Em consequência da visão descrita anteriormente, definiu-se na Declaração de Princípios um conjunto de princípios-chave a serem aplicados no Plano de Ação.

A Declaração de Princípios trata no item B sobre a construção de sociedade para todos, abordando no ponto três e nos itens 24,25,26,27 e 28 a importância do acesso a informação e ao conhecimento, registando que:

24 La capacidad universal de acceder y contribuir a la información, las ideas y el conocimiento es un elemento indispensable en una Sociedad de la Información integradora.

25 Es posible promover el intercambio y el fortalecimiento de los conocimientos mundiales en favor del desarrollo si se eliminan los obstáculos que impiden un acceso equitativo a la información para actividades económicas, sociales, políticas, sanitarias, culturales, educativas y científicas, y si se facilita el acceso a la información que está en el dominio público, lo que incluye el diseño universal y la utilización de tecnologías auxiliares.

26 Un dominio público rico es un factor esencial del crecimiento de la Sociedad de la Información, ya que genera ventajas múltiples tales como un público instruido, nuevos empleos, innovación, oportunidades comerciales y el avance de las ciencias. La información del dominio público debe ser fácilmente accesible en apoyo de la Sociedad de la Información, y debe estar protegida de toda apropiación indebida. Habría que fortalecer las instituciones públicas tales como bibliotecas y archivos, museos, colecciones culturales y otros puntos de acceso comunitario, para promover la preservación de las constancias documentales y el acceso libre y equitativo a la información.

27 Se puede fomentar el acceso a la información y al conocimiento sensibilizando a todas las partes interesadas de las posibilidades que brindan los diferentes modelos de software, lo que incluye software protegido, de fuente abierta y software libre, para acrecentar la competencia, el acceso de los usuarios y la diversidad de opciones, y permitir que todos los usuarios desarrollen las soluciones que mejor se ajustan a sus necesidades. El acceso asequible al software debe considerarse como un componente importante de una Sociedad de la Información verdaderamente integradora.

28 Nos esforzamos en promover el acceso universal, con las mismas oportunidades para todos, al conocimiento científico y la creación y divulgación de información científica y técnica, con inclusión de las iniciativas de acceso abierto para las publicaciones científicas (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, 2003).

Os signatários desta Declaração de Princípios estão firmes na sua busca com a finalidade de garantir que as oportunidades oferecidas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) em benefício de todos. De forma a enfrentar os desafios todos devem trabalhar para difundir o acesso às infra-estruturas e às tecnologias da informação, comunicação e a informação; e, para difundir o acesso ao conhecimento, capacitando e fortalecendo a confiança e a segurança na utilização das TIC, para criar um ambiente propício a todos os níveis, desenvolver e alargar as aplicações de TIC, promover e respeitar a diversidade cultural e reconhecer o papel dos meios de comunicação, abordando as dimensões éticas da sociedade da informação e promover a cooperação internacional e regional. Os signatários desta Declaração de Princípios também concordam que os aspectos referidos anteriormente são os princípios fundamentais para a construção de uma sociedade da informação inclusiva.

O Plano de Ação apresenta a visão e os princípios fundamentais da Declaração de Princípios e, ainda, as linhas de ação concretas para alcançar os objetivos de

desenvolvimento acordados a nível internacional, visando a promoção da utilização de produtos, de redes, de serviços e aplicações baseados nas TIC, para ajudar os países a superar o fosso digital.

La Sociedad de la Información es un concepto en plena evolución, que ha alcanzado en el mundo diferentes niveles, como reflejo de diferentes etapas de desarrollo. Los cambios tecnológicos y de otro tipo están transformando rápidamente el entorno en que se desarrolla la Sociedad de la Información. El Plan de Acción constituye, pues, una plataforma dinámica para promover la Sociedad de la Información en los planos nacional, regional e internacional. La estructura peculiar de la CMSI, en dos fases, permite recoger esta evolución.

Todas las partes interesadas pueden prestar una contribución importante en la Sociedad de la Información, especialmente a través de asociaciones:

- a) A los gobiernos incumbe la función de dirigir la formulación y aplicación de ciberestrategias nacionales exhaustivas, orientadas al futuro y sostenibles. El sector privado y la sociedad civil, en diálogo con los gobiernos, tienen una importante función consultiva en la formulación de esas ciberestrategias nacionales.
- b) La aportación del sector privado es importante para el desarrollo y la difusión de las tecnologías de la información y las comunicaciones TIC en ámbitos como infraestructura, contenido y aplicaciones. El sector privado no es sólo un actor del mercado, sino que desempeña un papel en el contexto más amplio de desarrollo sostenible.
- c) El compromiso y la participación de la sociedad civil es igualmente importante en la creación de una Sociedad de la Información equitativa y en la instrumentación de las iniciativas para el desarrollo relacionadas con las TIC.
- d) Las instituciones internacionales y regionales, incluidas las instituciones financieras internacionales, desempeñan un papel clave a la hora de integrar la utilización de las TIC en el proceso de desarrollo y proporcionar los recursos necesarios para construir la Sociedad de la Información y evaluar los progresos alcanzados (PLAN DE ACCIÓN, 2003).

Os objetivos do Plano de Ação, descritos abaixo, foram traçados com o objetivo de construir uma sociedade da informação inclusiva, dispondo o potencial de conhecimento e as TIC ao desenvolvimento. As metas devem ser alcançadas até 2015, Tendo em consideração que as mesmas se fazem depender das respectivas circunstâncias nacionais.

- a) utilizar las TIC para conectar aldeas, y crear puntos de acceso comunitario;
- b) utilizar las TIC para conectar a universidades, escuelas superiores, escuelas secundarias y escuelas primarias;
- c) utilizar las TIC para conectar centros científicos y de investigación;
- d) utilizar las TIC para conectar bibliotecas públicas, centros culturales, museos, oficinas de correos y archivos;
- e) utilizar las TIC para conectar centros sanitarios y hospitales;
- f) conectar los departamentos de gobierno locales y centrales y crear sitios web y direcciones de correo electrónico;

- g) adaptar todos los programas de estudio de la enseñanza primaria y secundaria al cumplimiento de los objetivos de la Sociedad de la Información, teniendo en cuenta las circunstancias de cada país;
- h) asegurar que todos los habitantes del mundo tengan acceso a servicios de televisión y radio;
- i) fomentar el desarrollo de contenidos e implantar condiciones técnicas que faciliten la presencia y la utilización de todos los idiomas del mundo en Internet;
- j) asegurar que el acceso a las TIC esté al alcance de más de la mitad de los habitantes del planeta.

O item C3 do Plano de Ação trata sobre as ações para agilizar o acesso à informação e ao conhecimento, quando afirma que as TIC permitem às populações acessar à informação e ao conhecimento, em qualquer lugar do mundo e de maneira prática. Entre as diversas ações grafadas, no documento supracitado, destacamos:

- Definir directrices políticas para el desarrollo y promoción de la información en el dominio público, como un importante instrumento internacional que promueve el acceso de todos a la información.
- Promover la investigación y el desarrollo para facilitar el acceso de todos a las TIC, con inclusión de los grupos desfavorecidos, marginados y vulnerables.
- Estimular la investigación y sensibilizar a todas las partes interesadas acerca de las posibilidades que ofrecen los distintos modelos de software, y sus procesos de creación, lo que incluye software protegido, de fuente abierta y software libre, con el fin de ampliar la competencia, la libertad de elección, y la asequibilidad, y permitir que todas las partes interesadas evalúen las soluciones que mejor se adapten a sus necesidades.
- Fomentar la investigación sobre la Sociedad de la Información, incluso acerca de formas innovadoras de trabajo en redes, adaptación de la infraestructura, herramientas y aplicaciones de las TIC que faciliten el acceso de todos, y en particular, de los grupos desfavorecidos, a esas tecnologías.
- Apoyar la investigación y el desarrollo sobre el diseño de instrumentos útiles para todas las partes interesadas, que fomenten la sensibilización y evaluación de los distintos modelos y licencias de software, a fin de asegurar una elección óptima de los programas más adecuados que contribuyan mejor a alcanzar las metas de desarrollo, considerando las condiciones locales

1.6 BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING

A reunião de Bethesda³¹ (2003) teve como intenção reunir, em poucos meses um amplo grupo de trabalho para elaborar um conjunto de princípios - três declarações compostas pelos grupos de trabalho das instituições de pesquisa; grupos

³¹ Esta informação pode ser consultada em: <http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>.

de trabalho dos bibliotecários e editores e o grupo de trabalho dos pesquisadores e sociedades científica e uma definição para publicação de acesso aberto e a partir dessa definição são direcionados os debates e decisões que estão mudando o cenário da comunicação científica. Assim, fica estabelecido, como informa Costa (2006, p.42), que as publicações de acesso aberto devem preencher duas condições:

- A primeira é que autores e detentores de direitos autorais devem assegurar a todo usuário: direito livre, irrevogável e perpétuo de acesso a seus trabalhos; licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir trabalhos publicamente, elaborar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital, para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição apropriada de autoria, assim como fazer um número pequeno de cópias impressas para uso pessoal.
- A segunda é que uma versão completa do trabalho publicado, assim como de todo material suplementar, incluindo uma cópia da permissão citada na primeira condição, em formato eletrônico apropriado, devem ser depositados, imediatamente, após a publicação inicial, em pelo menos um repositório on-line. Este, por sua vez, deve ser mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, agência governamental ou outra instituição bem estabelecida que busque permitir o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento em longo prazo.

De acordo Bailey (2006), na Declaração sobre o Acesso Livre de Bethesda, algumas licenças como a *Creative Commons* podem ser usadas para garantir os direitos de acesso livre.

Ainda de acordo com Bailey (2009) as licenças *Creative Commons* permite aos usuários reproduzir e distribuir os trabalhos e criar trabalhos secundários em todos os mídia existentes e futuros, sujeitos a certas condições, tais como a atribuição do autor. Nenhum aspecto existente na licença serve para limitar ou restringir quaisquer privilégios ao criador, ao abrigo da lei dos direitos de autor e de outras leis aplicáveis. A mesma licença também introduz a condição de que os documentos de acesso livre devem ser depositados em repositórios digitais de organizações “bem estabelecidas”, ao contrário das *homepages* de autor ou em arquivos digitais, onde as perspectivas a longo prazo estão em dúvida. Assim, os repositórios irão comprometer-se com o “arquivo a longo prazo”, ou seja, irão preservar digitalmente os documentos de acesso livre.

É importante ressaltar que o documento gerado nessa reunião representa a posição dos principais atores envolvidos no processo de comunicação científica, destacando-se, neste, a questão da publicação. Isso porque a noção que permeou a declaração de princípios elaborada visou a envolver os seguintes atores do processo nos passos que precisam ser dados para promover a transição rápida e eficiente à publicação de acesso aberto:

- as agências de fomento, que apóiam e sustentam a pesquisa científica;
- os cientistas, que geram os resultados das pesquisas;

- os editores, que facilitam a revisão pelos pares e a distribuição dos resultados da pesquisa;
- todos aqueles que dependem do acesso a esse conhecimento, incluindo os próprios pesquisadores e os bibliotecários, entre outros (COSTA, 2006).

O conceito estabelecido em Bethesda confirma o que foi proposto em Budapeste (ver secção 1.3 ou 1.4), envolvendo as agências de fomento, os cientistas, os editores, incluindo ainda os próprios pesquisadores e os bibliotecários.

1.7 BERLIN DECLARATION OA TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCE AND HUMANITIES

A reunião intitulada *Berlin Declaration Open Access to Knowledge in the Science and Humanities* teve como objetivo:

A nossa missão de disseminar o conhecimento estará incompleta se a informação não for tornada rapidamente acessível e em larga escala à sociedade. Novas possibilidades de difusão do conhecimento, não apenas através do método clássico, mas também, e cada vez mais, através do paradigma do acesso livre via Internet devem ser apoiadas. Nós definimos o acesso livre como uma fonte universal do conhecimento humano e do património cultural que foi aprovada pela comunidade científica.

Para concretizar esta visão de uma representação global e acessível do conhecimento, a Web do futuro tem de ser sustentável, interativa e transparente. Conteúdos e ferramentas de software devem ser livremente acessíveis e compatíveis (Declaração de Berlim, 2003).

Visou eleger a Internet como “instrumento funcional para uma base global de conhecimento científico e reflexão humana” e estabelecer as medidas que precisam de ser consideradas entre os formuladores de política, instituições de pesquisa, agências de fomento, bibliotecas e museus. Com a finalidade de endossar a Declaração de Berlim, as instituições devem:

- implementar uma política para requerer de seus pesquisadores que depositem em um repositório de acesso aberto uma cópia de todos os seus artigos publicados;
- encorajar seus pesquisadores a publicar seus artigos de pesquisa em periódicos de acesso aberto – onde haja um periódico apropriado – e prover o apoio necessário para que isso aconteça (Costa, 2006, p.43).

Peter Suber (2004 apud BAILEY, 2006) refere-se às definições de acesso livre da BOAI, da Reunião de Bethesda e da Declaração de Berlim, como a “definição BBB de acesso livre”, e esta definição “elimina as barreiras de preço, e de permissão”.

Porém, Suber (idem) afirma também que eliminar as barreiras de preço por si só dará muitos proponentes ao acesso livre. Deve, por isso, ser observado que o acesso livre é arraigado na lei dos direitos do autor já existente: a detenção dos direitos de autor permite aos utilizadores o acesso livre aos seus trabalhos.

O conceito de acesso aberto tem sido recentemente discutido com o fim de esclarecer o significado do termo. Tomando como base as declarações de Berlim [...], Bethesda [...] e Budapeste [...] o termo acesso aberto à literatura científica foi consensualmente definido como acesso à "literatura que é digital, *online*, livre de custos, e livre de restrições desnecessárias de copyright e licenças de uso". Acesso aberto, nesse sentido, deve remover tanto barreiras de preço quanto de permissão (de uso). Recentemente, Suber, (2008) e Stevan Harnad (2008), dois dos maiores defensores do movimento, propuseram dois modos de tratar o acesso aberto, com base nas experiências desenvolvidas ao longo dos últimos anos. A abordagem dos autores tenciona distinguir acesso aberto propriamente dito de acesso livre de algumas barreiras, mas não totalmente aberto. O tema permanece em discussão, mas os autores centram o foco na questão sobre o que é, efetivamente, aberto e livre de barreiras tanto de preço quanto de permissão de uso (COSTA, 2008)

O modelo OA possibilita a disponibilização de textos científicos completos através da Internet: teses, artigos de periódicos, trabalhos apresentados em congressos, literatura cinzenta, que se tornam cada vez mais visíveis com a utilização desse modelo. Os repositórios institucionais e os periódicos eletrônicos de acesso aberto, criados a partir do surgimento do *Open Archives*, alargam a disseminação da pesquisa científica de uma forma expressiva, aumentando seu impacto e a sua visibilidade para o mundo acadêmico. Como vimos no decorrer do presente capítulo, a discussão sobre o sistema de comunicação científica vem aumentando significativamente; e, o acesso livre já faz parte do processo de comunicação científica, onde atualmente se torna necessária a participação de pesquisadores, universidades, agências de fomento e governos. Todos os atores devem ultrapassar as declarações, sendo imprescindível que de fato apóiem e realizem a disponibilização livre na Internet de sua produção científica.

2. O BRASIL E O MOVIMENTO DO OPEN ACCESS

O Brasil destaca-se quanto às políticas de acesso a informação. Tem realizado diferentes iniciativas como a promoção de *software* livre e tem procurado incentivar por meio de licenciamento “alternativo” o acesso público a bens protegido por propriedade intelectual e pelo direito autoral de inventores ou criadores, através da cedência de licenças “livres” como as creative commons³². Aqui, podemos citar, a título de exemplo, o *General Public License* que, segundo Ortellado (2008), possibilita a utilização de *software* livre na administração pública, a promoção do *software* por meio de incentivos fiscais para venda de computadores pessoais populares, o licenciamento livre de conteúdos financiados pelo Estado, o licenciamento livre de conteúdos produzidos por órgão governamentais, a promoção do acesso aberto as teses e dissertações nacionais e o financiamento público de revistas científicas de acesso aberto.

De acordo com Melo, Sampaio e Pires (2007) o Brasil, devido à dimensão do seu território e, conseqüentemente, às desigualdades regionais, não se desenvolve de maneira semelhante nas diversas regiões, pelo que especificamente no contexto educativo, ainda convive com diferenças na educação das classes mais abastadas, por um lado, e das classes menos favorecidas, por outro lado.

As regiões que investem em ciência e tecnologia vem atingindo um nível mais elevado de desenvolvimento, se confrontado com as outras regiões do país onde ainda não é possível o mesmo investimento e, por isso, o percurso se torna distinto.

Neste seguimento, os autores supracitados destacam o impacto das diferenças regionais e do investimento na disseminação do conhecimento, defendendo que as regiões que possuem mais conhecimento podem partilhar os seus recursos informacionais com as regiões menos beneficiadas, contribuindo para o desenvolvimento global da nação:

Retirar o conhecimento das estantes das bibliotecas das regiões privilegiadas do país, onde estão restritas a uma pequena parcela da população e protegido pelo fantasma do direito autoral, tornando a informação em um bem público, parece ser um grande passo rumo ao desenvolvimento nacional” (MELO; SAMPAIO; PIRES, 2008).

O Estado é, neste contexto, o importante financiador da educação, da cultura e da pesquisa científica, num país cujos recursos se originam diretamente do contribuinte:

³² <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/126/156>

Desde a década de 1960, o Estado estabeleceu uma política de imunidade tributária à indústria do livro, tendo deixado de recolher, apenas no ano de 2007, cerca de 1 bilhão de reais em tributos como ICMS, Imposto de Importação, Imposto sobre Serviço, PIS e COFINS/PASEP. Destinados a estimular e promover a educação e a cultura, esses incentivos cumprem muito parcialmente o seu objetivo. As restritas exceções e limitações da nossa lei de direitos autorais e a ausência de políticas para o licenciamento livre de conteúdos financiados com recursos públicos têm criado barreiras ao acesso público à informação (MELO; SAMPAIO; PIRES, 2008).

Na introdução da publicação intitulada *Ciência Para O Séclo XXI* (2003), o Diretor Geral da UNESCO - Koichiro Matsuura - afirma que o Brasil tem uma comunidade científica e técnica habilitada, cujos componentes estão empenhados com padrões morais, onde se pode beneficiar de um debate livre, aberto e democrático, acerca das questões abordadas nas declarações de Budapeste³³ e Santo Domingo³⁴. E os dois documentos prescindem de uma discussão sobre como apresentar temas de cunho tecnológico e científico para que juntos atinjam um consenso para definir os parâmetros do progresso científico para o novo milênio.

Segundo Swan (2008), os pesquisadores do Brasil dedicam-se a uma enorme amplitude de pesquisa científica, mas essa pesquisa não obtém leitores, nem a atenção que merece, por causa das falhas que têm crescido no sistema de comunicação científica, particularmente nas últimas décadas. O resultado das pesquisas brasileiras tem sofrido uma fraca visibilidade e pouca disseminação fora da América Latina. De acordo com a autora supracitada, os pesquisadores nem sempre têm bom acesso aos periódicos que eles precisavam para fazerem a sua investigação de forma completa. Problemas semelhantes são partilhados por todo o mundo em desenvolvimento.

Enquanto muito investimento é feito na educação e na pesquisa no Brasil, o impacto deste é minimizado pela incapacidade de utilizar as novas oportunidades oferecidas pela *Web* para a disseminação dos resultados da investigação. O retorno neste investimento nacional é cada vez mais deficiente. A solução recai nas mãos da comunidade de pesquisadores, que deveria proporcionar o acesso livre a todos os seus resultados. Sem isto, a pesquisa brasileira está a ser condenada à relativa obscuridade quando os pesquisadores podiam abolir as barreiras, aumentar visibilidade e maximizar o impacto que esse trabalho pode ter. Atentemos nas seguintes palavras:

³³ <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>

³⁴ <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000112.pdf>

O novo compromisso mundial para com a ciência deve incluir, como um de seus grandes objetivos, uma redução do hiato que tende a separar cada vez mais os países desenvolvidos do resto do mundo, no que diz respeito à capacidade de gerar e usar conhecimentos científicos e tecnológicos. Essa nova promoção da pesquisa, nos países periféricos, deve estar estreitamente vinculada às contribuições que os cientistas e os tecnólogos têm que fazer a fim de que seja alcançada a meta de generalização de uma educação avançada, de qualidade e ao longo de toda a vida (Ciência para o século XXI, 200).

De acordo com Ortellado (2008), nos meados da década de 1990 ocorreu uma grande difusão da Internet, ampliando a possibilidade de um acesso a baixo custo aos conteúdos dos periódicos por meio digital. Consequentemente, surgiram as primeiras iniciativas de acesso a conteúdos científicos pela Internet como: o repositório de artigos ArXiv, lançado pela comunidade de física em 1991; o Banco eletrônico de teses e dissertações, lançado pela Universidade Virgínia Tech em 1996; e, o Portal SciELO, lançado pela comunidade de saúde brasileira para transpor para a Internet periódicos inteiros em 1996. Anos mais tarde, dois grandes eventos internacionais, BOAI (2002) e *Berlin Declaration Open Access to Knowledge in the science and Humanites* (2003), imbuídos por estas iniciativas, procuraram organizar um movimento em favor da utilização da Web, enquanto ferramenta de comunicação científica livre.

Como afirma Kuramoto (2008):

Estamos em 4º lugar em quantidade de repositórios segundo as pesquisas do *Registry of OA Repositories* (ROAR). Além disso, o Brasil ocupa uma posição de destaque internacional, sendo o primeiro país da América Latina e ficando à frente de outros países mais desenvolvidos, como a Austrália, o Japão e a Itália, em questões relacionadas ao Acesso Livre. Também por causa de Stevan Harnad [...], que divulgou bastante nossas ações, segundo ele, países como Brasil, China e Índia, vão determinar o eixo do acesso Livre no mundo.

E ainda a BDTD, que é a maior iniciativa nacional desse tipo, conta com mais de 70 universidades e unidades de pesquisas integradas, cujos mestrandos e doutorandos depositam suas teses e dissertações, em texto integral, somando mais de 76 mil teses e dissertações eletrônicas.

De acordo com as palavras de Swan (2008), mais de uma década depois do surgimento da ideia de livre disseminação *online* do conhecimento ter sido postulada e cinco anos desde a realização da Iniciativa de Acesso Livre de Budapeste BOAI, permanecem as dúvidas quanto ao que define o acesso livre. As dúvidas conduzem a desconfiças e, concomitantemente, os debates enchem-se de imprecisões e algumas (pre)visões negativas. O acesso livre torna acessíveis *online* as cópias de artigos de pesquisa revistos pelos pares (e por vezes livros, se o autor e o editor o

desejarem), imediatamente (antes ou na data da publicação mas nem sempre, pode existir um período de embargo), sem quaisquer barreiras e sem quaisquer restrições do uso comumente imposto por acordos de direitos de autor e do editor. Há um longo percurso a ser percorrido para encorajar os autores a adotar o acesso livre. É por isso, crucial que os autores reconheçam o aumento da visibilidade, o uso e o impacto que o seu trabalho vai receber através do acesso livre. Vários estudos: Brody; Harnad (2004), Lawrence (2001), Antelman (2004) mencionados por Costa (2006,p. 41), demonstram que é muito grande o impacto da citação que o acesso livre pode trazer.

De acordo com Blattmann e Bomfá (2006):

Para além do estudo realizado por Lawrence (2001) aponta o impacto da informação disponível e acessível de acesso livre e recomenda a importância de indexar em mecanismos de busca os textos para sua futura recuperação seja em amplas ferramentas de busca como o Google (www.google.com), ou o ResearchIndex (www.researchindex.org). O estudo realizado na área de ciências da computação apresenta os diferenciais entre as publicações impressas e online, destacando que o índice de citação para impresso é 2,74% enquanto para os artigos online é de 7,03%.

Para Kuramoto (2008, p.868) Os resultados desses estudos evidenciam a necessidade do Brasil aplicar recursos na criação de repositórios de acesso livre, de revistas científicas eletrônicas de acesso livre, além de encadear uma série de ações que objetivam o incentivo do acesso livre à literatura científica, como vem acontecendo em vários países.

E para disseminar os benefícios do Acesso Livre no Brasil várias ações vêm sendo desenvolvida no país como demonstra na tabela 1.

Tabela 1: Relação temporal dos principais acontecimentos em acesso livre no Brasil

ANO	Período	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM PROL DO ACESSO LIVRE NO BRASIL
2005	Setembro	Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica
2005	setembro	Declaração de Salvador
2005	Dezembro	Carta de São Paulo
2006	Maio	Declaração de Florianópolis
2006	Novembro	2ª Conferência sobre o Acesso Livre – Minho (PT) · Compromisso do Minho · Diretrizes para Implementação do Acesso Livre à Informação em Países Lusófonos

2007	Maio	Projeto de Lei 1120/2007
2007	Novembro	2ª Reunião do IGDF (Internet Governance Fórum) – Rio de Janeiro (BR)
2008	Dezembro	I Workshop sobre Acesso Livre nas Unidades de Pesquisa Carta do Rio de Janeiro
2009	Março	I Workshop sobre Acesso Livre do CTI
2009	MAIO	Periódicos UFSC Florianópolis

Fonte: <http://alemplus.wordpress.com/historico/>

O movimento do acesso livre possibilitou ao “país a adoção de iniciativas que fizeram convergir um conjunto de medidas que, no final, promovem, pela primeira vez ao longo de sua história, o registro sistemático e a disseminação da sua produção científica” (KURAMOTO, 2010).

2.1 O INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT) E O *OPEN ACCESS*

Criado em 4 de março de 1954, época marcada pelo fim do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o IBICT³⁵ é um órgão público federal da administração direta vinculado à estrutura de unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A missão do IBICT consiste em promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infra-estrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico do Brasil. A mudança do IBBBD para IBICT, em 1976, teve como finalidade ocupar um espaço no Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, relacionando-se, simultaneamente, com a indispensabilidade de fornecimento de informação em ciência e tecnologia, visando criar uma rede de informação no país, incluindo entidades atuantes em C&T, adotando para isso um modelo de sistema de informação descentralizado.

Atualmente, o IBICT converteu-se em uma referência para projetos voltados ao movimento de acesso livre ao conhecimento, com lançamento da incubadora do Sistema Eletrônico de Editoração de Revista (SEER), da incubadora de revistas

³⁵ Pode consultar a informação no site oficial em: http://www.ibict.br/secao.php?cat=o_ibict

(INSEER), dos Sistemas de arquivos digitais D-SPACE³⁶ e Diálogo Científico (DICI)³⁷ – e do Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre (OASIS.Br). A biblioteca digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD emprega as mais recentes tecnologias do *Open Archives* e incorpora os sistemas de informação de teses e dissertações nas instituições de ensino e pesquisa brasileira. Outro produto é o número internacional normalizado para publicações seriadas (ISSN), que é operacionalizado por uma rede internacional com sede em Paris. No Brasil, o IBICT atua como centro nacional dessa rede.

O IBICT desenvolve, ainda, ações de cooperação internacional, agindo para colocar à disposição da comunidade científica e tecnológica brasileira o acesso a bases de dados internacionais. Entre os projetos desenvolvidos pelo IBICT podemos destacar o Bureau Brasileiro para ampliação da Cooperação internacional com a União Européia (B.Bice)³⁸, que patrocina e fortalece as ações no âmbito da ciência e tecnologia, e a inovação entre o Brasil e a União Européia (UE).

E em 2007 o IBICT passou a coordenar o Comitê Nacional do Programa Informação para Todos ou *Information for All Programme* (IFAP)³⁹, com a finalidade de revitalizar e dinamizar a sua atuação e as suas funções, como a elaboração de um diagnóstico sobre a realidade no país, na área da Sociedade da Informação, contribuindo para atualização e para a identificação das necessidades e dos desafios indicados no Livro Verde⁴⁰, publicado em 2000. O Livro Verde compreende cinco áreas temáticas: informação para o desenvolvimento, preservação da informação, ética na informação, acessibilidade da informação e alfabetização informacional. O atual diretor do IBICT representa o Brasil no *Bureau* do IFAP, junto à UNESCO, em Paris, factor que abriu espaço para novas parcerias e colaborações no Campo da Sociedade da Informação.

O IBICT é uma referência importante na área da inclusão social e digital. No Brasil, com a fundação do Centro Nacional de Referência em Inclusão Digital (CENRID), que operará juntamente com a Biblioteca Nacional de Brasília, o Portal da Inclusão Social, a Revista Inclusão Social, o Corredor Digital e o projeto do Mapa da Inclusão Digital todos esses projetos vêm sendo geridos pelo IBICT e com relevante importância para a atual administração pública. Com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia e a Secretaria da Educação do Distrito Federal, no início de 2009, o

³⁶ www.dspace.org/

³⁷ <http://dici.ibict.br/>

³⁸ <http://bbice.ibict.br/>

³⁹ http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=1627&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

⁴⁰ http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4809.zip

IBICT instituiu o programa de alfabetização informacional, com a finalidade de ensinar as crianças carentes de 25 escolas próximas do Distrito Federal.

2.1.1 Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (2005)

Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (2005) foi elaborado por Hélio Kuramoto, Tecnologista Sênior do IBICT, e pela Professora por Sely M. S. Costa, do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília (UNB). Foi lançado no dia 13 de setembro de 2005, durante a realização de uma videoconferência, onde se encontravam interligados diferentes pontos do Brasil. Segundo Kuramoto (2008), o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica⁴¹ foi o marco inicial, a maneira encontrada para a implantação do movimento de Acesso Livre no Brasil.

Na contextualização do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica os seus autores defendem o apoio nacional a esse movimento, “partindo da premissa de que a informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação” (KURAMOTO, 2008). Sendo um sistema continuado, em que a informação científica colabora para o crescimento científico, este sistema, por sua vez, origina novos conhecimentos, realimentando todo o sistema, segundo Kuramoto (2008).

Entretanto, a comunidade científica enfrenta barreiras no acesso à informação científica, se levarmos em conta a forma tradicional de publicação científica. Habitualmente, os artigos ou trabalhos científicos são publicados em revistas especializadas e o acesso a esses trabalhos é realizado por meio de assinaturas das publicações pelas bibliotecas ou mesmo pelos pesquisadores; todavia, com o aparecimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, vários paradigmas estão a modificar-se, visto que as tecnologias auxiliam o acesso à informação científica, provocando consequencialmente o aparecimento de novas possibilidades para a comunicação científica.

A OAI tornou-se uma nova possibilidade para a comunicação científica, criando padrões de interoperabilidade, com a utilização de *software open source* e o

⁴¹ <http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>

acesso livre à informação. E dessa iniciativa aparece o paradigma do acesso livre à informação científica.

O movimento de apoio aos *Open archives* e o acesso livre à informação científica nascem em função dos obstáculos encontrados pela comunidade científica, no acesso à informação científica. O movimento do Acesso livre efetivou-se por meio das diversas manifestações, como a Declaração de Bethesda (2003), a Declaração de Budapeste (2002) e a Declaração de Berlim (2003) e também das manifestações de instituições não-governamentais e internacionais, tal como a IFLA e a Organisation de Coopération et de Développement Économiques (OCDE).

O paradigma do acesso livre à informação ocasionará a otimização nos preços de registros e acesso à informação e possibilitará uma agilidade no fluxo da informação científica e no desenvolvimento científico e tecnológico. Nesta sequência, torna-se indispensável que o Brasil se mostre favorável ao acesso livre à informação, incentivando a ampliação da visibilidade das pesquisas nacionais, dos seus pesquisadores e das suas instituições. Numa visão globalizante, é fundamental apoiar o movimento mundial e, numa visão particularizada, instituir uma política nacional de acesso livre à informação científica, com a participação de toda a comunidade científica e não somente de suas organizações e sobretudo dos pesquisadores e das agências de fomento.

O Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (2005) tem como objetivos:

- promover o registro da produção científica brasileira, em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- promover a disseminação da produção científica brasileira, em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica;
- buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica.

Segundo os autores do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (2008), o documento fundamenta-se nos termos da Declaração de Berlim (2002), os quais transcrevemos abaixo:

I. Contribuições em acesso livre incluem resultados de pesquisas científicas originais, dados não processados, metadados, fontes originais, representações digitais de materiais pictóricos, gráficos e material acadêmico multimídia.

II. As contribuições em acesso livre devem satisfazer duas condições:

1. O(s) autor(es) e o(s) detentores dos direitos de tais contribuições concede(m) a todos os usuários:
 - a. direito gratuito, irrevogável e irrestrito de acessá-las;
 - b. licença para copiá-las, usá-las, distribuí-las, transmiti-las e exibi-las publicamente;
 - c. licença para realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital para qualquer propósito responsável, em obediência à correta atribuição da autoria (as regras da comunidade continuarão a fornecer mecanismos para impor a atribuição e uso responsável dos trabalhos publicados, como acontece no presente) e com a garantia de fazer cópias.
2. Uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença, como acima definida, é depositada e, portanto, publicada em um formato eletrônico normalizado e apropriado em pelo menos um repositório que utilize normas técnicas adequadas (como as definições estabelecidas pelo modelo *Open Archives*) e que seja mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, organismo governamental ou outra organização estabelecida, que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento a longo prazo.

E por fim solicita o apoio de todos os atores envolvidos com o sistema de comunicação científica (autores, editores, agências de fomento e instituições acadêmicas) para disseminar livremente os resultados de pesquisa.

2.1.2 Ações implementadas pelo IBICT para instituir o Acesso Livre no Brasil

Kuramoto (2008) defende que as discussões que correm em torno do acesso livre podem comprovar que o movimento do acesso livre é um fato, é irreversível e está em vias de se firmar. O Brasil não ficou distante desse movimento e, em Setembro de 2005, o IBICT elaborou um Manifesto Brasileiro em 2005 para apoiar a

esse movimento que contém várias recomendações dirigidas aos diferentes segmentos da comunidade científica brasileira, com a finalidade de implantar o acesso livre no Brasil. Ainda segundo Kuramoto (2008) além do manifesto, o IBICT, realizou várias ações, visando a institucionalização do OA, entre as quais podemos salientar:

- a assinatura da Declaração de Berlim (2003), subscrevendo e reforçando toda argumentação em favor do acesso livre;
- a submissão, a aprovação e o desenvolvimento do Projeto de Publicações Periódicas de Acesso Livre (PCAL), junto a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que teve uma grande importância para que o Brasil atingisse o presente estágio do Acesso livre ao Conhecimento Científico e proporcionou também a formação de uma competência nacional para a utilização e desenvolvimento de ferramentas compatíveis com o modelo *Open Archive* facultando a criação de mais quinhentas revistas científicas na *Web*. Em breve, o PCAL propiciará, ainda, a distribuição de mais oitenta servidores (computadores) às instituições de ensino superior e de pesquisa com a finalidade de assegurar a criação de repositórios e revistas científicas de acesso livre;
- a prospecção, a identificação, a absorção, a customização, o aperfeiçoamento e a distribuição de tecnologias para o tratamento e disseminação da informação, que dão suporte às ações de acesso livre, como por exemplo: (1) o *software* para a construção e gestão de revistas científicas SEER e (2) *Eprints software* para a construção de repositórios institucionais e temáticos;
- a capacitação de técnicos para o uso e desenvolvimento das tecnologias no Brasil. Neste contexto, o IBICT, ao longo dos últimos cinco anos, capacitou mais de mil técnicos e mais de 530 publicações científicas eletrônicas de acesso livre já foram criadas;
- a construção de repositórios institucionais e temáticos de acesso livre. O IBICT vem sensibilizando e apoiando a construção dos repositórios que tem o objetivo de ampliar o acesso à produção científica brasileira, assim como dar-lhe uma maior visibilidade;

- o IBICT vem sensibilizando, por intermédio de articulação, os diversos segmentos da comunidade científica, quanto à importância do acesso livre e de suas ações;
- o IBICT articulou junto ao deputado Rodrigo Rollemberg a submissão à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática do Projeto de Lei (PL) 1120/2007.⁴² O Projecto de Lei visa estabelecer e implantar, no Brasil, uma política nacional de acesso livre à informação científica.

Representa uma tentativa de regulamentar a questão para o Brasil como um todo. No que diz respeito às políticas institucionais, é recomendado que sejam estudadas as declarações já citadas e as políticas já postas em operação por instituições, tais como universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento de diferentes países. Isso sem deixar de levar em conta as peculiaridades do Brasil e suas regiões, assim como de cada divisão do conhecimento.

Padrões de comunicação científica e padrões de comportamento informacional são, nesse contexto, questões essenciais a serem consideradas (COSTA, 2008).

- a absorção dos padrões estabelecidos no contexto do modelo *open archives*. A formação dessa competência tecnológica permitiu ao IBICT a implantação da BDTD, integrando hoje 78 universidades, somando um acervo superior a 75 mil teses. Segundo Binotto (2007), a BDTD tem sido outra forma de difusão da informação científica e tem como finalidade auxiliar a transferência de informação científica e tecnológica entre acadêmicos e profissionais.

De acordo com o IBICT ([2009]) a BDTD tem como finalidade incorporar em um só portal teses e dissertações brasileiras e também colocar à disposição em todo o mundo, via Internet, o Catálogo Nacional de Teses e Dissertações em texto completo e acessível através da *Networked Digital Library of Theses and Dissertation (NDLTD)*, da *Virgínia Tech Universit*. Além de colocar à disposição, para consulta ou *download*, a produção de teses e dissertações, e apresentar aos usuários produtos e serviços, possibilitando assim o crescimento do impacto de suas pesquisas. A BDTD agrega os sistemas de informação de teses e dissertações das instituições de ensino e pesquisa brasileiras ao mesmo tempo que estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio digital.

⁴² PL já foi aprovado no âmbito da Comissão e passou pela Comissão de Educação e Cultura. O prazo dado para apresentação de emendas ao referido PL expirou e nenhuma emenda foi submetida.

O projeto da BDTD foi realizado pelo IBICT, juntamente com instituições brasileiras de ensino e pesquisa, permitindo à sociedade brasileira de C&T disponibilizar suas teses e dissertações elaboradas no país e no exterior e possibilitando uma maior visibilidade da produção científica nacional, tendo as seguintes linhas principais de atuação: estudar experiências existentes no Brasil e no exterior sobre o desenvolvimento de bibliotecas digitais de teses e dissertações; desenvolver, em cooperação com membros da comunidade, o modelo para o sistema; definir padrões de metadados e tecnologias para serem utilizadas pelo sistema; absorver e adaptar as tecnologias para serem utilizadas na implementação do modelo; desenvolver sistemas de publicações eletrônicas de teses e dissertações para atender aquelas instituições de ensino e pesquisa que não possuem sistemas automatizados para implantar suas bibliotecas digitais; difundir os padrões e as tecnologias adotadas e dar assistência técnica aos potenciais parceiros na implantação das mesmas.

A BDTD tem-se mostrado disponível para incorporar num único portal os mais importantes repositórios de informações digitais e permite consultas concomitantes aos conteúdos informacionais destes acervos. A BDTD foi criada com recursos oriundos da FINEP e formada por um Comitê Técnico Consultivo – (CTC), estabelecido em abril de 2002, constituído por representantes do (IBICT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Secretaria de Educação Superior (SESU), FINEP e de três universidades que fizeram partes do grupo de trabalho e do projeto-piloto - a Universidade de São Paulo (USP), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O Comitê Técnico Científico – (CTC) é um colegiado que tem como finalidade endossar o desenvolvimento da BDTD, gerir as especificações de padrões a serem praticados no ambiente da BDTD e aprovar os padrões brasileiros de Metadados⁴³. Também foi criado um consórcio Brasileiro de Teses e Dissertações, formado por instituições de ensino e pesquisa, que coopera como Instituto, integrando duas iniciativas: registro bibliográfico e publicação eletrônica de teses e dissertações. Este consórcio passou a ser o mais importante alimentador da BDTD.

⁴³ Padrão Brasileiro de Metadados grupo de características e propriedades que representam ou descrevem um objeto e tem a finalidade de localizar, avaliar, descobrir, analisar ou citar o objeto a que se referem, não se delimitando a essas funções, é também utilizado para descrever electronicamente os metadados de teses e dissertações (troca entre o Sistema BDTD e outros sistemas) BDTD.

As tecnologias da OAI, utilizadas pela BDTD, seguem o modelo fundamentado em padrões de interoperabilidade estabilizado em uma rede distribuída de teses e dissertações digitais com:

- Provedor de dados (*data providers*), que gere o depósito e publicações, e apresenta os metadados para coletas automáticas (*harvesting*);
- Provedor de serviços, que produz serviços de informações, com base nos metadados coletados, ligados aos provedores de dados.

Onde as instituições de ensino atuam como provedores, o IBICT opera como agregador, fornecendo serviços de informação sobre esses metadados e os expando para outros provedores como a NDLTD⁴⁴. A integração da BDTD não exige que as instituições de ensino e de pesquisa empreguem sistemas específicos para construção de suas bibliotecas digitais locais, mas é preciso adotar os metadados de Teses e dissertações Brasileiras (MTD-Br)⁴⁵, criado pelo próprio IBICT e compatíveis com o *Dublin Core*⁴⁶.

Para cada instituição que criou a sua biblioteca digital de teses e dissertações, usando tecnologias próprias para integração, a BDTD nacional pode, através da implantação da camada (OAI-PMH)⁴⁷. Para as instituições que não possuem biblioteca digital de teses e dissertações, o IBICT desenvolveu o Sistema de Publicações Eletrônicas de Tese e Dissertações (TEDE), para ajudar essas instituições.

Bräscher, Amaro, Pavani e Leite (2010) afirmam que

A BDTD trouxe outras (boas) conseqüências para o Brasil: levou a cultura da biblioteca digitais a todas as regiões; trouxe ao foco discursões como direitos autorais, sigilo, e acesso aberto; aumentou a visibilidade das teses e dissertações brasileiras; preparou as instituições para os repositórios digitais e difusão de outros itens da produção acadêmica.

Atualmente, é a segunda maior Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do mundo, só ficando atrás da biblioteca digital de teses e dissertações dos Estados Unidos da América.

⁴⁴ <http://www.ndltd.org/>

NDLTD – Biblioteca Digital de teses e Dissertações é uma organização internacional dedicada a promover a adoção, criação, utilização, difusão e preservação dos análogos eletrônicos de teses e dissertações tradicionais.

⁴⁵ MTD-Br, Padrão utilizado para descrever eletronicamente os metadados de teses e dissertações para intercâmbio entre o sistema BDTD e outros sistemas BDTD

⁴⁶ *Dublin Core* metadados é o padrão internacional criado pelo consórcio *World Wide Web Consortium* W3C, utilizado para descrever qualquer tipo de recurso na *Web* independentemente de o objeto ser um original eletrônico ou um objeto físico real (CLUBE OAI BRASIL, 2007).

⁴⁷ OAI-PMH é o mecanismo utilizado para a transferência de dados entre repositórios. É uma interface que um servidor de rede pode utilizar para que os metadados de objetos residentes estejam disponíveis para aplicações externas que desejam coletar os dados (CLUBE OAI BRASIL, 2007). E segundo a BDTD é uma especificação aberta de protocolo de coleta de metadados que possui várias implementações. Opera sobre a Internet.

- O modelo *Open Archive* - essa competência permitiu ao IBICT construir também o portal Oasis.Br – portal brasileiro de repositórios e periódicos de acesso livre, o qual integra os repositórios institucionais e revistas eletrônicas de acesso livre;

Freitas (2010), o Portal Oasis.Br⁴⁸, foi lançado, no dia 23 de agosto 2006 e dissemina mais de 200 periódicos científicos nacionais, contendo aqueles que utilizam o SEER, assim como aqueles que utilizam o SciELO. O Portal é o mais novo provedor de serviço disseminando a produção científica nacional. Deve, aqui, destacar-se o fato de que, um dia após o seu lançamento, já tinha demandas de revistas científicas para serem inseridas no referido portal *online*.

- Publicou, em 2006, a edição especial da revista *Ciência da Informação* n.35, v. n.2 e, em 2008, publicou a *Revista LIINC* v.4,n.2 ambas com artigos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros sobre o tema do acesso livre.

As políticas nacionais que, de acordo com Costa (2008), têm sido desenvolvidas pelo IBICT, salientam tanto os periódicos eletrônicos, quanto os repositórios institucionais, e baseiam-se na questão da interoperabilidade e na questão da inexistência de barreiras de custos e de autorizações para a sua utilização. No que se refere aos periódicos, o IBICT vem, nos últimos anos, estimulando, instrumentando e habilitando universidades brasileiras a produzir periódicos eletrônicos, por isso utiliza a plataforma disponível pelo *Public Knowledge Project* (PKP), de origem canadense, o *Open Journal Systems*⁴⁹ (OJS), que é customizado no Brasil como SEER⁵⁰.

O Sistema de Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é resultado da prospecção tecnológica realizada pelo IBICT para identificar aplicativos que possibilitassem o tratamento e a disseminação da produção científica brasileira na Web. O sistema SEER surgiu, assim, em 2003, a partir da customização do *Open Journal Systems* (OJS),

⁴⁸ <http://www.ibict.br/oasis.br/>

⁴⁹ O *Open Journal Systems* é um software desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (*Open Journal Systems*), da Universidade *British Columbia*, para a construção e gestão de publicações eletrônicas. O *Open Journal Systems* (OJS)

Implementado pelo *Public Knowledge Project* (PKP) da *British Columbia University* do Canadá, o OJS é um software que contempla as ações essenciais à automação das atividades de editoração de periódicos científicos, desde a submissão e avaliação de trabalhos até sua publicação online e indexação em mecanismos internacionais (FERREIRA; MUNIZ, 2005).

⁵⁰ http://seer.ibict.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

software de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas desenvolvido pelo [Public Knowledge Project](#) (PKP), da University of British Columbia. Trata-se de uma inovadora iniciativa do IBICT que, imediatamente após a tradução do software OJS para o português, publicou na Web o primeiro periódico brasileiro utilizando essa tecnologia, a revista [Ciência da Informação](#). A partir de então, o IBICT iniciou o processo e distribuição do SEER a editores brasileiros interessados em publicar revistas científicas de acesso livre na Web e a promover a capacitação técnica no uso dessa ferramenta, em treinamentos sistemáticos realizados a partir de novembro de 2004 em várias regiões do País. Com apenas 5 anos de existência, o SEER propiciou a criação de mais de 1.000 periódicos científicos brasileiros na Web (SEER, 2010).

De acordo com Arellano (2004 apud FERREIRA, MUNIZ, [2005]), utilizando o *software* SEER, é possível desenvolver as seguintes atividades: submissão de artigos; pareceres e outros itens *online*; gerenciamento *online* para cada etapa da publicação; indexação completa de artigos publicados; notificação via email e comentários dos leitores; utilização de uma ferramenta de ajuda para pesquisa em cada artigo (simples, avançada e por autor); coleta automática do conjunto de metadados alimentado por cada autor através do protocolo OAI, criando um índice global distribuído; citação de índices e acompanhamento através dos enlaces das citações e fontes usando os metadados.

Podemos visualizar o fluxo editorial que o *software* SEER possibilita como mostra a figura 7 abaixo a apresentada, onde descreve todo processo desde a submissão dos itens juntamente com os metadados, avaliação da submissão, seleção de avaliadores, edição de texto e finalmente o arquivo.

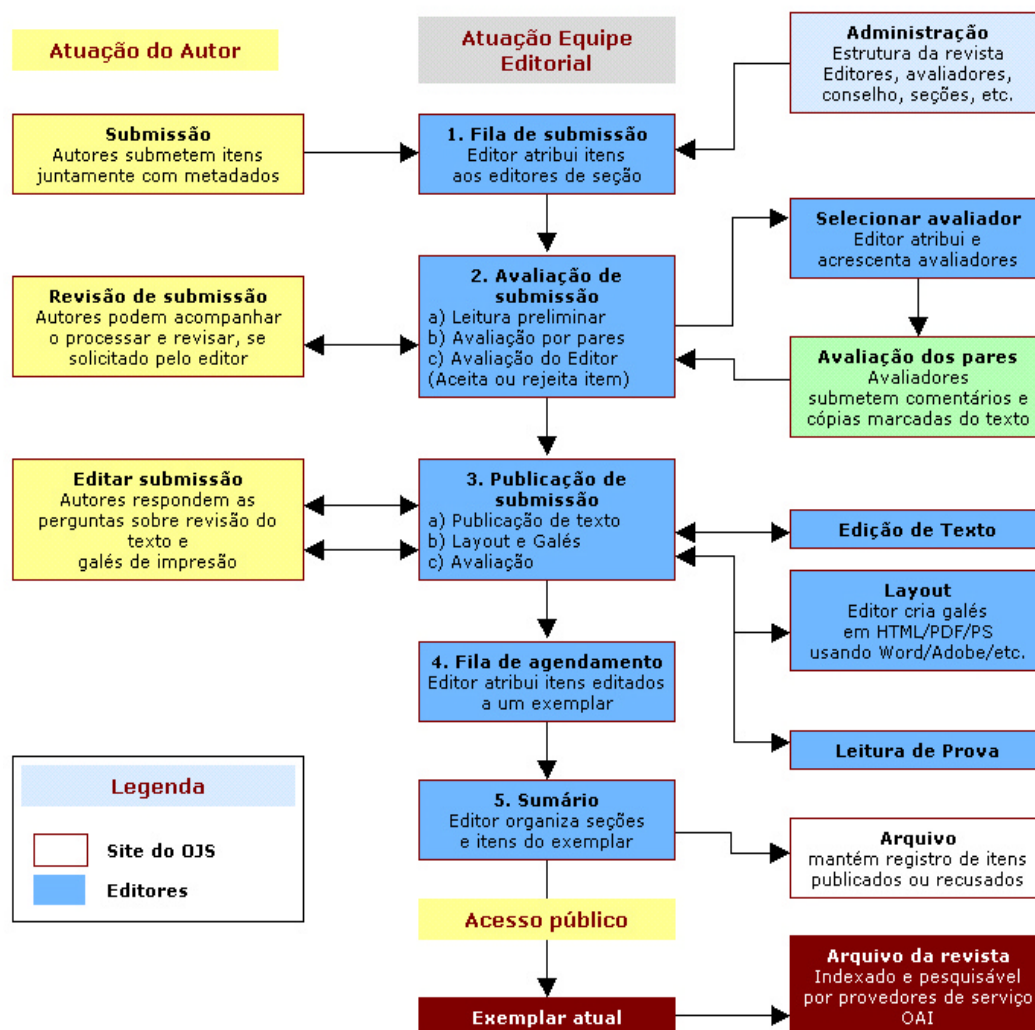


Figura 7: Fluxo editorial do software SEER
Fonte: (FERREIRA; MUNIZ, [2005])

De acordo com Ferreira e Muniz ([2005]), este *software* brasileiro SEER está sendo objeto de análise e utilizações em periódicos científicos brasileiros e portugueses da área de Comunicação pela Rede de Informação em Ciências da Comunicação dos Países de Língua Portuguesa (PORTCOM) da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), em seu projeto intitulado Coleção Eletrônica de Revistas de Ciências da Comunicação (REVCOM).

Para Freire; Freire; Fonseca, Araújo (2007, p.84), o SEER faz parte de uma nova concepção de sistemas de gerenciamento de periódicos científicos e, no Brasil. Apresentou-se como modelo alternativo de publicação do conhecimento científico com a intenção de ampliar o acesso, a preservação e o impacto da busca de informação e dos resultados daí oriundos.

Segundo o IBICT⁵¹, em outubro de 2010, houve o lançamento simultâneo dos repositórios institucionais de ensino e pesquisa, que também foi o primeiro passo para a formação da Rede Brasileira de Repositórios Institucionais Científicos de Acesso Aberto (RICAA), apresentado durante o XVI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), num painel específico sobre o acesso livre no Brasil. A proposta da criação da rede é fruto de um esforço conjunto da UnB e do IBICT. No (SNBU), pesquisadores e especialistas envolvidos com o tema falaram sobre tópicos como a cooperação nacional e internacional e desafios na construção dos repositórios institucionais, além de compartilharem as experiências de sucesso, como os casos da UnB e da USP. As iniciativas mencionadas marcaram a participação brasileira durante a Semana Mundial do Acesso Aberto (*Open Access Week 2010*), comemorada entre os dias 18 a 24 de outubro com o propósito de mobilizar as instituições governamentais e da sociedade civil em prol da promoção e da consolidação dos repositórios e das publicações científicas em todo o mundo, sob a égide do princípio do livre acesso à informação.

Em relação aos repositórios, as políticas do IBICT fundamentam-se da mesma maneira, procurando estimular, instrumentar e preparar as universidades brasileiras a os utilizar, possibilitando assim a visibilidade da sua produção intelectual; por esta razão, vem sendo sugerida a utilização do Dspace⁵² ou do E-prints⁵³, plataformas desenvolvidas e distribuídas pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e pela University of Southampton (COSTA, 2008).

⁵¹ <http://www.ibict.br/noticia.php?id=732>

⁵² Sistema *Dspace* foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo sua adoção por instituições de forma consorciada federada. Os repositórios DSpace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessabilidade ao longo do tempo. (IBICT).

⁵³ *EPrints* é muito utilizado para promover o *self-archiving*, ou seja, depósito de *preprints* ou *postprints* de artigos científicos pelos próprios autores.

E-print, *preprint* ou *postprint* eletrônico. O termo *e-print* (com o hífen) foi criado em 1992 por Greg Lawler e, originalmente, se referia apenas a *preprints* eletrônicos. Mais tarde, Paul Ginsparg generalizou a expressão para significar *preprints* ou *postprints* eletrônicos que foram depositados em repositórios digitais (Clube OAI do Brasil).

O conceito de *eprint* está ligado as versões eletrônicas de trabalhos de: a) pesquisas que foram submetidas à revisão entre os pares; b) trabalhos publicados em revistas e c) trabalhos apresentados em conferências. Muitas vezes encontramos o termo *e.prints* referindo-se a *preprints*. Os *preprints* são manuscritos que não foram ainda publicados, mas que estão processo de submissão, revisão ou aceite para publicação ou que pretendam ser publicados e estão em circulação para comentários (FERREIRA, MODESTO, WEITZEL, 2004, p. 197).

2.2 DECLARAÇÃO DE SALVADOR

A Declaração para o Acesso Livre de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento⁵⁴, elaborada em 2005, na Bahia, pelos participantes do *Internacional Seminar on Open Access*, que se realizou durante o 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas e o 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde e seus participantes asseguram que:

1. A pesquisa científica e tecnológica é essencial para o desenvolvimento social e econômico.
2. A comunicação científica é parte crucial e inerente das atividades de pesquisa e desenvolvimento. A ciência se desenvolve de forma mais eficaz quando há acesso irrestrito à informação científica.
3. Numa perspectiva mais ampla, o Acesso Aberto favorece a educação e o uso da informação científica pelo público.
4. Em um mundo crescentemente globalizado, no qual a ciência proclama ser universal, a exclusão do acesso à informação é inaceitável. É importante que o acesso seja considerado um direito universal, independente de qualquer região geográfica.
5. O Acesso Aberto deve facilitar a participação ativa dos países em desenvolvimento no intercâmbio mundial de informação científica, incluindo o acesso gratuito ao patrimônio do conhecimento científico, a participação efetiva no processo de geração e disseminação do conhecimento e a ampliação da cobertura de temas de relevância para os países em.
6. Os países em desenvolvimento são pioneiros em iniciativas de Acesso Aberto e, portanto, desempenham função essencial na configuração do cenário de Acesso Aberto em âmbito mundial (DECLARAÇÃO DE SALVADOR, 2005).

Os subscritores que redigiram a Declaração de Salvador concordam que o acesso aberto incentiva à equidade nos países em desenvolvimento e assegura que o acesso aberto ampliará a competência dos cientistas e acadêmicos de acessar e assim contribuir para o desenvolvimento da ciência.

Ao mesmo tempo, solicitam aos governos prioridades para o acesso aberto nas políticas científicas incluindo: a exigência de que a pesquisa financiada com recursos públicos seja disponibilizada através de Acesso Aberto; a inclusão do custo da publicação como parte do custo de pesquisa; o fortalecimento dos periódicos nacionais de Acesso Aberto, de repositórios e de outras iniciativas pertinentes; a promoção da integração da informação científica dos países em desenvolvimento no escopo mundial do conhecimento.

Finalmente, convocam todos os pares da comunidade acadêmica para que juntos possam garantir que a informação científica seja de livre acesso e esteja disponível para todos e para sempre (Declaração de Salvador, 2005).

⁵⁴ <http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>

2.3 A CARTA DE SÃO PAULO

A carta de São Paulo (2005) é um documento para salvaguardar a disponibilização do acesso público, por meios digitais, a literatura científica, originada da pesquisa e custeada direta ou indiretamente com recursos públicos. E os signatários dessa carta defendem que as revistas acadêmicas publicadas em meios impressos disponibilizem gratuitamente, sem nenhum tipo de exceção técnica, seus conteúdos através da Internet e autorizem a reprografia gráfica para fins não comerciais.

E considera:

Que os acadêmicos costumam publicar seus trabalhos em livros e revistas científicas sem fins lucrativos e motivados pela difusão do conhecimento ou para o fomento do debate e da crítica; que os meios eletrônicos possibilitam uma ampla e livre difusão da literatura acadêmica; que o papel de mediação das editoras na comunidade científica assume um novo caráter com a disseminação do uso da Internet; e que o acesso a textos científicos é fundamental para a boa qualidade da pesquisa e do processo de produção do conhecimento (carta de São Paulo, 2005).

Para assegurar o acesso aberto à literatura e à documentação científica, faz várias recomendações entre as quais podemos citar:

- que em benefício público, as revistas acadêmicas disponibilizem, de forma gratuita, integral e sob nenhum tipo de restrição técnica, seus conteúdos através da Internet e permitam a reprodução reprográfica para fins não comerciais quando publicadas apenas em meios impressos;
- que as agências de fomento adotem políticas de incentivo para a disponibilização digital de obras produzidas por seus professores ou pesquisadores financiados com recursos públicos, assim como assegurem, na forma da lei, o direito à cópia dos resultados de pesquisa para fins científicos e educativos;
- que sejam criados repositórios institucionais para permitir que os acadêmicos tenham onde disponibilizar seus trabalhos em suas próprias instituições; que as instituições, digitalizem e, se necessário, ensinem professores e pesquisadores a arquivar seus trabalhos para livre acesso do público;
- que se fortaleçam as instituições públicas como bibliotecas, arquivos, museus, coleções culturais e outros pontos de acesso comunitário para promover a preservação de documentos e o acesso livre ao conhecimento;
- que as editoras busquem novas alternativas e modelos de publicação para a promoção de seus negócios de modo a não afetar o acesso à literatura acadêmica. Em benefício da comunidade científica, do desenvolvimento social e do interesse público, fazemos um apelo a todas as instituições, associações profissionais, governos, bibliotecas, editores, fundações, entidades acadêmicas, cientistas, gestores educativos, pesquisadores e cidadãos para que observem

esses princípios e que ajudem a ampliar o acesso à literatura acadêmica, auxiliando na eliminação das barreiras econômicas, comerciais e culturais existentes (CARTA DE SÃO PAULO, 2005).

2.4 DECLARAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

Durante o XI Simpósio de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, realizado em Florianópolis (Santa Catarina), em 19 de Maio de 2006, os participantes desse simpósio manifestaram o seu apoio ao movimento mundial da comunidade científica em favor do acesso aberto à literatura de pesquisa qualificada, revisada por pares, através de convicções e recomendações, entre as quais citamos:

- o apoio e endosso ao conceito de publicação científica de acesso aberto constante na Declaração de Bethesda;
- as entidades mantenham e até ampliem a sua política de apoio financeiro aos periódicos brasileiros em geral, que já nasceram de acesso aberto em sua quase totalidade, deste modo cooperando para a construção de um sistema forte, consolidado e abrangente de periódicos científicos de alto impacto, no Hemisfério sul;
- que pesquisadoras e pesquisadores não transfiram incondicionalmente os direitos autorais de seus artigos a nenhuma revista, ressaltando pelo menos a possibilidade de incluí-los em algum repositório mantido por uma instituição acadêmica, por uma associação científica, por uma agência governamental ou por outra organização solidamente estabelecida;
- pesquisadoras e pesquisadores estão de acordo quanto a que educar para o Acesso Aberto é um ingrediente indispensável para atingi-lo, se comprometem a desenvolver atividades de conscientização e mobilização junto a seus colegas e ao público acerca da importância do Acesso Aberto e das razões pelas quais o apóiam. Tal como as formigas e as abelhas, cientistas e pesquisadores constroem o conhecimento reunindo uma quantidade enorme de pequenos esforços. Transformemos o acesso aberto à pesquisa em um projeto científico de toda a comunidade de pesquisadores. O imensurável sucesso da nossa ciência, da idade da pedra até as viagens espaciais, prova que isto funcionará extraordinariamente bem (DECLARAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS, 2006).

2.5 A INICIATIVA ALEMPLUS – OA NOS PAÍSES LUSÓFONOS

A iniciativa Alemlplus surgiu durante a realização de um *workshop* que abordava o tema do Acesso Livre nos países lusófonos: iniciativas e perspectivas, ocorrido na 2ª Conferência sobre o Acesso Livre ao Conhecimento. que aconteceu em novembro de 2006, na Universidade do Minho, em Braga (Portugal). Tendo contado com representantes do Brasil, de Moçambique e de Portugal, que se tornaram

membros originais, nesta conferência foram elaborados dois documentos: a Carta Compromisso do Minho e o Documento de Diretrizes para implementação do Acesso Livre à Informação Científica em Países Lusófonos (FREITAS, 2006). Kuramoto (2008) corrobora com os dados apresentados anteriormente, defendendo que a iniciativa Alempius trata de um programa de cooperação para o acesso livre nos países de língua portuguesa.

2.5.1. O compromisso do Minho (2006)

De acordo com Freitas (2006), mobilizar a comunidade acadêmica e científica dos países lusófonos é a principal finalidade do Compromisso do Minho sobre o acesso livre à informação científica, com o objetivo de viabilizar esforços em prol do acesso livre à informação, organizando iniciativas para ampliar o impacto mundial da produção científica em língua portuguesa, sensibilizando instituições governamentais, universidades, unidades de pesquisas, agências de financiamento, para iniciativas do acesso livre a informação científica. A comunidade lusófona é composta pelos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

O Compromisso do Minho é um documento aberto a todos que se identificam com o princípio do acesso livre, podendo assiná-lo a qualquer momento, mas que originalmente foi apenas assinado por representantes de instituições brasileiras, portuguesas e moçambicanas.

Brasil, Portugal e Moçambique elaboraram o “Compromisso do Minho: compromisso sobre o Acesso Livre à informação científica em Países Lusófonos” [...]. Estes profissionais afirmam que “os países lusófonos constituem uma das maiores comunidades lingüísticas do mundo” e que “uma iniciativa integrada tem mais impacto que várias iniciativas”. Os signatários deste testemunho comprometem-se a promover, junto da tutela das instituições e organismos onde desenvolvem atividade profissional, ações com o objetivo de criar projetos integrados no âmbito do Acesso Aberto para maximizar o impacto global da produção científica de expressão de língua portuguesa (MELLO; SAMPAIO; PIRES, 2008).

Os signatários do Compromisso do Minho reconhecem que:

- Os países lusófonos constituem uma das maiores comunidades lingüísticas do mundo;
- Uma iniciativa integrada tem mais impacto que várias iniciativas individuais;
- A disponibilização, em Acesso Livre, da literatura científica originada nos países lusófonos aumenta a sua visibilidade e impacto

na comunidade científica mundial;

- A integração de esforços entre os países de língua portuguesa criará condições para compatibilizar as suas bases de dados em Acesso Livre e facilitará a disseminação e o acesso à sua produção científica (COMPROMISSO DO MINHO, 2006).

Segundo Freitas (2010), o Compromisso do Minho foi dividido em duas partes: a primeira relativa às considerações e reconhecimentos que os participantes formaram em relação ao Acesso Livre e à comunidade lusófona, durante a realização do evento (1ª Conferência sobre o Acesso Livre, 2005) e o compromisso que os signatários assumiram de propor aos dirigentes dos organismos e instituições acadêmicas e científicas de seus países de origem, esforços e iniciativas integradas em favor do Acesso Livre; a segunda parte trata, especificamente, das diretrizes para a implementação do Acesso Livre nos países lusófonos.

2.5.2 Diretrizes para implementação do acesso livre à informação científica nos países lusófonos

As Diretrizes para a implementação do acesso livre à informação científica nos países lusófonos abrangem as iniciativas para a execução do acesso livre nos países lusófonos. Com a finalidade de operacionalizar as diretrizes contidas nesse documento, seus membros originais decidiram formar um grupo de trabalho com representantes de instituições brasileiras, portuguesas e moçambicanas e cujas ações seriam orientadas por três grandes linhas:

- sensibilizar as instituições governamentais e entidades/agências de financiamento para desenvolver ações e iniciativas de acesso livre; divulgar o acesso livre nos eventos promovidos pelas sociedades e associações científicas; elaborar articulações com todos os segmentos da comunidade científica de cada país para divulgar o acesso livre; realizar articulações junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); e a negociação de instrumentos de cooperação técnica com vistas a estabelecer ações de fortalecimento de acesso livre nos países de língua portuguesa.
- a cooperação em investigação/pesquisa e desenvolvimento deve: realizar estudos de caráter científico e tecnológico visando a promoção e o aumento do acesso livre na comunidade científica lusófona; trabalhar para desenvolver um portal em língua portuguesa que dê acesso a serviços de valor acrescentado para comunidade científica lusófona; desenvolver pacotes metodológicos que contenham toda a informação necessária para a implementação de Repositórios Institucionais (RI) e periódicos eletrônicos; promover a transferência de tecnologias para o desenvolvimento de repositórios e periódicos eletrônicos; promover a criação de incubadoras para a hospedagem de repositórios e periódicos eletrônicos.

- a disseminação de informação sobre o acesso livre na comunidade lusófona deve: reunir esforços para comunicar os resultados e as conclusões dos estudos, tanto nacional como internacionalmente, em todas as áreas do conhecimento e na sociedade em geral; pleitear para realizar um evento anual sobre o Acesso Livre na comunidade lusófona, com o objetivo de compartilhar ideias e iniciativas de investigação/pesquisa e desenvolvimento - este evento deverá ser realizado, tanto quanto possível, associado a outros eventos científicos significativos (DIRETRIZES PARA ..., 2006).

Para dirigir os trabalhos e colaborar para a realização dos objetivos do Compromisso do Minho esse grupo de trabalho ficou restrito aos membros originais (representantes de instituições brasileiras, portuguesas e moçambicanas). Em contrapartida, uma de suas metas visa a difusão dessa iniciativa em toda a comunidade lusófona.

Na tabela 2, a primeira coluna, descreve as metas e objetivos fixados no Compromisso do Minho; a segunda coluna, exhibe algumas ações implantadas; e, a terceira coluna, indica os órgãos ou instituições responsáveis pela realização das ações.

Tabela 2: Metas e objetivos definidos no compromisso do Minho e algumas ações implantadas e os órgãos ou instituições responsáveis

Metas e objetivos	Ações implantadas	Instituição
Sensibilizar as instituições governamentais e entidades/ agências de financiamento para as iniciativas de Acesso Livre	Projeto de Lei 1120/2007	Proposta encaminhada à Câmara dos Deputados pelo deputado Rodrigo Rollemberg.
	Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto	International Seminar on Open Access/ 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas
	Declaração de Florianópolis	Pesquisadores brasileiros da área da Psicologia
	Declaração de apoio ao acesso aberto à literatura científica - "Carta de São Paulo"	Professores, pesquisadores, bibliotecários, alunos, cidadãos e representantes de organizações da sociedade civil
	Manifesto Brasileiro de apoio ao Acesso Livre à informação Científica	IBICT/ UNB
Divulgar o Acesso Livre nos eventos promovidos pelas sociedades e associações científicas	Seminário Repositórios Institucionais e de Objetos Virtuais de Aprendizagem	UFSC
	Painel IEA/USP	USP
	I Encontro sobre Gestão de Repositórios Institucionais	IBICT
	Movimento Acesso Aberto Brasil	Professores da USP
	2ª, 3ª e 4ª Conferências do Minho	Universidade do Minho - Portugal
Articular com todos os seguimentos da comunidade científica de cada país para divulgação do Acesso Livre	Parceria Brasil/Portugal na construção de repositórios institucionais	UNB/IBICT/ USP/ Universidade do Minho...
Articular junto à Comunidade de Países Lusófonos (CPLP) a negociação de um instrumento de cooperação Técnica com vistas a estabelecer ações de fortalecimento do Acesso Livre nos países de portuguesa	Construção do RIUnb	Universidade do Minho - Portugal/ UNB
Realizar estudos de caráter científico e tecnológico visando a promoção e o aumento do Acesso Livre na comunidade lusófona	Projeto piloto de implantação do RIs	UNICAMP/USP/UFRGS/UFRJ/UFPE/UFAM
	Bolsas para pesquisas	CNPq/ FINEP
Desenvolver um portal em língua portuguesa, que dê acesso a serviços de valor acrescentando para a comunidade científica lusófona	OASIS.Br	IBICT
	BDTD	IBICT
Desenvolver pacotes metodológicos que contenham toda a informação necessária à implementação de Repositórios Institucionais (RI) e periódicos eletrônicos	Livro: Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: Repositórios Institucionais de Acesso Aberto	Autor: Fernando Cesar Lima Leite
	Edital FINEP/PCAL/XBDB 001/2009	FINEP/FUNCAT/IBICT
	SEER	IBICT
Promover a transferência de tecnologias para o desenvolvimento de repositórios e periódicos eletrônicos	O SEER foi traduzido e customização com base no software Public Knowledge Project - PKP (Open Journal System - OJS)	IBICT
	Traduções do software Dspace	Embrapa- DF/ UNB/STJ/IBICT...
Promover a criação e incubadoras para a hospedagem de repositórios e periódicos eletrônicos	INSEER	FINEP/IBICT
Empenhar esforços para comunicar os resultados e as conclusões dos estudos tanto nacional como internacionalmente em todas as áreas do conhecimento e na sociedade em geral	BDJur	STJ
	RIUnb	UNB
	Repositório Institucional da UCB	UCB
	Revistas de Acesso Livre que utilizam o SEER	Diversas
	Edital FINEP/PCAL/XBDB 001/2009	FINEP/FUNCAT/IBICT
Realizar um evento anual sobre Acesso Livre na comunidade lusófona com o objetivo de compartilhar idéias e iniciativas de Investigação/Pesquisa e Desenvolvimento. Este evento deverá ser realizado, tanto quanto possível, associado a outros eventos científicos significativos	2ª, 3ª e 4ª Conferências do Minho	Universidade do Minho - Portugal

FONTE: FREITAS, 2010

Segundo Freitas (2010), como demonstra a tabela 2 acima, o Brasil vem cumprindo as iniciativas propostas no Compromisso do Minho. Muitas ações já foram implementadas e outras ainda estão em encaminhamento. Apesar do expressivo número de atividades voltadas para difusão do Acesso Livre, ainda existem poucas instituições ativas entre os participantes. Após a análise da tabela 2, podemos verificar que ainda é preciso uma maior conscientização da sociedade civil como um todo para aumentar a participação institucional em apoio ao Acesso Livre, principalmente quando se refere aos países lusófonos.

2.5.3 Projeto de cooperação luso-brasileira no domínio do acesso livre – Memorando de entendimento

Respeitando o disposto no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil⁵⁵, assinado em Lisboa, a 5 de Maio de 1986, bem como o Protocolo de Cooperação entre os Ministros da Ciência e da Tecnologia de Portugal e do Brasil em matéria de redes eletrônicas, processamento da língua Portuguesa e promoção de conteúdos digitais⁵⁶, assinado em Lisboa, em 25 de Fevereiro de 2002.

E durante a primeira reunião sobre o Projecto de Cooperação Luso-brasileira no domínio do acesso livre, que ocorreu em Brasília e que resultou na elaboração de um Memorando de Entendimento entre O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL em matéria de reforço da língua portuguesa na Sociedade da Informação através de repositórios científicos de acesso aberto/livre, disponibilização de recursos para o processamento computacional da língua portuguesa, medição dos conteúdos da Web em português, e arquivo da Web⁵⁷, assinado pelos Ministro da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior de Portugal e o MCT do Brasil no dia 10 de Outubro de 2009. Esta reunião tinha como objetivos debater e decidir a forma como deverão ser realizadas as ações constantes no Memorando de Entendimento já referido e explicar o plano de trabalho, calendário e metodologias do projeto. Participaram da reunião representante do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) –

⁵⁵ <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec21-1987.pdf>

⁵⁶ http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/Protocolo_GRID_Final.pdf

⁵⁷ http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/MoU_Lingua_Portuguesa_Final.pdf

Undação para a Cooperação Científica Nacional (FCCN), Universidade do Minho (U.M). – Serviços de Documentação, U.M. – Keep Solutions. e representando o IBICT, estiveram presentes o coordenador geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados, a coordenadora dos laboratórios de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação, e ainda a professora do Departamento da Ciência da Informação da Universidade de Brasília e outros técnicos do Instituto.

Reconhecendo as vantagens para a projecção das instituições científicas e universitárias no mundo da disponibilização de repositórios científicos de acesso aberto/livre e que os repositórios de Portugal e do Brasil, quando considerados em conjunto, permitem projectar a literatura científica em língua portuguesa ao nível mundial com um impacto acrescido (Memorando de Entendimento, 2009 p.1)

Os participantes decidiram outras ações para aprofundar e estreitar as relações de cooperação para reforçar da língua portuguesa na Sociedade da Informação, a promoção conjunta para ampliar os repositórios científicos de acesso aberto/livre em ambos os países, de forma a assegurar a máxima adesão possível das respectivas instituições científicas e universitárias de ambos países, através das seguintes ações:

Integração entre RCAAP, português e o OASIS.br, brasileiro;

Integração do acervo da Biblioteca Digital Camões, disponibilizada pelo Instituto Camões, Portugal;

Estabelecimento de diretórios luso-brasileiros de revistas científicas e dos repositórios institucionais;

Criação de uma Biblioteca Digital Luso-Brasileira de Teses e Dissertações através da integração de repositórios dos dois países;

O Desenvolvimento em conjunto de um sistema integrado de metadados e procura que abranja os repositórios de ambos os países;

A Realização anual conjunta de um encontro internacional sobre repositórios científicos de acesso aberto/livre com incidência especial nos países de língua portuguesa.

Admitindo a importância de, logo que possível, ampliar a cooperação nos aspectos considerados no memorando acima referido a outros Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP.

2.6 CARTA ABERTA ELABORADA DURANTE A 58ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC) (2006)

A Carta Aberta da SBPC, foi elaborada com o apoio dos participantes do Encontro Aberto "Acesso à Informação Científica: aspectos políticos, tecnológicos e diferenças disciplinares", ocorrido no dia 18 de julho de 2006, no contexto da 58.ª Reunião da SBPC, em Florianópolis, contando com os representantes das associações científicas: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP); da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU); do IBICT; da Associação Brasileira dos Editores Científicos de Psicologia (ABECIP); - da UnB; do Centro Latino-americano e Caribe de Informação em Ciências da Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde (Bireme/Opas); da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); UFSC. Solicitaram que as associações científicas, especialmente as filiadas à SBPC, discutissem a questão do acesso aberto e considerassem manifestar-se nos termos dos seguintes documentos:

Manifesto Brasileiro de apoio ao Acesso Livre à Informação Científica;

Declaração de Salvador;

- a. Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento;
- b. Declaração de Salvador⁵⁸ – Compromisso com Equidade;

Carta de São Paulo;

Declaração de Florianópolis.

Os signatários deste documento requisitaram à SBPC que encaminhasse recomendação aos vários órgãos governamentais atuantes nas áreas de ciência, tecnologia e educação, em especial às agências de fomento, para que integrem esforços a fim de: sensibilizar os dirigentes dessas instituições quanto à importância do acesso livre à informação científica; promover as ações preconizadas pelo movimento brasileiro de acesso aberto à informação científica, as quais constam dos documentos acima citados; promover e apoiar a construção de repositórios digitais com vistas ao registro e disseminação da produção científica das instituições brasileiras de ensino superior e de pesquisa; e, ampliar as fontes de informação existentes nas bibliotecas das Instituições de ensino superior (IES), em apoio ao ensino de graduação e pós-graduação, para além da pesquisa.

⁵⁸ <http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=427>

2.7 PROJETO DE LEI Nº 1120, DE 2007

No dia 21 de maio de 2007, foi registrado, na Câmara dos Deputados Brasileiros, o Projeto de Lei 1120/2007, que dispõe sobre o processo de disseminação da produção científica. Sendo uma iniciativa pioneira na América Latina, o Brasil foi o primeiro país latino a instituir um marco legal com a finalidade de registrar e disseminar a produção técnico-científica, tornou-se uma iniciativa decisiva e corajosa em direção ao acesso livre no país e visa cooperar para derrubar os obstáculos do acesso livre à informação científica.

No seu primeiro parágrafo o Projeto de Lei nº 1120/2007 propõe:

Art. 1º. As instituições de ensino superior de caráter público, assim como as unidades de pesquisa, ficam obrigadas a construir os seus repositórios institucionais, nos quais deverão ser depositados o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva do corpo discente, com grau de aprovação, dos cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, a produção técnico-científica conclusiva do corpo docente dos níveis de graduação e pós-graduação, assim como a produção técnico-científica, resultado das pesquisas realizadas pelos seus pesquisadores e professores, financiadas com recursos públicos, para acesso livre na rede mundial de computadores – INTERNET (Projeto de Lei n. 1120/2007).

Obriga as instituições públicas de ensino superior a constituírem os seus repositórios institucionais para depósito da produção técnico-científica do corpo discente e docente. E o segundo artigo do Projeto de Lei 1120/2007 propõe:

Art. 2º. Com o propósito de dar suporte e estimular os pesquisadores a observarem o disposto nesta Lei, o Ministério da Ciência e Tecnologia deverá constituir um Comitê de Alto Nível, coordenado pelo IBICT, composto pelos principais segmentos da Comunidade Científica envolvidos na cadeia produtiva da pesquisa científica, para discutir e propor uma política nacional de acesso livre à informação. Parágrafo único. O Comitê proposto deverá ser criado e instalado em um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da entrada em vigor desta lei (PROJETO DE LEI n. 1120/2007).

Esse projeto passou pela na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e a sua justificativa assegura que:

A disponibilização pública de conteúdos digitais, sua proteção legal e a garantia de acesso aos seus produtos derivados são fundamentais para alimentar as cadeias culturais, artísticas, educativas e científicas. Devem ser consideradas também as questões da proteção aos direitos autorais e da garantia do domínio público, no caso do resultado de pesquisas financiadas pelo erário. Nesse sentido, as declarações internacionais ajudaram a estabelecer os primeiros marcos para o início de uma discussão madura sobre tais temas (PROJETO DE LEI n. 1120/2007).

Por fim, salienta o impacto da aplicação do conhecimento científico e tecnológico, no desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico de um país.

Além do projeto de lei nº. 1120/2007 “contemplar a necessidade de discussão e estabelecimento de uma política nacional de informação científica, esta já está, ainda que precariamente e sem muito alarde, delineada na prática com as iniciativas já desenvolvidas” (Kuramoto, 2010). Contudo, isto não exclui a necessidade de debate e instituição de dessa política, pois, não é suficiente o simples desenvolvimento das iniciativas que estão em curso, mas é preciso um compromisso maior das instituições e autoridades que constituem a comunidade científica brasileira, mais esse projeto de lei foi arquivado.

E em julho de 2011, foi apresentado ao Senado Federal um novo projeto de lei – PLS 387/2011⁵⁹ - Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências.

2.8 INTERNET GOVERNANCE FORUM - 2007

O *Internet Governance Forum* (IGF) é um multi-fórum das partes interessadas para o diálogo político sobre as questões de governança na internet. A sua criação foi anunciada formalmente pelas Nações Unidas, em julho de 2006.

A opção da sede do IGF, no Brasil, não foi feita de forma aleatória. O Brasil ocupa, atualmente, o 4º lugar no mundo dos repositórios de acesso livre (após os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a Alemanha) e o 2º. lugar em bibliotecas digitais de teses e dissertações, ficando apenas atrás das bibliotecas digitais norte-americanas, segundo Kuramoto (2007 apud Gauz, 2008). Com o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre, em 2005 e, no mesmo ano, a Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto, e com a Carta de São Paulo (2006), acrescentados à Declaração de Florianópolis, em 2006, o país vem assinalando presença e aumentando espaços de discussão sobre o acesso livre

De acordo com Gauz (2008), o IGF simboliza um progresso na maneira como os assuntos internacionais significativos estão sendo dirigidos dentro de uma visão sistêmica adequada. E o próprio Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Kimoon,

⁵⁹ http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/Detalhes.asp?p_cod_mate=101006

mencionou o IGF como “inovador, um modelo de cooperação internacional e assim como a internet, em constante evolução” (IGF Second Meeting, Chairman’s Summary, 2007 apud Gauz, 2008).

IGF, ou Fórum de Governança na Internet, foi criado em 2005, em Túnis, durante a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. Tem por objetivo dar suporte à Secretaria-geral das Nações Unidas em seu segmento do World Summit on the Information Society (WSIS) e facilitar o diálogo sobre questões relativas à Sociedade da Informação, através de discussões interativas (locais e virtuais) sobre tópicos relacionados à governança da internet (GAUZ, 2008).

Representantes do governo, iniciativa privada, usuários da Internet, comunidades acadêmicas e tecnológicas e Organizações não governamental (ONGs), reúnem-se em torno do IGF para discutir os caminhos possíveis para o acesso livre à informação, via Internet.

No ano de 2007, segundo Gauz (2008), o IGF juntou mais de 1.300 representantes, de mais de 100 países, nas sete seções mais importantes, onde foram debatidos quatro temas subscritos, em Atenas, em 2006.

O primeiro tema tratou sobre os recursos fundamentais da Internet, que envolvem infra-estruturas para as telecomunicações, entre os quais:

- protocolos para endereços na internet;
- desenvolvimento de padrões técnicos;
- uso de tecnologias convergentes;
- a necessidade de multilingüismo.

O segundo tema abordou o acesso à informação. Vários participantes declararam, durante as reuniões preparatórias para o IGF, no ano de 2007, que, apesar da difusão da Internet, cerca de cinco mil milhões de pessoas não têm acesso a essa ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico e social, especificamente em países em desenvolvimento.

O terceiro tema debruçou-se sobre a diversidade, em virtude de muitas pessoas não poderem ler ou escrever o inglês, isto é, sobre diferentes línguas e alfabetos, também utilizadas na rede. O factor linguístico é proposto pela sua importância para a sobrevivência de uma vida virtual multilíngüe, o que consequentemente estimulará localmente a sociedade da informação.

A internet tem atualmente quase 1.000 milhões de usuários e muitas dessas pessoas não sabem ler, nem escrever inglês, não fala idiomas, usando apenas o alfabeto latino. Mas, em geral, todos são capazes de

utilizar a internet na sua língua materna. Promover uma Internet multilíngüe. (FORO PARA LA GOVERNAÇA.... 2007)

O quarto tema reflete as questões relativas à abertura na Internet, onde se evidenciou a troca de idéias e informação, que formam o conhecimento e produzem riquezas. Sendo a Internet um espaço virtual, descentralizado, e democrático pressupõe que seja também de livre acesso para todos – o que não acontece.

No final de acordo com Gauz (2008) abordaram a questão da segurança relativo ao acesso, em virtude da liberdade de expressão e das limitações inevitáveis para impedir o ciberterrorismo, o abuso sexual infantil e outras questões semelhantes.

Durante todo o processo preparatório, muitos apresentadores e oradores sublinharam que a segurança na internet foi um elemento-chave na construção da confiança entre os usuários de tecnologia da informação e comunicações. Eles argumentaram que a internet continha o potencial para permitir aos usuários acessar e gerar uma riqueza de informações inúmeras oportunidades (FORO PARA LA GOVERNAÇA...., 2007)

O IGF deu particular importância à indispensabilidade de estabelecimento de políticas e programas para as áreas envolvidas.

Reconheça-se que a primeira reunião do Fórum, realizada em Atenas (Grécia), foi um bom ponto de partida para futuros trabalhos. Neste seguimento, o Fórum deve continuar a realizar-se e a permanecer enquanto espaço de diálogo político entre as múltiplas partes interessadas, como previsto em Tunis.

2.9 SEMINÁRIO ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO - PROTOCOLO DO RIO DE JANEIRO

No decorrer do segundo Fórum Internet Governance, em novembro de 2007, no Rio de Janeiro, ocorreu um seminário sobre Acesso Livre ao Conhecimento, organizado pelo IBICT/MCT com o apoio do Ministério das Relações Exteriores - MRE, Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do seu Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), da Fundação Alexandre de Gusmão – (FUNAG) e da CPLP.

O Seminário Acesso Livre ao Conhecimento⁶⁰, teve como objetivo a promoção da contribuição dos países da comunidade de língua portuguesa no debate mundial

⁶⁰ <http://www.ibict.br/noticia.php?id=446>

sobre acesso livre ao conhecimento. Foram abordadas questões sobre o acesso livre ao conhecimento científico nos países lusófonos e sobre o multilingüismo. Estavam presentes representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e o Secretariado Executivo da CPLP. Numa curta reunião, que antecedeu o seminário, os referidos representantes trocaram impressões sobre as possibilidades de articulações dos países de língua portuguesa, para incentivar o acesso livre ao conhecimento científico, à produção e ao acesso a conteúdos digitais lusófonos. Na discussão, entre os representantes presentes no Fórum Internet Governance, destacou-se a consonância sobre a necessidade de ações palpáveis de colaboração, ainda mesmo que na forma de projetos-piloto.

Durante a realização do Seminário Acesso Livre ao Conhecimento, também foi assinado um protocolo de intenções intitulado Protocolo do Rio de Janeiro, visando a adesão de esforços na compatibilização de bases de dados e informações em acesso livre. Esse protocolo auxiliaria assim a disseminação e o acesso à produção científica e cultural, produzida em língua portuguesa. E durante esse seminário os representantes dos países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP endossam o termo de compromisso apoiando o protocolo de intenções.

Os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP reconhecem:

- o Compromisso do Minho sobre o Acesso Livre e a Informação Científica nos países lusófonos, assinados por Instituições do Brasil, Moçambique e Portugal, no dia 26 de Novembro de 2006, que exprime as direções para o crescimento do acesso livre ao conhecimento científico, em português;
- as diretrizes emanadas da IV Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que aconteceu em Luanda, em Novembro de 2005;

Acordaram em:

- Estabelecer diálogo técnico com vistas à formação de rede permanente de instituições dedicadas à promoção do acesso livre ao conhecimento bem como à promoção do conteúdo científico e cultural em língua portuguesa;
- Promover esforços junto aos respectivos governos para identificação, no mais curto espaço de tempo possível de pontos focais nacionais a quem caberá coordenar esforços e intercambiar informações para criar condições técnicas para assunção de compromisso nesta área entre seus respectivos Governos, no âmbito da CPLP;
- Entender que a proposta do Governo Brasileiro intitulada "Protocolo de Intenções entre os Governos integrantes da CPLP para a união de esforços no sentido de compatibilizar suas bases de dados e

informações em acesso livre, como forma de facilitar a disseminação e o acesso à produção científica e cultural originada em língua portuguesa" constitui uma base sólida para futuras negociações tendo em vista o aludido compromisso sobre o Acesso Livre ao Conhecimento Científico nos Estados-membros da CPLP (SEMINÁRIO ACESSO LIVRE..., 2007).

Ao final da reunião, todas as organizações presentes reafirmaram seu empenho em trabalhar para, conjuntamente, promover a expansão dos repositórios de acesso livre no espaço da CPLP e o IBICT e a Universidade do Minho comprometeram-se a oferecer assistência técnica para a promoção de iniciativas nesse campo nos países integrantes da CPLP.

2.10 A CARTA DO RIO DE JANEIRO

Denominada Carta Compromisso do Rio de Janeiro, segundo Kuramoto (2008) foi apresentada durante o primeiro Workshop sobre Acesso Livre nas Unidades de Pesquisa⁶¹, realizado em dezembro de 2008 no Rio de Janeiro e teve a assinatura de dez instituições de ensino e pesquisa e uma grande aceitação entre os representantes de várias unidades de pesquisa que estiveram presentes durante o evento.

2.11 CARTA DE APOIO AO ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICO, ARTÍSTICO E DIDÁTICO DA USP

Em de Outubro de 2010, durante o Fórum de Discussão sobre Acesso Aberto à Produção Técnico-Científica, Artística e Didática da USP, docentes, funcionários e estudantes, cidadãos e representantes de organizações da sociedade civil, ligados ao meio acadêmico, da mais importante IES do país reuniram-se para, manifestar apoio ao acesso aberto à produção técnico-científica, artística e didática da Universidade de São Paulo.

A carta, reivindica, entre outras ações:

o estabelecimento de Política Institucional de Informação na USP, que defina os parâmetros para preservar os direitos autorais e também

⁶¹ <http://kuramoto.wordpress.com/2008/12/12/i-workshop-sobre-acesso-livre-nas-unidades-de-pesquisa-sucesso/>

viabilizar o acesso aberto à produção técnico-científica, artística e didática da universidade;
a adoção do Repositório Institucional da Universidade de São Paulo como instância prioritária e inequívoca da memória, certificação e governança de sua produção (CARTA de apoio..., 2010)

Os signatários desta carta⁶² acredita que a adoção conjunta dessas ações trará benefícios significativos à sociedade, amplo e livre acesso aos resultados das atividades acadêmicas e de pesquisa da USP, corroborando para a sua responsabilidade social.

2.12 AS AÇÕES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB), EM PROL DO ACESSO LIVRE

O livre acesso à informação e as ações da FEBAB, na opinião de Roseto (2007), presidente da FEBAB, têm como missão impulsionar a biblioteca e o aperfeiçoamento de profissionais da área e, com esse intento, a FEBAB vem realizando várias ações como campanhas, cursos, *workshops*, palestras, congressos e desempenhando representações em significativas atividades nos mais diversos níveis, proporcionando uma reflexão sobre relevantes assuntos como promoção da leitura, competência em informação e o papel da biblioteca no contexto da sociedade Brasileira.

O conteúdo desta palestra, apresentada no XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD) não trata sobre o OA, mas as ações abaixo apresentada de certa forma respalda e fortalece o movimento do OA.

Entre os anos de 2002 e 2007, várias atividades e participações foram organizadas pela FEBAB com o objectivo de promover o livre acesso à informação:

- tradução na língua portuguesa dos Manifestos e Diretrizes da IFLA/UNESCO, para a Biblioteca Escolar;
- tradução para o português do Manifesto Internet da IFLA;
- tradução de 6 Folhetos com Diretrizes e Procedimentos para Gestão de Associações de Bibliotecários da IFLA;

⁶² <http://www.acessoaberto.usp.br/cartaUSP>

- organização do Seminário Sul-Americano dos Manifestos e Diretrizes IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas e Escolares, com o apoio da IFLA/Action for Deveopment through Libraries (ALP) e (IFLA/Latino America (LAC);
- estabelecimento de convênio com a (IFLA) e American Library Association (ALA) para a instalação da Campanha Mundial de Valorização e Uso da Biblioteca - n@ sua biblioteca (@your library);
- estabelecimento de Contrato para a Tradução do *Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition (AACR2)*;
- organização de Ciclos de Palestras sobre Competência da Informação, Leitura, Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação, entre outros temas relevantes para a área e o atual contexto;
- organização do XXI CBBBD, do 2º. Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas Centros de Documentação e Museus (INTEGRAR) e do XXII CBBBD, 2007.
- participação na Pré-Conferência IFLA/UNESCO da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, Alexandria, Egito, levando, a nível mundial, o que se está realizando no país.
- participação nos Congressos IFLA e Comitês Permanentes, como membro e representação da classe bibliotecária brasileira, divulgando as ações realizadas no Brasil, e trazendo novas possibilidades de parcerias e alianças em prol da biblioteconomia.
- promoção e organização de eventos, como o Encontro de Administração de Entidades de Classe, proporcionando subsídios para os profissionais refletirem sobre a importância da área e dos profissionais na sociedade contemporânea;
- promoção de cursos e oficinas com o intuito de proporcionar condições de educação continuada ao profissional da área.

- participação e colaboração em eventos sobre leitura como Vivaleitura⁶³, Bienais do Livro, Corredor Literário na Paulista e eventos de outras instituições;
- realização de pesquisa sobre Competência em Informação junto aos profissionais da área, coletando subsídios para trabalho apresentado no *Open Section* da América Latina e Caribe, do Congresso da IFLA, em Seoul, na Coreia, e propiciando informações para futuros projetos de educação continuada no país;
- exercício de representatividade junto ao Comitê Vivaleitura, à Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura do Ministério da Cultura, e ao Plano Nacional do Livro e Leitura, entre outros níveis governamentais e institucionais;
- participação em eventos nacionais, regionais e internacionais, levando a mensagem das ações desenvolvidas no Brasil e as expectativas para os próximos anos sobre a área;
- publicação dos Anais dos Eventos e da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBD), em meio digital;
- revitalização da sua sede, instalação de uma Secretaria Executiva e desenvolvimento de atividades estruturais, propiciando o devido suporte às ações da área.

E segundo Rosetto (2007) em um país como o Brasil, onde grande parte da população não tem oportunidade de comprar livros e não tem acesso a Bibliotecas, torna-se necessário que sejam propostos projetos e ações com a finalidade de cooperar com a classe bibliotecária e com instituições, possibilitando espaços apropriados para estudos, e também sugerir diretrizes que possam colaborar com o êxito da população brasileira, referente ao incentivo na alfabetização e competência da informação. Desta forma, os profissionais de informação e suas associações de classe possuem amplas possibilidades de colaborar com a finalidade de:

⁶³ Vivaleitura é o nome dado no Brasil ao Ano Ibero-americano da Leitura, que foi comemorado em 21 países da Europa e das Américas em 2005 (<http://www.vivaleitura.com.br/inicial.asp>).

- promover o direito que cada pessoa tem no acesso igualitário à informação;
- apoiar ações culturais e educacionais no sentido de garantir a formação de novos leitores, assim como ampliar o hábito de leitura para uma melhor utilização dos livros e outros recursos de informação, incluindo os que estão no meio digital;
- estimular a disseminação de campanhas e programas de leitura;
- apoiar programas de instalação de bibliotecas e pontos de leitura, por meio de parcerias e outras iniciativas.

A Presidente da FEBAB considera que dar continuidade ao crescimento de ações, como as que referimos anteriormente, quer pela FEBAB, quer por diferentes associações de classe, só trará vantagens para os profissionais que trabalham na área e possibilitarão uma melhor compreensão da situação que atravessa a sociedade e os indivíduos que nela agem.

2.13 CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (BIREME)

O Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, segundo o seu *site* também conhecido pelo seu nome original Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) celebrou quarenta anos em 2007, tendo sido aplicados no aperfeiçoamento da saúde na América Latina e Caribe, por meio da democratização do acesso e uso da informação e do conhecimento científico modernizado, factor importante para a pesquisa, para a educação e para o incentivo e dedicação à saúde.

A Bireme foi instituída no Brasil, em Março de 1967, através de um convênio entre a Organização Pan-Americana da Saúde OPAS e o governo brasileiro, sendo representado pelos Ministérios da Saúde e da Educação, e pela Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, em cujo *campus* a BIREME está instalada.

Sendo a Internet utilizada como o modo principal de produção das fontes e fluxos de informação científica, a atividade da BIREME desdobra-se em todos os países da América Latina e em uma grande parte dos países do Caribe, Espanha e Portugal. Abrange mais de duzentas instituições, envolvidas direta ou indiretamente

no aperfeiçoamento, produção e uso da Biblioteca Virtual de Saúde – BVS e suas redes suplementares regionais e internacionais, especialmente a SciELO e mensalmente essas redes utilizam milhões de acessos às fontes de informação.

Sendo um centro aperfeiçoado da OPAS, a BIREME tem ajudado, através da sua colaboração, no crescimento de políticas, programas, padrões, metodologias, tecnologias, projetos, produtos, serviços, eventos e ações de informações científicas e técnicas em saúde, em colaboração com instituições internacionais, regionais e nacionais BIREME⁶⁴.

No decorrer de quatro décadas, a BIREME cresceu em harmonia com o estado da arte internacional em informação científica, aplicando, ajustando, melhorando tecnologias, padrões, processos, produtos e serviços, para os países da América Latina e do Caribe. A situação exposta anteriormente contribuiu para estimular e melhorar as competências nacionais e regionais; e, incentivar a visibilidade, qualidade e impacto da informação científica e técnica gerada local, nacional e regionalmente. Coletânea progressiva de produtos, serviços e eventos, produzidos cooperativamente na Região, agrega o fluxo mundial de informação científica e técnica.

A particularidade principal da ação da BIREME ainda segundo o seu *site* é o trabalho em rede com a participação intensa das instituições nacionais, a partir das circunstâncias políticas, culturais, sociais e econômicas de infra-estrutura física. As atividades da BIREME têm alargado a inserção das instituições e comunidades nacionais na geração, operação e utilização dos produtos e serviços colaborativos de informação científica e técnica. A Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) opera, por exemplo, no acesso aberto e universal da Literatura Latino-americana e do Caribe; de Informações em Ciências da Saúde – (LILACS), SciELO, MEDLINE; e, na Biblioteca Cochrane – as quais compõem as principais fontes de informação de registro da literatura científica em saúde, produzida nacional, regional e internacionalmente, com interfaces de pesquisas e navegação em três idiomas distintos (espanhol, inglês e português). A coletânea de textos completos em acesso aberto amplia progressivamente.

A BVS é uma expressão de colaboração técnica da BIREME, no paradigma de informação na Internet e pela *web*, se distingue pela atividade imediata dos usuários na geração, operação, publicação e acesso às fontes e fluxos de informação.

Com a utilização da Internet e da (BVS) se verifica uma reestruturação do fluxo de informação. As bibliotecas e os bibliotecários convergem, por exemplo, com

⁶⁴ <http://diade.bvsalud.org/40anos/html/pt/>

a publicação eletrônica em linha com os editores e os publicadores, igualmente que os produtores de fontes de informação nos sistemas nacionais de saúde, educação e pesquisa.

O trabalho que a BVS, de acordo com o seu *site* desenvolve é complementado por várias redes regionais como a SCIELO, Rede Cochrane Iberoamericana, Campus virtual de Saúde Pública e também por redes internacionais como a Global Health Library (GHL) e a ePOTUGUESe, incentivadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A BIREME promove produtos e serviços gerados nos espaços destas redes, como bens públicos regionais e globais. Desta maneira realiza a inclusão, a construção e o desenvolvimento das redes e seus produtos, serviços e eventos de informação.

O formato da BVS inclui três dimensões principais como demonstra a figura 8:

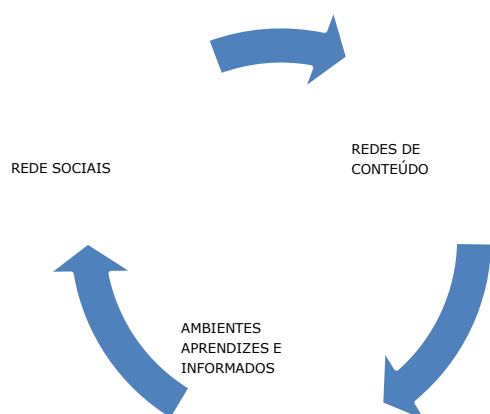


Figura 8: Dimensões principais do formato BVS

FONTE: <http://diade.bvsalud.org/40anos/html/pt/>

- Redes Sociais - são redes formadas por instituições e indivíduos geradores, intermediários e usuários de informação;
- Redes de Conteúdos - são compostas por fontes e fluxos de informação *online* a partir de produtos, serviços e eventos de informação que são suportados pelas redes de instituições e indivíduos;
- Ambientes aprendizes e informados - incentivam no meio ambiente das instituições e nos contextos dos sistemas de saúde, pesquisa e educação ambientes aprendizes e informados, que maximizam a troca de informação, conhecimento e experiência e fomentam a introdução dos seus diversos atores nas redes nacionais, internacionais e nas redes complementares da BVS.

A BVS cobre, assim, toda a Ibero América, com mais de duas mil instituições, utilizando direta ou indiretamente os seus produtos e serviços, usando dezenas de portais nacionais, temáticos e institucionais.

2.14 PORTAL SCIELO - *SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE*

Segundo BINOTTO (2007) a perspectiva de publicar em meio eletrônico o periódico científico e a preocupação com o acesso a essa publicação deu origem a uma série de iniciativas em todo o mundo. No Brasil, foi criado o Portal SciELO, como resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP, com a parceira da BIREME juntamente com a OPAS e a OMS. Foi também definida a metodologia para publicar, assegurar a preservação e beneficiar o acesso livre ao texto na íntegra dos periódicos e depois estendido para outros países da América Latina, como Chile (<http://www.scielo.cl/>), México (<http://scielomx.bvs.br/scielo.php>), Cuba (<http://scielo.sld.cu/scielo.php>) e Venezuela (<http://www.scielo.org.ve/scielo.php>).

O SciELO⁶⁵ teve origem a partir de um projeto-piloto, abrangendo dez periódicos brasileiros de diversas áreas do conhecimento, e foi sendo desenvolvido com sucesso entre Março de 1997 e Maio 1998, utilizando uma metodologia apropriada para publicação eletrônica na Internet. A partir de Junho de 1998, esse projeto SciELO vem operando regularmente incluindo novos títulos de periódicos e expandindo sua metodologia para diferentes países. Em 2002, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico passou a apoiar o SciELO.

O SciELO, de acordo com o seu *site*, foi criado para atender às necessidades de comunicação científica nos países em crescimento e especialmente na América Latina e Caribe, possibilitando uma resposta eficaz na garantia da visibilidade e do acesso coletivo à literatura científica, colaborando inequivocamente para a superação da chamada “ciência perdida” SciELO. Neste contexto, podemos mencionar que o SciELO utiliza também métodos para medir o uso e o impacto dos periódicos científicos.

O projeto do portal SciELO, uma das iniciativas pioneiras do que depois se chamou de movimento pelo acesso aberto, nasceu por iniciativa do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), em associação com editores de revistas científicas. O projeto buscava explorar as novas formas de

⁶⁵ <http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=1>

comunicação eletrônica e melhorar a visibilidade da produção científica brasileira, tornando disponível online o conteúdo integral de revistas científicas de excelência (PACKER, 1998), com publicações originais revistas por pares e publicação periódica. Ele abriga hoje (maio de 2008) 555 periódicos, dos quais 346 são estrangeiros. Estão no SciELO muitas das melhores publicações brasileiras. Ao contrário de outras experiências nacionais, nas quais as publicações de acesso aberto ficaram (injustamente) associadas à má qualidade e à ausência de um processo de revisão por pares, no Brasil, o SciELO tornou-se marca de boa qualidade e rigor editorial. Um levantamento que realizamos em abril de 2007 mostrou que, entre as publicações brasileiras avaliadas como "Internacional A" pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 58% delas estavam no SciELO" (ORTELLADO, 2008).

A SciELO é o resultado da colaboração entre a FAPESP e da BIREME, instituições nacionais e internacionais ligadas à comunicação científica e editores científicos. O modelo SciELO compreende três componentes de acordo com a figura 9.

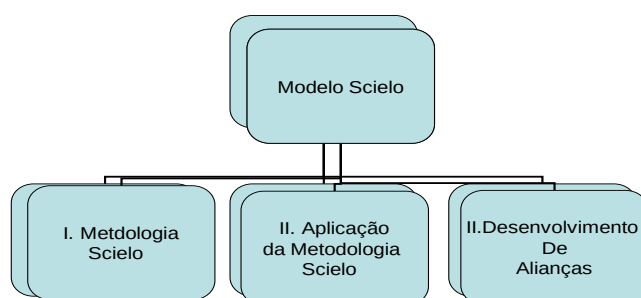


Figura 9: Componentes do modelo (SciELO)

FONTE: <http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=1>

A metodologia do modelo SciELO possibilita a:

- publicação eletrônica de edições completas de periódicos eletrônicos;
- organização de bases de dados bibliográficas e de textos completos;
- recuperação de textos, por seus conteúdos;
- preservação de arquivos eletrônicos;
- produção de indicadores estatísticos de uso e impacto da literatura científica.

A metodologia do modelo SciELO ainda de acordo com o seu *site*, abrange critérios de avaliação de revistas com base nos modelos internacionais de comunicação científica e, por sua vez, os textos integrais são melhorados com *links* de hipertextos com bases de dados nacionais e internacionais.

A aplicação da metodologia SciELO é utilizada na operação de *websites* de coleções de revistas eletrônicas, o que facilita a operação de *sites* nacionais e temáticos. Ao mesmo tempo, a metodologia SciELO permite o desenvolvimento de alianças entre:

- autores;
- editores;
- instituições científicas tecnológicas;
- agências de fomento;
- universidades;
- bibliotecas;
- centros de Informação Científica e Tecnológica.

Com objetivo de difundir, aperfeiçoar e modernizar o modelo SciELO e o sucesso da rede SciELO de periódicos científicos da América Latina e Caribe colaborará para que a informação científica produzida localmente possa estar disponível, e cooperar para a ampliação do uso da informação científica e técnica no processo de tomada de decisão em diversos níveis.

O pioneirismo da iniciativa SciELO ganha relevo ao disponibilizar, em meio eletrônico, revistas científicas brasileiras, facilitando o registro e a disseminação da produção científica brasileira, e ao incorporar a produção científica nacional à produção científica internacional, possibilitando uma maior visibilidade às pesquisas brasileiras (KURAMOTO, 2008).

O fato de que a experiência do SciELO não pode facilmente ser transposta para o cenário internacional não é apenas um problema daqueles países centrais nos quais o sistema de comunicação científica não é público. Trata-se também de um problema cada vez maior para o Brasil e outros países periféricos à medida que a sua produção científica (em especial nas ciências naturais) melhora de qualidade e busca a exposição nos periódicos indexados (principalmente pelo Institute for Scientific Information, ISI) ou bem avaliados pela agência financiadora brasileira (Capes). O ISI hoje (maio de 2008) indexa apenas 23 periódicos brasileiros (apenas 2 de ciências sociais), enquanto a Capes considera de excelência internacional 62 periódicos. Esses periódicos correspondem a um percentual muito pequeno do total (ORTELLADO, 2008).

A (SciELO)⁶⁶, segundo Sabadini; Sampaio e Koller (2009, p. 82), é uma das iniciativas mais vantajosas nesse contexto do OA. Desde 2002, conta com o apoio do CNPq. O incentivo da visibilidade das revistas, através da publicação em formato

⁶⁶ <http://www.scielo.br>

eletrônico, convênios com bases de dados internacionais, rigorosos critérios de seleção e permanência no portal, e através da publicação de relatórios de utilização e impacto representam o conceito de qualidade das revistas SciELO. Os resultados favoráveis alcançados no Brasil chamaram a atenção da comunidade científica internacional, e hoje tem portais em diversos países da América Latina, na Espanha e Portugal, que empregam a mesma metodologia e formam uma rede: a Rede SciELO.

Ainda de acordo com Sabadini; Sampaio e Koller (2009, p.82) a SciELO é uma iniciativa precursora e introduziu a América Latina no Movimento de Acesso Aberto. É incontestável que o trabalho realizado, no âmbito do projeto SciELO, ao longo dos anos, para a inclusão das revistas científicas brasileiras no universo das publicações eletrônicas, tenha atingido muitos progressos. Ao acessar a uma revista da coleção, asseguramos uma série de elementos somente realizáveis no ambiente virtual: a publicação de cada artigo imediatamente após sua aprovação, serviços de pesquisa automática por similaridade dentro da própria coleção e em buscadores da Internet, *links* com bases de dados bibliográficas e de currículos de pesquisadores.

Sabadini; Sampaio e Koller (2009, p.82) assegura que outro recurso fundamental é a compatibilidade com o protocolo OAI-PMH, que possibilita o intercâmbio de metadados com diferentes instituições e bases de dados de forma automática. Ainda segundo as autoras anteriormente citadas uma crítica inicial era o fato da coleção SciELO ser produzida, na sua maior parte, com revistas da área de ciências da saúde, o que deixava as outras áreas com pouca representatividade. O trabalho ponderado com a gestão do portal, ao longo dos anos, alcançou uma igualdade entre as publicações de todas as áreas. Os progressos mais recentes estão na área de gestão editorial com a inserção do Sistema *Submission* na Metodologia SciELO. Dessa maneira, o processo de criação da revista e da submissão a indexação em bases de dados poderá ser efetuado por meio da internet.

2.15 PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES

A companhia Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atual CAPES⁶⁷, foi criada em 11 de julho de 1951, através do decreto n. 29 741, com a finalidade de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e

⁶⁷ <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>

qualidade suficiente para atender as necessidades dos empreendimentos públicos e privados, que visam ao desenvolvimento do país. Durante o segundo governo de Getúlio Vargas, com a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente aliada à industrialização pesada e a complexidade da administração pública, houve a necessidade de formação urgente de especialistas e pesquisadores, nos mais diversos ramos de atividade (cientistas qualificados em física, matemática, química e técnicos de finanças e pesquisadores sociais).

Nesta altura, segundo o seu *site* foi, então, designado como secretário-geral da comissão de autonomia, informalidade, boas idéias e liderança institucional, o Professor Anísio Teixeira⁶⁸. E, em 1953, é implantado o programa universitário, a principal linha da CAPES junto às universidades e ao instituto de ensino superior. Teixeira contrata professores visitantes estrangeiros, estimula atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, concede bolsas de estudo e apoia eventos de natureza científica. Nesse mesmo período são concedidas bolsas para formação no país e bolsas de aperfeiçoamento para o país e para o exterior.

A CAPES subordina-se diretamente à presidência da república em 1961 e em 1964, com ascensão militar, o professor Anísio Teixeira deixa o cargo e uma nova diretoria assume a sua liderança, voltando a ser subordinada ao MEC.

A grande importância para a pós-graduação de acordo com o seu *site*, ocorreu em 1965, quando foram classificados vinte e sete cursos no nível de mestrado e 11 no nível de doutorado perfazendo um total de trinta e oito cursos de pós-graduação no país.

Convocado pelo MEC, o Conselho de Ensino Superior se reúne para definir e regulamentar os cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. Fazem parte desse conselho diversos intelectuais entre os quais: Alceu Amoroso Lima⁶⁹, o próprio Anísio Teixeira, entre outros.

Segundo o seu *site* em 1966, o governo começa a apresentar planos de desenvolvimento, nomeadamente o Programa estratégico de governo e o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1979). No plano educacional, obtém-se a reforma universitária, a reforma do ensino fundamental, e a consolidação da regulamentação da pós-graduação. Através do parecer 977, de 1965. Neste seguimento, a CAPES ganha novas funções e recursos orçamentários para multiplicar

⁶⁸ Anísio Spínola Teixeira – considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20, foi pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu objetivo de oferecer educação gratuita para todos. (<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/anisio-teixeira-306977.shtml>).

⁶⁹ Alceu Amoroso Lima – Crítico literário, professor, pensador, escritor líder católico brasileiro. Este adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Alceu_Amoroso_Lima).

as suas ações e interferir na qualificação do corpo docente das universidades brasileiras e com isso conquista um papel de destaque na formulação da nova política para pós-graduação. Em 1970, são instituídos os centros regionais de pós-graduação.

A CAPES é reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-graduação *Stricto Sensu* em 1981, através do decreto n. 86.791. Além disso, é também conhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura, junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe por isso a função de elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior e a missão de coordenar a avaliação da pós-graduação, o que vem fortalecendo o papel da CAPES.

O programa de avaliação, além de contribuir para a criação de mecanismo efetivos de controle de qualidade, também aproxima a sua relação com a comunidade científica e acadêmica. A comunidade administrativa torna-se uma marca da instituição, que se destaca na formulação da execução da política nacional de pós-graduação.

As atividades da CAPES, actualmente, podem ser agrupadas em quatro grandes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- acesso e divulgação da produção científica;
- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior;
- promoção da cooperação científica internacional.

A CAPES tem, também, programas de parcerias universitárias binacionais. Estes programas foram iniciados em 2001 e objetivam, essencialmente, o aumento do intercâmbio de estudantes de graduação, além de fomentar o intercâmbio de alunos de pós-graduação e professores.

As parcerias são implementadas entre universidades brasileiras e estrangeiras, sendo fundamental a garantia do reconhecimento mútuo dos créditos aos alunos na área escolhida pelo projeto. O programa busca ainda a aproximação das estruturas curriculares dentre as instituições e os cursos participantes, mantendo acordos de cooperação internacionais com a Alemanha, a Argentina, o Chile, a China, Cuba, a Espanha, os Estados Unidos, a França, a Holanda, a Itália, Portugal, Timor-Leste e o Uruguai. A Capes também, mantém um Portal de Periódicos⁷⁰ que foi

⁷⁰Portal de Periodicos CAPES

http://novo.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&mn=69&smn=87.

originado em 1990, com o objetivo de fortalecer a pós-graduação Brasileira. Neste seguimento, MEC, criou um Programa para Bibliotecas de IES e, cinco anos mais tarde, também foi criado um Programa de Apoio a Aquisição de Periódicos (PAAP), sendo que esse programa faz parte do serviço de periódicos eletrônicos apresentados a comunidade acadêmica brasileira pela CAPES:

O Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de cerca de 15 mil títulos com texto completo, 126 bases referenciais, seis bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais (Portal de Periodicos CAPES, 2010).

Oficialmente, o Portal de Periódicos foi lançado em 11 de novembro de 2000, no mesmo período que estavam sendo organizadas as bibliotecas virtuais e ao mesmo tempo que as editoras estavam iniciando a digitalização de seus acervos. O Portal de Periódicos passou a reunir e otimizar a compra de periódicos através da negociação direta com editores internacionais. No início o Portal de Periódicos eletrônico possuía 1.419 periódicos e nove bases de dados referenciais em todas as áreas do conhecimento.

No Brasil, uma iniciativa importante em relação ao acesso livre foi desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O Portal de Periódicos atende 194 universidades públicas e privadas, centros de pesquisa e órgãos governamentais e permite acesso gratuito a cerca de 13 mil publicações e 126 bancos de dados, sendo seis delas bases mundiais de patentes.

O portal pode ser acessado a partir de computadores ligados a essas instituições. Hoje a página recebe 165 mil acessos diários. Em 2008 foram quase 21 milhões de textos completos baixados e 38 milhões de acessos a bases de dados.

Segundo o presidente da Capes, Jorge Guimarães, o impacto da liberdade de acesso na produtividade da comunidade científica brasileira é significativo. "Antes do portal, o Brasil já vinha em um bom momento em relação à produção científica, quebrando sempre seu próprio recorde a cada ano", comenta. "Depois que ele foi lançado, a curva do gráfico que mostra a produção ficou ainda mais acentuada."

Guimarães acrescenta que, a exemplo do que é feito em outros países, todos os artigos brasileiros presentes no portal da Capes podem ser acessados por qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, e não apenas por membros das instituições que fazem parte da rede. "A iniciativa ajudou o país a se destacar no cenário mundial", avalia. (WALTZ, Igor, 2009).

De acordo com o site, a CAPES teve a seguinte trajetória histórica como demonstra a tabela 3.

(http://novo.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_painstitucional&mn=69).

Tabela 3: Evolução histórica do Portal de Periódicos CAPES

Evolução histórica do Portal de Periódicos CAPES	
2001	O Portal ganha regulamentação específica.
2002/2003	Novos parceiros e amplia seus conteúdos.
2004/2005	Crescimento do acervo.
2006	Treinamento para usuário final.
2007	Um novo Portal de Periódico começa a ser desenvolvido
2008	Os multiplicadores do Portal. Inicia os testes para o novo Portal.
2009	Diversificação do acervo e novos usuários.

Fonte:

http://novo.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&mn=69&smn=74

Em 2008, contava com mais de doze mil títulos, conforme descreve o gráfico

3.

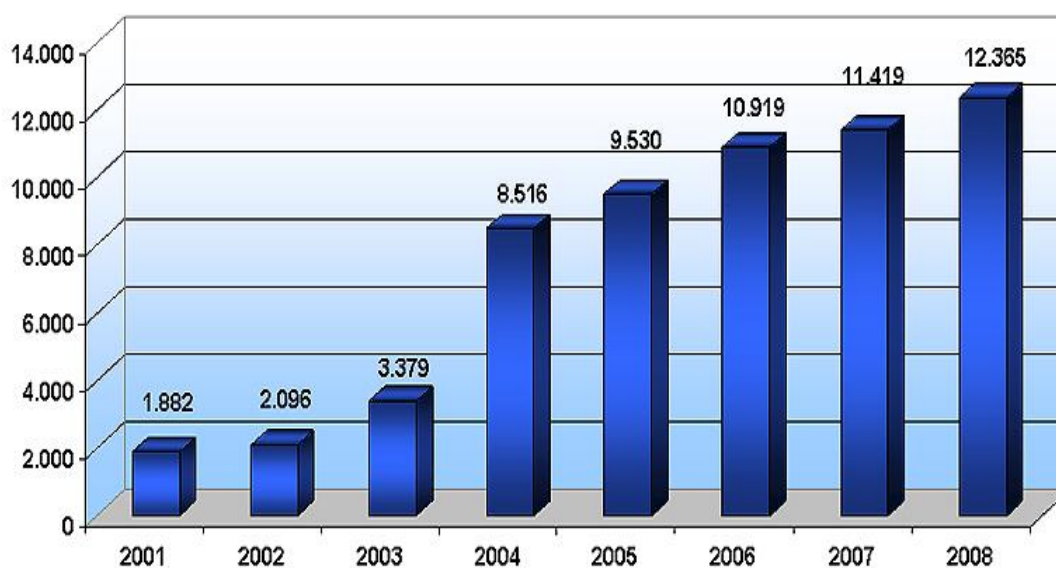


Gráfico 3: Evolução do Portal de Periódicos CAPES

Fonte: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portuques/index.jsp>

O Portal de Periódicos CAPES – foi criado para diminuir o déficit de acesso às bibliotecas brasileiras e à informação científica internacional. Note-se que seria bastante caro atualizar o acervo dessas bibliotecas através da aquisição de periódicos impressos para cada uma das universidades brasileiras do sistema superior de ensino federal. Também este portal foi aperfeiçoado com o objetivo de diminuir o desnível regional no acesso à informação científica no Brasil. Atualmente é considerado um modelo de consórcio de Bibliotecas único no mundo e é totalmente financiado pelo governo federal, cobrindo todo território nacional.

O Portal de Periódicos da Capes, que hoje custa aos cofres do governo brasileiro cerca de 30 milhões de dólares. Trata-se de uma iniciativa importante para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, uma vez que esse portal fornece o acesso às principais revistas científicas do mundo, possibilitando aos nossos pesquisadores o seu acesso. (KURAMOTO, 2008, p.865).

O Portal de Periódicos CAPES, por um lado, atende às necessidades dos setores acadêmicos, produtivos e governamental e, por outro lado, possibilita o aumento da produção científica nacional e crescimento da inserção científica brasileira no exterior. Tornou-se uma ferramenta indispensável às atribuições da CAPES de fomento, avaliação e regulamentação dos cursos de pós-graduação.

O Portal de Periódicos, de acordo com o seu site, tem como responsabilidade incentivar e estimular os programas de pós-graduação, no Brasil, através da democratização do acesso online à informação científica internacional de alto nível. Dispondo-se atender os seguintes objetivos:

- a promoção do acesso irrestrito do conteúdo do Portal de Periódicos pelos usuários e o compartilhamento das pesquisas brasileiras a nível internacional;
- a capacitação do público usuário – professores, pesquisadores, alunos e funcionários – na utilização do acervo para suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- o desenvolvimento e a diversificação do conteúdo do Portal pela aquisição de novos títulos, bases de dados e outros tipos de documentos, tendo em vista os interesses da comunidade acadêmica brasileira;
- a ampliação do número de instituições usuárias do Portal de Periódicos, segundo os critérios de excelência acadêmica e de pesquisa definidos pela Capes e pelo Ministério da Educação.(PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES, 2010)

Professores, pesquisadores, alunos e funcionários ligados às instituições participantes podem acessar livre e gratuitamente ao Portal de Periódicos, através de terminais ligados a internet, e de acordo com o seu site as instituições participantes podem ser:

- Instituições federais de ensino superior;
- Instituições de pesquisa que possuam pós-graduação avaliada pela Capes com pelo menos um programa que tenha obtido nota 4 ou superior;
- Instituições públicas de ensino superior estaduais e municipais que possuam pós-graduação avaliada pela CAPES, com pelo menos um programa que tenha obtido nota 4 ou superior;
- Instituições privadas de ensino superior com pelo menos um doutorado avaliado pela CAPES, que tenha obtido nota 5 (cinco) ou superior;

- Instituições com programas de pós-graduação recomendados pela Capes e que atendam aos critérios de excelência definidos pelo Ministério da Educação. Esses usuários acessam parcialmente ao conteúdo assinado pelo Portal de Periódicos;
- Usuários colaboradores, ou seja, instituições que pagam pelo acesso a determinadas bases do Portal de Periódicos.

Outros usuários interessados em consultar conteúdos científicos com alta qualidade podem acessar à página dos Periódicos de Acesso livre⁷¹, que inclui bases de dados nacionais e internacionais e referências de teses e dissertações.

No gráfico 4, percebe-se os dados gerais do uso do Portal de Periódicos CAPES realizados por seus usuários entre 2001 a 2008. As legendas "TC" indicam o total de *downloads* de textos completos e "REF" o total de consultas às referenciadas.

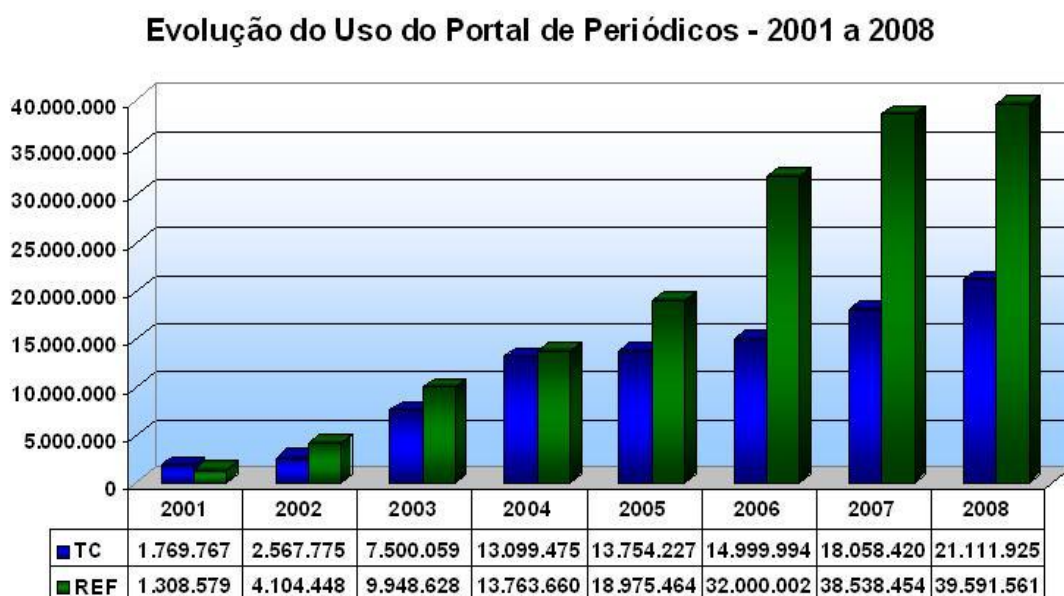


Gráfico 4 - Uso do Portal de Periódicos CAPES entre 2001 e 2008

Fonte: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>

Em 2009, o Portal de Periódicos da CAPES e a Elsevier⁷² realizaram um acordo⁷³ assegurando a publicação de artigos científicos escritos por pesquisadores

⁷¹ <http://acessolivre.capes.gov.br/>

⁷² A Elsevier é uma das mais antigas editoras do mundo, líder global em publicações de saúde, ciência e tecnologia. Com sede em Amsterdam, na Holanda, a editora possui mais de sete mil funcionários em 77 escritórios de 24 países, atendendo a uma comunidade de 30 milhões de cientistas, estudantes e profissionais de informação e saúde em todo o mundo. Ao todo, a Elsevier publica mais de dois mil periódicos e 1.900 novos livros por ano, além de oferecer produtos eletrônicos inovadores, como o ScienceDirect, o Scopus e o MD Consult. (<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2788-capes-e-elsevier-oferecem-acesso-livre-a-artigos-brasileiros>)

brasileiros em periódicos da editora holandesa Elsevier, que poderão ser consultados livremente no mundo inteiro. O acordo é um reconhecimento da parceria entre a CAPES e a Elsevier no desenvolvimento da pesquisa no Brasil e procura contribuir para que o país continue alcançando novos patamares de excelência em ciência e tecnologia o que vai aumentar conseqüentemente ainda mais a visibilidade da produção científica Brasileira.

Inúmeros são os esforços desenvolvidos para atingir a disseminação e a implementação do Movimento do Acesso Livre ao conhecimento, nos países lusófonos e especialmente no Brasil, como demonstra a literatura apresentada. Para Kuramoto (2008), todas as iniciativas se mostram insuficientes, sem a participação dos pesquisadores, que são os responsáveis pela produção do conhecimento científico e que são os maiores beneficiados pelas ações do movimento.

De acordo com Costa (2008), o sistema de comunicação científica tem sofrido o impacto da comunicação eletrônica. Nessa acepção, os periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto e os repositórios institucionais, que representam a ferramenta fundamental para o acesso livre ao conhecimento, vêm contribuindo para aumentar a difusão da pesquisa, o seu impacto, a sua visibilidade e o seu avanço. "Apesar de a maioria de pesquisadores concordarem com a idéia do acesso livre e acreditarem que sua adoção traria vantagens para a ciência, fazê-los aderirem ao movimento é como tentar fazer as pessoas se comportarem de uma maneira mais ecológica" (BJÖRK, 2004 apud MUELLER 2006). Enfim, com a adoção do acesso livre à informação científica todos os atores (pesquisadores, professores e estudantes, bibliotecas, universidades, editoras, agências de fomento, governos e cidadãos) envolvidos no processo de comunicação científica seriam beneficiados.

⁷³ <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2788-capes-e-elsevier-oferecem-acesso-livre-a-artigos-brasileiros>

3. PANORAMA SOBRE O OPEN ACCESS NAS COMUNIDADES ACADÊMICAS DA ÁREA DE BIBLIOTECONOMIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Este capítulo apresenta a análise dos resultados dos questionários, aplicados aos professores e alunos dos cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, com o objetivo de verificar os efeitos e as consequências do movimento OA nestas comunidades. Apresenta-se, igualmente, a entrevista aplicada ao tecnologista Seniôr do IBICT, Prof. Dr. Hélio Kuramoto, que foi realizada através de correio eletrônico, com a finalidade de obter informações sobre o movimento do OA no Brasil.

Os resultados encontrados a partir dos questionários aplicados, são apresentados aqui através de tabelas, contendo sempre a frequência e, geralmente, os percentuais válidos, com a finalidade de facilitar a leitura dos dados obtidos.

3.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS

De acordo com Grawitz (1993 apud Carmo; Ferreira, 2008), os métodos de investigação consistem num conjunto de operações que são realizadas para atingir um determinado objetivo, sendo, portanto, um *corpus* de princípios, que preside a toda investigação organizada, obedecendo às seguintes etapas: definição do problema; revisão da literatura; formulação da hipótese ou questão de investigação; definição da população-alvo; escolha das técnicas de recolha de dados; determinação da dimensão da amostra; seleção das técnicas de amostragem adequada; e, por fim, seleção ou desenvolvimento de um instrumento de recolha de dados.

No decorrer da pesquisa, foram utilizados, como instrumentos de recolha de dados, a entrevista e os questionários. Foram utilizados, como métodos de operacionalização, a triangulação metodológica, que consiste no uso de diferentes metodologias. Foram empregues, ao longo do estudo, quer a abordagem quantitativa, quer a abordagem qualitativa, como forma de enriquecimento na procura da precisão na investigação. Para medir a utilização de periódicos de acesso livre e de repositórios institucionais para acesso e disseminação da informação, foi utilizada a abordagem quantitativa, estruturada, na qual os objetivos e os

procedimentos da investigação foram rigorosamente indicados. O mesmo projeto foi precedido de uma revisão de literatura fundamental para elaboração dos objetivos da pesquisa, formulação da hipótese e definição das variáveis. Os objetivos desse tipo de investigação incidem em encontrar relações entre variáveis. E foi também empregue a abordagem qualitativa, que se caracteriza como indutiva, holística, naturalista e humanística.

Enquanto investigação descritiva, a descrição das informações foi rigorosa, resultando diretamente dos dados recolhidos, como a transcrição de entrevistas, onde foram analisadas as notas recolhidas. Os dados recolhidos respeitaram a forma segundo a qual foram registrados na tentativa de analisar e encontrar a melhor resposta para a questão de investigação. Nesse contexto, a utilização da abordagem qualitativa e da abordagem quantitativa, revela diferentes aspectos da realidade empírica envolvida na pesquisa, pois o fato de utilizar diferentes métodos permite uma melhor compreensão dos fenômenos analisados.

3.1.1 Construção do modelo de análise

Um dos primeiros passos, na estruturação do projeto de pesquisa, foi a elaboração do modelo de análise, que estabeleceu os parâmetros para a realização da pesquisa, determinando o que se queria investigar. Assim, este procedimento envolveu o conceito de comunicação científica que, segundo Garvey e Griffith (1979 *apud* LEITE; COSTA, 2006, p.207), compreende o conjunto de todas as atividades que englobam a produção, disseminação e uso da informação desde o início do processo de criação científica, segundo o qual as ideias da pesquisa são geradas até ao momento da aceitação dos resultados como parte do corpo de conhecimento científico e os componentes foram consultados e seleccionados de acordo com a Plataforma Lattes/Currículos Lattes⁷⁴. Tal como apresentamos na tabela 4.

⁷⁴ <http://lattes.cnpq.br/>

Tabela 4: Modelo de análise

Conceitos	Dimensões	Componentes	Indicadores
Comunicação científica	Produção bibliográfica	·Artigos completos Publicados em periódicos ·Livros ·Capítulos de livros ·Textos em jornais e revistas (magazine) ·Trabalhos publicados em anais de eventos, Apresentação de trabalhos ·Tradução ·Prefácio, Posfácio ·Relatório de Pesquisa	Nº de Publicações
	Produção Técnica	·Software ·Trabalhos técnicos ·Cursos de curta duração ·Desenvolvimento de material didáctico ou instrutivo ·Editoração ·Programas de rádio e TV	Nº de Publicações
Acesso livre	No mundo	Ações e movimentos implementados	Efeitos e consequências
	No Brasil	Ações realizadas	Impactos e influências (gênero, idade, instituição, categoria, Instituição c/ repositórios e instituição que promove o auto-arquivamento)

O modelo de análise, constituído a partir dos conceitos básicos utilizados no início da elaboração do projecto de pesquisa, trata da comunicação científica e do acesso livre (sem restrições) à comunicação científica. Ao longo deste trabalho, utilizamos duas dimensões para o conceito de comunicação científica: (1) produção bibliográfica, que envolve os trabalhos publicados, como por exemplo: artigos completos publicados em periódicos, livros, capítulos de livros, textos em jornais e revistas (magazine), trabalhos publicados em anais de eventos, apresentação de trabalhos, traduções, prefácios, posfácios, relatórios de pesquisa, que aqui são utilizados como componentes da dimensão bibliográfica e, por sua vez, o número de publicações foi utilizado como indicador, com a finalidade de verificar a produção bibliográfica em acesso livre; (2) produção técnica, que envolve a criação de software, trabalhos técnicos, cursos de curta duração, desenvolvimento de material didáctico ou instrucional, editoração, programas de rádio e TV, aqui utilizados como

componentes da dimensão produção técnica, e os números da respectiva publicação funcionaram como indicadores.

O conceito de acesso livre à comunicação científica possui duas dimensões: (1) no mundo e como componente, utilizamos as ações e movimentos implementados em prol do acesso livre à informação científica, e, como indicador, utilizamos os efeitos e/ou consequências dessas ações sobre o acesso livre à informação científica; (2) no Brasil, como componente, usamos ações realizadas no país em favor do acesso livre à informação científica e, como indicadores, os impactos ou influências dessas ações sobre o acesso livre a informação científica, levando em consideração o gênero, a idade, a instituição onde lecionam ou estudam, a categoria que ocupam na carreira de docente, a instituição onde trabalham ou estudam e se possuem repositórios a instituição que promove o auto-arquivamento.

Os conceitos, as dimensões, os componentes e os indicadores estabelecidos na tabela 4 nortearam o desenvolvimento e a estruturação do corpo da pesquisa.

3.1.2 Operacionalização

Este projeto pretendeu identificar e discutir a influência do movimento OA nas comunidades acadêmicas da área de Biblioteconomia das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil. Nesse sentido, a sua metodologia envolveu: a recolha de dados, nomeadamente, através do emprego da entrevista⁷⁵ (ver capítulo 3, que trata sobre análise dos resultados, item 3.4 – Inquérito por entrevista) e os questionários⁷⁶ que podem ser consultados no anexo A, envolvendo pessoas que têm experiência nas questões relativas à produção, à disseminação e ao uso da informação científica e fazendo a análise de exemplos que estimulem a compreensão do tema.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que visa proporcionar um maior entendimento sobre o problema abordado, com a finalidade de o tornar mais explícito, procurando aprimorar e esclarecer ideias relativas à utilização da via verde e da via dourada, para responder à seguinte questão de investigação: Quais os

⁷⁵ A entrevista será realizada ao Tecnologista Sênior do IBICT, com a finalidade de obter informações sobre o movimento OA no Brasil que pode ser consultada no anexo D.

⁷⁶ Questionários aplicados a professores e alunos dos cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, com o objetivo de verificar os efeitos e as consequências do movimento OA sobre essas comunidades e podem ser consultados nos anexos A.

efeitos/consequências que tais vias ou formas de divulgação do conhecimento científico trazem para o cenário científico na Região Nordeste do Brasil?

Por ser uma pesquisa exploratória, tende a assumir a forma de pesquisa bibliográfica que será desenvolvida com base no material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. Sendo uma investigação descritiva, que, de acordo com Carmo e Ferreira (2008), consiste em estudar, compreender e explicar a situação do objeto de investigação, inclui a recolha de dados para testar a hipótese ou responder às questões que dizem respeito à investigação.

Utilizámos, como instrumentos de recolha de dados, de acordo com Bruyne *et al* (*apud* Lessard-Héberd *et al* 1990, p.143), o inquérito de forma oral - entrevista orientada, para informação que pretendeu circunscrever a percepção e o ponto de vista de uma pessoa ou de um grupo de pessoas em uma determinada situação, que foi aplicada aos tecnologista sênior do IBICT, com a finalidade de obter informações sobre o movimento OA no Brasil; e, o inquérito de forma escrita, ou seja, o questionário, conforme o apresentam Powney e Watts (1987 *apud* Lessard-Héberd *et al* 1990, p. 162) foi aplicado aos professores e aos alunos dos cursos de Biblioteconomia, com o objectivo de verificar os efeitos e as consequências do movimento OA sobre as comunidades acadêmicas da área de biblioteconomia das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, de acordo com a figura 10, localizadas na Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão.



Figura 10: Mapa da Região Nordeste do Brasil

Fonte: http://www.suapesquisa.com/geografia/regiao_nordeste.htm

O inquérito de forma oral (entrevista), enquanto interação direta a ser aplicada, foi estruturado com perguntas fechadas, com uma duração geralmente curta, contendo o maior número de perguntas possível e obedecendo a uma ordem rigorosa, focando-se nos conhecimentos e opiniões do entrevistado, propondo-se alcançar um grau elevado de interação entre o entrevistado e o entrevistador, visando facilitar a análise quantitativa das respostas. Dessa forma, foi definido o objeto de estudo e, conseqüentemente, elaborado um guia para a entrevista, com uma atenção especial às variáveis. Sendo explicados os objetivos da entrevista, esta foi realizada através de correio eletrônico, como estava já previsto no Plano de Contingência, elaborado durante o projeto de pesquisa, em virtude das questões relativas à localização tanto do entrevistado, como do entrevistador.

O inquérito de forma escrita (questionários), por ter sido uma interação indireta, levou a um cuidado especial na formulação das perguntas, as quais foram organizadas por temática: (1) dados pessoais e institucionais; (2) OA; (3) produção bibliográfica e OA; (4) produção técnica e o OA; desta forma as questões mais difíceis ou mais complexas foram apresentadas no final. O questionário foi elaborado com perguntas de identificação (género, idade, profissão, habilitações académicas); perguntas de informação com a finalidade de colher dados sobre fatos e opiniões; perguntas de descanso ou de preparação que servem para introduzir uma pausa ou mudar de assunto e introduzir perguntas com um maior grau de dificuldade; e, finalmente, perguntas de controle para verificar a autenticidade de outras, contendo, na medida do possível, perguntas fechadas, com apresentação do tema a ser investigado e apresentação do pesquisador com instruções precisas, claras e curtas sobre como responder às questões. Algumas das perguntas foram apresentadas sob a forma de uma escala de atitudes, o que permitiu medir melhor as atitudes e as opiniões do inquirido; e, para a avaliação dessas questões, usamos a Escala de Likert, que consiste na apresentação de uma série de proposições: concorda totalmente, concorda, sem opinião, discorda, discorda totalmente, e cujas respostas serão cotadas, com as cotações + 2, +1, 0, - 1, e - 2, ou com pontuações de 1 a 5, sendo que, se a proposição for negativa, a cotação deve ser invertida.

Para a realização da pesquisa foram elaborados dois questionários, um para os estudantes e outro para os professores, que podem ser consultados no anexo A. O questionário dos estudantes⁷⁷ contém trinta e duas questões, divididas em quatro partes: a primeira parte com a finalidade de recolher dados pessoais e institucionais

⁷⁷O questionário foi disponibilizado em : <http://wsl2.cemed.ua.pt/biblioteconomia/estudante.asp> e podem ser consultados, também no anexo A.

do aluno; a segunda parte com o objectivo de averiguar conhecimento sobre o OA; a terceira parte com o intuito de verificar a sua produção bibliográfica em OA; e, a quarta parte com o propósito de verificar a sua produção técnica em. OA Os questionários foram enviados aos estudantes por três vezes, em virtude das várias dificuldades encontradas na obtenção das listas de *e-mails* dos alunos dos cursos de Biblioteconomia, por parte das Coordenações de Cursos ou mesmo dos Centros Acadêmicos, em razão da inexistência das mesmas e isso impediu a participação dos alunos do Curso de Biblioteconomia da UFBA na pesquisa. Outra questão bastante relevante foi o reduzido número de *e-mail* de alunos fornecidos pelo Centro Acadêmico ou mesmo pelas Coordenações dos Cursos e o longo tempo de espera entre o pedido das lista de *e-mail* e fornecimento das mesma. E, ainda neste contexto, existiu, concomitantemente, um grande número de *e-mails* que retornavam à caixa de mensagens, face à inexatidão da informação relativa à lista de *e-mails*. Este fato verificou-se freqüentemente durante o envio dos referidos e-mails para os alunos.

De acordo com a tabela 5 podemos verificar o número de alunos e os questionários recebidos.

Tabela 5: Número de alunos e questionários recebidos

Universidades Federais	Nº de alunos	Frequência (N)	Percentual por universidade
UFAL	124	42	33,8
UFC	142	46	32,3
UFRN	150	21	14,0
UFPB	448	22	4,9
UFPE	192	4	2,0
UFMA	325	2	0,6
UFBA*	242	0	0

* Os alunos do curso de Biblioteconomia da UFBA não participaram da pesquisa, porque não obtivemos a lista de e-mails dos referidos alunos. E mais oito alunos não informaram suas instituições.

Um segundo questionário foi elaborado para os professores⁷⁸ contendo trinta e quatro questões organizadas em quatro partes distintas: a primeira parte com a finalidade de recolher dados pessoais e institucionais do professor; a segunda parte com a intenção de verificar conhecimento sobre o OA; a terceira parte com o

⁷⁸ O questionário foi disponibilizado em: <http://wsl2.cemed.ua.pt/biblioteconomia/professor.asp>., podem ser consultado no anexo A.

objectivo de verificar a sua produção bibliográfica em OA; e quarta parte para verificar a sua produção técnica em OA. Os questionários dirigidos aos professores foram enviados por duas vezes, em situação semelhante à dos questionários dos alunos. De acordo com a tabela 6, abaixo apresentado, podemos verificar o número de professores e os questionários recebidos.

Tabela 6: Número de professores e questionários recebidos

Universidades Federais	Nº de professores	Frequência (N)	Percentual por Universidade
UFAL	10	9	90.0
UFRN	14	6	42,8
UFPB	24	10	41,6
UFBA	25	9	36,0
UFC	18	6	33,3
UFPE	17	5	29,4
UFMA	23	4	17,3

Dois dos professores resondentes não indicaram qual a instituição onde trabalham.

A criação dos *links* dos questionários, na internet, contou com a colaboração do Centro de Multimédia e de Ensino a Distância (CEMED), da Universidade de Aveiro, que também ficou responsável pela recebimento dos questionários preenchidos e, por este motivo, frequentemente enviavam planilhas em Excel com os resultados obtidos.

Para analisar os dados recolhidos, foi utilizado o programa SPSS, com o objetivo de facilitar a mensuração das informações recebidas, a construção de tabelas, privilegiando sempre a frequência e o percentual válido.

3.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PROFESSORES - DESCRIÇÃO GENÉRICA DA AMOSTRA

3.2.1 Dados pessoais e institucionais

Gênero

Verificamos, como apresentamos na tabela 7, que a maioria dos professores respondentes, são do sexo feminino, sendo, portanto, bastante significativa a presença feminina nos docentes nos cursos de Biblioteconomia na Região Nordeste do Brasil. O maior número de docentes do sexo feminino leciona nos Cursos de Biblioteconomia da UFBA (66,7%) e na UFPB (90,0%). A maioria feminina na Biblioteconomia pode ser confirmada também, no estudo de Pena (2007), que trata sobre a *Evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil* e Martins (2003) que trata sobre *Memórias, relatos e percursos de formação: constituição de professoras de biblioteconomia*, pois, os estudos destacam a presença feminina na biblioteconomia brasileira.

Tabela 7: Professores: Gênero

Gênero	UFBA (N) (%)	UFAL (N) (%)	UFPE (N) (%)	UFPB (N) (%)	UFC (N) (%)	UFRN (N) (%)	UFMA (N) (%)
Feminino	6 66,7	5 55,6	3 60,0	9 90,0	2 33,3	5 83,3	3 75,0
Masculino	3 33,3	4 44,4	2 40,0	1 10,0	4 66,7	1 16,7	1 25,0

Idade em intervalos etários

Considerando a idade em intervalos etários verificou-se nessa questão que a maioria dos professores respondentes situa-se entre os 41 e 60 anos, e leciona nos Cursos de Biblioteconomia da UFBA (66,7%), e da UFPB (70,0%) como mostra a tabela 8.

Tabela 8: Professor: Idade

Idade	UFBA (N) (%)	UFAL (N) (%)	UFPE (N) (%)	UFPB (N) (%)	UFC (N) (%)	UFRN (N) (%)	UFMA (N) (%)
Menos de 30 anos	0 0	2 22,2	1 20,0	0 0	3 50,0	1 16,7	1 25,0
31 a 40 anos	1 11,1	1 11,1	1 20,0	2 20,0	1 16,7	2 33,3	1 25,0
41 a 50 anos	0 0	3 33,3	2 40,0	3 30,0	1 16,7	1 16,7	2 50,0
51 a 60 anos	6 66,7	2 22,2	0 0	4 40,0	1 16,7	2 33,3	0 0
Mais de 60 anos	2 22,2	1 11,1	1 20,0	1 10,0	0 0	0 0	0 0

Formação acadêmica

Verificamos que a maioria dos professores respondentes são mestres, conforme demonstra a tabela 9, abaixo apresentada. A grande maioria dos professores são mestres, em virtude do número reduzido de cursos de doutoramento, o baixo número de vagas oferecidas nesses mesmos doutoramentos, que se concentram na região sudeste do Brasil. Mesmo assim, a maioria dos professores mestres representa uma grande evolução para a comunidade acadêmica da área de biblioteconomia no Nordeste do Brasil. Confirma-se também que os professores com elevado grau de formação acadêmica lecionam no Curso de Biblioteconomia da UFBA (66,6%), o que justifica-se também pelo fato do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da UFBA, onde está inserido o Curso de Biblioteconomia oferecer formação acadêmica nos níveis de graduação, mestrado e doutorado (único doutoramento em Ciência da Informação na Região Nordeste e que foi recentemente criado).

Tabela 9: Professor: Formação acadêmica

Formação acadêmica	UFBA (N) (%)	UFAL (N) (%)	UFPE (N) (%)	UFPB (N) (%)	UFC (N) (%)	UFRN (N) (%)	UFMA (N) (%)
Pós-doc	4 44,4	0 0	0 0	0 0	1 16,7	0 0	0 0
Doutore	2 22,2	2 22,2	1 20,0	3 30,0	0 0	1 16,7	1 25,0
Mestre	3 33,3	7 77,8	4 80,0	7 70,0	3 50,0	4 66,7	3 75,0
Especialista	0 0	0 0	0 0	0 0	2 33,3	0 0	0 0
Bacharel	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	1 16,7	0 0

Categoria que ocupa na carreira de docente

Verificamos que entre os professores respondentes a maior parte são assistentes. E ainda são poucos os professores adjuntos e os catedráticos que lecionam nos Cursos de Biblioteconomia da UFBA e da UFPB, como podemos confirmar na tabela 10. Sendo assim, confirma-se a informação (cf. Tabela 9) onde podemos verificar que a maioria dos professores respondentes são mestre e ocupam a categoria de "assistente" na carreira de docente e esse fato justifica-se pela formação acadêmica que possuem.

Existem outras categorias que podem ser consultadas no anexo B

Tabela 10: Professor: Categoria que ocupa na carreira de docente

Categoria que ocupa	UFBA (N) (%)	UFAL (N) (%)	UFPE (N) (%)	UFPB (N) (%)	UFC (N) (%)	UFRN (N) (%)	UFMA (N) (%)
Catedrático	1 11,1	0 0	0 0	1 10,0	0 0	0 0	0 0
Adjunto	5 55,6	2 22,2	1 20,0	3 30,0	0 0	3 50,0	2 50,0
Assistente	2 22,2	7 77,8	4 80,0	5 50,0	3 50,0	3 50	2 50
Outras categorias	1 11,1	0 0	0 0	1 10,0	3 50,0	0 0	0 0

Instituição onde trabalha

Relativamente à distribuição dos respondentes pelas diferentes Universidades onde ensinam no curso de Biblioteconomia, a distribuição é a seguinte: a maioria é da UFAL (90,0%), 42,8% da UFRN, 41,6% da UFPB, 36,0% da UFBA, 33,3% da UFC, 29,4% da UFPE, 17,3% da UFMA tal como consta da tabela 11. Podemos, também, aqui, afirmar que os cursos de Biblioteconomia da UFBA e da UFPB possuem o maior número de professores em toda a Região Nordeste do Brasil. Isto justifica-se pelo fato do Departamento de Ciência da Informação da UFPB ministrar os cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia e o Mestrado em Ciência da Informação e o ICI da UFBA ministrar cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia e Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação.

Tabela 11: Professor: Instituição onde trabalha

Universidades onde trabalham	Nº de professores	Frequência (N)	Percentual por Universidade (%)
UFAL	10	9	90,0
UFRN	14	6	42,8
UFPB	24	10	41,6
UFBA	25	9	36,0
UFC	18	6	33,3
UFPE	17	5	29,4
UFMA	23	4	17,3

Nível do(s) curso(s) onde leciona

Como demonstra a tabela 12, a maioria dos professores respondentes (92,2%) leciona em curso de bacharelado, 33,3% em cursos de especialização, 23,5% em curso de mestrado e 5,9% em cursos de doutorado. Assim, justifica-se a redução muito significativa de estudos de nível mais avançado pela ausência de um corpo docente adequado como já foi mencionado na característica da população acadêmica, mais precisamente na tabela 9, onde confirmamos o baixo número de doutores e docentes com pós-doutoramento. Justifica-se também pelo reduzido número de cursos de pós-graduação. Em toda região inquirida só três universidades possuem cursos de Mestrado (UFBA, UFPB e UFPE) e só a UFBA possui o curso de Doutorado, que foi recentemente criado.

Tabela 12: Professor: Nível do (s) curso (s) onde leciona

Nível do Curso onde leciona	Frequência (N)	Percentual (%)
Bacharelado	47	92,2
Especialização	17	33,3
Mestrado	12	23,5
Doutorado	3	5,9

Área da ciência da informação em que atua (de acordo com as áreas do conhecimento do CNPq)

Verificamos que a maioria dos professores respondentes (71,8%) atua na área da Biblioteconomia, conforme os dados apresentados na tabela 13. Isso demonstra que as disciplinas práticas inerentes aos cursos de biblioteconomia ainda são predominantes o que está em consonância com a formação dos respondentes (cf. Tabela 9). Quanto a teoria da informação, poucos professores atuam nesta área, em razão do número reduzido de doutores e pós-doutores.

Tabela 13: Professor: Área da Ciência da Informação em que atuam

Área da Ciência da Informação em que atuam	Frequência (N)	Percentual (%)
Biblioteconomia	28	71,8
Teoria da informação	11	28,2

Nesta questão solicitámos, igualmente, aos professores respondentes que informassem as subdivisões da biblioteconomia onde eles atuam. E, de acordo com a tabela 14, verificamos que a maior parte dos professores respondentes (38,9%) trabalha com os processos de disseminação da informação, 33,3% com as técnicas de recuperação da informação e 13,9%, com os métodos quantitativos, bibliometria e com a teoria da classificação. Averiguámos simultaneamente que é significativo o número de professores que trabalha com os processos de disseminação da informação e com as técnicas de recuperação da informação. Diante desses resultados podemos afirmar que os perfis dos cursos de biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil estão atualmente mais voltados para a disseminação da informação e a recuperação da informação, o que volta a confirmar as informações da tabela 9, com reduzido número de docentes doutores e pós-doutores; também é baixo o número de professores que atua com os métodos quantitativos, bibliometria e teoria da classificação.

Tabela 14: Professor: Subdivisões da Biblioteconomia em que atuam

Subdivisões da biblioteconomia em que atuam	Frequência (N)	Percentual (%)
Processo de disseminação da informação	14	38,9
Técnicas de recuperação da informação	12	33,3
Métodos quantitativos, Bibliometria	5	13,9
Teoria da classificação	5	13,9

A universidade onde trabalha e se possui repositório institucional

Verificamos, e de acordo com a tabela 15 abaixo apresentada, que a maioria dos professores respondentes (67,3%) informou que a universidade onde trabalha possui repositório institucional e apenas 32,7% informou que a universidade onde trabalha não possui repositório. De fato, a maioria dos repositórios na região das universidades inquiridas foi recentemente implantados, o Repositório Institucional (RI) da UFBA tem como propósito de divulgar a produção acadêmica desenvolvida no âmbito dessa universidade e esta alinhado com as políticas de informação da UFBA. Este foi criado em 2010 e encontra-se em pleno funcionamento, possui no seu acervo, produção bibliográfica, produção técnica, trabalhos finais e parciais de cursos e produção cultural. O RI da UFAL encontra-se associado à página da Biblioteca Central da UFAL. O RI da UFPE encontra-se na fase de testes e o RI da UFPB ainda

não foi implantado, mas a Pós-graduação do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, onde funciona o Curso de Biblioteconomia, possui um repositório. O RI da UFC será lançado oficialmente no segundo semestre de 2011, o RI da UFRN está também associado a página da Biblioteca Central da UFRN e está, juntamente com o RI da UFMA, cadastrado no *Directório Luso-brasileiro*⁷⁹ - *repositórios e revistas de acesso aberto*, e todos fazem parte da *Lista de Repositórios Brasileiros*⁸⁰ que utiliza o *software* Dspace. Os repositórios Dspace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo.

Tabela 15: Professor: A universidade onde trabalha possui repositório

A universidade onde trabalha possui repositório institucional	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	33	67,3
Não	16	32,7

Utiliza repositórios institucionais como fonte de pesquisa para realização dos trabalhos acadêmicos

Verificamos nesta questão que a grande maioria dos professores respondentes (85,1%) utiliza repositórios institucionais, como fonte de pesquisa para realização dos seus trabalhos acadêmicos, e somente 14,9% ainda não utiliza repositórios institucionais, como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos acadêmicos, conforme apresentamos na tabela 16. Assim confirmam-se as informações (cf. Tabela 24, 25, 26 e 27) que tratam sobre utilização, tipos de publicações e produção bibliográfica em AO, com alto percentual, apesar dos professores respondentes possuírem ainda um baixo número de publicações em repositórios institucionais (cf. Tabela 29 e 37).

Tabela 16: Professor: Utilização de repositório institucional

Utiliza repositório institucional como fonte de pesquisa	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	40	85,1
Não	7	14,9

⁷⁹ <http://directorio.rcaap.pt/>

⁸⁰ http://dspace.ibict.br/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=92

Utiliza periódicos eletrônicos em OA como fonte de pesquisa para realização dos trabalhos acadêmicos.

Verificamos que a maioria dos professores inquiridos 98% utiliza periódicos eletrônicos em OA para realização de seus trabalhos acadêmicos tal como apresentamos na tabela 17. Igualmente confirmam-se as informações (cf. Tabela 24, 25, 26 e 27) que tratam sobre utilização, tipos de publicações e produção bibliográfica em OA. Costa (2007) em seu estudo sobre *Análise do uso de periódicos científicos na transição do meio impresso ao eletrônico em dissertações e teses: o impacto do Portal de Periódicos/CAPES na produção do conhecimento*, destaca a importância da utilização dos periódicos eletrônicos na geração do conhecimento.

Tabela 17: Professor: Utilização de periódico eletrônico em OA

Utiliza periódicos eletrônicos como fonte de pesquisa	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	48	98,0
Não	1	2,0

O curso onde leciona publica periódico(s) eletrônico(s) em OA. Se sim, informe o(s) seu(s) título(s) e o(s) ISSN.

Com esta pergunta verificamos que entre os sete cursos pesquisados, dois publicam periódicos eletrônicos em OA e informaram os seus respectivos ISSN. Podemos, então, assegurar que na Região Nordeste do Brasil existem três periódicos eletrônicos na área da ciência da informação/Biblioteconomia em OA, que merecem a atenção no que concerne à publicação de títulos dos docentes, sendo dois publicados pelo Departamento de Ciência da Informação da UFPB e um publicado pelo ICI da UFBA. Os três fazem parte do sistema SEER administrado pelo IBICT, tal como apresentamos na tabela 18. Esses cursos possuem um corpo docente com maior número de professores (cf. Tabela 11) e com elevado grau de formação acadêmica (cf. Tabela 9) de toda a região nordeste. O ICI da UFBA tem, além dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, o Curso de Mestrado e o Doutorado, que foi recentemente criado; a UFPB possui também o curso de Biblioteconomia, Arquivologia e Mestrado e isso justifica a criação e manutenção de periódicos eletrônicos.

Tabela 18: Professor: Periódicos em OA

Periódicos em OA		Universidade
Título	ISSN	
Informação & Sociedade	1809-4783	UFPB
Biblionline	1809-4775	UFPB
Ponto de acesso	1981-6766	UFBA

O curso onde leciona promove a disponibilização da sua produção bibliográfica incentivando o auto-arquivamento.

Verificamos que, entre os professores, a maioria dos respondentes, (66,7%) contrariamente informou que os cursos onde leciona não promove a disponibilização nem o incentivo da sua produção científica como demonstra a tabela 19, apesar da maioria das universidades inquiridas possuírem repositórios institucionais (cf.Tabela 15). Assim, podemos verificar que ainda não existem incentivos ou ações voltadas para o auto-arquivamento. Em virtude da maioria dos repositórios na região das universidades inquiridas ser muito recente, sendo que não é uma surpresa a resposta dos inquiridos, o inquérito foi respondido no mesmo período do início da instalação dos repositórios institucionais na região inquirida.

Tabela 19: Professor: Promoção do auto-arquivamento

O curso e promoção de auto-arquivamento	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	15	33,3
Não	30	66,7

Nesta questão solicitámos aos professores que escrevessem comentários sobre a disponibilização da produção bibliográfica e o incentivo ao auto-arquivamento. Tais respostas encontram-se no anexo B, e os professores respondentes de certo modo justificam a inexistência do incentivo para o auto-arquivamento.

3.2.2. Open Access (OA)

Conhece o movimento do OA

Após o estudo dos dados recolhidos, podemos confirmar que a maioria dos professores respondentes (83,3%) conhece o movimento do OA e apenas 16,7% dos professores não conhecem o movimento do OA, tal como apresenta a tabela 20 abaixo. Justifica-se aqui o alto número de professores que conhece o movimento do OA, em razão do exaustivo trabalho do IBICT em divulgar o movimento OA no Brasil e das várias ações implementadas pelo referido instituto como podemos confirmar no capítulo II da revisão de literatura.

Tabela 20: Professor: Conhecimento do OA

Conhecimento do OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	40	83,3
Não	8	16,7

Canal de informação através do qual teve conhecimento do movimento OA
(assinale todas as situações que se aplicam)

Entre os professores respondentes, a maioria (58,8%) informou que teve conhecimento do movimento OA através de artigos de periódicos, 43,1% através da Web, 39,2% através de um congresso, 25,5% através de uma palestra, 21,6% através de uma conferência, 15,7% através de um seminário e 11,8% através de livros. Verifica-se nessa questão a importância do artigo de periódico e da WEB na disseminação de informações no conhecimento do movimento OA, como podemos verificar na tabela 21 abaixo. Entre as suas ações implementadas o IBICT publicou números especiais das Revistas *Ciência da Informação* (periódico mais relevante na área da ciência da Informação no Brasil) e da *Revista Liinc* com artigos (brasileiros e estrangeiros) relativos ao movimento do OA. Assim, justifica-se também, o alto número de docentes que obteve conhecimento do OA, através de artigos de periódicos, o que podemos confirmar no capítulo II da revisão de literatura.

Tabela 21: Professor: Canal de informação

Canal de Informação	Frequência (N)	Percentual (%)
Artigos de periódicos	30	58,8
WEB	22	43,1
Congresso	20	39,2
Palestra	13	25,5
Conferência	11	21,6
Seminário	8	15,7
Livros	6	11,8

Ainda nesta questão solicitámos aos professores que informassem outros meios de informação, através dos quais obtiveram conhecimentos sobre o movimento OA. Tais respostas encontram-se no anexo B. E entre os outros canais de informações citaram encontros, lista de discussão, o IBICT entre outros.

Opinião sobre o OA

Esta pergunta permitiu apurar as opiniões dos professores respondentes sobre a importância do movimento OA para o acesso e a disseminação da informação científica. Na tabela 22 verificamos que a maioria dos professores respondentes conhece e tem uma opinião formada sobre o movimento OA e através dos percentuais aqui apresentados a maioria, expressivamente concorda totalmente ou concorda com as afirmações apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade, apenas uma minoria discorda totalmente. A produção bibliográfica expressa valores positivos (cf Tabela 26 e 27). Numa justificativa possível face ao eventual enviesamento das questões é o de justificar a inclusão de questões autónomas para o despiste de tendências. A título de exemplo apontam-se as tabelas 23,24,25, 26 e 27.

Apesar do sentido mais positivo das respostas, existe nas quatro questões finais que trata do aumento de citações e da importância das publicações em OA uma distribuição entre os respondentes do “concordo totalmente” ao “concordo”.

Tabela 22: Professores: Opinião sobre o OA
(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Opinião sobre o OA	Frequência (N)	Media	Desvio Padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O OA contribui para facilitar o acesso à produção bibliográfica.	40	1,33	.730	30 (75,0)	9 (22,5)	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (2,5)
O OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica.	40	1.40	.841	29 (72,5)	9 (22,5)	0	1 (2,5)	1 (2,5)
O OA contribui para facilitar o acesso da produção técnica.	40	1.60	.900	24 (60,0)	10 (25,0)	5 (12,5)	0	1 (2,5)
O OA contribui para facilitar a disseminação da produção técnica.	40	1.68	.917	23 (57,5)	9 (22,5)	6 (15,0)	2 (5,0)	0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores.	40	1.48	.905	28 (70,0)	8 (20,0)	2 (5,0)	1 (2,5)	1 (2,5)
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção técnica de professores e pesquisadores.	40	1.68	.888	22 (55,0)	11 (27,5)	5 (12,5)	2 (5,0)	0
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores.	39	1.95	.999	16 (41,0)	12 (30,8)	9 (23,1)	1 (2,6)	1 (2,6)
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção técnica de professores e pesquisadores	39	2.03	.986	14 (35,9)	13 (33,3)	10 (25,6)	1 (2,6)	1 (2,6)
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional.	40	2.23	1.368	19 (47,5)	5 (12,5)	6 (15,0)	8 (20,0)	2 (5,0)
As publicações técnicas em OA têm a mesma importância das publicações técnicas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional.	40	2.30	1.368	18 (45,0)	4 (10,0)	8 (20,0)	8 (20,0)	2 (5,0)

Concorda com o movimento do OA

Verificamos, e de acordo com a tabela 23, que a maioria dos professores respondentes (97,5%) concorda totalmente com movimento do OA e isso torna-se um indicador positivo do movimento OA no Brasil. Isso confirma as afirmações positivas dos docentes respondentes sobre o OA (cf. Tabela 22).

Tabela 23: Professor: Concorda com o OA

Concorda com o Movimento do OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	39	97,5%
Não	1	2,5%

Ainda nesta questão solicitámos aos professores que registassem alguns comentários sobre a concordância com o movimento do OA que podemos consultar no anexo B. E os comentários confirmam o alto percentual de professores respondentes que concordam com o OA.

3.2.3 Produção bibliográfica e o OA

Utiliza produção bibliográfica em OA como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos de pesquisa.

Verificamos que a grande maioria dos professores respondentes (90,0%) utiliza produção bibliográfica em OA para realização de seus trabalhos acadêmicos tal como apresentamos na tabela 24. Este dado confirma a posição assumida noutras questões sobre o papel desempenhado pelo OA na disseminação da informação bibliográfica (cf. Tabela 22). Confirmam-se também as informações nas tabelas apresentadas em seguida (cf. Tabela 25, 26 e 27)

Tabela 24: Professor: Utilização de produção bibliográfica em OA

Utiliza produção bibliográfica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	36	90,0
Não	4	10,0

Assinale os tipos de produção bibliográfica que utiliza em OA

Verificamos que o maior número de professores respondentes (70,6%) informou que utiliza artigos publicados em periódicos. Assim, confirma-se a informação da tabela 21, onde podemos verificar que 58,8% utilizam trabalhos publicados em anais de eventos, 35,3% utilizam capítulos de livros, 31,4% utilizam livros e apresentação de trabalhos, 21,6% utilizam relatórios de pesquisa, 19,6% utilizam textos em jornais (magazine), 11,8% utilizam traduções, e 5,9% utilizam prefácios e posfácios. Aqui utilizamos os percentuais e não os percentuais válidos tal como apresentamos na tabela 25.

Tabela 25: Professor: Tipos de produção bibliográfica que utiliza em OA

Tipos de produção bibliográfica	Frequência (N)	Percentual (%)
Artigos publicados em periódicos	36	70,6
Trabalhos publicados em anais de eventos	30	58,8
Capítulos de livros	18	35,3
Livros	16	31,4
Apresentação de trabalhos	16	31,4
Relatório de pesquisa	11	21,6
Textos em jornais (Magazine)	10	19,6
Tradução	6	11,8
Prefácio, posfácio	3	5,9

Produção bibliográfica em OA

Verificamos que a maior parte dos professores respondentes possui produção bibliográfica em OA (74,3%). De fato, os docentes respondentes possuem um elevado número de publicações em OA o que pode-se confirmar (cf Tabela 27) pelo fato do ICI da UFBA possuir um periódico eletrônico e o Departamento de Ciência da Informação da UFPB possuir dois periódicos eletrônicos em OA (cf. Tabela 18) e isso corrobora para assegurar disseminação da produção bibliográfica em OA na região inquirida, tal como apresentamos na tabela 26.

Tabela 26: Professor: produção bibliográfica em OA

Possui produção bibliográfica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	26	74,3
Não	9	25,7

O número de produção bibliográfica em OA

Verificamos aqui, que a maior parte dos professores respondentes, publica artigos completos em periódicos em OA e trabalhos em anais de eventos em OA tal como podemos observar na tabela 27. Entre eles destacam-se os docentes do Curso de Biblioteconomia da UFBA e da UFPB com um maior número de publicações de artigos de periódicos em OA e isso se justifica em virtude das referidas Universidades possuírem periódicos eletrônicos em OA (cf.Tabela 18) (o que assegura a disseminação da sua produção bibliográfica em OA), além de possuírem um corpo docente com maior grau de formação (cf. Tabela 9) e com um número maior de professores adjuntos (doutores) e professores catedráticos (cf. Tabela 10)

Tabela 27:Professor: Número de produção bibliográfica em OA

		Produção bibliográfica em OA								
Universidades		Artigos Completos	Livro	Capítulo de Livro	Trab. em Publ. em anais de eventos	Apres. de trabalhos	Textos em Jornais	Tradução	Prefácio, Posfácio	Relatório de Pesquisa
UFBA	Nº Publ.	48	2	0	37	6	0	0	0	0
	(N)	6	1	0	3	1	0	0	0	0
UFAL	NºPubl.	11	0	0	22	11	0	0	0	3
	(N)	4	0	0	3	2	0	0	0	2
UFPE	NºPubl.	5	0	1	2	2	0	0	0	0
	(N)	2	0	1	1	1	0	0	0	0
UFPB	Nº Publ.	31	0	0	10	4	0	0	0	1
	(N)	4	0	0	2	1	0	0	0	1
UFC	Nº Publi.	14	2	5	51	51	3	0	0	5
	(N)	1	1	1	1	1	1	0	0	1
UFRN	Nº Publ.	12	0	0	29	10	0	0	0	0
	(N)	3	0	0	3	1	0	0	0	0
UFMA	Nº Publ.	12	0	1	10	2	0	0	0	0
	(N)	3	0	1	3	2	0	0	0	0

O número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional

De acordo com a tabela 28, verificamos que o número de produção bibliográficas depositadas em repositório institucional ainda é muito baixo se comparado com o número de produção bibliográficas em OA, apesar da maioria das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil possuírem repositório institucional como se pode confirmar (cf. Tabela 15). Assim, confirma-se também, a falta de incentivo para o auto-arquivamento (cf. Tabela 19). Ainda assim, os docentes respondentes que lecionam na UFRN possuem o maior número de produção bibliográfica depositada em repositório institucional.

Tabela 28: Professor: Número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional

		Produção bibliográfica em repositório institucional								
Universidades		Artigos Completos	Livro	Capítulo de Livro	Trab. Publ. em anais de eventos	Apres. de trabalhos	Textos em Jornais	Tradução	Prefácio, Posfácio	Relatório de Pesquisa
UFBA	Nº Publ. (N)	0	1	0	0	0	0	0	0	0
		0	1	0	0	0	0	0	0	0
UFAL	Nº Publ. (N)	5	0	0	6	3	0	0	0	3
		2	0	0	2	1	0	0	0	2
UFPE	Nº Publ. (N)	0	1	0	0	0	0	0	1	0
		0	1	0	0	0	0	0	1	0
UFPB	Nº Publ. (N)	0	0	0	2	0	0	0	0	3
		0	0	0	1	0	0	0	0	2
UFC	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	0	0	0	0	5
		0	0	0	0	0	0	0	0	1
UFRN	Nº. Publ. (N)	12	1	0	15	10	0	1	0	0
		1	1	0	1	1	0	1	0	0
UFMA	Nº. Publ. (N)	0	0	0	2	3	0	0	0	0
		0	0	0	1	2	0	0	0	0

O número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional da instituição onde leciona.

Confirmamos após análise dos dados recolhidos e como demonstra a tabela 29, que é bastante significativo o baixo número de publicações científicas depositadas em repositórios institucionais, pertencente às universidades onde o professor leciona, apesar da maioria das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil possuírem repositórios institucionais (cf. Tabela n.15). Verifica-se, ainda, a

inexistência de incentivo ao auto-arquivamento (cf. Tabela 19), pelo fato dos repositórios institucionais das universidades inquiridas serem ainda muito recentes e alguns ainda se encontrarem em fase de implantação como o repositório institucional da UFC, que será lançado oficialmente no segundo semestre de 2011 e o da UFPB, ainda não foi implantado. Mesmo assim, os docentes respondentes que lecionam na UFRN possuem um maior número de produção bibliográfica depositada em repositório institucional da instituição onde leccionam. E vários estudos apontam a importância dos repositórios institucionais (via verde) o auto-arquivamento, para a comunicação científica entre os quais podemos citar Pavão (2010) no seu estudo sobre a *contribuição dos repositórios institucionais à comunicação científica: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*.

Tabela 29: Professor: Número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional onde leciona

		Produção bibliográfica em repositório institucional onde leciona								
Universidades		Artigos Completos	Livro	Capítulo de Livro	Trab. Publ. em anais de eventos	Apres. de trabalhos	Textos em Jornais	Tradução	Prefácio, Posfácio	Relatório de Pesquisa
UFBA	Nº Publ.	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	1	0	0	0	0	0	0	0
UFAL	Nº Publ.	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	(N)	1	0	0	0	0	0	0	0	0
UFPE	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UFPB	Nº Publ.	1	0	0	2	1	0	0	2	3
	(N)	1	0	0	1	1	0	0	1	2
UFC	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	(N)	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UFRN	Nº Publ.	12	1	0	15	10	0	1	0	1
	(N)	1	1	0	1	1	0	1	0	1
UFMA	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Publica produção bibliográfica em periódicos eletrônicos em OA

Verificamos, a partir das respostas ao inquérito e como se demonstra na tabela 30, que a maioria dos professores respondentes (81,3%) informou que tem produção bibliográfica em periódicos eletrônicos em OA. Este dado corrobora aquele apresentado na tabela 27 sobre o número de produção bibliográfica em OA, principalmente de artigos publicados em periódicos e trabalhos publicados em anais

de eventos pelos docentes da UFBA e da UFPB e pelo fato das referidas instituições possuírem periódicos eletrônicos em OA (cf. Tabela 18).

Tabela 30: Professor: Produção bibliográfica em periódicos eletrônicos em OA

Produção bibliográfica em periódicos eletrônicos em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	26	81,3
Não	6	18,8

Indique o número de artigos que publicou em periódicos eletrônicos em OA

Segundo os inquéritos, é possível verificar que 21,7% dos professores respondentes publicaram um artigo em periódico eletrônico em OA; 21,7% publicaram três artigos; 21,7% publicaram cinco artigos; 13% publicaram dois tal como podemos comprovar através da tabela 31. Sendo assim, podemos afirmar que existem cerca de oitenta e sete artigos publicados em periódicos eletrônicos em OA e assegurar as informações fornecidas pelas tabela 27 e 30.

Tabela 31: Professor: número de artigo que publicou em periodicos eletrônicos em OA

Nº de artigos que publicou em periódicos eletrônicos em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
1	5	21,7
3	5	21,7
5	5	21,7
2	3	13,0
6	2	8,7
8	2	8,7
12	1	4,3

Indique o número de citações de produção bibliográfica em OA.

Verificamos que metade dos professores que responderam a esta questão possui duas citações de produção bibliográfica em OA e os restantes, com 16,7%, possuem onze, uma ou zero citações como demonstra a tabela 32. Estes dados confirmam a opinião dos professores respondentes sobre a afirmação "O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e

pesquisadores" (cf.tabela 22) havendo uma dispersão entre os professores respondentes "do concordo totalmente" ao nem concordo nem discordo".

Tabela 32: Professor: Citação de produção bibliográfica em OA

Nº de citações de produção bibliográfica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
2	3	50,0
11	1	16,7
1	1	16,7
0	1	16,7

3.2.4. Produção técnica e o OA

Utiliza produção técnica em OA como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos acadêmicos.

Em face dos resultados, podemos afirmar que a maior parte dos professores respondentes 56,4% utiliza produção técnica em OA para realização de seus trabalhos acadêmicos de acordo com a tabela 33. Através destes dados verificamos que entre os professores respondentes a utilização de produção bibliográfica como fonte de pesquisa para realização de trabalhos acadêmicos é significativamente maior (cf. Tabela 24) do que a utilização de produção técnica.

Tabela 33: Professor: Utilização de produção técnica em OA

Utiliza produção técnica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	22	56,4
Não	17	43,6

Assinale os tipos de produção técnica em OA que utiliza.

Verificamos, segundo as respostas fornecidas, que a maior parte dos professores respondentes (27,5%) utiliza material didático ou instrucional, como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos acadêmicos; 23,5% utiliza trabalhos técnicos; 19,6% utiliza *software*; 11,8% utiliza cursos de curta duração; 11,8% utiliza programas de rádio e de TV; e, 7,8% utilizam editoração. Aqui,

utilizámos os percentuais e não os percentuais válidos como podemos verificar na tabela 34.

Tabela 34: Professor: Tipos de produção técnica que utiliza em OA

Tipos de produção técnica	Frequência (N)	Percentual (%)
Material didático ou instrucional	14	27,5%
Trabalhos técnicos	12	23,5%
Software	10	19,6%
Cursos de Curta Duração	6	11,8%
Programa de rádio e TV	6	11,8%
Editoração	4	7,8%

Possui produção técnica em OA

Verificamos, após análise dos dados obtidos, que apenas 27,3% dos professores respondentes possuem produção técnica em OA e, contrariamente, a maioria dos professores respondentes 72,7% não possui publicações técnicas em OA como demonstra a tabela 35. Esse dado confirma claramente que a maioria dos professores respondentes possui um maior número de produção bibliográfica publicada em OA (cf. Tabela 26 e 27) e isso justifica-se, também pelo caráter sigiloso da maioria das produções técnicas e pelo fato da produção técnica ser mais baixa nas chamadas ciências exatas e a Ciência da informação tem um número muito baixo.

Tabela 35: Professor: Produção técnica em OA

Possui produção técnica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	6	27,3%
Não	16	72,7%

Indique o número de produção técnica que publicou em OA

Confirmamos após análise dos dados recolhidos e como demonstra a tabela 36, que é bastante baixo o número de produções técnicas em OA, se comparado ao número de produção bibliográfica em OA dos professores respondentes (cf. Tabela

27) apesar da maioria das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil possuírem repositórios institucionais (cf. Tabela n.15)

Tabela 36: Professor: número de produção técnica que publicou em OA

		Produção técnica em OA					
Universidades		Software	Trabalhos técnicos	Cursos de curta duração	Material diático ou informacional	Editoração	Programa de rádio ou TV
UFBA	Nº Publ.	6	0	1	2	0	3
	(N)	2	0	1	1	0	1
UFAL	Nº Publ.	1	0	0	0	0	0
	(N)	1	0	0	0	0	0
UFPE	Nº Publ.	0	0	0	3	0	0
	(N)	0	0	0	1	0	0
UFPB	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0
UFC	Nº Publ.	0	10	5	5	0	1
	(N)	0	1	1	1	0	1
UFRN	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0
UFMA	Nº publ.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0

Indique o número de produção técnica que publicou em repositório institucional

Considerando o número de produção bibliográfica em repositórios institucionais dos professores respondentes (cf. Tabela 28), afirmamos após análise dos dados recolhidos e como demonstra a tabela 37, que ainda é expressivamente baixo o número de produções técnicas depositadas em repositório institucional, apesar da maioria das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil possuírem repositórios institucionais (cf. Tabela 15). Assim confirma-se mais uma vez a falta de incentivo ao auto-arquivamento (cf. Tabela 19).

Tabela 37: Professor: Produção técnica que publicou em repositório institucional

	Produção técnica em repositório institucional
--	---

Universidades		Software	Trabalhos técnicos	Cursos de curta duração	Material diático ou informacional	Editoração	Programa de rádio ou TV
UFBA	Nº Publ.	1	0	0	0	0	1
	(N)	1	0	0	0	0	1
UFAL	Nº.Publ.	2	0	0	0	0	0
	(N)	1	0	0	0	0	0
UFPE	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0
UFPB	NºPubl.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0
UFC	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	1	0	0
UFRN	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0
UFMA	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0

Indique o número de produção técnica que publicou em repositório institucional da instituição onde leciona.

Confirmamos, a partir das respostas ao inquérito e como demonstra a tabela 38, que é bastante significativo o baixo número de produções técnicas dos docentes depositadas em repositório institucional onde lecionam, se comparado ao número de produção bibliográfica depositada em repositórios institucionais onde lecionam (cf. Tabela 29) apesar da maioria das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil possuir repositórios institucionais (cf.Tabela 15). E, sendo assim, confirma-se, mais uma vez, a falta de incentivo ao auto-arquivamento (cf.Tabela 19).

Tabela 38: Professor: Número de Produção técnica que publicou em repositório institucional da instituição onde leciona

		Produção técnica em repositório institucional onde leciona					
Universidades		Software	Trabalhos técnicos	Cursos de curta duração	Material diático ou informacional	Editoração	Programa de rádio ou TV
UFBA	Nº Publ.	1	1	1	0	0	0
	(N)	1	1	1	0	0	0
UFAL	Nº Publ.	3	0	0	0	0	0
	(N)	1	0	0	0	0	0

UFPE	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	3 1	0 0	0 0
UFPB	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFC	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFRN	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFMA	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0

Publica produção técnica em periódicos eletrônicos em OA

Segundo os dados recolhidos juntos dos professores respondentes, podemos afirmar que a maioria (71,4%) possui produções técnicas publicadas em periódicos eletrônicos em OA como apresenta a tabela 39. Mas se comparada o percentual de professores respondentes que publicou a sua produção bibliográfica em periódicos eletrônicos (cf. Tabela 30), verificamos que o número de professores respondentes que publica produção técnica em periódicos eletrônicos é menor.

Tabela 39: Professor: Produção técnica em periódicos eletrônicos em OA

Produção técnica em periódicos eletrônicos em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	5	71,4
Não	2	28,6

Indique o número de produção técnica que publicou em periódicos eletrônicos em OA

Verificamos através da pesquisa que entre a totalidade dos professores respondentes o maior número possui trabalhos técnicos (trabalhos e serviços variados tais como consultorias, pareceres, nas diversas áreas); publicados em periódicos em OA (100%) tal como apresentamos na tabela 40.

Tabela 40: Professor: Produção técnica publicada em periódicos eletrônicos em OA

Produção técnica publicada em periódicos eletrônicos em OA	Nº. de produção técnica	Frequência (N)	Percentual (%)

Cursos de Curta duração	5	1	100%
Material didático ou instrucional	5	1	100%
Software	1	1	100%
Programa de rádio e TV	1	1	100%
Trabalhos técnicos	11	2	100%
Editoração	-	-	-

Indique o número de citações de produção técnica em OA

Verificamos, após a análise dos dados obtidos que metade dos professores respondentes (50%) possui citações de produções técnicas em OA conforme a tabela 41. Mas se comparado ao número de citações bibliográficas em OA, verificamos que o número de citações de produção bibliográfica entre os professores respondentes é maior (cf. Tabela 32).

Tabela 41: Professor: Número de citações de produção técnica em OA

Nº de citações de produção técnica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
10	1	50,0%
2	1	50,0%

3.2.5 O movimento OA e as opiniões dos professores dos cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil com relação ao gênero, a idade, formação acadêmica, instituição onde leciona, categoria que ocupa e instituição onde trabalha e possui repositório

Aqui, apresentamos um elenco de opiniões, selecionadas durante a análise dos dados recolhidos, com a finalidade de demonstrar a posição dos professores respondentes com relação ao movimento em prol do acesso livre no Brasil.

Com relação ao gênero

Verificamos através da resposta aos inquéritos que a maioria dos professores respondentes do gênero feminino que corresponde ao maior número no

universo da pesquisa (cf. Tabela 7) que lecionam na UFBA e na UFPB, expressivamente concorda totalmente ou concorda com as afirmações abaixo indicadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade, apesar do sentido mais positivo das respostas; existe nas duas questões finais que trata sobre o aumento de citações e a importância das publicações em OA uma distribuição entre os respondentes do “concordo totalmente” ao concordo” tanto com relação ao género feminino e como ao género masculino tal como apresentamos na tabela 42. O que corrobora os resultados obtidos com relação às mesmas afirmações (cf. Tabela 22).

Tabela 42: Professor: Género: opiniões sobre o OA
(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmações	Género	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o acesso da produção bibliográfica	F	1.35	.846	20 76,9	5 19,2	0 0	0 0	1 3,8
	M	1.25	.465	10 71,4	4 28,6	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica	F	1.35	.846	20 76,9	5 19,2	0 0	0 0	1 3,8
	M	1.50	.855	9 64,3	4 28,6	1 7,1	0 0	0 0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	F	1.35	.745	20 76,9	4 15,4	1 3,8	1 3,8	0 0
	M	1.71	1.135	8 57,1	4 28,6	1 7,1	0 0	1 7,1
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	F	1.85	.967	11 42,3	10 38,5	4 15,4	0 0	1 3,8
	M	2.15	1.068	5 38,5	2 15,4	5 38,5	1 7,7	0 0
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em	F	2.19	1.415	14 53,8%	1 3,8%	4 15,4%	6 23,1%	1 3,8%
	M	2.29	1.326	5 35,7%	4 28,6%	2 14,3%	2 14,3%	1 7,1%

revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional								
---	--	--	--	--	--	--	--	--

Com relação a idade

Em seguida apresentamos a tabela 43 e podemos verificar que a maioria dos professores respondentes entre 41 e 60 anos que são o maior número no universo da pesquisa (cf. Tabela 8) concorda totalmente ou concorda com as afirmações apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade e só as duas últimas afirmações da tabela 43 que trata sobre o aumento de citações e a importância das publicações em OA apresentam uma pequena variação do “concordo totalmente” ao “nem concordo nem discordo” com relação aos professores da faixa etária entre os 41 e os 50 anos. E mais uma vez confirmam-se as informações apresentadas (cf. Tabela 22) com relação às mesmas afirmações.

Tabela 43: Professor: Idade: opiniões sobre o OA
(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmações	Idade*	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o acesso da produção bibliográfica	A	1.14	.378	6 85,7	1 14,3	0	0	0
	B	1.89	1.269	4 44,4	4 44,4	0	0	1 11,1
	C	1.10	.316	9 90,0	1 10,0	0	0	0
	D	1.00	.000	11 100,0	0	0	0	0
	E	2.00	.000	0	3 100,0	0	0	0
O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica	A	1.14	.378	6 85,7	1 14,3	0	0	0
	B	2.11	1.453	4 44,4	3 33,3	0	1 11,1	1 11,1
	C	1.0	.316	9 90,0	1 10,0	0	0	0
				10	1	0	0	0

	D	1.09	.302	90,9	9,1	0	0	0
	E	2.00	.000	0	3	0	0	0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	A	1.57	.787	4	2	1	0	0
	B	1.56	1.014	57,1	28,6	14,3	0	0
	C	1.20	422	6	2	0	1	0
	D	1.36	1.206	8	20,0	0	0	0
	E	2.33	.577	80,0	0	0	0	0
				10	0	0	0	1
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	A	1.71	.756	90,9	0	0	0	9,1
	B	2.33	1.000	0	2	1	0	0
	C	1.67	.707	0	66,7	33,3	0	0
	D	1.73	1.272	3	3	1	0	0
	E	3.00	.000	2	3	3	1	0
				4	4	1	0	0
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional	A	3.43	1.134	44,4	44,4	11,1	0	0
	B	2.00	1.732	7	2	1	0	1
	C	2.10	.876	63,6	18,2	9,1	0	9,1
	D	1.45	1.036	0	0	3	0	0
	E	3.33	1.155	0	0	100,0	0	0
				1	0	1	5	0
	A	2.00	1.732	6	1	0	0	2
	B	2.10	.876	3	3	4	0	0
	C	2.10	.876	30,0	30,0	40,0	0	0
	D	1.45	1.036	9	0	1	1	0
	E	3.33	1.155	81,8	0	9,1	9,1	0
				0	1	0	2	0

*A -Menos de 30 anos; B- 31 a 40 anos, C- 41 a 50 anos; D – 51 a 60; E- Mais de 60 anos

Com relação a formação acadêmica

Na a tabela 44, verificamos que a maioria dos professores respondentes mestres que são o maior número no universo da pesquisa (cf. Tabela 9) concorda totalmente ou concorda com as afirmações apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade. E, apesar do sentido mais

positivo das respostas, existe uma distribuição entre os docentes respondentes mestre e doutores do “concordo totalmente” ao “discordo totalmente” com relação às duas últimas afirmações da tabela 44, que trata sobre o aumento de citações e da importância das publicações em OA. E, mais uma vez comprova-se as informações apresentadas (cf. Tabela 22) com relação às mesmas afirmações.

Tabela 44: Professor: Formação acadêmica: pinões sobre o OA
(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmarões	Formarãõ** cadêmica	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o acesso da produção bibliográfica	A	1.00	.000	2 100,0	0 0	0 0	0 0	0 0
	B	1.38	.852	19 73,1	6 23,1	0 0	0 0	1 3,8
	C	1.25	.463	6 75,0	2 25,0	0 0	0 0	0 0
	D	1.25	.500	3 75,0	1 25,0	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA contribui para facilitar a disseminarãõ da produção bibliográfica	A	1.00	.000	2 100,0	0 0%	0 0	0 0	0 0%
	B	1.50	.990	18 69,2	6 23,1	0 0	1 3,8	1 3,8
	C	1.25	.463	6 75,0	2 25,0	0 0	0 0%	0 0
	D	1.25	.500	3 75,0	1 25,0	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	A	1.00	.000	2 100,0	0 0	0 0	0 0	0 0
	B	1.58	1.065	18 69,2	4 15,4	2 7,7	1 3,8	1 3,8
	C	1.38	.518	5 62,5	3 37,5	0 0	0 0	0 0
	D	1.25	.500	3 75,0	1 25,0	0 0%	0 0	0 0
O movimento do OA promove o aumento de citações da	A	1.500	.707	1 50,0	1 50,0	0 0	0 0	0 0
	B	1.96	.871	9 34,6	10 38,5	6 23,1	1 3,8	0 0

produção bibliográfica de professores e pesquisadores	C	1.71	.951	4 57,1	1 14,3	2 28,6	0 0	0 0
	D	2.50	1.915	2 50,0	0 0	1 25,0	0 0	1 25,0
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional	A	4.00	.000	0 0	0 0	0 0	2 100,0	0 0
	B	2.12	1.395	14 53,8	2 7,7	5 19,2	3 11,5	2 7,7
	C	2.25	1.282	3 37,5	2 25,0	1 12,5	2 25,0	0 0
	D	2.00	1.415	2 50,0	1 25	0 0	1 25,0	0 0

**A – Especialistas; B – Mestres; C – Doutores; D – Pós-doutorados

Com relação a instituição onde leciona

Abaixo apresentamos a tabela 45 e podemos verificar que a maioria dos professores respondentes independentemente da Universidade onde lecionam concorda totalmente ou concorda com as afirmações apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade. Apesar do sentido positivo das respostas existe uma dispersão entre os professores respondentes do “concordo totalmente” ao “discordo totalmente” com relação às duas últimas afirmações da tabela 45 que trata sobre o aumento de citações e da importância das publicações em OA. Mais uma vez confirmam-se as informações apresentadas (cf. Tabela 22) com relação às mesmas afirmações.

Tabela 45: Professor: Instituição onde leciona: Opiniões sobre o OA
(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmações	Instituição onde leciona	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o acesso da produção bibliográfica	UFAL	1.13	.354	7 87,5	1 12,5	0 0	0 0	0 0
	UFPB	1.14	.378	6 85,7	1 14,3	0 0	0 0	0 0
				4	1	0	0	0

	UFPE	1.20	.447	80,0	20,0	0	0	0
	UFC	1.20	.447	4 80,0	1 20,0	0 0	0 0	0 0
	UFMA	1.25	.500	3 75,0	1 25,0	0 0	0 0	0 0
	UFBA	1.38	.518	5 62,5	3 37,5	0 0	0 0	0 0
	UFRN	2.67	2.082	1 33,3	1 33,3	0 0	0 0	1 33,3
O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica	UFAL	1.13	.354	7 87,5%	1 12,5%	0 0	0 0%	0 0%
	UFPB	1.14	.378	6 85,7%	1 14,3%	0 0	0 0%	0 0%
	UFPE	1.20	.447	4 80,0%	1 20,0%	0 0	0 0%	0 0%
	UFC	1.60	1.342	4 80,0%	0 0%	0 0	1 20,0%	0 0%
	UFMA	1.25	.500	3 75,0%	1 25,0%	0 0	0 0%	0 0%
	UFBA	1.50	.535	4 50,0%	4 50,0%	0 0	0 0%	0 0%
	UFRN	2.00	1.723	1 33,3%	1 33,3%	0 0	0 0%	1 33,3%
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	UFAL	1.25	.707	7 87,5	0 0	1 12,5	0 0	0 0
	UFC	1.20	.447	4 80,0	1 20,0	0 0	0 0	0 0
	UFMA	1.25	.500	3 75,0	1 25,0	0 0	0 0	0 0
	UFPB	1.29	.488	5 71,4	2 28,6	0 0	0 0	0 0
	UFRN	2.00	1.732	2 66,7	0 0	0 0	1 33,3	0 0
	UFPE	1.60	.894	3 60,0	1 20,0	1 20,0	0 0	0 0
	UFBA	1.88	1.358	4 50,0	3 37,5	0 0	0 0	1 12,5
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção	UFAL	1.63	.744	4 50,0	3 37,5	1 12,5	0 0	0 0
	UFBA	1.88	.991	4 50,0	1 12,5	3 37,5	0 0	0 0
	UFMA			2	1	1	0	0

bibliográfica de professores e pesquisadores		1.75	.957	50,0	25,0	25,0	0	0
	UFC	2.60	1.817	2	1	0	1	1
				40,0	20,0	0	20,0	20,0
	UFRN	2.33	1.155	1	0	2	0	0
				33,3	0	66,7	0	0
	UFPB	1.86	.690	2	4	1	0	0
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional				28,6	57,1	14,3	0	0
	UFPE	2.00	.816	1	2	1	0	0
				25,0	50,0	25,0	0	0
	UFBA	1.75	1.165	6	1	0	1	0
				75,0	12,5	0	12,5	0
	UFPB	1.71	.951	4	2	1	0	0
				57,1	28,6	14,3	0	0
	UFMA	2.00	1.155	2	0	2	0	0
				50,0	0	50,0	0	0
	UFAL	1.75	1.165	4	1	2	1	0
				50,0	12,5	25,0	12,5	0
	UFPE	2.60	1.517	2	1	0	2	0
				40,0	20,0	0	40,0	0
	UFRN	3.33	1.528	1	0	1	0	1
				33,3	0	33,3	0	33,3
	UFC	4.20	.447	0	0	0	4	1
				0	0	0	80,0	20,0

Com relação a categoria que ocupa na carreira de docente

Posteriormente apresentamos a tabela 46 e verificamos que a maioria dos professores respondentes independente da categoria que ocupa na carreira de docente concorda totalmente ou concorda com as afirmações apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade. Apesar do sentido positivo das respostas existe uma dispersão entre os professores respondentes assistentes (mestres), que são a maioria no universo da pesquisa (cf.Tabela 10) e os professores adjuntos (doutores) do “concordo totalmente” ao discordo totalmente” com relação às duas ultimas afirmações na tabela 46 que trata sobre o aumento de citações e a importância das publicações em OA. E mais uma vez confirmam-se as informações apresentadas (cf. Tabela 22) com relação às mesmas afirmações.

Tabela 46: Professor: Categoria que ocupa: opiniões sobre o OA

(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmações	Categoria*** que ocupa	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o acesso da produção bibliográfica	A	1.45	.912	15 68,2	6 27,3	0 0	0 0	1 4,5
	B	1.15	.376	11 84,6	2 15,4	0 0	0 0	0 0
	C	1.50	.707	1 50,0	1 50,0	0 0	0 0	0 0
	D	1.00	.000	3 100,0	0 0	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica	A	1.59	.912	14 63,6	6 27,3	0 0	1 4,5	1 4,5
	B	1.15	.376	11 84,6	2 15,4	0 0	0 0	0 0
	C	1.50	.000	1 50,0	1 50,0	0 0	0 0	0 0
	D	1.00	.000	3 100,0	0 0	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	A	1.68	1.129	14 63,6	4 18,2	2 9,1	1 4,5	1 4,5
	B	1.15	.376	11 84,6	2 15,4	0 0	0 0	0 0
	C	2.00	.000	0 0	2 100,0	0 0	0 0	0 0
	D	1.00	.000	3 100,0	0 0	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	A	2.05	.899	7 31,8	8 36,4	6 27,3	1 4,5	0 0
	B	1.50	.798	8 66,7	2 16,7	2 16,7	0 0	0 0
	C	2.50	.707	0 0	1 50,0	1 50,0	0 0	0 0
	D	2.67	2.08	1 33,3	1 33,3	0 0	0 0	1 33,3
As publicações bibliográficas em OA	A	2.23	1.445	11 50,0	2 9,1	4 18,2	3 13,6	2 9,1

têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional	B	1.85	1.214	8 61,5%	1 7,7%	2 15,4%	2 15,4%	0 0%
	C	2.00	.000	0 0%	2 100,0%	0 0%	0 0%	0 0%
	D	4.00	.000	0 0%	0 0%	0 0%	3 100,%0	0 0%

A-Assistente; B-Adjunto;C-Catedrático;D-Outras categorias

Com relação a universidade onde trabalham e possui repositório institucional

Em seguida apresentamos a tabela 47 e verificamos que a maioria dos professores respondentes, que lecionam em universidades que possuem repositório concorda totalmente ou concorda com as afirmações apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade. Apesar do sentido positivo das respostas existe uma dispersão entre os professores respondentes que lecionam em universidades que possuem repositório que são a maioria no universo da pesquisa (cf. Tabela 15) do “concordo totalmente” ao “discordo totalmente”. Existe também, uma distribuição entre os respondentes que lecionam em instituições que não possuem repositórios do “concordo totalmente” ao discordo” com relação às duas últimas afirmações da tabela 47 que trata sobre o aumento de citações e a importância das publicações em OA. Mais uma vez confirmam-se as informações apresentadas (cf. Tabela 22) com relação às mesmas afirmações.

Tabela 47: Professor: Instituição onde trabalha possui repositório: opiniões sobre o OA

(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmações	Instituição/ Repositório	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o acesso da produção bibliográfica	Sim	1.62	.983	18 69,2	7 26,9	0 0	0 0	1 3,8
	Não	1.57	.756	12 85,7	2 14,3	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica	Sim	1.65	.892	18 69,2	6 23,1	0 0	1 3,8	1 3,8
				11	3	0	0	0

	Não	1.71	.994	78,6	21,4	0	0	0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	Sim	1.42	.758	18 69,2%	6 23,1	1 3,8	1 3,8	0 0
	Não	1.57	.158	10 71,4	2 14,3	1 7,1	0 0	1 7,1
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	Sim	2.16	1.106	9 36,0	6 24,0	8 32,0	1 4,0	1 4,0
	Não	1.57	.646	7 50,0	6 42,9	1 7,1	0 0	0 0
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional	Sim	2.19	1.443	13 50,0	4 15,4	2 7,7	5 19,2	2 7,7
	Não	2.29	1.267	6 42,9	1 7,1	4 28,6	3 21,4	0 0

3.3 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS ALUNOS – DESCRIÇÃO GENÉRICA DA AMOSTRA

3.3.1 Dados pessoais e institucionais

Gênero

Verificamos que a maioria dos alunos respondentes é do sexo feminino e o maior número de alunas estudam no curso de Biblioteconomia da UFC (91,3%). Assim como se verifica nos dados relativos aos professores respondentes (cf. Tabela 7), também nesta seção, se verifica uma presença marcante do gênero feminino nos estudantes dos cursos de Biblioteconomia na Região Nordeste do Brasil, como

demonstra a tabela 48. Como explicámos, trata-se de uma característica da Biblioteconomia não só na Região Nordeste, mas de todo o Brasil.

Tabela 48: Aluno: gênero

Gênero	UFBA (N) (%)	UFAL (N) (%)	UFPE (N) (%)	UFPB (N) (%)	UFC (N) (%)	UFRN (N) (%)	UFMA (N) (%)
Feminino	0 0	29 69,0	3 75,0	14 63,6	42 91,3	18 85,7	2 100,0
Masculino	0 0	13 31,0	1 25,0	8 36,4	4 8,7	3 14,3	0 0

Idade em intervalos etários

A maior parte dos estudantes respondentes possui entre 21 a 30 anos e na sua maioria estuda na UFC (69,6%). Como podemos verificar são jovens os alunos dos Cursos de Biblioteconomia na Região Nordeste do Brasil tal como apresentamos na tabela 49.

Tabela 49: Aluno: idade

Idade	UFBA (N) (%)	UFAL (N) (%)	UFPE (N) (%)	UFPB (N) (%)	UFC (N) (%)	UFRN (N) (%)	UFMA (N) (%)
Menos de 20 anos	0 0	2 4,8	0 0	2 9,1	12 26,1	3 15,0	1 50,0
21 a 30 anos	0 0	27 64,3	4 100,0	11 50,0	32 69,6	14 70,0	1 50,0
31 a 40 anos	0 0	10 23,8	0 0	7 31,8	1 2,2	0 0	0 0
Mais de 40 anos	0 0	3 7,1	0 0	2 9,1	1 2,1	3 15,0	0 0

Curso que frequenta

Nesta questão procurou-se verificar o tipo ou o grau do curso, onde o aluno respondentes prossegue os seus estudos de bacharelado, especialização, mestrado e doutorado. Como apresentamos na tabela 50, aqui verificamos que a grande maioria dos alunos respondentes (95,0%) cursa bacharelado. Justifica-se esse alto percentual em virtude de todas as universidades inquiridas ministrarem curso de bacharelado em biblioteconomia (cf.Tabela 11); 3,6% cursam especialização, 0,7%

cursam mestrado e 0,7% cursam doutorado. Assim, confirma-se o reduzido número de professores que lecionam em cursos de nível mais avançado (cf. Tabela 12).

Tabela 50: aluno: curso que frequenta

Curso	Frequência (N)	Percentual (%)
Bacharelado	132	95,0%
Especialização	5	3,6%
Mestrado	1	0,7%
Doutorado	1	0,7%

Instituição onde estuda

O universo da pesquisa envolveu os cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil. Apesar de ser composta por nove Estados - Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão - dois deles não foram tidos em consideração por não possuírem cursos de Biblioteconomia na Universidade Federal. A Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e os alunos do curso de Biblioteconomia da UFBA não participaram da pesquisa em virtude das razões que explicámos nas questões metodológicas (cf. Operacionalização, item 3.1.2). Dos alunos respondentes, tal como apresentámos na tabela 51, a maioria estuda na UFAL (33,8%) se levarmos em consideração o percentual por universidade; mas destacamos, aqui, a participação nesta pesquisa dos estudantes do curso de Biblioteconomia da UFC

Tabela 51: Aluno: instituição onde estuda

Universidades Federais	Nº de alunos	Frequência (N)	Percentual por universidade (%)
UFAL	124	42	33,8
UFC	142	46	32,3
UFRN	150	21	14,0
UFPB	448	22	4,9
UFPE	192	4	2,0
UFMA	325	2	0,6
UFBA	242	0	0

O semestre que cursa

Com esta questão procuramos verificar o nível dos alunos respondentes no curso onde estudam e, conforme os dados, verificamos que maiorias dos alunos respondentes cursa o 5º semestre (21,9%) e está no penúltimo ano do curso já que os cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil têm a duração de quatro anos (oito semestres). Isto comprova que os alunos com um nível mais avançado participaram mais da pesquisa. Ainda participaram da pesquisa cinco respondentes que já tinham concluído o curso, correspondendo a 3,6% dos respondentes, e um aluno concluinte que não informou o semestre, correspondendo a 0,7% dos respondente conforme apresentamos na tabela 52.

Tabela 52: Aluno: semestre que cursa

Semestre que cursa	Frequência (N)	Percentual (%)
1º Semestre	6	4,4
2º Semestre	8	5,8
3º Semestre	12	8,8
4º Semestre (período anual)	1	0,7
4º Semestre	9	6,6
5º Semestre	30	21,9
6º Semestre	12	8,8
7º Semestre	24	17,5
8º Semestre	23	16,8
9º semestre	4	2,9
Concluintes	1	0,7
10º semestre	2	1,5
Concluíram o curso	5	3,6%

A universidade em que estuda possui repositório institucional

Nesta parte do questionário foi possível verificar que 62,8% das universidades onde os alunos estudam possuem repositórios institucionais e que apenas 37,2% não possuem repositórios. Sendo assim confirma-se claramente a informação da tabela 15, quando fizemos a mesma questão aos professores (se a instituição onde trabalham possui repositório). Apesar de apresentarem uma ligeira diferença, os dados são bastantes semelhantes, como podemos verificar na tabela 53.

Tabela 53: Aluno: universidade onde estuda possui repositório

Repositório institucional	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	86	62,8

Não	51	37,2
-----	----	------

Utilizam repositório institucionais como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos acadêmicos.

Verificamos através dessa pesquisa que nenhum aluno respondeu a esta questão do inquérito, tal como apresentamos na tabela 54. Isso justifica-se em razão da maioria dos repositórios na região das universidades inquiridas serem bastante recentes como explicámos na análise da tabela 15. Verifica-se, pois o contrário dos professores, quando inquiridos sobre a mesma questão a maioria (85,1%) informou que utiliza repositórios como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos acadêmicos (cf. Tabela 16).

Tabela 54: Aluno: utilização de repositórios institucionais

Utiliza repositório institucional como fonte de pesquisa	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	0	0
Não	0	0

Utiliza periódicos eletrônicos em OA como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos acadêmicos.

Verificamos através da pesquisa que grande parte dos alunos respondentes (61,6%) utiliza periódicos eletrônicos em OA, sendo que apenas 38,4% informaram que não utilizam, tal como se pode confirmar na tabela 55. Apesar de não utilizarem repositórios institucionais, (cf. Tabela 54) utilizam periódicos eletrônicos em OA como podemos comprovar na tabela 55.

Tabela 55: Aluno: utilização de periódicos em OA

Utilização de periódicos eletrônicos em AO	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	85	61, 6
Não	53	38,4

O curso onde estuda publica periódico(s) eletrônico(s) em OA. Se sim, informe o(s) seu(s) título(s) e o ISBN

Verificamos, através da pesquisa, tal como apresentamos na tabela 56 que, assim como os professores respondentes, os alunos respondentes informaram que são publicados três periódicos eletrônicos em OA em toda Região Nordeste um publicado pelo ICI da UFBA e dois publicados pelo Departamento de Ciência da Informação da UFPB assim confirma-se a informação (cf. Tabela 18). E da mesma forma justifica-se a publicação de periódicos eletrônicos em OA pelo fato do Departamento de Ciência da Informação da UFPB ministrar curso de bacharelado em Biblioteconomia e Arquivologia e o Mestrado em Ciência da Informação e o ICI da UFBA ministrar curso de bacharelado em Biblioteconomia e Arquivologia e o Mestrado e o Doutorado em Ciência da Informação.

Tabela 56: Aluno: periódicos em OA

Periódicos em AO		Universidade
Título	ISSN	
Informação & Sociedade	1809-4783	UFPB
Biblionline	1809-4775	UFPB
Ponto de acesso	1981-6766	UFBA

O curso onde estuda promove a disponibilização da sua produção bibliográfica incentivando o auto-arquivamento.

De acordo com a tabela 57 abaixo apresentada, a minoria dos alunos respondentes (68,7%) informou que os seus cursos não promovem a disponibilização da sua produção bibliográfica, incentivando o auto-arquivamento. Também a maioria dos professores respondentes (66,7%) informou que os seus cursos não promovem a disponibilização da sua produção bibliográfica. Portanto confirma-se a informação fornecida na Tabela 19 e podemos comprovar que de fato não existe ainda uma política para incentivar o auto-arquivamento, apesar da maioria das universidades inquiridas possuir repositórios institucionais (cf. Tabela 15).

Tabela 57: Aluno: promoção do auto-arquivamento

O curso e promoção de auto-arquivamento	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	41	31,3
Não	90	68,7

Ainda nesta questão solicitámos aos alunos que registrassem alguns comentários sobre a disponibilização da produção bibliográfica e o incentivo ao auto-arquivamento e, após a leitura desses comentários, verificámos que alguns alunos inquiridos não possuem um conceito muito claro do que significa a expressão auto-arquivamento (no anexo C, apresentam-se os comentários registrados pelos alunos inquiridos sobre a disponibilização da produção bibliográfica e sobre o incentivo ao auto-arquivamento nos seus respectivos cursos).

3.3.2 Open Access (OA)

Conhece o movimento do OA

Analisando os dados recolhidos, podemos assinalar que a maioria dos alunos respondentes (76,5%) não conhece o movimento em prol do OA e apenas 23,5% conhecem o movimento do OA conforme podemos observar na tabela 58. Pelo contrário a maioria dos professores respondentes informou que conhece o movimento do OA (cf. Tabela 20). Vários autores abordam a importância da acesso livre para a disseminação da informação científica como podemos verificar na revisão de literatura (consultar capítulo I e II).

Tabela 58: Aluno: conhecimento do OA

Conhecimento do OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	32	23,5
Não	104	76, 5

O canal de informação através do qual teve conhecimento do movimento OA, assinalando todas as situações que se aplica.

Nesta questão, verificamos que a maior quantidade dos alunos respondentes (14,5%) conheceu o movimento OA através da *WEB* e apenas 11% através de artigos de periódicos, enquanto que a maioria dos professores respondentes (58,8%)

informaram que conheceram o movimento do OA através de artigos de periódicos (cf. Tabela 21). Destacamos, aqui, a importância da *WEB* na disseminação da informação e, de uma forma muito especial, para a divulgação do movimento OA entre os estudantes tal como apresentamos na tabela 59, onde apresentamos apenas os percentuais e não os percentuais válidos.

Tabela 59: Aluno: canal de informação

Canal de informação	Frequência (N)	Percentual (%)
<i>WEB</i>	21	14,5
Artigos de periódicos	16	11,0
Palestra	6	4,1
Congresso	4	2,8
Livros	3	2,1
Seminário	2	4,1
Conferência	0	0

Ainda nesta questão, solicitámos aos alunos respondentes que informassem outros meios através dos quais obtiveram informações sobre o movimento OA. Como podemos verificar consultando o anexo C, onde citaram encontros, colegas, professores entre outros.

Opinião sobre o OA

Esta pergunta permitiu apurar as opiniões dos alunos respondentes sobre a importância do movimento OA para o acesso e a disseminação da informação científica. Na tabela 60, abaixo apresentada, verificamos que a maioria dos alunos respondentes que conhece o OA concorda totalmente, e tem uma opinião formada sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação da produção bibliográfica, mas ao contrário dos professores respondentes (cf. Tabela 22), e apesar do sentido mais positivo das perguntas existe uma distribuição entre os alunos respondentes do “concordo totalmente” ao “discordo totalmente” com relação ao acesso e disseminação da produção técnica, a visibilidade, o aumento de citações e sobre a importância das publicações em OA.

Tabela 60: Aluno: opinião sobre o OA
(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Opinião sobre o OA	Frequência (N)	Media	Desvio Padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O OA contribui para facilitar o acesso à produção bibliográfica.	33	1.61	.998	19 57,6	12 36,4	0 0	0 0	2 6,1
O OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica.	33	1.70	.984	16 48,5	15 45,	0 0	0 0	2 6,1
O OA contribui para facilitar o acesso da produção técnica.	32	2.19	1.120	10 31,1	11 34	8 25.0	1 3,1	2 6,3
O OA contribui para facilitar a disseminação da produção técnica.	33	2.12	1.053	10 30,3	13 39,4	8 24,2	0	2 6,1
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores.	32	1.69	1.030	17 53,1	12 37,5	1 3,1	0 0	2 6,3
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção técnica de professores e pesquisadores.	32	1.84	1.110	16 50,0	9 28,1	5 15,6	0 0	2 6,3
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores.	32	1.81	.998	15 46,9	11 34,4	4 12,5	1 3,1	1 3,1
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção técnica de professores e pesquisadores	31	2.10	1.044	10 32,3	12 38,7	6 19,4	2 6,5	1 3,1
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional.	32	2.25	1.270	11 34,4	11 34,4	3 9,4	5 15,6	3 6,3
As publicações técnicas em OA têm a mesma importância das publicações técnicas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional.	30	2.57	1.305	8 26,7	8 26,7	5 16,7	7 23,3	2 6,7

Concorda com o movimento do OA

Verificamos através da pesquisa que a maioria dos alunos respondentes não respondeu a esta questão, mas os trinta e dois dos alunos respondentes que conhecem o movimento OA (cf. Tabela 58) concordam com este conforme apresentamos na tabela 61. Assim como os professores respondentes (cf. Tabela 20 e 23) conhecem e concordam com o movimento do OA.

Tabela 61: Aluno: concorda com o OA

Concorda com o Movimento do OA	Frequencia (N)	Percentual (%)
Sim	32	100
Não responderam	113	0

Nesta questão ainda solicitamos aos alunos respondentes que registrassem algum comentário sobre a concordância do movimento OA. Os conteúdos relativos a este ponto encontram-se no anexo C, onde apresentamos os comentários realizados pelos alunos respondentes relativos à questão sobre a concordância com o movimento OA, que foram transcritos da mesma forma que foram inscritos no questionário.

3.3.3 Produção bibliográfica e o OA

Utiliza produção bibliográfica em OA como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos de pesquisa

Conforme demonstra a tabela 62, abaixo apresentada, 87% dos alunos respondentes, assim como os professores respondentes (cf. Tabela 24) afirmaram que utilizam produção bibliográfica em OA como fonte de pesquisa e apenas 12,5% não utilizam. Assim, confirma-se também a informação (cf. Tabela 55).

Tabela 62: Aluno: utilização de produção bibliográfica em OA

Utiliza produção bibliográfica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	28	87,5
Não	4	12,5

Assinale os tipos de produção bibliográfica que utiliza em OA

Nesta questão verificamos que a maioria dos alunos respondentes (18,6%) utiliza artigos completos publicados em periódicos, assim como os professores respondentes (cf. Tabela 25). Portanto, confirma-se a importância do artigo de periódico tanto para os professores como para os alunos respondentes e confirma-se também a informação apresentada (cf. Tabela 62); nenhum aluno inquirido utiliza prefácio ou posfácio, tal como apresentamos na tabela 63 abaixo, onde indicamos apenas os percentuais e não os percentuais válidos.

Tabela 63: Aluno: tipos de produção bibliográfica que utiliza em OA

Tipos de produção bibliográfica	Frequência (N)	Percentual (%)
Artigos completos publicados em periódicos	27	18,6
Trabalhos publicados em anais de eventos	18	12,4
Capítulos de livros	17	11,7
Livros	14	9,7
Relatórios de pesquisa	11	7,6
Apresentação de trabalhos	8	5,5
Textos em jornais (magazine)	6	4,1
Tradução	3	2,1
Prefácio, posfácio	-	0

Produção bibliográfica em OA

Verificamos através dos dados da pesquisa, tal como apresentamos na tabela 64, a maioria dos alunos respondentes (78,6%) informou que não possui produção bibliográfica em OA e apenas uma minoria dos alunos respondentes (21,4%) informou que possui ao contrário dos professores respondentes (cf. Tabela 26) em que a maioria possui produção bibliográfica em OA.

Tabela 64: Aluno: produção bibliográfica em OA

Possui produção bibliográfica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	6	21,4
Não	22	78,6

Indique o número de produção bibliográfica em OA

Analisando os dados recolhidos verificamos que apenas um aluno respondente possui um artigo em OA mas não informou a universidade onde estuda, assim não podemos inclui-lo na tabela 65, abaixo apresentada, onde verificamos que nenhum dos alunos respondentes possui produção bibliográfica em OA ao contrário dos professores respondentes que possuem um número significativo de publicações bibliográficas em OA (cf. Tabela 27). Sendo assim, confirma-se a informação da tabela 58 que informa o desconhecimento dos alunos respondentes sobre o movimento OA.

Tabela 65: Aluno: número de produção bibliográfica em OA

		Produção bibliográfica em OA								
Universidades		Artigos Completos	Livro	Capítulo de Livro	Trab. Publ. em anais de eventos	Apres. de trabalhos	Textos em Jornais	Tradução	Prefácio, Posfácio	Relatório de Pesquisa
UFBA	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFAL	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFPE	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFPB	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFC	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFRN	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFMA	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0

Indique o número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional

Verificamos através dos dados recolhidos, como apresentamos na tabela 66, abaixo, que é significativamente pequeno o número de produção bibliográfica dos alunos respondentes depositada em repositório institucional se comparado ao número de produção bibliográfica dos professores respondentes depositada em repositório institucional (cf. Tabela 28). Assim, confirma-se a falta de incentivo para

o auto-arquivamento (cf. Tabelas 19 e 57), apesar da maioria das universidades na região inquirida possuírem repositórios institucionais (cf. Tabelas 15 e 53). Isto justifica-se também pelo fato dos inquéritos terem sido aplicados praticamente no período de implantação desses repositórios.

Tabela 66: Aluno: número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional

		Produção bibliográfica em repositório institucional								
Universidades		Artigos Completos	Livro	Capítulo de Livro	Trab. Publ. em anais de eventos	Apres. de trabalhos	Textos em Jornais	Tradução	Prefácio, Posfácio	Relatório de Pesquisa
UFBA	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0	0	0	0
UFAL	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	1	0	0	0	0
		0	0	0	0	1	0	0	0	0
UFPE	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0	0	0	0
UFPB	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	3	0	0	0	2
		0	0	0	0	1	0	0	0	1
UFC	Nº Publ. (N)	0	0	0	7	7	0	0	0	0
		0	0	0	1	1	0	0	0	0
UFRN	Nº. Publi. (N)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0	0	0	0
UFMA	Nº. Publ. (N)	1	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	0	0	0	0	0	0	0	0

Indique o número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional da instituição onde estuda

Após análise dos dados recolhidos verificámos tal como apresentamos na tabela 67 abaixo, que é expressivamente pequeno o número de produção bibliográfica depositada em repositório institucional da instituição onde os alunos respondentes estudam, se comparado ao número de produção bibliográficas depositadas em repositório institucional da instituição onde lecionam os professores respondentes (cf. Tabela 29). Assim confirma-se a falta de incentivo para o auto-arquivamento (cf. Tabelas 19 e 57), apesar da maioria das universidades na região inquirida possuírem repositórios institucionais (cf. Tabelas 15 e 53), e mais uma vez justifica-se também pelo fato dos inquéritos terem sido aplicados praticamente no período de implantação desses repositórios.

Tabela 67: Aluno: número de produção bibliográfica que publicou em repositório institucional onde estuda

		Produção bibliográfica em repositório institucional onde estuda								
Universidades		Artigos Completos	Livro	Capítulo de Livro	Trab. Publ. em anais de eventos	Apres. de trabalhos	Textos em Jornais	Tradução	Prefácio, Pós-fácio	Relatório de Pesquisa
UFBA	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFAL	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	1 1	0 0	0 0	0 0	0 0
UFPE	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFPB	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	3 1	0 0	0 0	0 0	2 1
UFC	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	2 1	0 0	0 0	0 0	0 0
UFRN	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	1 1	0 0	0 0	0 0	0 0
UFMA	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0

Publica produção bibliográfica em periódicos eletrônicos em OA

De acordo com os dados apresentados na tabela 68, verificamos após o estudo dos inquéritos aplicados que a maioria dos alunos respondentes (96,2%) não publica produção bibliográfica em periódicos eletrônicos em OA ao contrário dos professores respondentes (cf. Tabela 30), em que a maioria publica produção bibliográfica em periódicos eletrônicos. Desta forma confirma-se também a informação (cf. tabela 65).sobre inexistência de produção bibliográfica em OA dos alunos respondentes.

Tabela 68: Aluno: produção bibliográfica em periódicos eletrônicos em OA

Produção bibliográfica em periódicos eletrônicos em (AO)	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	1	3,8
Não	25	96,2

Indique o número de artigos que publicou em periódicos eletrônicos em OA

Verificamos através da pesquisa e de acordo com a tabela 69 abaixo, que nenhum aluno respondeu a esta questão, ao contrário dos professores respondentes (cf. Tabela 31 que trata sobre artigos publicados em periódico eletrônicos). Assim, também podemos confirmar a informação sobre a inexistência de produção bibliográfica em OA (cf. tabela 65) dos alunos respondentes.

Tabela 69: Aluno: número de artigos que publicou em periódicos eletrônicos em OA

Nº de artigos que publicou em periódicos eletrônicos em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
0	0	0

Indique o número de citações de produção bibliográfica em OA

Verificamos através da pesquisa e tal como apresentamos na tabela 70 que nenhum aluno respondeu a esta questão ao contrário dos professores respondentes (cf. Tabela 32). Assim confirma-se a inexistência de produção bibliográfica em OA (cf. Tabela 65), o baixo número de produção bibliográficas em periódicos eletrônicos em OA (cf. Tabela 68) e também a inexistência de publicações de artigos de periódicos em OA (cf. Tabela 69) entre os alunos respondentes.

Tabela 70: Aluno: citação de produção bibliográfica em OA

Nº de citações de produção bibliográfica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
0	0	0

3.3.4 Produção técnica e OA

Utiliza produção técnica em OA como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos pesquisa.

Como demonstra a tabela 71, abaixo apresentada, verificamos através da pesquisa que a maioria dos alunos respondentes (58,1%) utiliza produção técnica em OA como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos acadêmicos, assim como os professores respondentes (cf. Tabela 33 que trata sobre produção técnica em OA). Mas, se comparamos com o percentual de utilização de produção bibliográfica em OA dos alunos e professores respondentes (cf. Tabelas 24 e 62) podemos verificar que é menor o percentual de utilização de produção técnica em OA entre os professores e alunos respondentes.

Tabela 71: Aluno: utilização de produção técnica em OA

Utiliza produção técnica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	18	58,1
Não	13	41,9

Assinale os tipos de produção técnica em OA que utiliza

Nesta questão, verificamos que a maioria dos alunos respondentes (8,3%) utiliza *software*, enquanto a maioria dos professores respondentes (27,5%) utiliza material didático ou instrucional (cf. Tabela 34). Aqui apresentamos apenas os percentuais e não os percentuais válidos, tal como demonstramos na tabela 72 abaixo apresentada.

Tabela 72: Aluno: tipos de produção técnica que utiliza em OA

Tipos de produção técnica	Frequência (N)	Percentual (%)
<i>Software</i>	12	8,3%
Trabalhos técnicos	11	7,6%
Material didático ou instrucional	7	4,8%
Cursos de curta duração	6	4,1%
Programa de rádio ou TV	2	1,4%
Editoração	-	0

Possui produção técnica em OA

Após análise dos inquéritos aplicados verificamos que a maioria dos alunos respondentes (85,7%) não possui produção técnica em OA como mostra a tabela 73,

assim como a maioria dos professores respondentes (72,7%) (cf. Tabela 35) e isso justifica-se pelo caráter sigiloso da maioria das produções técnicas e pelo fato da produção técnica ser mais baixa nas chamadas ciências “duras”⁸¹ e a Ciência da Informação, tem um número reduzido de produção técnica.

Tabela 73: Aluno: produção técnica em OA

Possui produção técnica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	1	14,3
Não	6	85,7

Indique o número de produção técnica que publicou em OA

Após a análise dos dados recolhidos, tal como apresentamos na tabela 74 verificamos que é significativamente baixo o número de produção técnica publicada em OA pelos alunos respondente, se comparado ao número de produção técnica publicada em OA pelos professores respondentes (cf. Tabela 36). Assim, confirma-se a informação (cf. Tabela 73 sobre o baixo número de produção técnicas em OA dos alunos respondentes).

Tabela 74: Aluno: número de produção técnica publicada em OA

		Produção técnica em OA					
Universidades		Software	Trabalhos técnicos	Cursos de curta duração	Material diático ou informativo	Editoração	Programa de rádio ou TV
UFBA	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0
UFAL	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0
UFPE	Nº Publ.	0	0	0	0	0	0
	(N)	0	0	0	0	0	0

⁸¹ O termo 'ciência dura' é um termo antigo que era utilizado para definir as áreas ligadas às ciências naturais, especialmente a física, sendo uma tradução literal do inglês (hard science). Este termo era utilizado para representar as áreas do conhecimento humano que necessitavam de experimentações e resultados quantificáveis para comprovar teorias, em contraposição às ciências sociais, as quais não exigiam um rigor científico tão significativo.

<http://www.portaldovoluntariosbc.com.br/site/pagina.php?idclipping=11779&idmenu=74>

UFPB	Nº Publ. (N)	2 3	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFC	Nº Publ. (N)	2 8	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFRN	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFMA	Nº publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0

Indique o número de produção técnica que publicou em repositório institucional

Verificamos após estudo dos dados recolhidos que nenhum aluno respondente possui produção técnica publicada em repositórios institucionais conforme apresentamos na tabela 75, apesar da maioria das universidades na região inquirida possuir repositórios institucionais (cf, Tabelas 15 e 53). Confirma-se a falta de incentivo ao auto-arquivamento nas instituições onde estudam (cf. Tabelas 19 e 57).

Tabela 75: Aluno: produção técnica que publicou em repositório institucional

		Produção técnica em repositório institucional					
Universidades		Software	Trabalhos técnicos	Cursos de curta duração	Material diático ou informacional	Editoração	Programa de rádio ou TV
UFBA	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFAL	Nº.Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFPE	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFPB	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFC	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFRN	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
UFMA	Nº Publ. (N)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0

Indique o número de produção técnica que publicou em repositório institucional da instituição onde estuda.

Tal como apresentamos na tabela 76, após estudo dos dados recolhidos, verificamos que nenhum aluno respondente possui produção técnica publicada em repositório institucional da instituição onde estuda, apesar da maioria das universidades na região inquirida possuir repositórios institucionais (cf. Tabelas 15 e 53). Confirma-se a falta de incentivo ao auto-arquivamento nas instituições onde estudam (cf. Tabela 57). Isto justifica-se também pelo fato dos repositórios institucionais das universidades inquiridas terem sido implantados recentemente e o inquérito aplicados praticamente no início da implantação dos referidos repositórios.

Tabela 76: Aluno: produção técnica que publicou em repositório institucional da instituição onde estuda

		Produção técnica em repositório institucional da instituição onde estuda					
Universidades		Software	Trabalhos técnicos	Cursos de curta duração	Material diático ou informacional	Editores	Programa de rádio ou TV
UFBA	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	0	0
UFAL	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	0	0
UFPE	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	0	0
UFPB	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	0	0
UFC	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	0	0
UFRN	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	0	0
UFMA	Nº Publ. (N)	0	0	0	0	0	0

Publica produção técnica em periódicos eletrônicos em OA

Verificamos através da pesquisa que apenas um dos alunos respondentes informou que possui produção técnica em periódico eletrônico em OA, conforme a tabela 77, abaixo apresentada. Assim confirma-se o baixo percentual de produção técnica em OA (cf. Tabela 74).

Tabela 77: Aluno: produção técnica em periódicos eletrônicos

Possui produção técnica em periódicos eletrônicos em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Sim	1	100,0
Não	-	0

Indique o número de produção técnica que publicou em periódicos eletrônicos em OA

Segundo podemos confirmar pelas suas respostas ao questionário, nenhum dos alunos respondentes publicou algum tipo de produção técnica em periódico eletrônico em OA tal como apresentamos na tabela 78, o que contradiz a informação apresentada na tabela 77, e pelo contrário, os professores respondentes (cf. Tabela 40).apesar do baixo percentual publicaram vários tipos de produção técnica.

Tabela 78: Aluno: produção técnica publicada em periódicos eletrônicos em OA

Produção técnica publicada em periódicos eletrônicos em OA	Nº. de produção técnica	Frequência N	Percentual %
Cursos de Curta duração	0	0	0
Material didático ou instrucional	0	0	0
Software	0	0	0
Programa de rádio e TV	0	0	0
Trabalhos técnicos	0	0	0
Editoração	0	0	0

Indique o número de citações de produção técnica em OA

Após análise dos resultados dos inquéritos aplicados, verificamos que apenas um aluno respondente possui uma citação de produção técnica em OA e nenhuma citação de produção bibliográfica em OA (Cf. Tabela 70).

Tabela 79: Aluno: número de citações de produção técnica em OA

Número de citações de produção técnica em OA	Frequência (N)	Percentual (%)
Citações	1	100

3.3.5 O movimento OA e as opiniões dos estudantes dos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil com relação ao gênero, a idade, instituição onde estuda, a instituição onde estuda e possui repositório e a promoção do auto-arquivamento

Aqui apresentamos um elenco de opiniões, selecionadas durante a análise de dados da pesquisa, com a finalidade de demonstrar a posição dos alunos respondentes com relação ao movimento em prol do acesso livre, na Região Nordeste do Brasil.

Com relação ao gênero

Verificamos após análise dos dados recolhidos que a maioria dos estudantes respondentes é do gênero feminino, constituindo, por isso, o maior número no universo da pesquisa (cf. Tabela 48) e estuda na UFC. Estes concordam totalmente ou concordam com as afirmações abaixo apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade; mas, apesar do sentido positivo das respostas, existe nas duas últimas afirmações, que trata sobre o aumento de citações e a importância das publicações em OA uma distribuição entre os respondentes do “concordo totalmente” ao “discordo totalmente” tanto com relação ao gênero feminino e ao gênero masculino tal como apresentamos na tabela 80, o que corrobora com os resultados obtidos com relação às mesmas afirmações (cf. Tabela 60)

Tabela 80: Aluno: gênero: opiniões sobre o OA

(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmações	Gênero	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o acesso da produção bibliográfica	F	1.70	1.146	13 56,5	8 34,8	0 0	0 0	2 8,7
	M	1.40	.516	6 60,0	4 40,0	0 0	0 0	0 0

O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica	F	1.78	1.126	11 47,8	10 43,5	0 0	0 0	2 8,7
	M	1,50	.527	5 50,0	5 50,0	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	F	1.82	1.140	10 45,5	10 45,5	0 0	0 0	2 9,1
	M	1.40	.699	7 70,0	2 20,0	1 10,0	0 0	0 0
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	F	1.95	1.090	9 40,9	8 36,4	3 13,6	1 4,5	1 4,5
	M	1.50	.707	6 60,0	3 30,0	1 10,0	0 0	0 0
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional	F	2.230	1.307	8 36,4	7 31,8	3 13,6	2 9,1	2 9,1
	M	2.30	1.252	3 30,0	4 40,0	0 0	3 30,0	0 0

Com relação a idade

Como apresentamos na tabela 81, após análise dos dados recolhidos, verificou-se que a maioria dos estudantes respondentes entre 21 e 30 anos que é maior número no universo da pesquisa (cf. Tabela 49) concorda totalmente ou concorda com as afirmações abaixo apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade. Mas, apesar do sentido mais positivo das respostas existe nas duas últimas afirmações, que trata sobre o aumento de citações e a importância das publicações em OA uma distribuição entre os respondentes do “concordo totalmente” ao “discordo totalmente”, o que corrobora com os resultados obtidos com relação às mesmas afirmações (cf. Tabela 60).

Tabela 81:Aluno: idade: opiniões sobre o OA
(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmações	Idade*	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o acesso da produção bibliográfica	A	1.33	.577	2 66,7	1 33,3	0 0	0 0	0 0
	B	2.00	1.188	6 33,3	10 55,6	0 0	0 0	2 11,1
	C	1.00	.000	7 100,0	0 0	0 0	0 0	0 0
	D	1.25	.500	3 75,0	1 25,0	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica	A	1.67	.577	1 33,3	2 66,7	0 0	0 0	0 0
	B	2.06	1.162	5 27,8	11 61,1	0 0	0 0	2 11,1
	C	1.00	.000	7 100,0	0 0	0 0	0 0	0 0
	D	1.25	.500	3 75,0	1 25,0	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	A	1.50	.707	1 50,0	1 50,0	0 0	0 0	0 0
	B	2.06	1.211	6 33,3	9 50,0	1 5,6	0 0	2 11,6
	C	1.14	.378	6 85,7	1 14,3	0 0	0 0	0 0
	D	1.25	.500	3 75,0	1 25,0	0 0	0 0	0 0
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	A	1.50	.707	1 50,0	1 50,0	0 0	0 0	0 0
	B	2.28	1.018	3 16,7	10 55,6	3 16,7	1 5,6	1 5,6
	C	1.00	1.018	7 100,0	0 0	0 0	0 0	0 0
	D	1.50	1.000	3 75,0	0 0	1 25,0	0 0	0 0
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das	A	3.00	2.828	1 50,0	0 0	0 0	0 0	1 50,0
	B	2.56	2.199	3 16,7	8 44,4	2 11,1	4 22,2	1 5,6

publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional	C	1.57	.787	4 57,1	2 28,6	1 14,3	0 0	0 0
	D	1.25	.500	3 75,0	1 25,0	0 0	0 0	0 0

*A - Menos de 20 anos, B - Entre 21 e 30 anos, C - Entre 31 e 40 anos; D - Mais de 40 anos

Com relação a universidade em que o aluno estuda

Verificamos através da pesquisa que a maioria dos alunos respondentes independentemente da universidade onde estuda, concorda totalmente ou concorda com as afirmações abaixo apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade, tal como apresentamos na tabela 82. Mas, apesar do sentido positivo das respostas, existe uma dispersão entre os respondentes com relação às duas últimas afirmações que trata sobre o aumento de citações e a importância das publicações em OA do “concordo totalmente” ao “discordo totalmente”, o que mais uma vez confirma os resultados obtidos com relação às mesmas afirmações (cf. Tabela 60).

Tabela 82: Aluno: instituição onde estuda: opiniões sobre o OA

(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmações	Instituição onde leciona	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o acesso da produção bibliográfica	UFMA	3.00	.000	1 100,0	0 0	0 0	0 0	0 0
	UFPB	1.50	.707	8 88,9	1 11,1	0 0	0 0	0 0
	UFRN	1.80	1.095	3 60,0	2 40,0	0 0	0 0	0 0
	UFAL	1.40	.548	3 60,0	2 40,0	0 0	0 0	0 0
	UFPE	1.50	.707	1 50,0	1 50,0	0 0	0 0	0 0
	UFC	2.90	1.197	2 20,0	6 60,0	0 0	0 0	2 20,0

	UFBA	0	0	0	0	0	0	0
	UFBA	0	0	0	0	0	0	0
O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica	UFPB	1.22	441	7 77,8	2 22,2	0 0	0 0	0 0
	UFAL	1.40	.548	3 60,0	2 40,0	0 0	0 0	0 0
	UFPE	1.50	.707	1 50,0	1 50,0	0 0	0 0	0 0
	UFRN	1.60	.548	2 40,0	3 60,0	0 0	0 0	0 0
	UFC	2.40	1.430	2 20,0	6 60,0	0 0	0 0	2 20,0
	UFMA	2.00	.000	0 0	1 100,0	0 0	0 0	0 0
	UFBA	0	0	0	0	0	0	0
	UFBA	0	0	0	0	0	0	0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	UFAL	1.20	447	4 80,0	1 20,0	0 0	0 0	0 0
	UFPB	1.33	.500	6 66,7	3 33,3	0 0	0 0	0 0
	UFRN	1.60	.894	3 60,0	1 20,0	1 20,0	0 0	0 0
	UFPE	1.50	.707	1 50,0	1 50,0	0 0%	0 0	0 0
	UFC	2.44	1.509	2 22,2	5 55,6	0 0	0 0	2 22,2
	UFMA	2.00	.000	0 0	1 100,0	0 0	0 0	0 0
	UFBA	0	0	0	0	0	0	0
	UFBA	0	0	0	0	0	0	0
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	UFPB	1.33	.500	6 66,7	3 33,3	0 0	0 0	0 0
	UFRN	1.60	.894	3 60,0	1 20,0	1 20,0	0 0	0 0
	UFAL	1.60	.894	3 60,0	1 20,0	1 20,0	0 0	0 0
	UFC	2.33	1.323	2 22,2	5 55,6	0 0	1 11,1	1 11,1
	UFMA	2.00	.000	0 0	1 100,0	0 0	0 0	0 0
	UFPE	3.00	.000	0 0	0 0	2 100,0	0 0	0 0
	UFPE	3.00	.000	0 0	0 0	2 100,0	0 0	0 0

	UFBA	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0	0
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional	UFPB			5	1	2	1	0
		1.89	1.167	55,6	11,1	22,2	11,1	0
	UFPE			1	1	0	0	0
		1.50	.707	50,0	50,0	0	0	0
	UFRN			2	1	0	2	0
		2.40	1.517	40,0	20,0	0	40,0	0
	UFAL			1	3	0	1	0
		2.20	1.095	20,0	60,0	0	20,0	0
	UFC			1	5	1	1	1
		2.56	1.236	11,1	55,6	11,1	11,1	11,1
	UFMA			0	0	0	0	1
		5.00	1.270	0	0	0	0	100,0
	UFBA	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0	0

Com relação à universidade onde estuda e possui repositório institucional

O objetivo dessa questão é o de verificar se os alunos respondentes que estudam em universidade que possui repositório institucional, concordam mais com as afirmações abaixo apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade. E, de fato verificamos que a maioria dos alunos respondentes que estudam em universidades que possuem repositório institucional, concorda totalmente e concorda com as afirmações abaixo apresentadas conforme a tabela 83. Mas, verificamos também que apesar do sentido positivo das respostas, ocorre nas duas últimas afirmações que trata sobre o aumento de citações e a importância das publicações em OA uma distribuição das respostas dos alunos respondentes do “concordo totalmente” ao “discordo totalmente”, independentemente das universidades onde estudam possuírem repositórios ou não.

Tabela 83: Aluno: instituição onde estuda possui repositório: opiniões sobre o OA

(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmações	Instituição/ Repositório	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o	Sim	1.48	.898	15 65,2	7 30,4	0	0	1 4,3

acesso da produção bibliográfica	Não	1.90	1.197	4 40,0	5 50,0	0 0	0 0	1 10,0
O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica	Sim	1.09	.996	13 56,3	9 39,1	0 0	0 0	1 4,3
	Não	2.20	1.229	3 30,0	6 60,0	0 0	0 0	1 10,0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	Sim	1.59	.908	12 54,4	9 40,9	0 0	0 0	1 4,5
	Não	1.90	1.287	5 50,0	3 30,0	1 10,0	0 0	1 10,0
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	Sim	1.77	1.020	11 50,0	7 31,8	3 13,6	0 0	1 4,5
	Não	1.90	.994	4 40,0	4 40,0	1 10,0	1 10,0	0 0
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional	Sim	2.09	1.151	8 36,4%	8 36,4%	3 13,6%	2 9,1%	1 4,5%
	Não	2.60	1.506	3 30,0%	3 30,0%	0 0%	3 30,0%	1 10,0%

Com relação à disponibilização da produção bibliográfica e o auto-arquivamento.

Após análise dos dados recolhidos verificamos, tal como apresentamos na tabela 84, que a maioria dos alunos respondentes que estudam em cursos de biblioteconomia que promovem ou não a disponibilização da produção bibliográfica e o auto-arquivamento (cf. Tabela 57) concorda totalmente com as afirmações abaixo apresentadas sobre o contributo do OA com relação ao acesso, a disseminação. E, apesar do sentido positivo das respostas, verificamos que nas três últimas afirmações existe uma distribuição entre os alunos respondentes do “concordo totalmente” ao “discordo totalmente”, independentemente do curso onde estudam promover ou não a disponibilização da produção bibliográfica e o auto-arquivamento.

Tabela 84: Aluno: promoção do auto-arquivamento: Opiniões sobre o OA
(1 – Concordo totalmente...5 – Discordo totalmente)

Afirmações	Promoção do auto-arquivamento	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O movimento do OA contribui para facilitar o acesso da produção bibliográfica	Sim	1.20	.422	8 80,0	2 20,0	0 0	0 0	0 0
	Não	1.65	.933	10 50,0	9 45,0	0 0	0 0	1 5,0
O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica	Sim	1.40	.516	6 60,0	4 40,0	0 0	0 0	0 0
	Não	1.75	.910	8 40,0	11 55,0	0 0	0 0	1 5,0
O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	Sim	1.30	.488	7 70,0	3 30,0	0 0	0 0	0 0
	Não	1.74	.991	9 47,4	8 42,1	1 5,3	0 0	1 5,3
O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores	Sim	1.40	.699	7 70,0%	2 20,0%	1 10,0%	0 0	0 0%
	Não	1.79	.855	8 42,1	8 42,1	2 10,5	0 0	1 5,3
As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional	Sim	1.90	1.287	6 60,0	1 10,0	1 10,0	2 20,0	0 0
	Não	2.16	1.167	5 26,3	10 52,6	2 10,5	0 0%	2 10,5

Concluimos aqui a análise dos questionários aplicados aos professores e alunos das comunidades acadêmicas da área de Biblioteconomia das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil e observamos alguns impactos das estratégias

de disseminação do OA sobre as referidas comunidades e a seguir apresentamos o inquérito por entrevista.

3.4 INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Neste tópico apresentamos o inquérito por entrevista realizado por *e-mail*, como justificamos no capítulo III, que trata sobre as questões metodológicas. O *e-mail* foi enviado no dia 21 de Abril de 2010 e foi prontamente respondido no dia 22 de Abril 2010 pelo Professor Doutor Hélio Kuramoto, enquanto Tecnologista Sênior do IBICT, líder do movimento do acesso livre ao conhecimento científico no Brasil, (cujo o inquérito pode ser consultar no anexo D).

Transcrevemos, abaixo, o inquérito na íntegra com as respostas em *itálico*, com a finalidade de destacar as informações recebidas.

Respostas ao Questionário

1. Atualmente, qual é o resultado alcançado pelo projeto financiado pela FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - para a construção de Repositórios e Revistas Científicas de Acesso Livre?

Resposta: Ainda não houve tempo para conhecer os impactos que o referido projeto provocou na comunidade. Mas, temos algumas indicações de impactos como o fato de mais de, neste período de 2005-2009, mais de 1000 revistas terem adotado o pacote de software SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas, ferramenta esta que foi customizada e distribuída pelo IBICT. Este pacote de software foi customizado a partir do pacote de software Open Journal System (OJS) , que foi originalmente desenvolvido pelo projeto Public Knowledge Project (PKP) . Um outro indicador é o fato de diversas universidades se terem mobilizado na construção de seus repositórios institucionais, 33 delas com a distribuição de kits tecnológicos provenientes do referido projeto financiado pela FINEP.

2. O OASIS é um projeto-piloto criado pelo IBICT para implementar repositórios institucionais. Quantas universidades atualmente fazem parte desse projeto e aderiram a essa iniciativa?

Resposta: Atualmente, 33 universidades estão em vias de implantar os seus repositórios institucionais beneficiadas com recursos do projeto financiado pela FINEP.

3. Quantos repositórios institucionais foram instalados (criados?) com os recursos disponibilizados pela FINEP, nas Universidades Brasileiras? Especificamente, quantos foram instalados nas Universidades Federais na Região Nordeste?

Resposta: Temos conhecimento oficial de que duas universidades já implantaram os seus repositórios e que outras estão em vias de concluir a implantação. Das 33 universidades, 6 são do nordeste e uma do norte do País. São elas, do nordeste: Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal da Bahia. Do norte temos o Museu Paranaense Emílio Goeldi.

4. Como se tem divulgado a instalação dos repositórios institucionais nas Universidades Federais brasileiras, para que estes sejam de fato utilizados pela comunidade acadêmica, não só para consulta dos documentos, mas também para ampliar o registro, acesso e a disseminação da produção científica, promovendo simultaneamente a sua maior visibilidade?

Resposta: Não temos um programa de marketing para fazer tal divulgação. O nosso objetivo é integrar todos os repositórios no Portal OasisBr e, então fazer a divulgação do portal. Portanto, uma divulgação nacional.

5. O Projeto de Lei PL 1120/2007, que tem como objetivo estabelecer e implantar no Brasil uma política nacional de acesso livre à informação científica, já foi efetivamente aprovado? E quais as consequências reais após a aprovação do Projeto de Lei para o movimento do OA?

Resposta: Não, ainda não foi aprovado. Este projeto foi avaliado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática e aprovado por esta comissão, assim como pela Comissão de Educação e Cultura. E, agora encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e encontra-se no aguardo de uma posição da relatoria. Houve um período de abertura para emendas. Este período já foi finalizado. No entanto, preocupado com a atualização do projeto, recentemente eu, a Professora Sely Costa (UnB), o Professor Fernando César Leite (UnB) e Bianca Amaro de Melo (IBICT), fizemos uma revisão do referido projeto e agregamos alguns aperfeiçoamentos e o encaminhamos para a assessoria parlamentar do Deputado Rodrigo Rollemberg, com o propósito de atualizar o referido projeto.

6. Para além dos consensos estabelecidos no Seminário Aleplus, organizado pelo IBICT/Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT –, no ano de 2007, com a finalidade de discutir o tema “ Acesso livre ao conhecimento científico nos países lusófonos”, que outros eventos foram criados para promover o *Open Access*, nos países de língua portuguesa?

Resposta: *Não foi realizado nenhum outro evento que eu saiba.*

7. No Compromisso do Minho, no que concerne à cooperação em investigação/pesquisa e ao desenvolvimento ficou estabelecido desenvolver várias iniciativas para promover o *Open Access*, nos países de língua portuguesa. Quais dessas ações foram implementadas? Qual o seu impacto?

Resposta: *No ano passado, 2009 , o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil assinou um Memorando de Entendimentos com o propósito de integrar as iniciativas de acesso livre brasileiras com as de Portugal. Basicamente, integrar os repositórios institucionais e a criação de uma biblioteca digital luso-brasileira de teses e dissertações, além de promover de forma alternada, em Portugal e no Brasil, um evento para promoção do acesso livre. Todas essas ações já estão em curso.*

8. O modelo *Open Archives* foi um marco importante para o desenvolvimento do *Open Access*. No Brasil permitiu a implantação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que hoje integra mais de setenta universidades e um acervo com mais de cem mil teses, fato que contribuiu para o registro e para a disseminação da produção científica brasileira. Este fato vem contribuindo para uma maior visibilidade da pesquisa brasileira?

Resposta: *Eu acredito que sim, pois a nossa Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações faz parte da **Networked Digital Library of Theses and Dissertations** (NDLTD), da iniciativa **Bielefeld Academic Search Engine** (BASE), da Bielefeld University Library da Alemanha, assim como de outras iniciativas como o **Scirus**. Creio que a BDTD tenha sido pioneira pois não tenho conhecimento de nenhuma outra iniciativa brasileira, em termos de bases de dados, sendo indexada por outras iniciativas estrangeiras.*

9. O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), é um *software* desenvolvido para a construção e para a gestão de publicações eletrônicas. É visível,

que nos últimos anos houve um aumento do número de publicações que passou a constar neste sistema? Atualmente, estão cadastradas neste portal mais de setecentas revistas. Estas publicações são de acesso livre?

Resposta: *Não posso afirmar com dados oficiais, dado que não os tenho, mas pelo que pude averiguar ao analisar a maioria destas revistas, elas são de acesso livre, inclusive há um artigo na revista **LIINC** que indica o Brasil como sendo um dos países que mais possuem publicações seriadas de acesso livre.*

10. Qual a participação e/ou a contribuição do IBICT na iniciativa *Enabling Open Scholarship* – EOS? Quando o Brasil participará nessa iniciativa?

Resposta: *Nenhuma, não tenho idéia dado que não mais faço parte do corpo diretivo do IBICT e não sei se o Instituto teria interesse em fazer parte desta iniciativa.*

11. Quais as próximas ações previstas pelo IBICT, que visam envolver efetivamente os pesquisadores, em torno do movimento do *Open Access* à informação científica, já que são de fato os maiores beneficiários por este movimento?

Resposta: *Conforme eu declarei na resposta à pergunta de número 10, não tenho idéia e não sei o que será do acesso livre no Brasil, pois não faço mais parte do corpo diretivo do IBICT.*

12. O IBICT tem previsto o desenvolvimento de alguma ação que vise, num futuro próximo, que as Agências de Fomento revertam as regras adotadas da avaliação dos projetos da pesquisa e dos pesquisadores para a concessão de auxílios, com a finalidade de estimular os pesquisadores a aderirem às práticas do acesso livre?

Resposta: *Da parte do IBICT creio que não, mas propus aperfeiçoamentos no projeto de lei 1120/2007 de forma a que as agências de fomento brasileiras adotem critérios de avaliação aderentes às iniciativas de acesso livre. O meu senso de avaliação indica que o IBICT não deverá ter grande atuação do acesso livre, eu era a pessoa mais entusiasta com relação ao acesso livre e continuarei atuando como tal.*

O movimento em prol do acesso livre no Brasil, é relativamente novo. Começou a partir de 2005 com o lançamento do Manifesto Brasileiro em prol do Acesso Livre no Brasil. Mas, durante a pesquisa, desde o início da revisão de literatura e com a análise dos dados recolhidos através do inquérito, identificámos várias iniciativas favoráveis a esse movimento no Brasil, confirmadas através das

diversas declarações de apoio ao OA no Brasil, realizadas por diferentes associações e instituições acadêmicas, e através dos questionários aplicados, podemos verificar que o movimento do OA é bastante conhecido pelo corpo docente respondente. Também podemos verificar o alto índice de aceitação do OA como um veículo facilitador para disseminação da produção científica livre de restrições, que pode ser consultado no anexo B.

Entre os discentes respondentes, identificámos um baixo índice de conhecimento do OA, mas averiguámos um entendimento muito claro entre os discentes que conhecem o OA sobre o objetivo e a importância desse movimento para a disseminação do conhecimento científico, através dos resultados obtidos e dos comentários recebidos, que podem ser consultados no anexo C.

Constatamos a partir das respostas dos inquéritos aplicados aos docentes e discentes a inexistência da legitimidade das publicações digitais em OA por parte dos professores e alunos das comunidades acadêmicas da área de Biblioteconomia na Região Nordeste do Brasil.

Com a entrevista podemos obter informação sobre as diversas iniciativas, realizadas através do IBICT, em favor desse movimento, entre as quais podemos ressaltar os recursos obtidos através da FINEP, para financiar a construção de repositórios institucionais no Brasil, a adoção por mais de mil revistas científicas ao pacote de *software* SEER – ferramenta esta que foi customizada e distribuída pelo IBICT - e a Cooperação luso-brasileira, para a promoção de iniciativas conjuntas nos países lusófonos, tendo em vista a disseminação da literatura científica em língua portuguesa.

Através da análise dos resultados obtidos com os questionários e a entrevista, podemos verificar distintamente os efeitos/consequências que a “via verde” e a “via dourada” de disseminação da informação trazem para a comunicação científica nas comunidades acadêmicas da área de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil e entre as quais podemos mencionar o número de universidades que possuem repositórios institucionais, os periódicos em acesso livre, o número de produção bibliográfica de docentes em acesso livre e o mais importante, verificar a opinião favorável de professores e alunos sobre as iniciativas em favor do movimento OA. Assim já podemos visualizar algum impacto que as estratégias de disseminação acima citadas possibilitaram como efeitos e/ou as influências do movimento do Acesso livre no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa sobre a influência do OA nas Comunidades Acadêmicas na área de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil, permitiu, em primeiro lugar, adquirir informações sobre o movimento OA no mundo, e, de uma forma muito especial, no Brasil, tais como as iniciativas desenvolvidas no seio das associações acadêmicas.

Possibilitou, em segundo lugar, identificar e conhecer um elenco de autores preocupados com a disseminação do conhecimento científico, além de permitir também a participação em algumas ações realizadas, com a finalidade de difundir esse movimento em prol do acesso livre, como conferências, seminários e palestras entre outras.

Em terceiro lugar, levou a compreender melhor as iniciativas internacionais em favor do OA. Referen-se, a título de exemplo a Declaração de Santo Domingo (1999), a Conferência Mundial sobre a Ciência no Século XXI (1999), a Convenção de Santa Fé (1999), a BOAI 2001 e 2002, a Declaração de Princípios e Plano de Ação da Cimeira Mundial sobre a Sociedade do Conhecimento (2003), a *Bethesda Statement on Open Access* (2003), a *Berlin Declaration Open Access to Knowledge in the Science and Humanities* (2003), a Iniciativa ALEMPUS (2006), o Compromisso do Minho (2006), a Cooperação Luso-brasileira (2009). Esta última foi desenvolvida em prol da difusão do conhecimento científico em língua portuguesa, nos países lusófonos e no mundo, e possibilitou observar o esforço do IBICT e da Universidade do Minho em estabelecer iniciativas concretas de forma a fortalecer o referido movimento no seio dos países de língua portuguesa. Além das iniciativas acima citadas várias declarações de apoio ao Acesso livre vêm sendo elaboradas em várias partes do Brasil como a Declaração de Salvador (2005), a carta de São Paulo (2005), a Carta de Florianópolis (2006), a carta aberta elaborada durante a 58ª Reunião anual da SBPC (2006), a carta do Rio de Janeiro (2007) e a Carta de Apoio ao Acesso Aberto à Produção Técnico-Científica, Artística e Didática da USP (2010).

Em quarto lugar, criou possibilidades para conhecer a opinião de docentes e discentes dos cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil, face ao envolvimento dos Cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão. Deve destacar-se, aqui, que foi possível, ao longo do estudo, verificar não só a posição favorável de professores e alunos, anteriormente citados, em relação ao movimento OA. Mas também outras ações que comprovam o impacto do OA no nordeste do Brasil:

- uma maioria de docentes e discentes do gênero feminino nos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil concordam totalmente com o OA;

- os docentes que possuem, na sua maioria, entre 51 e 60 anos e lecionam nos Cursos de Biblioteconomia da UFPB e UFBA possuem também um grau mais elevado de formação acadêmica, ocupando maior nível na carreira de docente, em virtude de ministrarem aulas em cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia e no Mestrado em Ciência da Informação e no ICI da UFBA ministrarem também aulas no Doutorado em Ciência da Informação (o único em toda Região Nordeste);

- enquanto a maioria dos alunos possuem uma faixa etária entre 21 e 30 anos e cursam o bacharelado em Biblioteconomia - graduação que existe na UFBA, UFAL, UFPE, UFPB, UFRN, UFC, e na UFMA. Grande parte desses alunos cursam o quinto semestre do curso, já que os cursos de Biblioteconomia tem a duração de quatro anos (oito semestres);

- e como fator bastante positivo para o movimento do OA no Brasil, a maior parte das Universidades inquiridas possui repositórios institucionais (RI): o RI da UFBA, UFAL, UFRN e UFMA encontram-se instalados, o RI da UFPE está em fase de testes e o RI da UFC já possui um *link* e publicações depositadas, será lançado oficialmente no segundo semestre de 2011 e só o RI da UFPB ainda não foi implantado, mas o Departamento de Ciência da Informação onde funciona o curso de Biblioteconomia nesta universidade possui um repositório. Todos os RI acima citados fazem parte da Relação dos Repositórios Brasileiros que utilizam o Dspace e o RI da UFRN e UFMA estão registrados no *Directório Luso-brasileiro – repotórios e revistas de acesso aberto*, todos foram implantados a partir dos recursos oriundos da FINEP. Mas comprovadamente pelo baixo percentual de produção bibliográfica e produção técnica de docentes e discentes respondentes depositadas em RI não existe ainda uma política estabelecida para divulgar e incentivar o auto-arquivamento (via verde) e a disponibilização da produção científica de professores e alunos nesses RI. Apesar de existir um alto percentual de utilização de RI entre os docentes respondentes enquanto os alunos não o utilizam, mas assim como os professores utilizam periódicos eletrônicos em OA.

- os Cursos de Biblioteconomia da região inquirida comprovadamente possuem três periódicos em OA (via dourada) - *Informação & Sociedade* e *Biblionline* publicados pelo Departamento de Ciência da Informação da UFPB, e *Ponto de Acesso* publiccado pelo ICI da UFBA todos os três indexados no SEER - uma ferramenta desenvolvida para a construção e gestão de publicações eletrônicas, o que garante de certa forma a disseminação da produção científica do seu corpo docente que

possui um maior número de artigos de periódicos e outras produções bibliográficas publicados em OA;

- comprovadamente a maioria dos docentes conhece e concorda com o movimento do OA, outro fator de impacto do movimento do OA no Brasil. Ao contrário dos discentes respondente, cujo a maioria desconhece o OA, mas a minoria que conhece também concorda com o movimento do OA;

- os docentes respondentes assim como os discentes possuem uma opinião formada sobre o OA, mas ainda não asseguram que "o movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores", apesar de inúmeros estudos comprovarem essa afirmação como podemos verificar no capítulo II da revisão de literatura e de uma forma mais bem acentuada também não afirmam que "as publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional".

- a maioria dos professores e alunos respondentes utiliza produção bibliográfica em OA nos seus mais variados tipos, sobretudo artigos publicados em periódicos eletrônicos em OA, mas só os docentes possuem um número significativo de produção bibliográfica publicada em AO, principalmente de artigos publicados em periódicos eletrônicos de acesso aberto e trabalhos publicados em anais de eventos;

- apesar da maioria das universidades da região inquirida possuir RI ainda é significativamente baixo o número de produção bibliográfica de docentes e principalmente de discente depositada nesses repositórios; isso justifica-se pelo fato dos referidos repositórios terem sido recentemente implantados e sendo assim reafirma-se a falta de incentivo ao auto-arquivamento e a promoção da disponibilização da produção bibliográfica produzida nas IES da região nordeste do Brasil;

- a produção técnica de docentes e discentes publicada em OA, em RI e em RI da instituição onde lecionam ou estudam é irrelevante, se comparado ao número de produção bibliográfica de docentes em OA, em RI e em RI da instituição onde lecionam; justifica-se isso pelo fato da produção técnica ser relativamente baixa nas chamadas ciências sociais e principalmente na Ciência da Informação, além da falta de incentivo ao auto-arquivamento nas IES do nordeste do Brasil, mas a maioria dos docentes e alunos respondentes utilizam produção técnica em OA principalmente de material didático e instrucional e de *software*;

E cruzando a opinião dos docentes e discentes respondentes com relação ao gênero, a idade, a formação acadêmica, a instituição onde leciona ou estuda, a categoria que ocupa na carreira de docente, a instituição onde leciona ou estuda

possuir repositório e a disponibilização da produção bibliográfica e o auto arquivamento constatamos que:

- a maioria dos docentes e discentes do gênero feminino concorda totalmente e concorda com as afirmações sobre o OA, mais existe uma distribuição entre os professores e alunos respondentes do gênero masculinos e do gênero feminino que não asseguram que "o movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores" e "as publicações bibliográficas em OA tem a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feitas pelos pares;

- a maior parte dos professores respondentes entre 41 e 60 anos concorda totalmente e concorda com as afirmações apresentadas sobre o OA e só os professores entre 41 anos e 50 anos e os alunos entre 21 e 30 anos não asseguram que o "o movimento do OA promove o aumento do número de citações de professores e pesquisadores" e "as publicações bibliográficas em OA tem a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feitas pelos pares";

- independentemente da instituição onde lecionam e estudam a maioria dos professores e alunos respondentes concorda totalmente e concorda com as afirmações apresentadas sobre o OA, com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade, mas existe uma dispersão entre os professores e alunos respondentes com relação as afirmações "o movimento do OA promove o aumento do número de citações de professores pesquisadores" e "as publicações bibliográficas em OA tem a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feitas pelos pares";

- os professores assistentes/mestres concordam totalmente com as afirmações sobre o OA, com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade, mas existe uma dispersão entre os professores assistentes/mestres e adjuntos/doutores respondentes com relação as afirmações "o movimento do OA promove o aumento do número de citações de professores pesquisadores" e "as publicações bibliográficas em OA tem a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feitas pelos pares";

- a maior parte dos professores e alunos respondentes que lecionam e estudam em instituições que possuem repositórios concorda totalmente com as afirmações sobre o OA, com relação ao acesso, a disseminação e a visibilidade, mas independentemente da instituição onde lecionam ou estudam possuir repositórios existe uma distribuição entre os professores e alunos respondentes com relação as afirmações "o movimento do OA promove o aumento do número de citações de

professores pesquisadores" e "as publicações bibliográficas em OA tem a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feitas pelos pares";

- entre os alunos respondentes a maioria concorda totalmente com as afirmações sobre o OA, com relação ao acesso e a disseminação independentemente se estudam em instituições que promovem ou não o auto-arquivamento, mas ocorre uma dispersão entre os respondentes com relação as afirmações "o movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores; "o movimento do OA promove o aumento do número de citações de professores pesquisadores" e "as publicações bibliográficas em OA tem a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feitas pelos pares";

O que comprova a inexistência da legitimação e da legitimidade das publicações digitais em OA, por parte dos docentes e discentes respondentes das comunidades acadêmicas da área de Biblioteconomia no nordeste do Brasil.

Em último lugar, o percurso investigativo deixa reconhecer que existem várias iniciativas em prol do OA no Brasil, não só a partir das associações ou instituições acadêmicas brasileiras, mas também do governo Brasileiro, realizadas através do IBICT, como a instalação (criação) de repositórios institucionais (via verde), com recursos financeiros disponibilizados pela FINEP, estabelecendo critérios para garantir a sua própria sustentabilidade nas Bibliotecas Centrais das Universidades Federais. Em 2011, elabora-se o primeiro mandato de acesso livre em IES, na UFRGS assegurando assim o registro e disseminação da produção científica produzida nessa instituição.

A adoção do pacote de *software* SEER, uma ferramenta desenvolvida para a construção e gestão de publicações eletrônicas (via dourada), que foi customizada e distribuída pelo IBICT e que atualmente possui mais de mil revistas indexadas, sendo que a sua maioria está disponível em acesso livre – vem favoravelmente assegurando a aceitação e o interesse pelo acesso livre, por parte da comunidade acadêmica brasileira e diversos estudos indicam que o Brasil é um dos países que possui mais publicações seriadas em acesso livre.

Aqui, não poderíamos deixar de ressaltar a importância da criação da BDTD, cujo modelo *Open Archives* possibilitou implantar e que hoje agrega mais de setenta universidades e um acervo com mais de cem mil teses, e faz parte da ND LTD, da *BASE da Bielefeld University Library* na Alemanha, transformando-se numa iniciativa pioneira que vem contribuindo para a disseminação da produção científica brasileira no mundo.

O projeto de lei n. 1120 de 2007 - que dispõe sobre o processo de disseminação da produção científica, uma das mais importantes iniciativas brasileiras em favor do acesso livre, que foi arquivado. Mas em julho de 2011, foi apresentado ao Senado Federal um novo projeto de lei - PLS 387/2011 que dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências e encontra-se na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Em 2009, o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil assinou um Memorando de Entendimento com intenção de integrar as iniciativas de acesso livre brasileira com as de Portugal, integrar os repositórios institucionais, criar uma biblioteca digital luso-brasileira de teses e dissertações, e promover eventos alternados no Brasil e em Portugal.

Como podemos verificar através da revisão de literatura (ver capítulo II), com as declarações de apoio de várias associações ao movimento em prol do acesso livre, em várias regiões do Brasil, e dos resultados dos inquéritos aplicados (ver capítulo III), podemos afirmar que a comunidade acadêmica da área de Biblioteconomia na Região Nordeste do Brasil, concorda e aceita o acesso livre, sendo que já se torna visível o impacto ou a influência do movimento do acesso livre no Brasil, e, especificamente, na Região Nordeste. Contudo, dever-se-á continuar a investir na divulgação do movimento em prol do acesso livre e a implementar programas e projetos, com a finalidade de divulgar os RI de forma a ampliar e estimular a utilização do auto-arquivamento (via verde) e a criação de periódicos de acesso livre (via dourada).

Este impulso não deverá ser proporcionado só através do governo brasileiro, só através do IBICT, mas também através do envolvimento direto das próprias comunidades acadêmicas com os seus pares, nas suas instituições, para que o acesso livre se torne de fato uma alternativa para a disseminação do conhecimento científico e para que o Brasil e especificamente a Região Nordeste tenham a possibilidade de aumentar a visibilidade da sua produção científica no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

ACESSO LIVRE NO BRASIL

Disponível em: < <http://aleplus.wordpress.com/historico/>>. Acesso em 18 maio 2011, 14:13.

AGENDA PARA CIÊNCIA: uma base de ação. IN: A Ciência Para O Século XXI: Uma Nova Visão Uma Base De Ação. Brasília: UNESCO, ABIPTI. 2003. p.43 - 71.

Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/3046331/Ciencia-para-o-seculo-XXI-uma-nova-visao-e-base-de-acao-UNESCO>. Acesso em: 26 mar. 2010.

Alceu Amoroso Lima

Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alceu_Amoroso_Lima>. Acesso em: 21 out. 2010, 16:55.

ALVES, Jaqueline Costa. **Organização e representação da informação na biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC**: uma análise focada em metadados sob a luz do padrão MTB-BR. Florianópolis, SC, 2009. 161 p.

Disponível em: <http://www.cin.ufsc.br/pgcin/Jaqueline_Alves.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2010, 15:56

ANNAN, Kofi, O que significa para nós o conceito "Por uma Sociedade da Informação"? In: World Summit on the Information Society – WSIS, 2005, Túnis. **Palestra de abertura...**, Tunis: WSIS, 2009.

Disponível em:

<http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/ONU_SociedadeDaInformacao.htm>. Acesso em 09 dez.2009. 10:30

ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA

Disponível em:

<<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/anisio-teixeira306977.shtml>>. Acesso em: 21 out. 2010, 17:11

ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES. **Scholarly Journals at the Crossroads: A Subversive Proposal for Electronic Publishing An Internet Discussion about Scientific and Scholarly Journals and Their Future**. Washington: Office of Scientific & Academic Publishing, 1995.

Disponível em: <<http://www.arl.org/bm~doc/subversive.pdf>>. Acesso em: 12 dez.2009.

AZEVEDO, José; OLIVEIRA, Lidia. ([2008]) Convergence Cultura. Aveiro (PT), ICPD, p.18.

Disponível em:

<http://elearning.ua.pt/webapps/portal/frameset.jsp?tab=courses&url=/bin/commo n/course.pl?course_id= 9738_1> Acesso em 02 dez. 2008.

BAILEY, Charles Jr. What is open access? In: **Open Access**: Key Strategic, Technical and Economic Aspects. England: Chandos Publishing. 2006. P.13–26.

BATISTA, Ana Alice; COSTA, Sely M. de S.; KURAMOTO, Hélio; RODRIGUES, Eloy. COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: o papel da *Open Archives Initiative* no contexto do

Acesso Livre. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, 1º sem., p. 5 – 17, 2007.

Disponível em:

<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8727/1/2007EncontrosBibli.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2010, 14:24.

B.BICE. Disponível em: <<http://bbice.ibict.br/>> . Acesso em: 18. mar. 2010. 18:40.

BERLIN DECLARATION OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCE AND HUMANITIES. Berlin, 2003.

Disponível em: <<http://oa.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html>>.

Acesso em: 29 mar. 2009. 16:45.

BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING. Bethesda, 2003.

Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2009. 11: 45.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES – BDTD. Brasília IBICT. [2009]. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/>>. Acesso em: 10 set. 2009. 13:30.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA/INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. Brasília: 2010.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=1rors59wtbU>>. Acesso em: 15 fev. 2010. 17:00.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE - BVS. São Paulo: BVS.

Disponível em: <<http://diade.bvsalud.org/40anos/html/pt/>>. Acesso em 20 jan. 2010. 18:20

BINOTTO, Maria Angélica. Democratizar o acesso aos conhecimentos científicos: como, onde e porquê. **Revista Digital**. Buenos Aires, año 11, n. 105, fev. 2007.

Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd105/democratizar-o-acesso-aos-conhecimentos-cientificos.htm>>. Acesso em 09 dez. 2009. 1430.

BIREME celebra 40 anos de cooperação para democratização da informação e conhecimento em saúde na América Latina. São Paulo: BVS. 2007.

Disponível em:

<<http://diade.bvsalud.org/40anos/html/pt/>>. Acesso em 20 jan. 2010. 16:29

BLATTMANN, Úrsula; BOMFÁ, Cláudia Regina Ziliotto. Gestão de Conteúdos Em Bibliotecas Digitais: Acesso Aberto de Periódicos Científicos eletrônicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.2, n.1, p.41-56, jul./dez. 2006.

Disponível em:

<<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/4/2>>. Acesso em: 09 nov. 2010. 15:30.

BLOG do KURAMOTO

Disponível em:

<<http://kuramoto.wordpress.com/>>.

BORGES, Maria Manuel. **A esfera**: comunicação acadêmica e novos media. Coimbra, 2006. CDROM.

BORGES, Maria Manuel. A propriedade intelectual: do direito privado ao bem público. **Observatorio Journal**, Coimbra, n.5, p. 225-244, 2008.

Disponível em:

< <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/126/156>>. Acesso em 7 jun. 2010, 16:30.

BRÄSCHER, Marisa; AMARO, Bianca; PAVANI, Ana; LEITE, Fernando. Acesso livre no Brasil.In: Conferencia Luso-Brasileira, 1., 2010. Minho (PT). **Anais Eletrônicos...** Minho: Universidade do Minho, 2010. Palestra. Disponível em:

<<http://www.slideshare.net/ConfOA/apresentao-portugal-5922220>>. Acesso em 07 dez. 2010. 17:00.

BRASIL. Câmara dos Deputados Brasileiros. Projeto de Lei n. 1120/2007. Brasília: Câmara dos Deputados. 2007.

Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf> >. Acesso em: 26 fev. 2010.14:30.

BRASIL. Câmara dos Deputados Brasileiros. Projeto de Lei n. 387/2011. Brasília: Câmara dos Deputados. 2011. 10:45

Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/Detalhes.asp?p_cod_mate=101006>. Acesso em: 22 jul.2011 11:30.

BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia da República Federativa do Brasil. Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da República Portuguesa e o Ministério Da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil em Matéria de Reforço da Língua Portuguesa na Sociedade da Informação através de Repositórios Científicos de Acesso Aberto/Livre, Disponibilização de Recursos para o Processamento Computacional da Língua Portuguesa, Medição dos Conteúdos da Web em Português, e Arquivo da Web. Lisboa, PT, 10 out. 2009.

Disponível

em:

<http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/MoU_Lingua_Portuguesa_Final.pdf>. Acesso em 07 dez. 2010. 17:46.

BRASIL. Decreto do Governo n.º 21/87 - Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil. Lisboa, PT, 5 Maio. 1986.

Disponível em: < <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec21-1987.pdf>> . Acesso em: 07 dez. 2010. 17:55.

BUAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI. Hungary (Budapest), 2001

Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess>> Acesso em: 20 mar. 2010. 1025.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI.Hungary (Budapest), 2002.

Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>>. Acesso em: 31 mar. 2009. 10:15.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI. Hungary (Budapest). 2002.

Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2010. 17: 45.

CAFÉ, Lígia; LAGE, Márcia Basílio. Auto-arquivamento: uma opção inovadora para a produção científica. **DataGramaZero**. Rio de Janeiro, v.3, n.3, jun. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun02/Art_04.htm>. Acesso em: 12 dez. 2009.

CAPES E ELSEVIER OFERECM ACESSO LIVRE A ARTIGOS BRASILEIROS.

Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2788-capes-e-elsevier-oferecem-acesso-livre-a-artigos-brasileiros>>. Acesso em: 20 out. 2010, 15:15

CARMO, Hermano; Manuela M. Ferreira. Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem. 2 ed. Lisboa: Universidade Aberta, 2008. 375p. ISBN 119169/97

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. São Francisco (EUA). 1945.

Disponível em:<http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 04 mar. 2010. 17:02

CARTA ABERTA À SBPC. Florianópolis: SBPC, 2006.

Disponível em:<<http://kuramoto.blog.br/2006/07/24/carta-aberta-a-sbpc/>>. Acesso em: 26 fev. 2010. 15:30.

CARTA DE APOIO AO ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICO, ARTÍSTICO E DIDÁTICO DA USP.

Disponível em:

<<http://www.acessoaberto.usp.br/cartaUSP>>. Acesso em 22 jul. 2011.15:39.

CARTA DE SÃO PAULO. São Paulo: 2005.

Disponível em: <<http://www.ibict.br/noticia.php?id=176>>. Acesso em: 11 dez. 2009. 10:30.

CARTA DE SÃO PAULO. São Paulo: 2005.

Disponível em: < <http://www.acessoaberto.org/>>. Acesso em: 11 dez. 2009. 11:30.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2 ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. v.1.

CIÊNCIA PARA O SÉCULO XXI: uma nova visão e uma base de ação. Brasília: ABIPTI, 2003. Disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/3046331/Ciencia-para-o-seculo-XXI-uma-nova-visao-e-base-de-acao-UNESCO>>. Acesso em: 12 jan. 2010. 16:30.

CIMEIRA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Genebra. 2003.

Disponível em:

http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2667&Itemid=369. Acesso em: 04 mar.2010. 17:11

CLUBE OAI BRASIL.

Disponível em:<<http://clube-oai.incubadora.fapesp.br/portal/prot-oai>>. Acesso em: 04 fev. 2010. 13:20:

CLUBE OAI BRASIL. SÃO Paulo: FAPESP. 2007.

Disponível em: <<http://clube-oai.incubadora.fapesp.br/portal/prot-oai>>. Acesso em: 10 jan. 2010. 14:20.

COMPROMISSO DO MINHO. Minho (PT), 20006

Disponível em:

<http://www.ibict.br/anexos_secoes/compromissoDoMinho.doc>. Acesso em: 26 fev.2010. 15:21

COORDENAÇÃO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES.
Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 5 out. 2010, 16:30

CORDEIRO, Maria Inês. Código aberto e livre acesso: uma nova cultura na gestão de recursos? In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9., 2007, Ilha de São Miguel – Açores (PT). **Anais...** Ilha de São Miguel – Açores (PT): BAD, 2007.

Disponível em: <<http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM91.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2010, 16:10.

COSTA, José Maria Horta e. *Iliteraria*: “O monstrengo” da manipulação contemporânea. In: MOURA, Helena Cidade e outros. **Literacia em português**. Lisboa: Centro de Investigação-ação Paul Henry Chombart de Lauwe, 2008. p.13 - 25.

COSTA, Rubenildo Oliveira da. **Análise do uso de periódicos científicos na transição do meio impresso ao eletrônico em dissertações e teses**: o impacto do portal de Periódicos/CAPEs na produção do conhecimento. Campinas (SP).2007. Dissertação de mestrado apresentada a Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/en/pesquisa-avana-mainmenu-39.html>>. Acesso em: 8 ago. 2011, 13:48.

COSTA, Sely M.S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileira. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/281/172>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

COSTA, Sely M.S. Filosofia aberta, modelo de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ci. Inf.**, Brasília, v.35. n.2, p. 39-50, maio/ago. 2006.

Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/827/670>>. Acesso em: 6 maio 2010

CREATIVE COMMONS/BR.

Disponível em: <http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=35>. Acesso em: 19 mar. 200. 15:51.

CREATIVE COMMONS/BR.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Creative_Commons>. Acesso em: 10 jan. 2010.

CRESPO, Isabel M.; CORREIA, Cyntia H. W. Acesso livre à comunicação científica: a experiência do Scielo. **Revista F@ro**. Valparaíso – Chile, año 4, n.6, p.1 – 6. 2006. Estudos.

Disponível em: <http://web.upla.cl/revistafaro/03_estudios/06_index.htm>. Acesso em: 06 de jan. 2009.

CUMBRE MUNDIAL SOBRE LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN. **Declaración de Principios Construir la Sociedad de la Información**: un desafío global para el nuevo milenio. Ginebra: 2003.

Disponível em : <<http://www.itu.int/wsis/index.html>>. Acesso em 09 dez. 2009. 16:30.

CUMBRE MUNDIAL SOBRE LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN. **Plan de Accion**. Ginebra: 2003. Disponível em : <<http://www.itu.int/wsis/index.html>>. Acesso em 09 dez. 2009. 17:30.

DECLARAÇÃO DE APÓIO AO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA – Carta de São Paulo: 2005.

Disponível em:

< http://www.acessoaberto.org/carta_de_sao_paulo_acesso_aberto.htm>. Acesso em 09 jan. 2005. 14:30

DECLARAÇÃO DE BERLIM sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades, Berlim. 2003.

Disponível em:

< <https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/DeclaracaoBerlim.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2010. 17:03.

DECLARAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis (SC): ANPEP. 2006.

Disponível em:

<<http://www.anpepp.org.br/Editais/Declaracao%20de%20Florianopolis.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2009. 14:30.

DECLARAÇÃO PARA A CIÊNCIA E O USO DO CONHECIMENTO. IN: A Ciência Para O Século XXI: Uma Nova Visão Uma Base De Ação. Brasília: UNESCO, ABIPTI. 2003. p.25 -42.

Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/3046331/Ciencia-para-o-seculo-XXI-uma-nova-visao-e-base-de-acao-UNESCO>. Acesso em: 26 mar. 2010. 18:45.

DECLARAÇÃO DE SALVADOR SOBRE O ACESSO ABERTO: a perspectiva dos países em desenvolvimento. In: Congresso Mundial de Informação em Saúde e Biblioteca, 9,2005, Salvador, **Declarações...** Salvador: ICML, 2005.

Disponível em:

<<http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>>. Acesso em: 09 jan. 2010. 14:20.

DECLARAÇÃO DE SALVADOR SOBRE O ACESSO ABERTO: compromisso com a Equidade. In: Congresso Mundial de Informação em Saúde e Biblioteca, 9,2005, Salvador, **Declarações...** Salvador: ICML, 2005.

Disponível em:

<<http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=427>>. Acesso em: 09 jan. 2010. 11:59.

DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO. Santo Domingo: Ciência para Século XXI/UNESCO. 1999.

Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000112.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010. 18:20.

DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO. In: Conferência Mundial sobre Ciência - A CIÊNCIA PARA O SÉCULO XXI: uma visão nova e uma base de ação.1999, Santo Domingo, 10-12 mar. **Declaração...** Santo Domingo: UNESCO, 1999.

Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ue000112.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

DICI. Brasília: IBICT. Disponível em: < <http://dici.ibict.br/view/>>. Acesso em: 18 mar. 2010. 18:36.

DIRECTÓRIO LUSO-BRASILEIRO.Repositórios e revistas de acesso aberto.

Disponível em:

<<http://directorio.rcaap.pt/>>. Acesso em 12 agost. 2011. 16:25.

DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ACESSO LIVRE NOS PAÍSES LUSOFONOS. Minho (PT): 2006

Disponível em:

<http://www.ibict.br/anexos_secoes/compromissoDoMinho.doc>. Acesso em: 26 fev.2010. 15:21.

DSPACE. Disponível em: <<http://www.dspace.org/about-dspace/introducing/#>>. Acesso em: 15 jan. 2010. 16:22.

ELBECK, Matthew; MANDERNACH, Expanding the value of scholarly, Open Access ejournals. **Library & Information Science Research** . v. 30, n. 4, p. 237-241, december. 2008.

Disponível em:

<http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6W5R-4TY3HVV-2&_user=2459663&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&view=c&_acct=C000057389&_version=1&_urlVersion=0&_userid=2459663&md5=1fcd450cc202a2d220c1dac1f40d4f88>. Acesso em: 12 maio 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio seculo XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Sueli Mara S.P.; MUNIZ JR José de Souza. O Movimento do Livre Acesso e a democratização de conteúdos científicos: um projeto de editoração eletrônica de revistas de Ciências da Comunicação [2005].

Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000568/01/artigo1.PDF>>. Acesso em: 10 nov. 2010, 14:08.

FERREIRA, Sueli Maras. S.P.; MODESTO, Fernando; WEITZEL, Simone da Rocha. Comunicação científica e o protocolo OAI: uma proposta na área das Ciências da Comunicação. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 6, p. 193-209, 2004.

FOSTER, Connie. Foreword: revisiting new in four years? **Serials Review**. v.34, n. 1, p. 11 -12, march, 2008.

Disponível em:

<http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6W63-4S02JY21&_user=2459663&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&view=c&_acct=C000057389&_version=1&_urlVersion=0&_userid=2459663&md5=d21f24b5f56407888a6c90aa5f535103> . Acesso em: 14 maio 2009.

FRANCO, Mário. Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação – CMSI: declaração de princípios. **Jornal de Negócios**. Portugal, 23 set. 2005. Disponível em: <<http://www.mario-franco.net/CMSI/CMSI.art.2.pdf.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2010.

FRANDSEN, Tove Faber, The effects of open access on um-published documents: A case study of economics working papers. **Journal of informetries** . v. 3, n.2 p. 124- 123, april. 2009.

Disponível em:
<http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B83WV-4VCH3NV1&_user=2459663&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&view=c&_acct=C000057389&_version=1&_urlVersion=0&_userid=2459663&md5=564a5327f8ffc3f16ae68d37f5da3692>. Acesso em: 09 maio 2009.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria; FONSECA, Ramón Martins Sodoma da; ARAUJO, Vânia Maria R. H. de. O Uso do Seer para formatação de serviço de resumos: revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 83-88, set./dez. 2007.

Disponível: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/927/738>>.
Acesso em: 10 nov. 2010, 16:21.

FREITAS, Aline Ferrari de Miranda. Acesso Livre nos Países Lusofonos – ALEPLUS. Brasília: IBICT. 2006.

Disponível em: <<http://acessolivrebrasil.wordpress.com/aleplus-2/>>. Acesso em: 04 dez. 2009. 16:30.

_____. Compromisso do Minho X ações brasileiras. Brasília: IBICT. 2010.

Disponível em:
<http://acessolivrebrasil.wordpress.com/2010/01/26/compromisso-do-minho-e-as-aco-es-brasileiras-realizadas/>. Acesso em: 23 fev. 2010. 14:30.

_____. Lançado o Portal Oasis. Br.

Disponível em:
< <http://acessolivrebrasil.wordpress.com/2006/08/26/lancado-o-portal-oasisbr/> >.
Acesso em: 15 nov. 2010, 1548.

FORO PARA LA GOBERNANZA DE INTERNET. 2., 2007. Rio de Janeiro. **Documento de sínteses...** Rio de Janeiro: IGF, 2007.

Disponível em:
<http://www.intgovforum.org/cms/Rio_Meeting/Synth_Spanish.pdf>. Acesso em: 12 jan. 16:30.

GAUZ, Valeria. A alma da Internet e o acesso livre à informação científica. **Revista Liinc**. Rio e Janeiro, v.4, n.2, set. 2008. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/issue/view/34>>. Acesso em: 12 dez.2009.

HARNAD, Stevan; BRODY, Tim; VALLIÈRES, François; CARR, Les; HITCHCOCK, Steve; GINGRAS, Yves. The access/impact problem and the green and gold roads to Open Access: Update. **Serials Review** . v. 34, n. 1, p. 36 – 40, march. 2008. Disponível em:

<http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6W63-4S0HC0P1&_user=2459663&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&view=c&_acct=C00005738419&_version=1&_urlVersion=0&_userid=2459663&md5=5fd5c3feab031b07796d00a6c1ed946b>. Acesso em: 17 maio 2009.

INFORMATION FOR ALL PROGRAMME -IFAP. Paris: UNESCO.

Disponível em:

<http://portal.unesco.org/ci/en/ev.phpURL_ID=1627&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 17 mar. 14:18.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS – IFLA. **O Manifesto da IFLA sobre a Internet**. Haia: 2002. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/III/misc/im-pt.htm>>. Acesso em 09 dez. 2009. 16:30. INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT, Brasília: IBICT. 2005. Disponível em: <http://www.ibict.br/secao.php?cat=o_ibict>. Acesso em: 11 out. 2009. 09:30

JACOBS, Neil. **Open access**: key strategic, technical and economic aspects. England: Chandos Publishing, 2006. 243p. ISBN 1 84334 203 0. KUCHMA, Iryna. OA, Equity, and Strong Economy in Developing and transition countries: policy perspective. **Serials Review**. v. 34, n.1, p. 13 – 20, march. 2008. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6W634RTKMRW1&_user=2459663&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&view=c&_acct=C000057389&_version=1&_urlVersion=0&_userid=2459663&md5=b0c320c27c00b05a960e02fe206452c8>. Acesso em: 18 maio 2009.

KUHLEN, RAINER. *Open access*: un cambio de paradigma para la puesta a disposición pública del conocimiento. El desarrollo en Alemania. **bid**. Barcelona, n.18, jun., 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/bid/18kuhle2.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

KURAMOTO, Hélio. OA, OAI o que são? Disponível em: < <http://kuramoto.blog.br/2010/09/15/oa-oai-o-que-sao/>>. Acesso em: 20 de set. 2010, 11:30

_____. Informação científica: proposta de um modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**. Brasília. V. 35, n. 2, p. 91-102, maio-ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2006.

_____. Acesso livre: avanço ou paralisia? (I) Disponível em: < <http://kuramoto.wordpress.com/2010/11/07/o-acesso-livre-avancos-ou-paralisia-i/>>. Acesso em 8 nov. 2010, 14:26.

_____. Acesso livre avanço ou paralisia? (IV) Disponível em: <<http://kuramoto.wordpress.com/2010/11/20/o-acesso-livre-avancos-ou-paralisia-iv/>>. Acesso em 22 nov. 2010. 14:05.

_____. Acesso livre no Brasil: Entrevista out. 2008. Entrevistadores: F. de Miranda e S. Maia: IBICT, 2008. Disponível em: <<http://acessolivrebrasil.wordpress.com/entrevistas-2/>> . Acesso em 10 dez. 2009.

_____. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v.4,n.2. 2008. Disponível em: < <http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 12 set. 2009.

_____. Open access no Brasil. Disponível em:

< <http://kuramoto.wordpress.com/2010/10/19/open-access-no-brasil/> >. Acesso em 8 nov. 2010, 14:26.

_____. Replicar acesso livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, V. 12, n. 003, p. 861-871, jul./set., 2008.
Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/840/84012313.pdf> >. Acesso em: 19 nov. 2010.

LEITE, Fernando César Lima. Como **gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. 120 p.
Disponível em:
<<http://kuramoto.files.wordpress.com/2009/11/repositorios-institucionais-f-leite.pdf>> . Acesso em: 10 dez. 2009. 10:30.

LEITE, Fernando Cesar Lima; COSTA, Suely. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspect. Ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11,n.2, p. 206-219, mai./ago. 2006.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pci/v11n2/v11n2a05.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2011, 18:38.

LESSARD, Hebert, M.; Gabriel G e Gerald B. Investigação qualitativa: Fundamentos e Práticas. Lisboa: Instituto Piaget, 1900.

LOPES, Maria da Conceição Oliveira. **Teorias da Comunicação**. Aveiro. [2008].

MANIFESTO Brasileiro de Apoio Ao Acesso Livre À Informação Científica. 2005.
Disponível em: <<http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>> Acesso em: 10 set. 2009. 14:20.

REGIÃO NORDESTE. Mapa da Região Nordeste.
Disponível em:
<http://www.suapesquisa.com/geografia/regiao_nordeste.htm>. Acesso em 12 set.2011. 16:30.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYAO, Luís Fernando - Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ciência da Informação**. Brasília. v. 31, n. 3 , p. 42-54, set – dez. 2002.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a05v31n3.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2010.

MARTINS, Emília Ganzarolli. **Memórias relatos e percursos de formação**: constituição de professoras de Biblioteconomia. Florianópolis. 2003. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade do Estado de Santa Catarina.
Disponível em:
<http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=135 >. Acesso em: 8 ago 2011. 14:23

MELO, L. B; SAMPAIO, M. I. C.; PIRES, C. A QUESTÃO DO ACESSO ABERTO EM PORTUGAL E NO BRASIL. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 15, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo. UNICAMP, 2008. Disponível em:
< <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2796.pdf> >. Acesso em: 12 nov. 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO entre o Ministerio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da Republica Portuguesa e o Ministerio da Ciencia e Tecnologia da Republica Federativa do Brasil.

Disponível em:

<http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/MoU_Lingua_Portuguesa_Final.pdf>. Acesso em: 14 maio de 2011, 14:42.

MORAES, Rosana Portugal Tavares de. **O “livre acesso” e os “arquivos abertos” na comunicação científica**. Niterói: [s.n.], 2006. 59p.

Disponível em:

<http://dici.ibict.br/archive/00001150/01/Monografia_Rosana_Portugal.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010. 16:21.

MORENO, Fernanda Passini; ARELLANO, Miguel Angel Márdero. Publicações Científica em Arquivos de Acesso Aberto. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.1, n.1. jan. /Jun. 2005. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufrgs.br/admin/sobrelinks/arquivos/Publicacao_acesso_aberto.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2009.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado - A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n.2, p. 27-38 maio – ago., 2006.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2006.

NETWORKED DIGITAL LIBRARY OF THESES AND DISSERTATIONS (NDLTD).

Disponível em: <http://www.ndltd.org/>. Acesso em: 03 maio 2010. 15:05

OPEN ACCESS (publishing) From Wikipedia, the free encyclopedia. Open Access logo, originally designed by Public Library of Science.

Disponível em: < [http://en.wikipedia.org/wiki/Open_access_\(publishing\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Open_access_(publishing))>. Acesso em: 25 nov. 2010, 16:06.

OPEN ARCHIVES INITIATIVE.

Disponível em: <http://www.openarchives.org/>. Acesso em: 03 out. 2008. 11:03

ORTELLADO, Pablo. As políticas Nacionais de acesso aberto à informação científica. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v. 4, n.2, set. 2008.

Disponível em: < <http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 12 set. 2009.

PAVÃO, Marta Groposo. **Contribuição dos repositórios institucionais à comunicação científica**: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. 2010. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal do Rio Grande Do Sul.

Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/20932>>. Acesso em 8 ago 2011. 14:2.

PENA, Andre de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil**: um estudo a partir da RAIS/MTE, de 1985 a 2005. Belo Horizonte. 2007. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/ECID-7BSNSV>>. Acesso em 8 ago 2011. 14:12.

PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE

Disponível em: <<http://acessolivre.capes.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2010, 16:20.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES

Disponível em:

<http://novo.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&mn=69&smn=87>. Acesso em 10 out. 2010, 11: 45

PUBLICAR EM PSICOLOGIA: um enfoque para a revista científica / Organização de Aparecida Angelica Zoqui Paulovic Sabadini, Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Silvia Helena Koller. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia / Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009. 216 p.

Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/biblioteca/Publicar-em-Psicologia.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2010, 15:39.

PUBMED CENTRAL – PMC.

Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/>>. Acesso em: 25 mar. 2010. 16:40.

RODRIGUES, Eloy. Acesso Livre: Utopia ou realidades. IN: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECAS JURÍDICAS, 1, 2004, Lisboa, **Direito e informação: actas...**Coimbra: Coimbra Editora, 2006. ISSN 0870-3116.p.29-40.

Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4942>>. Acesso em: 12.dez. 2009.

ROSA, Flávia G. M. ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação. 7., 2007, Salvador, **Anais eletrônicos** ...Salvador: ICI/UFBA, 2007. Mesa redonda.

Disponível em:

<<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/adicionais/FlaviaRosa.pdf>>.

Acesso em: 12 dez. 2009.

ROSETTO, Márcia. O livre acesso à informação e as ações da FEBAB. IN: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 22, 2007. Brasília. **Anais...** Brasília: CBBB, 2007.

Disponível em: http://cdij.pgr.mpf.gov.br/noticias/palestra_cbbd/P1_A4.pdf.

Acesso em: 26 fev. 2010.

SCIELO - SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE.

Disponível em:

<<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=1>>.Acesso

em: 10 jan.2010. 14:30.

SEMINARIO ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO, 2007, Rio de Janeiro.

Disponível em: <<http://acessolivrebrasil.wordpress.com/2007/11/14/seminario-alemplus-no-igf/>>. Acesso em: 09 jan. 2009.

SEMINARIO ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO, 2007, Rio de Janeiro.

Disponível em: <http://www.ibict.br/noticia.php?id=446>. Acesso em: 09 jan. 2009.

SISTEMA ELETRÔNICO DE EDITORAÇÃO DE REVISTAS - SEER. Brasília:IBICT 2010.

Disponível em: <http://seer.ibict.br/>. Acesso em: 18 mar. 2010. 17:25.

SISTEMA ELETRÔNICO DE EDITORAÇÃO DE REVISTAS - SEER. Brasília:IBICT 2010.

Disponível em:

<http://seer.ibict.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 10 nov. 2010: 13:59.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. xxv,195. il.

Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4809.zip> Acesso em: 18 mar. 2010. 17:00.

SANTA FÉ CONVENTION FOR THE OPEN ARCHIVES INITIATIVE. Santa Fé, 2000

Disponível em: http://www.openarchives.org/sfc/sfc_entry.htm. Acesso em: 31 mar. 2009. 14:20.

SANTOS, Erika Alves dos; MIRAGLIA, Simone Georges El Khouri. Arquivos abertos e instrumentos de gestão da qualidade como recursos para a disseminação da informação científica em segurança e saúde no trabalho. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n.3, p.80-95, 2009.

Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1114>>. Acesso em: 4 nov. 2010, 16:00.

SANZ-VALERO, Javier; D'AGOSTINO, Marcelo José; CASTIEL, Luis David; VEIGA DE CABO Jorge. La iniciativa Open Access, una visión de conjunto. **Med. segur. Trab**, Madrid, v. 53, n. 207, p.05-09, jun. 2007.

Disponível em:

<<http://scielo.isciii.es/pdf/mesetra/v53n207/original2.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2009

SCHOLARLY PUBLISHING AND ACADEMIC RESOURCES COALITION – SPARC.

Disponível em: <<http://www.arl.org/sparc/about/index.shtml>>. Acesso em: 26 mar. 2010. 15:00.

SENA, Nathália K. Open Archives: o caminho alternativo para comunicação científica. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 29, n.30, p. 71-78. set. – dez. 2006.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000300007>. Acesso em: 30 out. 2010.

SELF-ARCHIVING FAQ. Disponível em: <<http://www.eprints.org/openaccess/self-faq/>>. Acesso em: 09.agos. 2009.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Portal de periódicos CAPES: dados e pensamentos. **RBPG – Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, n. 1, p. 10-25, jul. 2004.

Disponível em:

<http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_1_jul2004/10_25_o_portal_de_periodicos.pdf>. Acesso em 28 out. 2010, 15:34

SOUZA, M.F. S e; MIRANDA, Ângelo; BATISTA, Ana Alice. Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre. IN: WORLD CONGRESS ON HEALTH INFORMATION AND LIBRARIES, 9, 2005,Salvador, Bahia, Brasil. **Anais eletrônicos....** Salvador, Bahia, Brasil: WORLD CONGRESS ON HEALTH INFORMATION AND LIBRARIES. 2005.

Disponível em:

<<http://www.icml9.org/program/track5/public/documents/Fernanda%20Sarmiento-112444.pdf>> Acesso em: 24 mar. 2010.

SUAIDEN, Emir. Dimensão e perspectivas sociais do acesso livre à informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 7-8, maio/ago. 2006.

Disponível em:< <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/835/684>>. Acesso em: 12 de dez. 2009.

SUBER, Peter. **Uma breve introdução sobre acesso livre**. 2008.
Disponível em: < <http://kuramoto.blog.br/2008/09/23/uma-breve-introducao-ao-open-access-acesso-livre/>>. Acesso em: 08 dez. 2009. 10:30.

_____. Uma breve introdução sobre Acesso livre.
Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/brief.htm>>. Acesso em: 10 jan. 20010. 11:30

SWAN, Alma. Why open access for Brazil? **liinc em revista**. v.4, n.2, set. 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

_____. Overview of scholarly comunicação. In: JACOBS, Neil. **Open Access**: key strategic, technical and economic aspects. England: Chandos Publishing, 2006. cap.1.

SWAN, Alma; GUÉDON, Jean-Claude. Open access – Historia, definitions and rationale. In: JACOBS, Neil. **Open Access**: key strategic, technical and economic aspects. England: Chandos Publishing, 2006. Parte 1.

TARRAGÓ, Nancy S. El movimiento de acceso abierto a la información y las políticas nacionales e institucionales de autoarchivo. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, v. 16, n.3, sep. 2007.
Disponível em : <<http://scielo.sld.cu/pdf/aci/v16n3/aci05907.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009.

VAN REENN, Johann. Open access and connectedness: stimulating unexpected innovation through the use of institutional open archives. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n.2, p. 17-26. may/aug. 2006.
Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/825/666>>. Acesso em: 20 maio 2009

VIEIRA, Sônia Chagas. Revistas Científicas: estudo da viabilidade das revistas publicadas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador: 2006.

WEITZEL, Simone da Rocha. Iniciativa de arquivos abertos como uma nova forma de comunicação científica. São Paulo, 2005.
Disponível em:
<http://74.125.155.132/scholar?q=cache:QSfig5BFfzAJ:scholar.google.com/+Iniciativa+de+arquivos+abertos+como+uma+nova+forma+de&hl=pt-BR&as_sdt=2000>.
Acesso em: 19 maio 2010. 22:35.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em questão**, Porto Alegre, v.12, n.1, p. 51-71, jan./jun. 2006.
Disponível em:
<<http://revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/viewPDFInterstitial/3709/3497>>. Acesso em: 29 out. 2010, 15:29.

WALTZ, Igor. Acesso Livre, Impacto global. **Ciência Hoje on line**.
Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/ciencia-da-informacao-e-comunicacao/acesso-livre-impacto-global/>>. Acesso em: 23 nov. 2010, 16:18.

WILLINSKY, John. Unacknowledged convergence of open source, opens access, and open science. **First Monday**, Chicago, v. 10, n. 8, august 2005.
Disponível em:

<[URL:http://firstmonday.org/issues/issue10_8/willinsky/index.html](http://firstmonday.org/issues/issue10_8/willinsky/index.html)>. Acesso em: 20 nov. 2008.

WILLINSKY, John. **The access principle**: the case for open access to research and scholarship. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology. 2006. 287p.

ANEXOS

Anexo A: Questionários aplicados aos professores e alunos

Questionário aplicado aos professores

<http://wsl2.cemed.ua.pt/biblioteconomia/professor.asp>

Prezado Professor,

Este questionário é parte integrante da pesquisa sobre a Influência do Open Access que significa a disponibilização livre na Internet de literatura de carácter académico ou científico - nas Comunidades Acadêmicas da área de Biblioteconomia no Nordeste do Brasil, que vem sendo desenvolvida no Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas digitais, realizado na Universidade de Aveiro em convénio com a Universidade do Porto.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e pretende analisar as atitudes relativas à utilização do auto-arquivamento (via verde) e os periódicos científicos de acesso aberto (via dourada), com a intenção de responder a seguinte questão: Quais os efeitos/consequências que as vias verde e/ou dourada, de disseminação do conhecimento científico, trazem para a comunicação científica, na Região Nordeste do Brasil?

Esperamos contar com a sua disponibilização ao mesmo tempo que agradecemos a sua colaboração.

I Dados Pessoais e Institucionais

1.Gênero

☐	Feminino
☐	Masculino

2.Idade

3.Formação acadêmica:

☐	Bacharel
☐	Especialista
☐	Mestre
☐	Doutor
☐	Pos-doc

4.Instituição onde trabalha:

☐	Universidade Federal da Bahia – UFBA Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal de Sergipe – UFS Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal de Alagoas – UFAL Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal da Paraíba – UFPB Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal do Ceará – UFC Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal do Maranhão – UFMA Curso de Biblioteconomia

5Informe o nível do (s) curso onde leciona (assinale todas as situações que se aplicam):

☐	Bacharelado (graduação)
☐	Especialização

☐	Mestrado
☐	Doutorado

6. Informe a categoria que ocupa na carreira de docente:

☐	Assistente
☐	Adjunto
☐	Catedrático

Outra (especifique, por favor):

7. Área da Ciência da Informação em que atua (de acordo com áreas do conhecimento do CNPq):

☐	Biblioteconomia
--------------------------	-----------------

☐	Métodos quantitativos, Bibliometria
☐	Processo de disseminação da informação
☐	Teoria da classificação
☐	Técnicas de recuperação da informação

☐	Teoria da Informação
--------------------------	----------------------

8. A Universidade onde trabalha possui Repositório Institucional?

☐	Sim
☐	Não

9. Utiliza Repositórios Institucionais como fontes de pesquisa para realização dos trabalhos acadêmicos?

☐	Sim
☐	Não

10. Utiliza periódicos eletrônicos em OA como fontes de pesquisa para realização dos trabalhos acadêmicos?

☐	Sim
☐	Não

11.O curso onde leciona publica periódico (s) eletrônico (s) em Open Access? Se sim, informe o(s) seu(s) título(s) e o(s) ISSN.

12. O curso onde leciona promove a disponibilização da sua produção bibliográfica incentivando o auto-arquivamento?

☐	Sim
☐	Não

Comente:

II. Open Access

1. Conhece o Movimento do Open Access?

☐	Sim
☐	Não
☐	Concluiu o questionário. Obrigado.

2. O canal de informação através do qual teve conhecimento do movimento Open Access (assinale todas as situações que se aplicam):

☐	Congresso
☐	Conferência
☐	Seminário
☐	Palestra
☐	Artigo de periodicos
☐	Livros
☐	Web

Outro meio (especifique, por favor):

--

3. Indique a sua opinião sobre as seguintes afirmações.

1 – Concordo totalmente, 2 – Concordo, 3 – Nem concordo nem discordo, 4 – Discordo, 5 – Discordo totalmente.

		1	2	3	4	5
3.1.	O movimento do OA contribui para facilitar o acesso a produção bibliográfica.					
3.2.	O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica.					
3.3	O movimento do OA contribui para facilitar o acesso a produção técnica.					
3.4	O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção técnica.					
3.5	O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores.					
3.6	O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção técnica de professores e pesquisadores.					
3.7	O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores.					
3.8	O movimento do OA promove o aumento de citações da produção técnica de professores e pesquisadores.					
3.9	As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional.					
3.10	As publicações técnicas em OA têm a mesma importância das publicações técnicas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional.					

4. Concorde com o movimento do Open Access?

☐	Sim
☐	Não

Comente:

III. Produção bibliográfica e o Open Access

1. Utiliza produção bibliográfica em Open Access como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos de pesquisa?

☐	Sim
☐	Não Por favor, passe ao ponto IV. Obrigado.

2. Assinale os tipos de produção bibliográfica que utiliza:

☐	Artigos completos publicados em periódicos
☐	Livros
☐	Capítulos de livros
☐	Textos em jornais (magazine)
☐	Trabalhos publicados em anais de eventos
☐	Apresentação de trabalhos
☐	Tradução
☐	Prefácio, pós-fácio
☐	Relatório de pesquisa

3. Possui alguma produção bibliográfica publicada em Open Access?

☐	Sim
☐	Não

4. Nas rubricas aplicáveis, indique o nº de publicações bibliográficas em Open Access.

☐	Artigos completos publicados em periódicos
☐	Livros
☐	Capítulos de livros
☐	Textos em jornais (magazine)

	Trabalhos publicados em anais de eventos
	Apresentação de trabalhos
	Tradução
	Prefacio, pósfacio
	Relatório de pesquisa

5. Nas rubricas aplicáveis, indique o nº de produção bibliográfica que publicou em Repositório Institucional.

	Artigos completos publicados em periódicos
	Livros
	Capítulos de livros
	Textos em jornais (magazine)
	Trabalhos publicados em anais de eventos
	Apresentação de trabalhos
	Tradução
	Prefacio, pósfacio
	Relatório de pesquisa

6. Nas rubricas aplicáveis, indique o nº de produção bibliográfica que publicou em Repositório institucional da instituição onde você leciona.

	Artigos completos publicados em periódicos
	Livros
	Capítulos de livros
	Textos em jornais (magazine)
	Trabalhos publicados em anais de eventos
	Apresentação de trabalhos
	Tradução
	Prefacio, pósfacio
	Relatório de pesquisa

7. Publica produção bibliográfica em periódico eletrônico em Open Access?

	Sim
	Não
	Por favor, passe à questão 9.
	Obrigado

8. Indique nº de artigos que publicou em periódico eletrônico em Open Access.

9. Indique o nº citações de produção bibliográfica em Open Access

--

IV. Produção técnica e o Open Access

1.Utiliza produção técnica em Open Access como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos de pesquisa.

	Sim
	Não
	Concluiu o questionário.
	Obrigado.

2.Assinale os tipos de produção técnica que utiliza:

	Software
	Trabalhos técnicos
	Cursos de curta duração
	Material didático ou instrucional
	Editores
	Programa de radio e TV

3.Possui produção técnica publicada em Open Access?

	Sim
	Não
	Concluiu o questionário.
	Obrigado.

4.Nas rubricas aplicáveis, indique o nº de produção técnica publicada em Open Access

	Software
	Trabalhos técnicos
	Cursos de curta duração
	Material didático ou instrucional
	Editores
	Programa de radio e TV

5.Nas rubricas aplicáveis indique o nº de produção técnica que publicou em repositório institucional.

	Software
	Trabalhos técnicos
	Cursos de curta duração
	Material didático ou instrucional
	Editores
	Programa de radio e TV

6.Nas rubricas aplicáveis indique o nº de produção técnica que publicou em repositório institucional da instituição onde você leciona.

	Software
	Trabalhos técnicos
	Cursos de curta duração
	Material didático ou instrucional
	Editores
	Programa de radio e TV

7.Publica produção técnica em periódico eletrônico em Open Access?

	Sim
	Não
	Por favor, passe à questão 9. Obrigado

8.Indique o nº de produção técnica que publicou em periódico eletrônico em Open Access.

	Software
	Trabalhos técnicos
	Cursos de curta duração
	Material didático ou instrucional
	Editores
	Programa de radio e TV

9.Indique o nº de citações de produções técnicas em Open Access.

Questionário aplicado aos alunos

<http://wsl2.cemed.ua.pt/biblioteconomia/estudante.asp>

Prezado Estudante,

Este questionário é parte integrante da pesquisa sobre a influência do Open Access - que significa a disponibilização livre na Internet de literatura de carácter académico ou científico - nas Comunidades Acadêmicas da área de Biblioteconomia no Nordeste do Brasil, que vem sendo desenvolvida no Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas digitais, realizado na Universidade de Aveiro em convénio com a Universidade do Porto.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e pretende analisar as atitudes relativas à utilização do auto-arquivamento (via verde) e os periódicos científicos de acesso aberto (via dourada), com a intenção de responder a seguinte questão: Quais os efeitos/consequências que as vias verde e/ou dourada, de disseminação do conhecimento científico, trazem para a comunicação científica, na Região Nordeste do Brasil?

Esperamos contar com a sua disponibilização ao mesmo tempo que agradecemos a sua colaboração.

I. Dados Pessoais e Institucionais

1.Gênero

☐	Masculino
☐	Feminino

2.Idade

3.Cursa:

☐	Bacharelado
☐	Especialização
☐	Mestrado
☐	Doutorado
☐	Pos-doc

4.Instituição onde estuda:

☐	Universidade Federal da Bahia – UFBA Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal de Sergipe – UFS Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal de Alagoas – UFAL Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal da Paraíba – UFPB Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal do Ceará – UFC Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN Curso de Biblioteconomia
☐	Universidade Federal do Maranhão – UFMA Curso de Biblioteconomia

5Informe o semestre que cursa:

6.A Universidade onde estuda possui Repositório Institucional?

☐	Sim
☐	Não

7.Utiliza Repositórios Institucionais como fontes de pesquisa para realização dos trabalhos acadêmicos?

☐	Sim
☐	Não

8.Utiliza periódicos eletrônicos em Open Access como fontes de pesquisa para realização dos trabalhos acadêmicos?

☐	Sim
☐	Não

9.O curso onde estuda publica periódico(s) eletrônico(s) em Open Access? Se sim, informe o(s) seu(s) título(s) e o(s) ISSN.

10.O curso onde estuda promove a disponibilização da sua produção bibliográfica incentivando o auto-arquivamento?

☐	Sim
☐	Não

Comente:

II. Open Access

1.Conhece o Movimento do Open Access?.

☐	Sim
☐	Não
Concluiu o questionário. Obrigado.	

2.O canal de informação através do qual teve conhecimento do movimento Open Access (assinale todas as situações que se aplicam):

☐	Congresso
☐	Conferência
☐	Seminário
☐	Palestra
☐	Artigo de periodicos
☐	Livros
☐	Web

Outro meio (especifique, por favor):

3.Indique a sua opinião sobre as seguintes afirmações.

1 – Concordo totalmente, 2 – Concordo, 3 – Nem concordo nem discordo, 4 – Discordo, 5 – Discordo totalmente.

		1	2	3	4	5
3.1.	O movimento do OA contribui para facilitar o acesso a produção bibliográfica.					
3.2.	O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção bibliográfica.					
3.3	O movimento do OA contribui para facilitar o acesso a produção técnica.					
3.4	O movimento do OA contribui para facilitar a disseminação da produção técnica.					
3.5	O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção bibliográfica de professores e pesquisadores.					
3.6	O movimento do OA aumenta a visibilidade da produção técnica de professores e pesquisadores.					
3.7	O movimento do OA promove o aumento de citações da produção bibliográfica de professores e pesquisadores.					

3.8	O movimento do OA promove o aumento de citações da produção técnica de professores e pesquisadores.					
3.9	As publicações bibliográficas em OA têm a mesma importância das publicações bibliográficas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional.					
3.10	As publicações técnicas em OA têm a mesma importância das publicações técnicas em revistas impressas com avaliação prévia feita pelos pares conforme o modelo tradicional.					

4. Concorda com o movimento do Open Access?

	Sim
	Não

Comente:

III. Produção bibliográfica e o Open Access

1. Utiliza produção bibliográfica em Open Access como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos de pesquisa?

	Sim
	Não
	Por favor, passe ao ponto IV. Obrigado.

2. Assinale os tipos de produção bibliográfica que utiliza:

	Artigos completos publicados em periódicos
	Livros
	Capítulos de livros
	Textos em jornais (magazine)
	Trabalhos publicados em anais de eventos
	Apresentação de trabalhos
	Tradução

	Prefacio, pósfacio
	Relatório de pesquisa

3. Possui alguma produção bibliográfica publicada em Open Access?

	Sim
	Não

4. Nas rubricas aplicáveis, indique o nº de publicações bibliográficas em Open Access.

	Artigos completos publicados em periódicos
	Livros
	Capítulos de livros
	Textos em jornais (magazine)
	Trabalhos publicados em anais de eventos
	Apresentação de trabalhos
	Tradução
	Prefacio, pósfacio
	Relatório de pesquisa

5. Nas rubricas aplicáveis, indique o nº de produção bibliográfica que publicou em Repositório Institucional.

	Artigos completos publicados em periódicos
	Livros
	Capítulos de livros
	Textos em jornais (magazine)
	Trabalhos publicados em anais de eventos
	Apresentação de trabalhos
	Tradução
	Prefacio, pósfacio
	Relatório de pesquisa

6. Nas rubricas aplicáveis, indique o nº de produção bibliográfica que publicou em Repositório institucional da instituição onde você estuda.

	Artigos completos publicados em periódicos
	Livros
	Capítulos de livros
	Textos em jornais (magazine)
	Trabalhos publicados em anais de eventos
	Apresentação de trabalhos

	Tradução
	Prefacio, pósfacio
	Relatório de pesquisa

7.Publica produção bibliográfica em periódico eletrônico em Open Access?

	Sim
	Não Por favor, passe à questão 9. Obrigado

8. Indique nº de artigos que publicou em periódico eletrônico em Open Access.

9. Indique o nº citações de produção bibliográfica em Open Access

IV. Produção técnica e o Open Access

1.Utiliza produção técnica em Open Access como fonte de pesquisa para realização de seus trabalhos de pesquisa.

	Sim
	Não Concluiu o questionário. Obrigado.

2.Assinale os tipos de produção técnica que utiliza:

	Software
	Trabalhos técnicos
	Cursos de curta duração
	Material didático ou instrucional
	Editores
	Programa de radio e TV

3.Possui produção técnica publicada em Open Access?

	Sim
--	-----

	Não Concluiu o questionário. Obrigado.
--	--

4.Nas rubricas aplicáveis, indique o nº de produção técnica publicada em Open Access

	Software
	Trabalhos técnicos
	Cursos de curta duração
	Material didático ou instrucional
	Editoração
	Programa de radio e TV

5.Nas rubricas aplicáveis indique o nº de produção técnica que publicou em repositório institucional.

	Software
	Trabalhos técnicos
	Cursos de curta duração
	Material didático ou instrucional
	Editoração
	Programa de radio e TV

6.Nas rubricas aplicáveis indique o nº de produção técnica que publicou em repositório institucional da instituição onde você estuda.

	Software
	Trabalhos técnicos
	Cursos de curta duração
	Material didático ou instrucional
	Editoração
	Programa de radio e TV

7.Publica produção técnica em periódico eletrônico em Open Access?

	Sim
	Não Por favor, passe à questão 9. Obrigado

8. Indique o nº de produção técnica que publicou em periódico eletrônico em Open Access.

	Software
	Trabalhos técnicos
	Cursos de curta duração
	Material didático ou instrucional
	Editoração
	Programa de radio e TV

9. Indique o nº de citações de produções técnicas em Open Access.

Anexo B: Respostas dos professores (questão de n.1 e 12, da parte I; a questão n.2 e n. 4 da parte II do questionário aplicado).

Outras categoria que ocupa na carreira do docente	Frequência (N)	Percentual (%)
Associado	4	7,8%
Auxiliar	2	3,9%
Membro do Colegiado	1	2,0%
Professor substituto	1	2,0%
Substituto	1	2,0%

Númerodo questionário	Comentários sobre a promoção a disponibilização bibliográfica e incentivo ao auto-arquivamento.	Frequência (N)	Percentual
6	dissemina a informação	1	2,0%
13	Existem iniciativas dentro do corpo docente mas não é uma norma departamental	1	2,0%
17	De certo modo, a resposta do item 11 fornece elementos para responder o item 12. Considerando que o Curso não dispõe de uma publicação eletrônica, torna-se inviável a disponibilização da sua produção bibliográfica.	1	2,0%
18	Além dos periódicos mencionados na questão anterior, também utilizamos o Repositório DSpace.	1	2,0%
19	Sim, pois existe uma revista ligada ao PPGCI (I&S) e outra ligada ao Dept. de Ci. da Inf. para artigos oriundos de Trabalho de Conclusão de Curso (Biblionline). As dissertações são incluídas no repositório digital da instituição e as monografias passarão a ser incluídas.	1	2,0%
20	O curso ainda é bastante novo, considerando, sobretudo, a constituição de seu corpo docente, não dispondo de uma plataforma de pesquisa consolidada que possibilite a pesquisa, a produção e a comunicação científica a ele direcionada. Contudo, faz-se necessário destacar que já existe um movimento de organização e disponibilização desta produção, sendo que parte dela já está organizada e disponibilizada em suporte físico. Faz-se necessário destacar que a UFAL, instituição a que pertence o Curso de Biblioteconomia, ainda se encontra em estágio bastante incipiente em relação ao Movimento Open Archives.	1	2,0%
21	Há um projeto de criação em andamento.	1	2,0%
24	Estamos iniciando esse processo. O nosso repositório está em fase inicial.	1	2,0%
27	O repositório está ainda em processo de desenvolvimento e implantação, mas eu já tenho acesso por estar participando de uma experiência piloto.	1	2,0%
28	Ainda não existe a organização do que é produzido no	1	2,0%

	departamento, seja em artigos ou trabalhos monográficos.		
35	Na realidade, há o incentivo de disponibilização de tal produção. Entretanto, um dos vieses que estão sendo melhor discutidos e aclarados é o auto-arquivamento. Por isto, afirmo que estamos em construção de tal prática, ou seja, o auto-arquivamento.	1	2,0%
36	o repositório está em processo de implantação,	1	2,0%
37	Estamos iniciando a instalação de um repositório institucional, ainda não possuímos as normas prontas. O RI deverá estar em pleno funcionamento em julho próximo		
42	O repositório está em fase de implantação.	1	2,0%
45	Na homepage do Departamento há espaço para a disponibilização da produção bibliográfica dos professores, entretanto poucos disponibilizam material.	1	2,0%
51	Não sei responder.	1	2,0%
55	1981-6766 (ISSN da revista ponto de acesso)	1	2,0%
56	Não somente incentiva, mas armazena as dissertações novas e digitaliza as antigas, bem assim os anais de eventos realizados pelo programa.	1	2,0%
	Validos	33	
	TOTAL	51	

Número do questionário	Outros canais de informações que teve conhecimento do OA	Frequencia (N)	Percentual (%)
6	encontro	1	2,0%
11	Lista de discussão	1	2,0%
13	contatos pessoais	1	2,0%
22	Mestranda do grupo de pesquisa (Gepicc) que estuda o tema: Susane Barros	1	2,0%
23	ala de aula	1	2,0%
27	emails	1	2,0%
31	Curso de Doutorado	1	2,0%
41	Colegas	1	2,0%
48	IBICT	1	2,0%
55	por colegas	1	2,0%
	Validos	41	
	TOTAL	51	

Número do questionário	Comentários sobre a concordância com o movimento OA	Frequência (N)	Percentual
6	bem oportuno dissemina a informação científica	1	(2,0%)
18	O Movimento do OA viabiliza a democratização do acesso e disseminação da informação, ainda mais quando da região nordeste do Brasil, marcada por carências históricas acumuladas em superação, colocando os pesquisadores desta região em consonância com as pesquisas desenvolvidas em outras regiões.	1	(2,0%)
19	Promove o acesso e a disseminação de informação e conhecimento sem fronteira geográfica.	1	(2,0%)

20	Trata-se de um importante movimento em busca de solucionar alguns problemas relacionados à produção e à comunicação científica, notadamente, para aquelas instituições que não possui recursos suficientes para, ao mesmo tempo, disponibilizar sua produção em larga escala de forma alternativa e acessar a produção especializada em sua área de atuação com um custo bastante reduzido, considerando os meios e instrumentos tecnológicos necessários a este acesso. Vale considerar que, com o OA, pesquisadores, professores e estudantes podem realizar suas pesquisas independente da estrutura disponível na instituição onde realizam suas atividades.	1	
28	A agilidade proporcionada pelo acesso livre, tanto no conhecimento e no resgate do que está sendo produzido numa determinada área é visivelmente mais compatível com o perfil das exigências acadêmicas e de pesquisa atuais.	1	(2,0%)
31	Quanto maiores as possibilidades de divulgação do conhecimento, melhor para os pesquisadores e para a pesquisa.	1	(2,0%)
35	O Movimento em questão permite a socialização da produção científica dos pares, sem restrições, em meio virtual. Não estamos rompendo com direitos autorais, ao contrário, estamos permitindo uma maior visibilidade da produção docente/pesquisador; direito	1	(2,0%)
36	o movimento OA em si é uma alternativa para disponibilizar de forma aberta e gratuita a informação em C&T, porém o modelo de avaliação pelos pares ainda representa o autoritarismo e elitismo na comunicação científica.	1	(2,0%)
44	Mas ainda precisa evoluir muito para obter confiança por parte da comunidade acadêmica.	1	(2,0%)
46	Dissemina, facilita, mas não impõe critérios de aceitabilidade/qualidade.	1	(2,0%)
48	A proposta do OA é muito interessante, porém, ainda resta muito pré-conceito por parte da academia e dos institutos de pesquisa.	1	(2,0%)
52	Pela oportunidade de acesso a informação com apenas um computador ligado a grande rede em grande parte do nosso país	1	(2,0%)
	VALIDOS	39	
	TOTAL	51	

Anexo C: Respostas dos alunos (questão de n. 12, da parte I, a questão n.2 e n. 4 da parte II do questionário aplicado).

Número do questionário	Comentários sobre a promoção a disponibilização bibliográfica e incentivo ao auto-arquivamento.	Frequência (N)	Percentual
05	Porque é importante divulgar produção científica	1	0,7%
08	O OA é de grande importância para a disseminação da informação e construção do conhecimento!	1	0.7%
11	Não entendi bem a pergunta. Ainda assim decidi respondê-la como complemento a resposta da questão de numero 6. Alguns docentes da instituição, disponibilizam materiais didáticos dentre outros, no Repositório Institucional DSpace, diretamente ligado ao Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Partindo dessa perspectiva, acredita-se que na medida em que ocorre a disponibilização do referido material de forma on-line, faz-se a preservação digital, bem como, o auto-arquivamento das informações dispostas nesses documentos.	1	0.7%
20	Não Sei	1	0.7%
22	Sim , quando cursava o 1º período na disciplina Técnicas de Conservação e restauração, tivemos a oportunidade de elaborar um mini dicionário de termos técnicos como trabalho de semestral e a professora nos incentivou a doar o material a Biblioteca. Como forma de disponibilizar e da visibilidade de nosso trabalho.	1	0.7%
23	Pois deveria haver mais produção bibliográfica no curso.	1	0.7%
24	Infelizmente poucos docentes incentivam essa prática. Quando muito passam um artigo valendo nota do semestre e pronto, o trabalho fica arquivado por conta própria sem nenhuma perspectiva de publicação.	1	0.7%
36	Desconhecia as expressões "auto-arquivamento" e "OA". Respondo baseando-me em ações que acredito que se enquadrem. Por isso, a exatidão das minhas respostas pode ser questionável. Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.	1	0.7%
42	Na UFC o acesso livre é algo ainda não comentado. Tems como esse ou uso de novas tecnologias na profissão passam batidop; focalizando apenas nos mesmos assuntos.	1	0.7%
44	Não vejo promoverem isso, não sei se incentivam o auto arquivamento, pois não entendi oque voc~e quis dizer com isso.	1	0.7%
47	Não tenho conhecimento.	1	0.7%
50	Pois através deles são utilizados como referências para a produção de novas pesquisas.	1	0.7%
55	Não vejo promoverem isso, não sei se incentivam o auto arquivamento, pois não entendi oque voc~e quis dizer com isso.	1	0.7%
58	Não tenho conhecimento.	1	0.7%
61	Pois através deles são utilizados como referências para a produção de novas pesquisas.	1	0.7%
69	No meu ponto de vista a Universidade tem muito a desenvolver-se nesse âmbito infomacional.	1	0.7%
70	A Universidade é no interior, está sendo implantada, a	1	0.7%

	biblioteca é um depósito... ainda não está de acordo com o necessário, não posso falar muito por não gostar do espaço e por não haver serviços efetivos e que possa realmente colaborar com estudantes e		
74	seria muito importante, principalmente para ajudar como fonte de referencia nas monografias.	1	0.7%
79	Se disponibiliza, não tenho conhecimento.	1	0.7%
80	OS PESQUISADORES (DISCENTES E DOCENTES) PODEM DISPONIBILIZAR SUAS PRODUÇÕES ATRAVÉS DO SÍTIO DO CURSO. VER: http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/	1	0.7%
83	Infelizmente o curso de biblioteconomia ainda não formou a primeira turma daí trabalhar com pocas possibilidades	1	0.7%
86	Pelo site do curso são disponibilizadas todas as produções bibliográficas feitas e apresentadas em congressos anteriores, em sala de aula, de tcc, etc.	1	0.7%
88	Particularmente, achei de extrema importância esse questionário principalmente no que tange sobre o open acess, normalmente pouco difundido no curso de guardação. Obrigada por me fazer parte dessa pesquisa.	1	0.7%
93	NÃO TEM DIVULGAÇÃO	1	0.7%
98	Infelizmente, nada foi explanado no decorrer do curso sobre esse assunto.	1	0.7%
101	arquiva apenas os trabalhos de conclusão de curso	1	0.7%
105	Bem, o curso ainda não oferece essa disponibilização, pelo menos não tenho conhecimento. Sei que a Pós Graduação tem um repositório, muito eficaz. E que a Biblioteca Central da Universidade solicita as produções bibliograficas na versão digital e também e	1	0.7%
107	O curso usa sua página na internet (http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/) para disseminar as produções de discente e docentes do curso. Além de outras pesquisas.	1	0.7%
115	Os professores incentivam a publicação dos artigos que produzimos durante o curso e ainda recomendam que transformemos a monografia em artigo para que sirva de pesquisa para outros.	1	0.7%
116	Na plataforma DSPACE, onde a digitalização de teses e dissertações começaram a ser disponibilizadas.	1	0.7%
119	Não conheço muitas campanhas e incentivos de auto-arquivamento.	1	0.7%
135	Sou da UFC Cariri e estamos desenvolvendo através da AGIR Consultoria - Empresa Jr de Biblioteconomia da UFC Cariri um repositório p nosso curso com o apoio do Professor Ms. em Ciência da Inoformção Henry Pôncio, professor adjunto do curso de Bibliotecono	1	0.7%
139	Desconheço	1	0.7%
142	Por se tratar de um Campi avançado e está em fase de implementação, existe o projeto de um determinado professor da área de Biblioteconomia a fim da criação do repositório digital. Logo, estamos no aguardo.	1	0.7%
145	não sei	1	0.7%
	Validos	110	
	Total	145	

Número do questionário	Outros canais de informações que teve conhecimento do OA	Frequência (N)	Percentual (%)
05	Encontro	1	0,7%
17	Sala de aula	1	0,7%
27	Conversa com profissionais da área de Biblioteconomia	1	0,7%
30	Canal informal	1	0,7%
31	Conversa com outros profissionais	1	0,7%
70	Orientação dos professores	1	0,7%
81	email	1	
105	Pesquisa	1	0,7%
107	Boca à Boca. Por uma amiga que estava desenvolvendo um trabalho sobre esta temática.	1	0,7%
116	E na universidade através dos professores	1	0,7%
135	Colegas da Universidade e Professores	1	0,7%
147	Professores	1	0,7%
	Valido	133	91,7%
	Total	145	

Número do questionário	Comentários sobre a concordância com o movimento OA	Frequência (N)	Percentual
05	Dissemina a informação científica	1	0,7%
16	Pois promove o compartilhamento, a acessibilidade, a produção e sobre tudo a disseminação da informação.	1	0,7
17	Desde que sejam avaliados e só colocado o que for verdadeiro	1	0,7
22	Sim, pois, possibilita artigos que estão em constante atualização em um curto prazo de tempo.	1	0,7
27	Concordo plenamente. O uso de redes de informação para a disseminação da literatura cinzenta de forma livre contribui para a geração de mais conhecimento e avanços tecnológicos, tendo como consequência positiva o desenvolvimento social.	1	0,7
30	Quanto maior a disponibilidade de informação acadêmico-científica, mais bem informado ficará o usuário.	1	0,7%
31	Partindo do pressuposto de que todos têm direito à informação de qualidade e sobretudo confiável. O movimento acesso viabiliza, de uma certa forma, o acesso aos materiais informacionais confiável.	1	0,7%
52	Vai facilitar e aumentar a produção e disseminação da produção técnica	2	0,7%
68	Pois ele é mais o forma que o usuário pode ter facilidade de obter a informação.	1	0,7%
70	Acho que toda forma de informação é válida...Principalmente se não possuímos meios físicos e impressos nas universidades, por isso acho que apesar das barreiras da língua e a exclusão digital, muitos estudantes professores e orientadores precisam ter aces	1	0,7%
81	Concordo com o Livre acesso à publicação acadêmica! Assim como o portal da Capes deveria ser de livre acesso. Há muito conhecimento a ser aprendido!	1	0,7%

88	Concordo sim, pois a informação tem que estar disponível sem restrições de copyright ao usuário. Copyleft aos usuários!	1	0,7%
90	Com certeza, é uma revolução no que se refere a disseminação da informação.	1	0,7%
105	O movimento do Open Acess veio para tornar visível e facilitar a recuperação da informação de documentos que são considerados restritos para maioria da sociedade, tanto civil, quanto acadêmica, pois, não conhecemos o que é produzido em todas às áreas, e n	1	0,7%
107	É um movimento de muita importância para o acesso livre à diversos trabalhos e pesquisas, entretanto, é necessário diversos estudos, uma vez que um livre acesso ao documento pode ser muito importante para os usuários, mas da mesma forma sair muito "caro"	1	0,7%
116	O acesso livre é uma forma de quebrar barreiras e poder chegar facilmente a informação ao usuário, é uma quebra de paradigmas.	1	0,7%
135	O OA é um movimento onde se pode mostrar que a informação é para todos. A democratização da informação no Brasil deve ser um dos fatores importantes para a consolidação da tão falada "Sociedade da Informação". Aliás, o que importa ter informação	1	0,7%
146	CONCORDO POR TODOS OS MOTIVOS CITADOS NAS 10 QUESTÕES ANTERIORES	1	0,7%
147	Como o OA, toda e qualquer forma de facilitar o acesso a informação é muito importante, senão, como um novo conhecimento é divulgado para haver um ciclo informacional.	1	0,7%
	Validos	125	86,2
	Total	145	

Anexo D: Inquérito por entrevista

Inquérito por entrevista

Este inquérito por entrevista é parte integrante da pesquisa sobre a influência do OA, que significa a disponibilização livre na internet de literatura de carácter académico ou científico nas comunidades académicas da área de Biblioteconomia no Nordeste do Brasil, que vem sendo desenvolvida no Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, ministrado em parceria pela Universidade de Aveiro e pela Universidade do Porto.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, que pretende analisar as atitudes relativas à utilização do auto-arquivamento (via verde) e dos periódicos científicos de acesso aberto (via dourada), com a intenção de responder a seguinte questão: Quais os efeitos/consequências que as vias verde e/ou dourada, de disseminação do conhecimento científico, trazem para a comunicação científica, na Região Nordeste do Brasil? Esta serve igualmente para apresentar também um panorama sobre o OA no Brasil, descrevendo as principais ações desenvolvidas em favor desse movimento pelo Instituto Brasileiro de Informações, Ciência e Tecnologia (IBICT).

Esperamos contar com a sua disponibilização ao mesmo tempo que agradecemos a sua colaboração.

1. Atualmente, qual é o resultado alcançado pelo projeto financiado pela FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - para a construção de Repositórios e Revistas Científicas de Acesso Livre?
2. O OASIS é um projeto-piloto criado pelo IBICT para implementar repositórios institucionais. Quantas universidades atualmente fazem parte desse projeto e aderiram a essa iniciativa?
3. Quantos repositórios institucionais instalados foram criados com os recursos disponibilizados pela FINEP, nas Universidades Brasileiras? Especificamente, quantos foram instalados nas Universidades Federais na Região Nordeste?

4. Como se tem divulgado a instalação dos repositórios institucionais nas Universidades Federais brasileiras, para que estes sejam de fato utilizados pela comunidade acadêmica, não só para consulta dos documentos, mas também para ampliar o registro, acesso e a disseminação da produção científica, promovendo simultaneamente a sua maior visibilidade?
5. O Projeto de Lei PL 1120/2007, que tem como objetivo estabelecer e implantar no Brasil uma política nacional de acesso livre à informação científica, já foi efetivamente aprovado? E quais as consequências reais após a aprovação do Projeto de Lei para o movimento do OA?
6. Para além dos consensos estabelecidos no Seminário Alemnplus, organizado pelo IBICT/Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT –, no ano de 2007, com a finalidade de discutir o tema “ Acesso livre ao conhecimento científico nos países lusófonos”, que outros eventos foram criados para promover o OA, nos países de língua portuguesa?
7. No Compromisso do Minho, no que concerne à cooperação em investigação/pesquisa e ao desenvolvimento ficou estabelecido desenvolver várias iniciativas para promover o OA, nos países de língua portuguesa. Quais dessas ações foram implementadas? Qual o seu impacto?
8. O modelo *Open Archives* foi um marco importante para o desenvolvimento do OA. No Brasil permitiu a implantação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD –, que hoje integra mais de setenta universidades e um acervo com mais de cem mil teses, fato que contribuiu para o registro e para a disseminação da produção científica brasileira. Este fato vem contribuindo para uma maior visibilidade da pesquisa brasileira?
9. O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER –, é um *software* desenvolvido para a construção e para a gestão de publicações eletrônicas. É visível, que nos últimos anos houve um aumento do número de publicações que passou a constar neste sistema? Atualmente, estão cadastradas neste portal mais de setecentas revistas. Estas publicações são de acesso livre?
10. Qual a participação e/ou a contribuição do IBICT na iniciativa *Enabling Open*

Scholarship – EOS? Quando o Brasil participará nessa iniciativa?

11. Quais as próximas ações previstas pelo IBICT, que visam envolver efetivamente os pesquisadores, em torno do movimento do OA à informação científica, já que são de fato os maiores beneficiários por este movimento?

12. O IBICT tem previsto o desenvolvimento de alguma ação que vise, num futuro próximo, que as Agências de Fomento revertam as regras adotadas da avaliação dos projetos da pesquisa e dos pesquisadores para a concessão de auxílios, com a finalidade de estimular os pesquisadores a aderirem às práticas do acesso livre?